

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO MESTRADO E DOUTORADO EM  
TEOLOGIA - PPGT**

**ARNALDO CESAR ROCHA**

**O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA *LUMEN GENTIUM*:  
A atuação de Dom Helder Camara a partir de suas Circulares Conciliares**

**CURITIBA**

**2022**

**ARNALDO CESAR ROCHA**

**O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA *LUMEN GENTIUM*:  
A atuação de Dom Helder Camara a partir de suas Circulares Conciliares**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teologia Área de concentração: Teologia, Evangelização e Diversidade Religiosa, da Escola de Educação e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito à obtenção do título de mestre em Teologia.

Linha da Pesquisa: Teologia Sistemática-Pastoral

Orientador: Prof. Dr. Agenor Brighenti

**CURITIBA  
2022**

R672p  
2022

Rocha, Arnaldo Cesar  
O processo de elaboração da Lumen Gentium : a atuação de Dom Helder  
Camara a partir de suas Circulares Conciliares / Arnaldo Cesar Rocha ;  
orientador: Agenor Brighenti. – 2022.  
187 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,  
Curitiba, 2022  
Bibliografia: 184-187

1. Câmara, Hélder, 1909-1999. 2. Concílio Vaticano (2. : 1962-1965).  
Constitutio Dogmatica de Ecclesia. 4. Teologia. I. Brighenti, Agenor. II.  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em  
Teologia. III. Título.

CDD 20. ed. – 230

Dados da Catalogação na Publicação  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR  
Biblioteca Central  
Sônia Maria Magalhães da Silva – CRB 9/1191



**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO N.º 005.2022  
DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

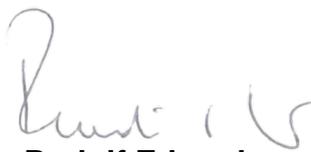
Aos vinte e três dias de fevereiro de dois mil e vinte e dois, reuniu-se às oito horas, por videoconferencia, a Banca Examinadora constituída pelos docentes: Prof. Dr. Agenor Brighenti, Prof. Dr. Ney de Souza, Prof. Dr. Elias Wolff, para examinar a Dissertação do mestrando **Arnaldo Cesar Rocha**, ano de ingresso 2020, aluno do Programa de Pós-Graduação em Teologia, Área de concentração: Teologia Sistemático - Pastoral - Linha de Pesquisa: “Teologia, Evangelização e Diversidade Religiosa”. O mestrando apresentou a dissertação intitulada “**O Processo de elaboração da Lumen Gentium A Atuação de Dom Hélder Câmara a partir de suas Circulares Conciliares**”. O candidato fez uma exposição sumária da dissertação, em seguida procedeu-se à arguição pelos Membros da Banca e, após a defesa, foi **APROVADA** pela Banca Examinadora, com indicação de publicação. A sessão encerrou-se às \_11:00h\_. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que segue assinada pelo presidente da Banca Examinadora e pela coordenação do Programa. Os avaliadores participaram da banca de Defesa de Dissertação por videoconferência e estão de acordo com termos acima.



**Prof. Dr. Agenor Brighenti** - Presidente/Orientador

**Prof. Dr. Ney de Souza** - Convidado Externo

**Prof. Dr. Elias Wolff** - Convidado Interno



**Prof. Dr. Rudolf Eduard von Sinner**

Coordenador do Programa de Pos-Graduação em Teologia  
*Stricto Sensu*



Dedico o presente trabalho à memória de **Dom Helder Camara**. Que, ao conhecê-lo, minha vida de frade e de jovem presbítero seja transformada pessoalmente, possa renovar minha fé na esperança por dias melhores e que a vivência autêntica do povo simples de Deus possa motivar-me a superar o egoísmo e a vaidade. E que jamais esqueça, no meu ministério presbiteral e de irmão menor, dos pobres e das minhas origens humildes, da minha querida Bariri, no interior de São Paulo. Deste modo, que Deus Uno e Trino me ajude, me oriente nesse santo propósito. Assim seja, Amém!

## AGRADECIMENTOS

A palavra que brota do meu coração é *gratidão*. Agradeço, primeiramente, a Deus Uno e Trino, que, com sua filial bondade, auxiliou-me na confecção deste trabalho. Com Francisco de Assis, rejubilo-me ao afirmar: “Altíssimo, onipotente, bom Senhor, Teus são o louvor, a glória, a honra e toda a bênção”. Este é o meu canto de louvor e agradecimento ao Senhor, pelo término desta dissertação de mestrado. Um agradecimento especial a minha querida família: meus queridos pais, Antônio Aparecido Rocha e Celina de Fátima Moraes Rocha, que com simplicidade, honestidade são de verdade *meus mestres de vida*; louvo a Deus por suas vidas, doadas num cotidiano repleto de alegria e felicidade. Agradeço também à minha amada irmã, Ana Cláudia Rocha, por sua amizade e alegria em me ajudar nos momentos de dificuldade.

Aos frades da Província São Francisco de Assis do Brasil, agradeço de coração a toda fraternidade provincial, e àqueles que colaboraram direta ou indiretamente para a elaboração deste trabalho. Em especial, agradeço ao Frei Avelar, irmão dedicado ao serviço do Povo de Deus, que, durante os anos de estudo deste mestrado, incentivou-me a continuar e não desanimar em meio às adversidades, gratidão por sua amizade sincera. Aos demais confrades e postulantes da Casa São Francisco, meus sinceros agradecimentos. Ao postulante Breno, meus agradecimentos pelo suporte técnico e ajuda em momentos cruciais da pesquisa acadêmica.

Aos amigos que fiz virtualmente e presencialmente na PUCPR, especialmente nas aulas remotas de pandemia da Covid-19, meus sinceros agradecimentos, sobretudo às “amigas mulheres teólogas”, em especial, a Eva, a Débora, a Irmã Izaura e Irmã Raquel (PUCPR), Lúcia e Patrícia (PUC-SP), e a tantos outros irmãos e irmãs de pesquisa acadêmica, do PPGT, meus agradecimentos especiais. A CAPES, pelo fomento da Bolsa-CAPES, a qual possibilitou a realização desta pesquisa acadêmica. Agradeço, especialmente, aos paroquianos da Paróquia São João Batista, os quais me incentivaram na pesquisa e na atualização deste trabalho na Pastoral.

Aos meus amigos de muita estima, agradeço o incentivo e alegria em compartilhar muitos momentos felizes e ajudar-me nos momentos mais difíceis dessa dissertação. Nomeio-os de coração alegre: Augusto Martins, Ana Carolina, Camila, Professor Frei Vagner Sassi, OFM (estimado frade menor), Ricardo Pereira, Padre

Vinícius (Diocese de Santo André - SP), Padre André Biernaski (Arquidiocese de Curitiba), Dra. Selma, e ao casal Hélio e Admara, da Ordem Franciscana Secular; com eles agradeço aos irmãos e irmãs da ordem franciscana secular, pela ajuda discreta e alegria compartilhada e tantos amigos e amigas de quem guardo um carinho muito especial, meus sinceros agradecimentos. A Equipe da Editora Vozes, de Curitiba, meus agradecimentos pela ajuda na procura de muitos livros que foram base para esta pesquisa acadêmica, meu respeito e amizade em cada momento de encontro, seja na livraria ou pelos meios de comunicação social.

Ao Professor Agenor Brighenti, orientador, agradeço pelas orientações e pela paciência que demonstrou no período da elaboração da dissertação. Aos professores da banca examinadora, Professor Elias Wolff e Ney De Souza (PUC-SP), agradeço pelas considerações no exame de qualificação, as quais me ajudaram a perceber o que era necessário alterar e, ao mesmo tempo, garantir a excelência da dissertação.

Agradeço cordialmente ao IDHeC – Instituto Dom Helder Camara, guardião da memória e do acervo pessoal e cultural de Dom Helder, pois tal ferramenta de trabalho e estudo propiciou-me o acesso às cartas, crônicas etc., e instigou-me a pesquisar mais num futuro próximo.

Ao Frei André Boccato, OP, Professor Léo Peruzzo Júnior, Padre José Oscar Beozzo, Padre Felipe Cosme Damião Sobrinho (Diocese de Santo André - SP) minha gratidão, pois de verdade auxiliaram-me no incentivo, mesmo que a distância, a não desanimar de pesquisar. A professora Lucy da Silva Pina Neta, grande entusiasta pela pesquisa de Dom Helder, a quem imensamente agradeço pelas orientações e pelas dicas na pesquisa do acervo de Dom Helder Camara, e que verdadeiramente foi um suporte na luta acadêmica, sobretudo nas dificuldades. À professora Sirlene Kolb, minha gratidão pelas correções de língua portuguesa e por demonstrar a alegria da pesquisa acadêmica em cada detalhe desta dissertação.

Por fim, agradeço a *Dom Helder Camara*, sua memória ajudou-me a ver a teologia de outra maneira, com os pés no chão, dedicado ao serviço concreto do Povo de Deus, e suas Circulares Conciliares, que me fizeram um apaixonado pela pesquisa acadêmica, e por tornar sua presença na Igreja mais atuante e implicada no serviço humilde às pessoas mais vulneráveis. Enfim, gratidão e humildade em servir me encantam no presente momento do término desta pesquisa acadêmica, e que estas páginas não fiquem arquivadas nas bibliotecas ou em estantes, mas que possam ser

partilhadas, para tornar Dom Helder e o Concílio Vaticano II mais conhecidos e mais amados.

“Se eu fosse o Santo Padre Paulo VI, nesta altura do Concílio (Padres Conciliares precisando descanso; a Grande Assembleia precisando de dispor-se, em definitivo, para a arrancada final e o pós-Concílio) obrigaria, amavelmente, todos os Bispos a ir ao cinema e embeber-se do espírito de MARY POPPINS. [...] Os anos se passam e a fonte criadora não se esgota... Deus lhe dá o dom de pôr na tela tudo o que a gente sonha, tudo o que de mais belo e mais incrível a gente imagina fazer. E que pureza de sentimentos, que leveza de coração! Filme-teste de sensibilidade. Quem não o entender, quem não sair da sala de projeção se sentindo melhor (com desejo de ser bom, sentindo a Criança rindo e cantando dentro de si), então, trate de uma revisão de vida, em profundidade: o aviso de Cristo quanto à necessidade de fazer-se Criança para entrar no reino do Céu, anda pouco atendido e exigindo atenção. Mary Poppins (...) e também Frank são da família espiritual do Petit Prince, de São Francisco de Assis. Quintessência do espírito evangélico” (CAMARA, 2009a, p. 124) [35ª Circular, Roma, 14/15.10.1965].

## RESUMO

A presente dissertação de mestrado aborda o processo de elaboração da Constituição Dogmática do Concílio Ecumênico Vaticano II sobre a Igreja – *Lumen Gentium*, partindo do Esquema *De Ecclesia*, caracterizando as etapas das redações em torno do texto durante o desenrolar das três sessões, a partir dos anos de 1962 a 1964, até a sua promulgação final, em 21 de novembro de 1964. E, conjuntamente, investiga a atuação de Dom Helder Camara nos períodos em referência aos trabalhos da Constituição acerca da Igreja, como é relatado a partir de suas Circulares Conciliares. Metodologicamente, a pesquisa é bibliográfica, de exploração de documentos, tanto por leituras e estudo de comentadores do processo de elaboração da Constituição, bem como da leitura e estudos das Cartas Circulares. Evidenciou-se que Dom Helder participou ativamente do processo de elaboração da Constituição Dogmática *Lumen Gentium*. Ao desenrolar da pesquisa acadêmica, chegou-se à evidência de que a atuação de Dom Helder no processo de elaboração da Constituição *Lumen Gentium* foi ativa e significativa, como fica demonstrado em suas Cartas Conciliares. Constatou-se que a atuação de Dom Helder foi discreta, mas importante, sobretudo nos bastidores, procurando obter apoio às suas proposições junto as redes de articulações de que dispunha. Assim sendo, se pode afirmar que a sua atuação foi efetiva e concreta. Por fim, deve-se considerar as Circulares Conciliares como um gênero literário bem específico como se comprovou nessa dissertação, pois tais registros são essenciais para demonstrar a contribuição de Dom Helder como cronista, padre conciliar e um entusiasta do Concílio. E, por essa razão, o seu empenho e dedicação o qualificam como um observador único e atento, como comprovam suas percepções no processo de elaboração da Constituição *Lumen Gentium*.

**Palavras-chaves:** Vaticano II; Ecclesiologia; *Lumen Gentium*; Dom Helder Camara; Circulares Conciliares.

## **ABSTRACT**

This master's dissertation addresses the process of elaboration of the Dogmatic Constitution of the Second Vatican Ecumenical Council on the Church - *Lumen Gentium*, starting from the Scheme *De Ecclesia*, characterizing the writing stages around the text during the three sessions, from 1962 to 1964, until its final promulgation, on November 21, 1964. Together, he investigates the work of Dom Helder Camara in the periods in reference to the work of the Constitution on the Church, as reported from his Conciliar Circulars. Methodologically, the research is bibliographic, of document exploration, both by readings and study of commentators of the process of drafting the Constitution, as well as of the reading and studies of the Circular Letters. It was noted that Dom Helder actively participated in the process of drafting the Dogmatic Constitution *Lumen Gentium*. As academic research progressed, the evidence was reached that Dom Helder's action in the process of drafting the Constitution *Lumen Gentium* was active and significant, as shown in his Conciliar Letters. It can be seen that Dom Helder's performance was discreet, but important, especially behind the scenes, seeking support for his propositions along the networks of articulations that he had. Thus, it can be said that its performance was effective and concrete. Finally, one should consider the Conciliar Circulars as a very specific literary genre as proved in this dissertation, because such records are essential to demonstrate the contribution of Dom Helder as chronicler, conciliar priest and an enthusiast of the Council. And for this reason, his commitment and dedication qualify him as a unique and attentive observer, as evidenced by his perceptions in the process of drafting the Constitution *Lumen Gentium*.

Keywords: Vatican II; Ecclesiology; *Lumen Gentium*; Dom Helder Camara; Conciliar Circulars.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2 O CONCÍLIO VATICANO II E A ATUAÇÃO DE DOM HELDER CAMARA</b> .....	16
<b>2.1 A CONVOCAÇÃO, PREPARAÇÃO E A REALIZAÇÃO DO CONCÍLIO VATICANO II</b> .....	17
<b>2.1.1 Por que um Concílio?</b> .....	20
<b>2.1.1.1 Finalidade do Concílio Vaticano II</b> .....	25
<b>2.2 A CONVOCAÇÃO</b> .....	30
<b>2.2.1 Reação de Dom Helder a convocação do Concílio Vaticano II</b> .....	34
<b>2.2.2 Análise do votum de Dom Helder</b> .....	35
<b>2.3 O PROCESSO DE PREPARAÇÃO</b> .....	37
<b>2.3.1 A fase antepreparatória (1959 - 1960)</b> .....	37
<b>2.3.2 A fase preparatória (1960 - 1962)</b> .....	42
<b>2.4. A REALIZAÇÃO DO CONCÍLIO</b> .....	44
<b>2.4.1 A expectativa de Dom Helder com a realização do Concílio Vaticano II</b> ...	44
<b>2.5 A ABERTURA DO CONCÍLIO</b> .....	45
<b>2.5.1 Reação de Dom Helder perante a primeira sessão do Concílio</b> .....	48
<b>2.6 O DESENNOLAR DOS TRABALHOS CONCILIARES</b> .....	49
<b>2.6.1. Primeiro Período (11 de outubro a 08 de dezembro de 1962)</b> .....	50
<b>2.6.1.1 Primeira Intersessão: 09 de dezembro de 1962 a 28 de setembro de 1963</b> .....	54
<b>2.6.2. Segundo Período (29 de setembro a 04 de dezembro de 1963)</b> .....	55
<b>2.6.2.1 Segunda Intersessão: 05 de dezembro de 1963 a 13 de setembro de 1964</b> .....	57
<b>2.6.3. Terceiro Período (14 de setembro a 21 de novembro de 1964)</b> .....	58
<b>2.6.3.1 Terceira Intersessão: 22 de novembro a 13 de setembro de 1965</b> .....	60
<b>2.6.4. Quarto Período (14 de setembro a 08 de dezembro de 1965)</b> .....	61
<b>2.7 RESULTADOS</b> .....	62
<b>2.8 A ATUAÇÃO DE DOM HELDER</b> .....	64
<b>2.8.1 A Participação de Dom Helder na Aula Conciliar</b> .....	64
<b>2.8.2 A atuação de Dom Helder fora da Aula Conciliar</b> .....	68
<b>2.8.3 O grupo da “Igreja dos Pobres” e o Pacto das Catacumbas</b> .....	72
<b>2.9 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO</b> .....	81
<b>3 O ESQUEMA DE ECCLESIA NA PRIMEIRA SESSÃO DO CONCÍLIO (1962)</b> ....	83

3.1. A PREPARAÇÃO, APRESENTAÇÃO E REJEIÇÃO DO ESQUEMA <i>DE ECCLESIA</i> .....	84
3.1.1 O processo de preparação.....	87
3.1.1.1 Subcomissão <i>De Ecclesia</i> .....	89
3.2. Apresentação do Esquema <i>De Ecclesia</i> na Primeira Sessão .....	90
3.2.1 Discussões a respeito do esquema <i>De Ecclesia</i> .....	95
3.2.2 Críticas ao esquema <i>De Ecclesia</i> .....	98
3.3. A DECISÃO POR UM ESQUEMA COMPLETAMENTE NOVO.....	102
3.4 As impressões de Dom Helder a respeito do Novo esquema da Igreja.....	104
3.4.1 Aspectos e Perspectivas a partir do Esquema <i>De Ecclesia</i> segundo Dom Helder .....	107
3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO .....	113
<b>4 O DOCUMENTO <i>DE ECCLESIA</i> NA SEGUNDA SESSÃO DO CONCÍLIO (1963)</b> .....	<b>115</b>
4.1 A PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE UM NOVO ESQUEMA <i>DE ECCLESIA</i> .....	116
4.1.1. O processo de preparação.....	119
4.2. A apresentação do novo Esquema na Segunda Sessão.....	122
4.2.1 A crise de 16 de outubro .....	127
4.2.2 O debate prossegue.....	132
4.3. NOVOS ENCAMINHAMENTOS .....	134
4.4. Dom Helder articulador e protagonista do Concílio em vista do esquema <i>De Ecclesia</i> .....	135
4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO .....	141
<b>5 A CONSTITUIÇÃO <i>LUMEN GENTIUM</i> NA TERCEIRA SESSÃO DO CONCÍLIO (1964)</b> .....	<b>144</b>
5.1 A PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA NOVA REDAÇÃO .....	145
5.1.1 Contexto histórico do esquema <i>De Ecclesia</i> na Terceira Sessão .....	147
5.2 O PROCESSO DE PREPARAÇÃO NA COMISSÃO E SUBCOMISSÕES .....	154
5.3 APRESENTAÇÃO DA NOVA REDAÇÃO NA TERCEIRA SESSÃO .....	155
5.3.1. “A Semana negra” e o episódio da “Nota Prévia” .....	159
5.3.2 Da colegialidade .....	164
5.3.3 Consequências do Esquema <i>De Ecclesia</i> segundo Dom Helder .....	173
5.4. A DISCUSSÃO, VOTAÇÃO E PROMULGAÇÃO DA <i>LUMEN GENTIUM</i> .....	175
5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO .....	179
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>180</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>184</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado consiste em abordar o processo de elaboração da Constituição Dogmática do Concílio Ecumênico Vaticano II sobre a Igreja – *Lumen Gentium*, partindo do Esquema *De Ecclesia*, preparado pela Subcomissão presidida pelo Cardeal Ottaviani, a partir da consulta lançada em julho de 1960, apresentado e rejeitado na Primeira Sessão do Concílio, em 1962. A abordagem segue pelo novo esquema, que começou a ser preparado e apresentado na Segunda Sessão, em 1963, e posteriormente trabalhado por uma comissão e oito subcomissões, que apresentaram a nova redação na Terceira Sessão do Concílio em 1964, que foi discutida, votada e promulgada por Paulo VI no mesmo ano.

O subtema, isto é, o recorte desta pesquisa, baseia-se conjuntamente no processo de elaboração da *Lumen Gentium* e aborda, ao mesmo tempo, a atuação de Dom Helder Camara nos períodos referentes aos trabalhos de elaboração da Constituição. Propõe-se averiguar como Dom Helder participou das discussões, como se deu sua atuação nas comissões e subcomissões, suas reações aos debates e embates, assim como sua contribuição, seja indiretamente nas articulações, seja diretamente na aula conciliar.

O tema desta dissertação é o seguinte: *O Processo de elaboração da Lumen Gentium e a atuação de Dom Helder Camara a partir de suas circulares conciliares*. O objetivo é abordar o processo de elaboração da Constituição e investigar qual a atuação e contribuição de Dom Helder Camara a partir de suas Cartas Conciliares.

A pergunta que a dissertação de mestrado quer responder é: Como se deu a atuação e contribuição de Dom Helder ao processo de elaboração da Constituição Dogmática *Lumen Gentium* a partir de suas circulares Conciliares? De que maneira tal processo ocorreu, segundo essas cartas?

Devido à complexidade de trabalhar todos os volumes das cartas, o recorte para esse trabalho terá atenção naquelas circulares indicativas ao processo de elaboração da *Lumen Gentium*, documento promulgado pelo Concílio Vaticano II, em 21 de novembro de 1964, de acordo com o itinerário apresentado nessas circulares.

Como justificativa, apresenta-se que, a partir deste contexto e também do foco da atuação de Dom Helder durante as sessões de redação da Constituição, encontra-se a matriz pulsante da pesquisa, e sendo assim, as reações aos debates e embates,

assim como as contribuições de Dom Helder deste período destacado, serão examinadas nas Circulares Conciliares.

Como objetivo, a pesquisa pretende percorrer o itinerário até a promulgação da *Lumen Gentium* e, ao mesmo tempo, perceber a atuação específica de Dom Helder segundo suas cartas. É evidente que a pesquisa vai abordar o concílio e as referidas cartas, no entanto, não se pretende estudar integralmente o que se encontra nas circulares conciliares. Sendo assim, será analisado o recorte presente apenas nas circulares conciliares que reportam a elaboração da *Lumen Gentium* até a sua promulgação.

As fontes da pesquisa, prioritariamente, são as Cartas Circulares de Dom Helder e, portanto, o trabalho de investigação seria o de constatar como o processo de elaboração da constituição é relatado por ele em seus escritos.

Metodologicamente, a pesquisa se estruturou da seguinte maneira: discorrer nas abordagens de estudo, pesquisando em referenciais teóricos descritos anteriormente e em pesquisas bibliográficas acerca da temática da dissertação. A pesquisa será bibliográfica, de exploração de documentos, e em especial, tanto por leituras e estudo de comentadores do processo de elaboração da Constituição como das cartas circulares de Dom Helder Camara.

Como hipótese, a dissertação de mestrado quer demonstrar que a atuação de Dom Helder ao longo do processo de elaboração da Constituição Dogmática *Lumen Gentium* foi ativa e significativa. Tanto é verdade que sua contribuição é efetiva, como será demonstrada ao longo de algumas passagens das Circulares Conciliares.

É essencial esclarecer que a atuação e contribuição de Dom Helder ao processo de elaboração da *Lumen Gentium* foi positiva. De fato, ele atuou e contribuiu de modo diferente dos demais padres conciliares, pois o realizou a sua maneira, de modo bem discreto e organizado, trabalhando em meio aos bastidores, oportunizando as redes de articulação em benefício do Concílio. Sendo assim, não se pode negar que sua participação foi efetiva e concreta, sem dúvidas, e seu desempenho é amplamente reconhecido pelos estudiosos.

No entanto, o que o leitor irá encontrar das Circulares não são muitas citações a respeito do itinerário da construção da *Lumen Gentium*; ao contrário, deve-se considerar as Circulares Conciliares de Dom Helder como um gênero literário específico, no entanto, tais cartas são importantes para demonstrar sua contribuição a partir do ponto de vista de cronista, de padre conciliar e de um entusiasta do Concílio

Vaticano II. Tais aspectos não desqualificam o empenho e nem a contribuição de Dom Helder, mas o tornam um observador único e atento em seus escritos, que relatam suas percepções do processo de elaboração do documento conciliar mais importante sobre a Igreja.

No que diz respeito ao Estado da Arte, verificou-se que há inúmeras literaturas<sup>1</sup> existentes sobre a temática. Quanto ao recorte da atuação de Dom Helder segundo as Circulares Conciliares também existem diversos estudos publicados. Objetivamente, o processo de elaboração da *Lumen Gentium* é o que possui mais materiais disponíveis para o estudo. Contudo, a novidade da dissertação estará em buscar nas cartas de Dom Helder como ele compreende tal processo e apresentar suas contribuições.

Como recordou no prefácio da obra que organizou, segundo Baraúna (1965, p. 21): “a constituição Dogmática *Lumen Gentium* passará indubitavelmente à história como o documento central do Concílio Vaticano II”. Pois bem, exatamente com este recorte do autor, pode-se dimensionar a importância do processo de elaboração deste documento conciliar, atribuindo um real significado das qualificações pertinentes nas circulares conciliares segundo as percepções de Dom Helder.

O que existe atualmente são artigos, livros, ensaios que descrevem a importância das correspondências de Dom Helder para a pesquisa em relação ao Concílio Vaticano II. Na perspectiva pela qual se pretende abordar a temática, é bem provável que tal pesquisa contribuirá para evidenciar a relevância das cartas conciliares, isto é, de que maneira Dom Helder colaborou para o processo de renovação conciliar, sendo ele relator de uma das subcomissões.

O referencial teórico sobre o estudo das circulares conciliares de Dom Helder encontra-se na coleção Obras completas de Dom Helder Camara, publicada pela CEPE, em 2009. E assim sendo, a pesquisa se baseará amplamente na consulta,

---

<sup>1</sup> A pesquisa deseja explicitar a contribuição de Dom Helder Camara no Concílio Ecumênico Vaticano II, ao estudar o processo de elaboração da *Lumen Gentium*, sobre a Igreja. Dom Helder foi uma figura emblemática no Brasil, na Igreja e na sociedade. No entanto, há inúmeras literaturas que o abordam de diferentes aspectos, acerca de sua atuação quanto a Igreja, mais especificamente da *Lumen Gentium*, verificou-se que os autores pesquisados, tais como: Alberigo, Beozzo, Frei Baraúna, Frei Boaventura Kloppenburg, são comentaristas das atuações de Dom Helder. Porém, tal dissertação de mestrado discorre a partir da atuação de Dom Helder recorrendo às fontes primárias, a saber, da leitura e comentários das impressões pessoais dele ao processo de elaboração da *Lumen Gentium* segundo suas Cartas Conciliares, isto é, segundo o estudo das Circulares. Com isso, deseja-se obter lógica e coerência entre os aspectos que demonstram o desenvolvimento histórico e teológico da Constituição Dogmática sobre a Igreja e concomitantemente apresentar a atuação de Dom Helder ao processo de elaboração da *Lumen Gentium*, tal e qual é verificado em suas Circulares Conciliares.

leitura e estudo das supracitadas cartas, a saber, somente nos primeiros dois volumes e tomos (Volume I, Tomo I e Volume I, Tomo II), que são o objeto de estudo da dissertação<sup>2</sup>.

No primeiro capítulo da dissertação será apresentado o itinerário de convocação, de preparação e realização do Concílio Vaticano II. Além disso, deseja-se destacar a atuação de Dom Helder Camara, demonstrando suas reações e atuações, dentro e fora da aula conciliar, além de dar um destaque relevante na sua participação efetiva no grupo da Igreja dos Pobres e no Pacto das Catacumbas.

Procura-se, no segundo capítulo, situar o esquema *De Ecclesia* na primeira sessão do Concílio Vaticano II. Será apresentado todo o itinerário - processo de elaboração, apresentação e rejeição do esquema - evidenciando as contribuições de Dom Helder pelos seus escritos durante o processo de redação da *Lumen Gentium*.

No terceiro capítulo, o objetivo é discorrer sobre o itinerário de preparação e apresentação de um novo esquema *De Ecclesia* na segunda sessão do concílio e recorrer às circulares conciliares de Dom Helder para averiguar igualmente as suas contribuições.

Será abordada, no quarto capítulo, a terceira e última etapa da Constituição, em torno da preparação e apresentação da nova redação do texto na terceira sessão do Concílio, bem como a discussão e votação do documento e a reação e participação de Dom Helder Camara a respeito.

Conseqüentemente, é a partir desse itinerário do processo de elaboração da *Lumen Gentium* segundo a atuação e contribuições de Dom Helder presente em suas Circulares Conciliares que esta pesquisa de mestrado pretende progredir.

---

<sup>2</sup> CAMARA, Helder, 1909 - 1999. **Circulares conciliares (13 volumes) / Dom Helder Camara**: Orgs. Luiz Carlos Luz Marques e Roberto de Araújo Faria - Recife: CEPE, 2009. (Coleção de obras completas de Dom Helder Camara).

## 2 O CONCÍLIO VATICANO II E A ATUAÇÃO DE DOM HELDER CAMARA

O primeiro capítulo desta dissertação tem por finalidade abordar o itinerário de convocação, de preparação e realização do Concílio Vaticano II, o 21º Concílio Ecumênico da Igreja Católica, evento eclesial mais importante do século XX. Destaca-se, neste percurso, a atuação de Dom Helder Camara<sup>3</sup>, sobretudo no que tange suas reações e ações, quer dentro, quer fora da aula conciliar<sup>4</sup>, assim como a sua participação efetiva no Grupo da Igreja dos Pobres<sup>5</sup> e no Pacto das Catacumbas.

Objetiva-se, com isso, compreender e constatar, durante a realização do Concílio<sup>6</sup>, suas sessões e desdobramentos práticos, que as intervenções de Dom Helder são fidedignas, coordenadas e articuladas com diversos organismos de ação e recepção do Vaticano II. Portanto, tais características justificam e definem sua identidade como articulador em favor do Concílio.

As perguntas que o capítulo quer responder são as seguintes: Como foi a atuação de Dom Helder Camara durante a realização do Concílio Vaticano II? E, em

---

<sup>3</sup> Dom Helder Pessoa Camara foi arcebispo de Olinda e Recife (1964 -1985). Nasceu em 7 de fevereiro de 1909, em Fortaleza, Ceará. Sacerdote desde 1931, transferiu-se para o Rio de Janeiro, então Capital Federal, em 1936. Tendo sido integralista militante, deixou para trás o movimento ao se aproximar das ideias do humanismo integral de Jacques Maritain. Foi vice-assistente nacional da Ação Católica desde 1947, conselheiro da Nunciatura, desde 1948. Eleito e consagrado bispo auxiliar do cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro em 1952, promovido a arcebispo auxiliar a partir de 1955, teve atuação marcante no plano eclesial, nacional, desde os anos 1940. Entre tantas outras, foram suas as iniciativas da fundação e implantação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 1952, e a organização do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional em 1955, durante o qual participou da fundação e implementação do Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM). Criou também, no Rio de Janeiro nos anos 50, a Feira e o Banco da Providência, dentro ainda de uma perspectiva assistencialista, da qual evoluiu a ponto de tornar-se a figura do episcopado brasileiro cujas ideias e projetos maior impacto tiveram dentro e fora do país, dos anos 60 aos 80, e o tornaram conhecido como “arcebispo vermelho”, “advogado do Terceiro Mundo”, “voz dos sem voz”, ou seu “título” preferido, o irmão dos pobres. Essa evolução e essa presença deveram-se, em parte, à sua participação ativa no Vaticano II (MARQUES LUZ, Luiz Carlos, *apud* DICIONÁRIO DO VATICANO II, 2015, p. 71).

<sup>4</sup> A aula conciliar consistia nas Congregações Gerais e nas Sessões Públicas oficiais do Concílio. No decorrer dos quatro períodos, houve dez Sessões Públicas e 168 Congregações Gerais, nas quais apresentavam-se os temas a serem discutidos nas “aulas conciliares” e assim completavam-se e votavam-se os documentos.

<sup>5</sup> O grupo da “Igreja dos Pobres, no Concílio, iniciou-se com um pequeno número de bispos, inspirados no itinerário de Paul Gauthier, autor do livro “Jesus, a Igreja e os pobres” (BEOZZO, 2004, p.147). As raízes espirituais desse grupo residem na experiência francesa dos padres operários vivenciada na década de 1940. Posteriormente, vários bispos de países subdesenvolvidos identificaram-se com o clamor existente no Terceiro Mundo, dilacerado pela fome e por problemas sociais. O grupo denunciava e se propunha a preencher a lacuna entre a Igreja e os pobres, criada pelo sistema capitalista. Portanto, o Pacto das Catacumbas é uma continuidade da Igreja dos Pobres, alertando para a necessidade de a Igreja ser pobre e servidora.

<sup>6</sup> Existiram inúmeros grupos informais durante a realização do Concílio Vaticano II. Nem tudo foi resolvido nas aulas conciliares, por isso atuaram em plena concordância com iniciativas diversas, revelando tendências variadas, de acordo com as características dos padres conciliares.

especial, segundo a hipótese de sua participação efetiva no grupo da Igreja dos Pobres (Pacto das Catacumbas), como e de que maneira se articulam suas contribuições dentro e fora da aula conciliar?

O itinerário da redação segue a proposta de partir do Concílio Vaticano II, contextualizando as etapas de construção desse grande evento para a Igreja, sendo as contribuições de Dom Helder Camara, como articulador e escritor, o foco deste primeiro capítulo.

De fato, ele articulou toda a rede de relações que tinha à sua disposição. Vivenciou o Concílio com grande entusiasmo, optou por trabalhar discretamente, nos bastidores e corredores, porque o evento transformou-se em “uma experiência espiritual decisiva na vida de Dom Helder [...] não foi apenas um evento, mas um espírito, um programa de vida, uma concepção eclesial” (RAMPON, 2013, p. 193). Sua habilidade na escrita é testemunhada através das Circulares Conciliares. O talento de escrever e relatar era vivenciado nas madrugadas, quando, nas longas vigílias de oração, brotavam o espírito e a letra das cartas, que eram enviadas aos seus colaboradores do Rio de Janeiro e posteriormente para o Recife.

Durante o desenvolvimento do capítulo, pretende-se apresentar as reações dele durante o evento e, de alguma maneira, relacionar essas atuações com as redes de articulações que ele estabeleceu durante os períodos conciliares.

Não é muito simples oferecer uma figura conciliar autêntica, porque existem diversos aspectos de um mesmo Helder Camara durante o Concílio. Porém, a tarefa é trabalhar na percepção de um “Dom Helder Camara” com foco na sua efetiva atuação, e assim, nada mais sugerir o que o contexto histórico possa apresentar.

## 2.1 A CONVOCAÇÃO, PREPARAÇÃO E A REALIZAÇÃO DO CONCÍLIO VATICANO II

O objetivo é abordar e contextualizar as etapas do Concílio Vaticano II e, a partir desse enfoque, descrever o seu desdobramento (1962 - 1965). Para o início formal dos trabalhos do evento, foi necessário cumprir certos objetivos, cujos procedimentos, se não fossem realizados, nem sairiam da fase convocatória proposta pelo papa João XXIII. E assim sendo, o Concílio passou da fase embrionária (convocação), à fase antepreparatória, de preparação até chegar à abertura.

A fase de convocação é propriamente a intenção de realizar um novo Concílio Ecumênico pelo papa João XXIII, em 25 de janeiro de 1959. A partir dessa data, concretamente deu-se início à preparação do Vaticano II.

É evidente que o papa, no decorrer de seus pronunciamentos, obrigou-se a esclarecer qual era a finalidade do novo Concílio. Por esta razão, é justo dizer que sem dúvida houve esperanças e muitas incertezas com o anúncio do Vaticano II. Por muito tempo o papa explicou as intenções da convocação, afirmando que se tratava de inspiração divina o trabalho futuro do Concílio.

De acordo com Alberigo (2006, p. 44) “a preparação para o Vaticano II foi exuberante”. É óbvio que contou com uma programação prévia organizada, um processo realizado com vários personagens e com características institucionais determinantes, a saber, o papa, a Cúria Romana, o episcopado e os teólogos europeus, que se integraram gradual e progressivamente nesse itinerário de preparação.

A fase antepreparatória, por exemplo, é um modelo claro de que o Vaticano II não estava disposto a repetir modelos conciliares anteriores. Ao convocar uma consulta dessa fase, João XXIII evidenciou que era urgente a participação do episcopado católico na escolha de elegeer temas que seriam tratados no novo Concílio. Tal etapa possui um complexo e longo trabalho de documentações.

De modo amplo, para que a Igreja pudesse conhecer os anseios do episcopado, fez-se uma pesquisa geral nos anos de 1959 a 1960, em forma de carta consulta, que contemplaria as respostas aos bispos, arcebispos e demais dignitários. No entanto, a ausência de retorno a essa carta consulta revelou a dificuldade de responder às solicitações do episcopado referente ao Vaticano II.

Assim, o papa convidou a Igreja a exercer a plena liberdade em participar da preparação do Vaticano II, e ao mesmo tempo, exortava que os aspectos preparativos não se ocupassem com preocupações demasiadamente jurídicas. Um sinal tímido, mas evidente, de que a Cúria não interferisse nas preparações do Concílio.

Alberigo (2006, p. 45) observa que, durante a preparação ao Concílio, tomou-se ciência “não só do despreparo da Igreja no empenho de participação e corresponsabilidade requerido pela celebração de um concílio, mas também do estado de estagnação e sofrimento do catolicismo”. E deste modo, evidenciou-se que a preparação do Vaticano II obedeceu a uma gestação institucional, e que qualquer impulso dinâmico era recebido com imensa desconfiança. Apesar de tantos

mecanismos de controle e de uma organização propriamente curial, encontrou-se nos atos e gestos de João XXIII motivos para confiar na inspiração e espontaneidade da convocação.

O papa desejava um Concílio de cunho eminentemente pastoral<sup>7</sup>. No que se refere a menção pastoral do Vaticano II, o historiador americano O'Malley (2021) expõe que:

Insistir que o Vaticano II era apenas um concílio pastoral. Esse princípio está errado por duas razões. Primeiro, ignora o fato de que o concílio ensinou muitas coisas – a doutrina da colegialidade episcopal, por exemplo, que não é uma questão pequena. Era, portanto, tanto um concílio doutrinal quanto um concílio pastoral, ainda que ensinasse em um estilo diferente dos anteriores. Em segundo lugar, o termo pode ser usado para sugerir uma qualidade efêmera, porque os métodos pastorais mudam de acordo com as circunstâncias. Por isso, consciente ou inconscientemente, a palavra pastoral remete o concílio a um *status* de segunda categoria (O'MALLEY, 2021, p. 108).

De Mattei<sup>8</sup> também esclarece o uso do termo pastoral. Nesse sentido, a opção por um estilo de linguagem alinhada à pastoral revela um modo de ser e de pensar, e assim sendo, deve-se reconhecer que tal gênero literário, do qual se utiliza o estilo pastoral do Vaticano II, “não só exprime a unidade orgânica do evento, como veicula implicitamente uma doutrina coerente” (DE MATTEI, 2011, p. 20).

Consequentemente:

Os líderes do Concílio, prossegue O'Malley, compreenderam muito bem que, autoproclamando um concílio pastoral, o Vaticano II era, precisamente por isso, um concílio docente [...] O estilo discursivo do Concílio era o meio, mas o meio comunica a mensagem. O que significa que o Vaticano II, o concílio pastoral, tem um ensinamento, uma doutrina que, em grande parte, nos foi difícil formular, porque neste caso doutrina e espírito são duas faces da mesma moeda (O'MALLEY apud DE MATTEI, 2011, p. 20).

---

<sup>7</sup> Sobre este termo Pastoral deve-se entender, como expõem em seus argumentos tanto De Mattei (2011) como O'Malley (2021), que tal terminologia “pastoral” não está de modo algum prejudicando a Doutrina da Igreja. Isso quer dizer que, por ter uma linguagem pastoral, o conteúdo e a forma do Vaticano II apresentados não o desqualificam de nenhum outro Concílio. De acordo com De Mattei (2011), verifica-se que a dimensão pastoral do Vaticano II pode ser interpretada como uma chave hermenêutica para reconhecer a “historicidade da Igreja” e, assim sendo, propõe-se interpretar historicamente a verdade cristã. Portanto, segundo sua análise, O'Malley (2021) diz que o Concílio Vaticano II é um concílio tanto doutrinal como pastoral, embora seja bem diferente dos anteriores.

<sup>8</sup> Na defesa desta dissertação, sugeriu-se uma nota de rodapé crítica que evidenciasse que os autores De Mattei e Alberigo pertencem a escolas distintas e, por sua vez, possuem pensamentos diversos acerca do Concílio Vaticano II. Verificou-se, a necessidade de tal explicação como uma forma de entender a questão bibliográfica e favorecer uma análise crítica existente entre os autores citados.

De certa maneira, os trabalhos da fase antepreparatória e preparatória deram conta dessa demanda, e assim sendo, somente às vésperas da abertura do Vaticano II é que a Igreja conheceu do que se tratava de verdade o termo “pastoral”, uma vez que o papa João XXIII, em seu discurso inaugural, comparou a vida da Igreja à imagem do Cristo “Bom Pastor”.

Com a solenidade em 11 de outubro de 1962, a Igreja alegrou-se pela abertura dos trabalhos do Concílio Ecumênico Vaticano II. Sobre sua realização, será abordada uma visão panorâmica das sessões, dos participantes e das intersessões, e também se identificará o que esteve presente na agenda conciliar em cada período do Vaticano II, para então descrever o que foi discutido e contextualizar as comissões atuantes.

Ao final, serão apresentados os resultados do Vaticano II, isto é, abordados os dezesseis documentos aprovados ao longo da caminhada eclesial das quatro sessões conciliares nos anos de 1962 a 1965. Assim, o Concílio percorrerá os caminhos sustentado por debates e por infundáveis discussões a respeito da tão sonhada renovação eclesial.

### **2.1.1 Por que um Concílio?**

É importante justificar as razões que impulsionaram o papa João XXIII a convocar um novo Concílio Ecumênico. Trata-se de um Concílio novo, e não seria continuidade do inacabado Vaticano I (1869 - 1870). Como resposta e justificativa, o papa João XXIII sempre explicou que o projeto de realização do Vaticano II fora obra da assistência do Espírito, isto é, afirma ser objeto, como atesta Alberigo (2000, p. 26), “de um lampejo de luz superna”.

No que se refere ao nome do novo Concílio, evidenciou-se que seria intenção do Papa João XXIII, comunicada pelo Cardeal Tardini, tratar o Concílio como Vaticano II, “tratava-se, pois de um novo concílio, e não de reativação e conclusão do Concílio Vaticano I” (DE MATTEI, 2011, p. 109).

Seguindo este propósito, João XXIII, em muitas ocasiões em que foi indagado da razão da convocação de um novo concílio - e por inúmeras vezes teve a oportunidade de respondê-las -, utilizou palavras que denotam um verdadeiro testemunho de sensibilidade e de percepção aos “sinais dos tempos” e de como amadureceu a convicção da concretização do concílio.

Desse modo, Alberigo (2000, p. 26) expressa:

mas como o papa Roncalli veio a amadurecer uma decisão tão comprometedora? Ao abrir os trabalhos conciliares, haveria de afirmar que o concílio fora objeto de um lampejo de luz superna, e o florir elementar e imprevisto em nosso coração e de nossos lábios da palavra singela concílio ecumênico. [...], mas em 13 de outubro, dirigindo-se aos observadores não católicos, precisou: não gosto de apelar a inspirações particulares. Contento-me com a reta doutrina que ensina que tudo vem de Deus. De sorte que considerarei como inspiração celeste também essa ideia do concílio.

A inspiração para a convocação de um novo Concílio amadureceu na vivência humilde, modesta e simples do Cardeal Roncalli. Já bem antes de sua eleição como papa, foi adquirindo, ao longo de sua vida e vocação, uma espiritualidade de entrega a Deus e aos irmãos, prestando muita atenção aos sinais divinos presentes na sociedade civil. Essas e outras características de Roncalli o qualificaram como homem de fé, em constante diálogo e atento às dores e sofrimentos da sociedade.

Assim, acerca do histórico do papa Roncalli, percebe-se que suas origens eram humildes, no entanto, a pergunta cuja resposta os historiadores gostariam de obter era quem seria o papa que, num curto intervalo de tempo, teve a coragem de convocar um concílio, pois somente a imaginação dessa ação fizera desistir os papas que o antecederam.

O conclave do ano de 1958, que tinha a missão de eleger o sucessor de Pio XII, tinha duas opções distintas: ou eleger Agagianian ou o Cardeal Roncalli, o patriarca de Veneza. E, em 28 de outubro de 1958, elegeu mais uma vez um italiano, tratava-se de Ângelo Roncalli, oriundo de uma família patriarcal de Sotto il Monte, aproximadamente na região de Bérgamo, nascido em 25 de novembro de 1881, herdou a tradição católica de seus pais e familiares.

A família e o lar eram para o papa João XXIII<sup>9</sup> uma verdadeira escola de fé. Seu jeito simples de viver é consequência dessa sólida formação, como verifica Alberigo (2000, p. 26):

o ambiente familiar, numeroso e de poucos recursos econômicos, estava imbuído de sólida piedade de cunho camponês-paroquial. Com essas suas origens, Roncalli sempre manteria solidariedade de partilha. O seu modo de viver as relações familiares foi a atuação fiel de um modelo ideal

---

<sup>9</sup> Após sua ordenação sacerdotal, em 01 de agosto de 1904, foi escolhido secretário do novo bispo de Bérgamo. Junto ao Bispo Radini, aprendeu a pensar grande e tem suas experiências significativas de sacerdote empenhado ao seu rebanho, e assim sendo, tem contato direto com “instâncias litúrgicas e ecumênicas pouco comuns na Itália e participa dos primeiros modelos de ação católica” (ALBERIGO, 2000, p. 26).

de sacerdote, que personalizou, adaptando-se ao próprio temperamento e às circunstâncias.

O Concílio, como testemunha o estudo do autor, é livre de qualquer questão dogmática a ser resolvida, como era comum em concílios da Igreja primitiva ou dos primeiros concílios ecumênicos; ao contrário disso, é interessante salientar que o Vaticano II fora gerado na liberdade e na independência da diplomacia ou das programações prévias sistemáticas da Cúria Romana.

De Mattei (2011) faz uma consideração histórica relevante: de que nos últimos cinco séculos do segundo milênio haviam sido realizados apenas dois concílios, o de Trento e o Vaticano I. Ele pondera que a convocação de uma assembleia no nível de um Concílio não poderia de modo algum ser feita apressadamente, no entanto, certas decisões na Igreja precisavam de diversas consultas ao episcopado. Tal prudência, como recorda De Mattei, guiou os Papas Pio XI e Pio XII, que consideraram, em um determinado momento, a premissa de retomar o Concílio Vaticano I; no entanto, devido a muitas circunstâncias históricas e eclesiais, desistiram da hipótese.

E assim sendo, quanto às justificativas, argumenta-se:

O historiador tem dificuldade em compreender como foi que João XXIII pôde assumir tão grande responsabilidade de modo tão fulminante, apenas três meses depois de sua eleição, a menos que se conceba que teve uma espécie de iluminação do Espírito Santo, de que, contudo, não há registro do Diário da alma nem nas agendas privadas do Pontífice (DE MATTEI, 2011, p. 101).

Para explicar a reação dos cardeais com a ideia de um novo Concílio, deve-se entender: “não é, pois, de espantar a reação de estupefato silêncio dos cardeais em face da tranquila segurança com o que o Papa recém-eleito lhes anunciava um evento que estava destinado a mudar a história” (DE MATTEI, 2011, p. 101). Como recordou, posteriormente, o papa João XXIII, que em uma nota chegou a escrever “o primeiro a ficar surpreendido com a minha proposta fui eu próprio” (DE MATTEI, 2011, p. 101).

Em conformidade tanto com Alberigo (2000) e De Mattei (2011), devido às surpresas e incertezas, o evento correu o risco de ser julgado por pessoas que nunca entenderam seu testemunho profético ou, de antemão, alguns poderão dizer que fora convocado por um papa ancião, cujo pontificado deveria ser de transição. Mas aqueles que entenderam seu chamado de unidade e misericórdia sem dúvida

rejubilaram-se por presenciar a “atualidade e urgência” deste novo concílio ecumênico.

Ainda sobre a justificativa e convocação, Alberigo (2000, p. 31 - 32) explica o seguinte:

portanto, a convocação do novo concílio é fruto de convicção pessoal do papa, lentamente sedimentada em seu espírito, encorajada também por outros e, enfim, tornada decisão autorizada e irrevogável no trimestre sucessivo à eleição ao pontificado. Uma decisão livre e independente, como talvez jamais se tenha verificado na história dos concílios ecumênicos ou gerais. Uma convocação que não se fez proceder por tentativas diplomáticas nem por consultas formais eclesiológicas, que, portanto, tomou a todos de surpresa: amigos e adversários, dentro e fora da Igreja católica, tanto do vértice como na base. Um ato desconcertante, fadado a permanecer estéril ou a ser julgado até mesmo como decisão precipitada.

É presumível que, no primeiro anúncio do Concílio, o papa João XXIII não tivesse a clareza completa, ou não quisesse sobrecarregar a mensagem inicial do Vaticano II. Como recorda Alberigo, tal anúncio fora de certa forma bombástico, isto é, o papa tinha como projeto decisivamente não condenar erros ou apontar culpados diante da sociedade civil; ao contrário de seus antecessores, não queria enfrentar ameaças cismáticas. O Vaticano II, no seu fundamento originário, estava orientado a não julgar erros ou preocupar-se com questões dogmáticas, mas sim apresentar os caminhos para o ressurgimento da misericórdia.

E com o anúncio do futuro Concílio, percebe-se que tratava-se de um projeto sintético que suscitava incertezas, pois dava a impressão de que a própria decisão do Papa não era conhecida por muitos de seus colaboradores. Na realidade, muitos desses assistentes da Cúria Romana não sabiam bem qual era a fisionomia de um Concílio. Por isso, em seguida da decisão de convocação de um novo Concílio, o papa obrigou-se a esclarecer e aprofundar a natureza de um Concílio, e traçar metas para descrever gradualmente a força e o vigor que trataria o Vaticano II. Mas, a verdade é que o comunicado de 25 de janeiro surpreendeu e alegrou muitos membros da Igreja, e preocupou as mentes mais conservadoras (ALBERIGO, 2000, p. 34).

Para as mentes e opiniões conservadoras, não havia necessidade de um novo Concílio, pois, de acordo o que recorda De Mattei (2011), os Cardeais Ottaviani e Ruffini pensavam que poderiam domar a forte personalidade de João XXIII, e deste modo, enganavam-se “de que seriam capazes de manter o Concílio sob o controle da

Cúria Romana e de conseguir que ele reafirmasse os ensinamentos tradicionais da Igreja opondo-se aos erros que circulavam” (DE MATTEI, 2011, p. 102).

Entretanto, os cardeais Ottaviani e Ruffini apoiaram a idealização de João XXIII na convocação do Vaticano II. De Mattei (2011, p. 105) declara que, em 1948, eles haviam sugerido ao “Papa Pio XII a ideia de um concílio, afirmando que, ainda na cela do conclave, tinham sido os primeiros a sugerir ao recém-eleito João XIII que convocasse o vigésimo primeiro concílio universal da Igreja”.

Numa entrevista publicada pelo seminário *Epoca*, o Cardeal Ottaviani foi questionado sobre sua reação quando João XXIII convocou o Concílio, e a resposta dele é descrita por De Mattei:

Tinha-me falado disso logo quando da sua eleição. Melhor, e para ser mais preciso, fui eu que fui ter com ele ao quatinho que ocupou durante o conclave, na véspera de sua eleição, e lhe disse: Eminência, é preciso pensar num concílio. O Cardeal Ruffini, que assistiu à conversa, era da mesma opinião. O Cardeal Roncalli fez sua ideia e, mais tarde, viria dizer: Pensei no Concílio assim que fui eleito Papa. É verdade, acolheu a nossa sugestão (DE MATTEI, 2011, p. 105).

A questão importante é destacar que João XXIII decidiu-se por um novo Concílio. Se de fato foi aconselhado pelos Cardeais Ottaviani e Ruffini não é de muita relevância em tais circunstâncias, porém, o que se deve considerar, como recorda o historiador Mons. Hubert Jedin, “o inesperado anúncio teve o efeito de um golpe de fanfarras dentro e talvez ainda mais fora da Igreja” (DE MATTEI, 2011, p. 105). E, outra ocasião, Mons. Thomas Roberts dizia: “nunca me tinha ocorrido a ideia de um concílio nem nunca tinha conhecido alguém a quem tivesse ocorrido tal ideia”. (DE MATTEI, 2011, p. 105).

A ideia que brotou daquele primeiro anúncio não era de um organismo completo e decidido. A Cúria Romana e sobretudo a opinião pública estavam acostumadas a receber de antemão os esquemas e projetos já “realizáveis”. Isto é, ainda por se tratar de um Concílio, nada poderia ser definido às pressas. Porém, o Vaticano II não foi decidido a pulso ou à vontade pura e simples do papa. Constantemente, como já dito, ele explica que se tratou de uma inspiração divina. E, a partir disso, sem saber do ato que inaugurava, João XXIII tornou aquela simples mensagem ainda incompleta do ponto de vista curial em catalisador do tempo, um ato irreversível.

Verifica-se que a consequência teológica do discurso de convocação do papa, como aborda Alberigo (2000, p. 35), de que o catolicismo, “mas também as outras tradições cristãs e o próprio mundo secular teriam de levar em conta o projeto roncallino. A Igreja católica tinha entrado em fase nova e imprevista de sua história”.

Na Bula da Constituição Apostólica “*Humanae Salutis*”, promulgada na manhã da solenidade do Natal de 1961, o Papa João XXIII convoca oficialmente o próximo Concílio Ecumênico Vaticano II. Nessa oportunidade, o papa justifica de forma evidente as razões e motivações que o fizeram tomar essa firme decisão, afirmando o dever de conclamar a seus filhos “para dar à Igreja a possibilidade de contribuir mais eficazmente na solução dos problemas da idade moderna” (João XXIII *Apud* KLOPPENBURG, 1962, p. 85).

O papa apresentou os fundamentos para a sua realização:

por este motivo, acolhendo como vinda do alto uma voz íntima de Nosso espírito, julgamos estar maduro o tempo para oferecermos à Igreja Católica e ao mundo o dom de um novo Concílio ecumênico [...] O próximo Concílio reúne-se, felizmente, no momento em que a Igreja percebe, de modo mais vivo, o desejo de fortificar a sua fé e de espelhar-se na própria e maravilhosa unidade; como, também, percebe melhor o dever urgente de dar maior eficiência à sua robusta vitalidade, e de promover a santificação de seus membros, a difusão da verdade revelada, a consolidação de suas estruturas (JOÃO XIII *Apud* KLOPPENBURG, 1962, p. 85).

Portanto, o Vaticano II era chamado para oferecer a todos os homens de boa vontade pensamentos e propósitos de paz. E assim sendo, a paz “(...) pode e deve vir sobretudo das realidades espirituais e sobrenaturais da inteligência e da consciência humana, iluminadas e guiadas por Deus” (JOÃO XXIII *Apud* KLOPPENBURG, 1962, p. 86).

#### **2.1.1.1 Finalidade do Concílio Vaticano II**

Sabe-se que, após o anúncio e a convocação do Concílio, coube a João XXIII esclarecer do que deveria tratar o Vaticano II. É bom recordar que o pontífice se utilizou de um meio extraordinário: a carta consulta, solicitando os apelos mais urgentes para a Igreja.

E, posteriormente à alocução do papa acerca da realização do novo concílio ecumênico, houve inúmeros posicionamentos da sua parte, esclarecendo as

intenções que o motivaram. O estudo de Alberigo registra as reações<sup>10</sup> após o comunicado oficial do Santo Padre, datado de 25 de janeiro de 1959. Sobre esse assunto, comenta que a celebração do futuro concílio ecumênico visa não só a edificação do povo cristão, mas deseja ser também um convite às comunidades separadas na busca da unidade, pois de verdade, tal objetivo da realização de um Concílio ecumênico é anseio comum de muitos habitantes da terra (ALBERIGO, 2000, p. 49).

Em relação a um Concílio Ecumênico, Roberto De Mattei explica que, desde o início, o Concílio Vaticano II foi assim classificado (DE MATTEI, 2011, p. 106). O termo ecumênico não pode ser entendido, de acordo com o autor, como uma grande propaganda católica para que os protestantes voltem à fé. Não se trata desse argumento ou impressão, e nem de um Concílio “unionista”, como foi o de Florença em 1439. Ao contrário disso, sobre a terminologia, como explica De Mattei:

[...] não foi esse o significado que o Papa lhe atribuiu desde o princípio. O Sumo Pontífice ateve-se, muito simplesmente, à terminologia da Igreja, que está fixada no Código de Direito Canônico, e cujo capítulo referente ao concílio universal tem por título *De Concilio OEcumenico* (DE MATTEI, 2011, p. 106).

O Concílio era chamado a ser ecumênico porque era um evento da Igreja Católica, pois como confirma De Mattei (2011, p. 106): “no seu sentido lógico, o Concílio Vaticano II tinha de ser um Concílio ecumênico, porque a Igreja Católica reconhecia vinte concílios ecumênicos, ou seja, gerais, ou ainda, universais”. E, assim sendo, esclarece-se:

O concílio ecumênico tem na Igreja Romana uma definição muito precisa: é a assembleia de todos os bispos da Igreja Católica, convocados pelo Pontífice Romano para tratarem de questões relativas à fé e aos costumes. A sua universalidade de fato é constituída pela presença dos católicos que estão espalhados por toda a terra; e a sua universalidade de direito consiste no fato de que a Igreja foi constituída para acolher no seu seio todos os homens sem exceção (DE MATTEI, 2011, p. 106 *in L'Osservatore Romano*, 15 de novembro de 1959).

Em outra ocasião, dirigindo-se aos párocos de Roma, o papa João XXIII declarava a intenção de falar a todas as Igrejas cristãs e, num tom reconciliador, pedia

---

<sup>10</sup> As reações obviamente são de admiração, surpresa e curiosidade acerca do anúncio do Vaticano II. Para consulta e aprofundamento deste tema, verificar: ALBERIGO, Giuseppe. (Coord. da edição brasileira José Oscar Beozzo). **O catolicismo rumo à nova era: o anúncio e a preparação do Vaticano II (janeiro de 1959 a outubro de 1962)**. Volume I. Petrópolis: Vozes, (Ecos, esperanças e preocupações, p. 36 - 49), 2000.

que todas as discórdias fossem superadas e que os cristãos voltassem a unir-se, sem recorrer ao processo de análise histórica detalhada para verificar quem teve ou quem deixou de ter razão no passado, mas era um verdadeiro chamado de união que o Vaticano II convocava os filhos de Deus e homens de boa vontade a ultrapassarem os seus limites das instituições cristãs e perceberem o tempo presente que Deus concedia a todos os cristãos (DE MATTEI, 2011, p. 107).

A respeito do anúncio do Santo Padre, ainda expõe que:

No primeiro comentário oficioso do anúncio, L'Osservatore romano escreveu que o concílio não seria o concílio de medo, mas o concílio de unidade. Era ainda muito pouco, ainda que evidenciasse a mudança de clima: encaminhando-se para o concílio, a Igreja não se sentia mais temerosa e assediada, respirava ar novo e se achava livre para colocar o problema supremo da unidade. Todavia, não só o comunicado, mas também o texto completo da alocução de 25 de janeiro não respondia às centenas de perguntas que o anúncio suscitara (ALBERIGO, 2000, p. 49).

O autor comenta que o pontífice João XXIII, em meados de abril de 1959, decide deixar bem evidente o propósito do Vaticano II em que “formula o objetivo fundamental do concílio: aumentar o esforço dos cristãos, dilatar os espaços da caridade, com clareza de pensamento e grandeza de coração” (ALBERIGO, 2000, p. 52).

Frei Boaventura Kloppenburg (1962, p. 15 - 16), nos seus estudos e pesquisas, aborda a novidade do Concílio Vaticano II, declarando que, na ocasião da promulgação da primeira encíclica do papa João XXIII, a saber, *Ad Petri Cathedram*, que deve ser considerada o documento programático do seu pontificado, de 29 de junho de 1959, encontram-se presentes os seguintes objetivos:

no capítulo terceiro, sobre a unidade da Igreja, depois de recordar a promessa divina de que “haverá um só rebanho e um só Pastor” (Jo 10,16), escreve o papa: Profundamente animado por esta suavíssima esperança, anunciamos publicamente o Nosso propósito de convocar um Concílio Ecumênico, em que hão de participar os Sagrados Pastores do Orbe Católico para tratarem dos graves problemas da religião, principalmente para conseguirem o incremento da Fé Católica e a saudável renovação dos costumes no povo cristão e para a disciplina eclesiástica se adaptar melhor às necessidades dos nossos tempos.

Inicialmente e durante seu percurso, o Concílio nutria a esperança de ser ecumênico. Mas deve-se ressaltar que os aspectos ecumênicos, naquela ocasião, eram simplesmente que os cristãos separados pudessem retornar à obediência da Santa Igreja “Romana”. A unidade da Igreja não era um discurso teológico

amadurecido, semelhante ao do pós Concílio. E assim mesmo havia problemas de entendimento teológico e pastoral do termo 'ecumênico'. Porém, em muitas citações, percebe-se a iniciativa de adaptar a mensagem de esperança para as realidades conflituosas de relacionamentos com os não católicos e fica evidente a real necessidade de repensar a Igreja e sua atuação para o contexto dos tempos presentes.

De Mattei (2011) explicita que, em seu discurso, o Papa esclareceu a intencionalidade do Concílio Vaticano II:

na época moderna, mais do que um ponto ou outro de doutrina e disciplina [...], trata-se de voltar a valorizar e a pôr em esplendor a substância do pensar e do viver humano e cristão, da qual a Igreja é depositária e mestra ao longo dos séculos (DE MATTEI, 2011, p. 107 *in* L'Osservatore Romano, 15 de novembro de 1959).

Em referência aos objetivos fundamentais do Vaticano II, o próprio papa irá citar esse mesmo texto de modo efusivo em outros momentos. Kloppenburg (1962, p. 16) menciona: “O papa indica três finalidades principais do Concílio: 1) incremento da Fé; 2) renovação dos costumes e 3) adaptação da disciplina eclesiástica às necessidades do tempo atual”.

O Vaticano II trazia como mensagem principal a necessidade de reconstruir as relações existentes com as comunidades separadas. Desse modo, verificou-se que a prece elaborada por ocasião do evento pedia um novo incremento da fé católica, e que esta oportunidade única da celebração de um novo concílio ecumênico poderia revigorar a Igreja numa vivência missionária e abundante, na qual o Evangelho fosse força viva para a sociedade humana. E por último, pede-se na prece que se obtenha “um conhecimento mais profundo da doutrina da Igreja e salutar incremento dos costumes cristãos” (KLOPPENBURG, 1962, p. 16).

Em outra ocasião, o papa expressa-se na alocução de 13 de novembro de 1960 de forma contundente. Acerca desse fato, João XXIII *apud* Kloppenburg (1962, p. 17) descreve o seguinte:

a obra do próximo Concílio Ecumênico é, verdadeiramente, concebida toda para restituir o seu esplendor, no semblante da Igreja de Cristo, aos traços mais simples e mais puros de suas origens, a fim de apresentá-la tal como seu divino fundador a criou: *sine macula et sine ruga*. [...] E é por isto que o que mui nobremente se propõe o Concílio Ecumênico, cuja preparação agora começa, e por cujo bom êxito se eleva a súplica de toda a terra, é fazer um tempo de pausa em torno dela, para, num estudo afetuoso, investigar os traços da sua juventude mais ardente, e recompô-

los de maneira a revelar a sua força conquistadora sobre os espíritos modernos, tentados e comprometidos pelas falsas teorias do príncipe deste mundo adversário declarado ou oculto do Filho de Deus, Redentor e Salvador.

Posteriormente, o pontífice, ao lembrar a importância dos concílios ecumênicos do passado, que responderam a diversas e importantes preocupações, relata os tempos atuais, considerando que a fisionomia do Vaticano II está profundamente mudada em relação aos concílios anteriores. O Vaticano II, na visão de João XXIII, deveria conduzir novamente a Igreja às fontes puras da Revelação e da Tradição e, ao mesmo tempo, “recolocar em seu devido lugar e resplendor a própria substância do pensamento e da vida humana e cristã, da qual é a Igreja depositária e mestra através dos séculos” (João XXIII *apud* KLOPPENBURG, 1962, p. 18).

O próprio Alberigo afirma que o papa João XXIII queria um concílio de transição de épocas, trazendo-o para o tempo presente e recuperando elementos da tradição. E assim verifica-se:

[...] um concílio que fizesse passar a Igreja da época pós-tridentina e, de certa forma, da plurissecular fase constantiniana para uma fase de testemunho e anúncio, recuperando os elementos fortes e permanentes da tradição (ALBERIGO, 2000, p. 57).

O Vaticano II definitivamente não seria um concílio de elaboração de leis ou normas canônicas, ao contrário, seria considerado um evento de transição, que deveria conduzir a Igreja na renovação eclesial, adaptando os meios de evangelização com a força e imediatez próprias do Evangelho condizente com o presente século.

Em outras palavras, pode-se afirmar, definitivamente, como assegura Kloppenburg (1962, p. 18), que se trata de um concílio “totalmente diferente dos outros, preocupado não com questões mais ou menos isoladas, mas com o próprio cerne de pensamento e da vida humana e cristã.” E mais tarde, citando as palavras do papa João XXIII, Frei Boaventura Kloppenburg (1962, p. 18) assegura que:

[...] nós esperamos deste Concílio, que quer ser revigoração de fé, de doutrina, de disciplina eclesiástica, de vida religiosa e espiritual; e, além disso, uma grande contribuição para a reafirmação daqueles princípios de orientação cristã nos quais se inspira e se orienta também o desenvolvimento da vida civil, econômica, política e social.

Portanto, constata-se que as bases teológicas e pastorais estavam lançadas, e assim, concomitantemente, conhecia-se a proposta que o Vaticano II ambicionava, embora faltassem os longos caminhos de preparação conciliares, os quais foram bem

árduos. No entanto, são esses momentos de preparação que tornaram possíveis a realização e o trabalho fecundo do evento ecumênico.

## 2.2 A CONVOCAÇÃO

A realização de um novo concílio ecumênico foi revelada à Igreja pelo papa João XXIII, em 25 de janeiro de 1959, concluídos então nem noventa dias de sua eleição como Bispo de Roma, datada de 28 de outubro de 1958. A alocução na Basílica de São Paulo atesta verdadeiramente que o papa teve um gesto de “tranquila audácia” ao fazer tal pronunciamento. Segundo Alberigo<sup>11</sup>, (2000, p. 21):

pronuncio perante vós, certamente tremendo um pouco de emoção, mas também com humilde firmeza de intenção, o nome das duas celebrações: um Sínodo diocesano para a cidade de Roma e um Concílio geral para a Igreja Universal, assim anuncia João XXXIII a decisão de convocar um novo concílio em 25 de janeiro de 1959, a menos de noventa dias de sua eleição como sucessor de Pio XII, no decorrer de breve alocução dirigida a pequeno grupo de cardeais, reunidos em Consistório por ocasião da conclusão da semana de orações pela unidade das igrejas, na basílica de São Paulo fora dos muros.

Na íntegra do discurso, é possível considerar alguns pontos importantes, dentre os quais João XXIII reafirmar ser necessária e salutar a realização do Concílio, e de acordo com o que afirma Alberigo (2000, p. 21), “o sínodo e o concílio conduzirão felizmente tão desejado e esperado *aggiornamento* do Código de Direito Canônico”. Perante tal convocação, houve certamente reações de admiração, certificando que de alguma maneira o projeto de continuar o programa eclesial exercido por seu antecessor, Pio XII<sup>12</sup> (1939 - 1958), decisivamente estava descartado.

A decisão e a vontade de realização do Concílio Vaticano II por parte do papa não foi algo programado, ao contrário, foi um gesto inesperado, tanto para a Igreja

---

<sup>11</sup> Acerca das recorrentes citações de Alberigo, é justo ressaltar que ele é, de fato, o grande e talvez único autor que tenha sistematizado a longa história do concílio. Assim sendo, para além daqueles estudiosos que se debruçaram sobre partes do evento (períodos conciliares específicos, documentos conciliares e até mesmo personagens envolvidos no evento, Alberigo é citado porque não sozinho, mas em conjunto com outros pesquisadores, organizou a coleção História do Concílio Vaticano II. No entanto, resolveu-se, depois da qualificação dessa dissertação, acrescentar aos estudos as pesquisas pertinentes de Roberto De Mattei (2011), em sua obra amplamente citada, *O Concílio Vaticano II, Uma História Nunca escrita*.

<sup>12</sup> Alguns estudiosos, como por exemplo, Alberigo e De Mattei, ao comentar a convocação do Concílio Vaticano II, afirmam que o conclave que elegeu o Papa João XXIII, em 1958, tinha uma missão específica, garantir que fosse um pontificado de transição, e que o novo Papa eleito preocupasse em “amortecer” os traumas do longo e dramático reinado de Pio XII.

como para a sociedade. Conforme destacou Souza (2013, p. 99) acerca da “novidade e surpresa” da convocação do Concílio Vaticano II:

Poder-se-ia afirmar que o anúncio do Concílio Vaticano II foi inesperado, principalmente ao passar os olhos pelos acontecimentos históricos precedentes. Por outro lado, ao analisar os pontificados anteriores e a relação da Igreja com o mundo moderno, será possível visualizar uma grande diversidade entre alguns pontificados, como o existente entre o de Pio XII (1939 - 1958) e o de João XXIII (1958 - 1963). Ângelo Roncalli sem consciência disso, foi um catalisador histórico dos tempos.

Para Roberto De Mattei, a ideia de convocar um Concílio foi espontânea e surpreendente, como afirma:

A bomba explodiu apenas três meses depois da eleição do Papa. Em 25 de janeiro de 1959, na aula capitular da abadia de São Paulo Extramuros, João XXIII, comunicou ao grupo de cardeais ali presentes, e ao mundo inteiro, o seu propósito de convocar um concílio ecumênico (DE MATTEI, 2011, p. 100).

Segundo o que relata, João XXIII ficou desconcertado e presenciou “um impressionante e devoto silêncio” (DE MATTEI, 2011, p. 100). Na realidade, tais atitudes eram um sinal de perplexidades e dúvidas em relação ao futuro Concílio, conforme descreveu a reação do Cardeal Guiseppe Siri, arcebispo de Gênova, quando recebeu a notícia na rádio.

De acordo com o autor:

Só de regresso ao paço arquiépiscopal é que o cardeal expressou aos secretários a sua surpresa e preocupação. [...] A perplexidade nascia do receio de que as tendências ideológicas inovadoras, que tinham vindo a lume na zona francesa e alemã depois da guerra, combinadas com os fermentos no campo bíblico, pudessem se desenvolver, tirando proveito do evento conciliar (DE MATTEI *in* B.LAI, 2011, p. 101).

Agora a Igreja presenciava a “audácia vivaz e incômoda” de Ângelo Giuseppe Roncalli, o papa João XXXIII, o qual também participava das alegrias e receios de um projeto ousado de elaborar e, sobretudo, realizar um novo concílio ecumênico, revelando coragem por detrás daquele anúncio profético e destemido de 25 de janeiro de 1959. De acordo com Alberigo (2000, p. 22), as reações de admiração, dada a importância do anúncio, podem ser apreciadas no relato a seguir:

Não se conhecem atas do breve consistório e, por isso, não sabemos das reações dos presentes. Dois anos mais tarde, o papa observaria que o anúncio foi acolhido pelos cardeais com impressionante e devoto silêncio. Apesar do convite feito a todos os cardeais, presentes e ausentes, a enviarem uma palavra pessoal e confiante que me faça conhecer as

disposições de cada um e amavelmente ofereça [...] sugestões acerca da celebração, não só poucos o acolheram, e os que o fizeram expressaram-se em termos frios e sem emoção.

De fato, a predição do novo concílio deixou a Igreja e sobretudo a Cúria e seus dicastérios desconcertados. Na realidade, o papa não deixava qualquer dúvida acerca de sua decisão, tinha plena consciência que seu ato era excepcional, pois, na verdade, João XXIII possuía prerrogativas canônicas para convocar um novo Concílio.

De Mattei (2011) comenta acerca da impetuosidade do anúncio do Concílio, recorda que o então secretário de Estado, o Cardeal Tardini, aprovou de antemão a novidade, no entanto, esperava que pudesse manter nas rédeas ou exercer algum tipo de controle em relação ao Papa. No entanto, o que ficou comprovado posteriormente foi que nem a Cúria e muito menos Tardini tinham domínio sobre o Papa João XXIII.

O Papa afirma:

Na audiência com o Secretário de Estado Tardini, aconteceu-me, pela primeira vez e como por acaso, pronunciar a palavra Concílio, como quem fala daquilo que o novo Papa poderia propor à guisa de convite a um vasto movimento de espiritualidade para a Santa Igreja e para o mundo inteiro. Receava uma careta sorridente e desanimadora. Pelo contrário, à simples menção da palavra, o cardeal – de rosto pálido e inexpressivo – soltou uma exclamação inesquecível, com um clarão de entusiasmo: Oh! Oh! É uma ideia, é uma grande ideia! (DE MATTEI, 2011, p. 102 *in* João XXIII, Pater Amabilis, Agende del Pontefice, p. 25).

Considera-se que as circunstâncias históricas do momento da convocação do Vaticano II não pareciam ser adequadas e nem muito menos favoráveis para a realização de uma grande assembleia eclesial. De acordo com as realidades históricas do fim da década de cinquenta do século vinte, é evidente destacar que havia um clima de tensão vigente ocasionada pela “guerra fria”, e tais consequências tentavam ofuscar a renovação proposta pelo papa João XXIII.

Dessa maneira, sobre a convocação do Vaticano II, tanto Alberigo (2000) quanto De Mattei (2011) expressam sua admiração. Ambos, embora com pontos de vista diversos, deliberam que foi inesperada, imprevista e surpreendente, porém, em meados de 1959 vivia-se um “catolicismo imutável em suas certezas”, e, se não fosse a surpresa da convocação do Concílio, permaneceria igualmente intacto.

O papa chama a atenção para haver discernimento para distinguir os sinais dos tempos e, de igual modo, o Concílio Vaticano II quer transmitir uma mensagem de esperança e, analisando a conjuntura atual da Igreja, confirma ser possível acolher

a recomendação de Jesus de saber distinguir os sinais dos tempos, e ao mesmo tempo, perceber que, em meio à sociedade moderna, há indícios de esperança, sinais que levam a confiar na convocação do Concílio Vaticano II.

No entanto, logo se descobriu que a Igreja achava-se despreparada para o Concílio. Isto é, o concílio também exigiu por força histórica e eclesial uma retomada de temas que já estavam adormecidos na eclesiologia da Igreja, sem contar que, bem antes da preparação ou a realização do Vaticano II, existiram movimentos de renovação<sup>13</sup> na vida eclesial nas décadas de vinte e trinta. Deste modo, Souza (2013, p. 108) leva a crer que “os movimentos bíblico, ecumênico e litúrgico dominaram as décadas de 1920 e 1930, e inspiraram a consciência crescente por toda a década de 1940. [...] Pio XII teve iniciativas de abertura”.

Apesar desses movimentos anteriores, percebe-se, que a convocação do Concílio Vaticano II com o foco na necessidade de uma renovação eclesial que perpassassem tanto a elaboração doutrinal desde a liturgia, o ecumenismo, o retorno às fontes bíblicas e patrísticas procedeu de forma bem lenta e estavam “atrasados” ao julgarmos às novas experiências pastorais vigentes até o momento.

Constatou-se um atraso eclesial vigente anterior à realização do Vaticano II. Os movimentos eclesiais anteriores pediam constantemente a renovação, isto é, de maneira mais contundente, verifica-se que a prática pastoral da Igreja estava atrasada por anos. Imperavam os resquícios de uma comunidade que se identificava com uma sociedade perfeita, de centralidade em Roma, na qual se vivia um catolicismo como depósito da verdade plena, em que qualquer “impulso dinâmico e vital arriscava-se a ser visto com desconfiança e a ser privado do espaço necessário para se exprimir e crescer” (ALBERIGO, 2006, p. 45).

Do ponto de vista teológico e eclesial, observa-se que, neste período pré-conciliar, existiam clamores recorrentes pela renovação urgente da Igreja, tanto pelos teólogos quanto pelas faculdades teológicas europeias. E, em alguns casos, teólogos foram silenciados sob proibições e sanções canônicas no decorrer do pontificado de Pio XII, porque na verdade, deseja-se que a Igreja Católica “saísse da estagnação, já cansada e estéril da contrarreforma” (ALBERIGO, 2006, p. 47).

---

<sup>13</sup> Acerca dos movimentos segundo a ótica de estudo e análise de João Batista Libânio, na obra, a saber: **Concílio Vaticano II: em busca de uma primeira compreensão** da Edições Loyola. São Paulo, Brasil, **no Capítulo 2: Gênese do sujeito moderno na Igreja**, nas páginas 21 a 48, pode-se ter uma noção introdutória referente ao Concílio, bem como, de antemão, procura-se destacar a importância dos movimentos como preconizadores ao Vaticano II.

Ao citar o teólogo Yves Congar, um desses teólogos “impedidos”<sup>14</sup>, Alberigo (2000) reconhecia que, do ponto de vista teológico e do ecumenismo, o Concílio estava ultrapassado há mais de vinte anos, e de fato, várias ideias tinham mudado, porém, de acordo com Congar, esperava-se que nos próximos vinte anos deveria existir um episcopado de homens alimentados por ideias nutridas na Bíblia e na Tradição, por consciência missionária e pastoral concreta (ALBERIGO, 2000, p. 25), e o anúncio do Concílio e sua intenção ecumênica poderá alterar e acelerar certos processos que precisam ser acolhidos pela Igreja Católica.

No entanto, o anúncio do Concílio Vaticano II, em meados de janeiro de 1959, reforçou a consciência eclesial da importância de executá-lo diante de uma perspectiva ecumênica, isto é, o próprio João XXIII soube expressar, em diversas alocações e audiências, as razões de convocar e empenhar-se em um verdadeiro concílio ecumênico. Na verdade, os apelos do papa destacam a relevância das preocupações de tantos teólogos católicos com as pautas de ecumenismo, da pastoral, das ideias de uma vivência bíblica e a corresponsabilidade de atualizar a mensagem da tradição da Igreja para os homens e mulheres do tempo presente.

### **2.2.1 Reação de Dom Helder a convocação do Concílio Vaticano II**

Dom Helder<sup>15</sup> recebeu “com profunda alegria” o anúncio da realização de um novo Concílio pelo papa João XXIII, em 25 de janeiro de 1959. Mas qual foi a sua reação diante da convocação? E, posteriormente, qual foi a sua atuação no decorrer da realização do Vaticano II?

Tanto Dom Helder quanto a Igreja do Brasil receberam o anúncio como o restante do mundo: pelas agências de notícias, rádios, jornais e, em outras localidades, aonde chegavam as imagens de televisão, pelos noticiários, certamente

---

<sup>14</sup> Conjuntamente com o teólogo dominicano Yves Congar, outros teólogos, como o dominicano Marie-Dominique Chenu, e os jesuítas, Henri de Lubac e Jean Daniélou, foram os artífices da “Nouvelle Théologie” e são os responsáveis pela renovação eclesial que ocorrera na Igreja Católica da França nos anos de 1950 e, tais teólogos marcaram decisivamente os caminhos que ocasionaram o Vaticano II. Certamente, Yves Congar sobretudo, enfrentou sanções do Santo Ofício em 1952, e conforme ele mesmo relata em seus diários, uma jornada de “três exílios” consecutivos. Curiosamente, no pontificado de João XXIII, Congar foi um dos teólogos mais atuantes e contribuiu para o bom andamento do Vaticano II, foi consultor e perito que trabalhou decisivamente nas redações da *Lumen Gentium* e *Gaudium et Spes*.

<sup>15</sup> Na ocasião, ele era bispo auxiliar da arquidiocese do Rio de Janeiro (1952 - 1964), e como tal, exercia suas funções pastorais e religiosas em conjunto com o Cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara.

com comentários “desencontrados” devido à surpresa que a convocação do Vaticano II provocara (BEOZZO, 2005, p. 70). É evidente que o anúncio foi imprevisto e, assim sendo, a Igreja do Brasil o recebeu com grande admiração. Beozzo (2005, p. 70) relata de maneira especial as reações de alguns cardeais, arcebispos, bispos brasileiros e de outras Igrejas locais ao redor do mundo. No entanto, para se ter com clareza a exata reação de Dom Helder sobre o anúncio do Concílio, é necessário recorrer ao frutuoso trabalho de Frei Guilherme Baraúna, quem recolheu com maestria as respostas dos bispos brasileiros à carta consulta do Cardeal Tardini.

### 2.2.2 Análise do votum de Dom Helder

A resposta de Dom Helder a essa carta é brevíssima, são escassas duas páginas e meia, porém contém o que necessitava: todo o programa que será cumprido pelo Concílio Vaticano II. E assim, “uma visão de Igreja voltada para um futuro que só profetas autênticos são capazes de ter” (BARAÚNA, 1993, p. 156). Helder faz um pedido prévio: ao se abordar a temática do uso da língua latina, solicita francamente que ela não seja utilizada nas comunicações e nos trabalhos conciliares.

A fim de explicitar melhor as demandas percebidas por Dom Helder quando escreveu a carta consulta do cardeal Tardini, Baraúna reproduz na íntegra a sua resposta:

ao sugerir os temas a tratar, é significativa de toda uma visão de Igreja a ordem em que Dom Helder os apresenta, aliás, sob o título geral “Para uma melhoria da situação do mundo” (o que polariza a sua preocupação não é a Igreja, mas o mundo, que aguarda salvação). Os pontos são os seguintes: No campo econômico: Qual a responsabilidade da Igreja na promoção da situação dos povos menos desenvolvidos. No campo da estética: A Igreja e as belas artes, do nosso tempo. No campo científico: A Igreja e as ciências, hoje e no futuro. No campo da política: A Igreja e a sociedade civil. No campo social: A responsabilidade da Igreja na promoção dos trabalhadores. A Igreja e a promoção dos povos dominados pela colonização. A Igreja e os apátridas. No campo religioso (em último lugar!): Adaptar as conquistas do Concílio Tridentino. Convite à unidade da Igreja. Que dizer das anunciadas viagens aos astros longínquos (CAMARA, 1959, *Apud* BARAÚNA, 1993, p. 156 -157).

O autor continua afirmando que Dom Helder gostaria de esclarecer suas propostas e estaria disposto a sanar as dúvidas do esquema que elaborou sobre os temas que o concílio deveria tratar. Um fator importante no seu *votum* enviado à consulta do cardeal Tardini ressaltava o seguinte: fala-se muito sobre o conflito existente das superpotências mundiais, mas ele alerta:

[...] a *misera egestas* assola dois terços da humanidade, e de modo enfático Dom Helder pergunta: “Diante disto a Igreja do Concílio tem de perguntar-se: quem será capaz de atrair a si esta parcela maior da humanidade? Sem dúvida, o cristianismo ou o comunismo? (CAMARA, 1959, *Apud* BARAÚNA, 1993, p.157).

Dom Helder afirmou ao longo do seu *votum* que há um conflito entre as nações poderosas do leste e do oeste. Aliás, essa análise é muito recorrente na sua resposta à circular de Tardini. Ainda analisa, com perspicácia, que mais de dois terços das pessoas ao redor do mundo vivem em condições de miséria.

As suas primeiras impressões desde a convocação são expressas por Beozzo (1999, p.102), quando relata:

o Concílio Vaticano II (1962 - 1965), desde seu anúncio pelo papa João XXIII, a 25 de janeiro de 1959, provocou profundo entusiasmo em Dom Helder Camara, acendendo em sua mente, incontáveis sonhos e projetos acerca de uma igreja mais evangélica e ecumênica, mais próxima dos pobres, empenhada no desenvolvimento dos povos e na sua mútua compreensão, capaz de propiciar um diálogo entre o norte e o sul do mundo, de colaborar na promoção da paz e da cooperação internacional, interlocutora dos meios de comunicação social e da cultura moderna (CAMARA, 1962, *Apud* BEOZZO, 1999, p. 102).

Assim sendo, passados os momentos de entusiasmo, Dom Helder percebeu que os trabalhos conciliares seriam guiados por imensas dificuldades. Em especial, no tempo da fase preparatória do Vaticano II, os bispos permaneceram à margem do processo de elaboração conciliar; de igual modo, conhecia-se pouco do que estava prestes a acontecer.

E, no entanto, Dom Helder foi eleito consultor da Comissão dos Bispos e do Governo das Dioceses. Ele estava entre os dez brasileiros que participaram das dez comissões preparatórias. Mas até mesmo os bispos que estavam nos trabalhos perceberam que havia escassez de informações, que não conheciam o andamento dos trabalhos e nem sequer as comissões trabalhavam em comunhão. Sem comunicação entre si, os resultados fracassaram, e assim, verificou-se que se tratava de um trabalho preparatório burocrático (CAMARA, 1962, *Apud* BEOZZO, 1999, p. 102 - 103).

## 2.3 O PROCESSO DE PREPARAÇÃO

Quanto à preparação ao Concílio, basicamente serão abordadas as duas fases: a antepreparatória (1959 - 1960) e a preparatória (1960 - 1962). A primeira foi responsável por tornar público o que o Episcopado Católico ansiava a respeito do novo concílio ecumênico e, assim, por meio da carta consulta, conhecer os conselhos e sugestões que o Vaticano II deveria tratar. Posteriormente, deu-se início à segunda fase, e assim sendo, não obstante inúmeras adaptações e mudanças, foi possível conhecer as comissões preparatórias, os assuntos e os projetos que ocupariam a agenda conciliar.

### 2.3.1 A fase antepreparatória (1959 - 1960)

Registra-se que um dos primeiros passos do processo de preparação ao Vaticano II foi a fase antepreparatória (1959 - 1960), caracterizado sobretudo pela preparação imediata a fim de prosseguir com os trabalhos na condução do Concílio.

Assim sendo, a Comissão dessa fase, da qual era presidente o cardeal Domenico Tardini (Secretário de Estado), tinha como missão possibilitar o contato com o Episcopado Católico para conhecer conselhos e sugestões, tecer oportunamente algumas linhas gerais a serem discutidas e sugerir a composição de órgãos (comissões, secretariados).

Mais uma vez, o papa João XXIII surpreendeu a todos e, em especial, aos organismos ligados à Cúria Romana, quando instituiu a Comissão antepreparatória do Vaticano II, que trataria em especial da árdua missão de preparar o Concílio. Então, em 17 de maio de 1959, em Pentecostes, o papa ratificou sua decisão, a qual não era comum nas pautas de preparação dos concílios ao longo da história da Igreja. Segundo o que comenta Alberigo (2000, p. 59), pode-se atestar que “quase sempre os concílios foram precedidos de debates, mas é sobretudo com os concílios da idade média ocidental que se tem verdadeiros e próprios trabalhos preparatórios.” Ainda de acordo com o autor, em se tratando da preparação de qualquer concílio, é da norma da Igreja que o papa tome a iniciativa e seja a cabeça e protagonista incontestável do concílio.

Alberigo (2000, 61 - 62) certifica que:

[...] a decisão de antepor à preparação uma fase preliminar (para qual se criava um neologismo ad hoc) e, sobretudo, a entrega dessa fase à Congregação dos negócios eclesiásticos extraordinários são evidentes. [...] Uma fase ante preparatória tinha a finalidade de atenuar a surpresa e a contrariedade pela decisão do papa e, ao mesmo tempo, visava criar uma estatura ágil, que providenciasse sobretudo uma consulta plenária da Igreja Universal. Foi ato de sagaz responsabilidade, que aliás suscitou fortes reservas, criar uma fase de transição em vista da surpresa suscitada pelo anúncio.

O papa decidiu criar uma fase “antepreparatória”, atento sobretudo aos impulsos daquele dia 25 de janeiro de 1959, quando anunciou a intenção de convocar um novo concílio ecumênico. Sem dúvida, segundo o que comenta Beozzo (2005, p. 77) parafraseando as muitas alocações do Santo Padre, “de fato é na doutrina e no espírito de Pentecostes que o grande acontecimento do Concílio Ecumênico haure substância e vida”.

Apesar de tantos esclarecimentos, seja por parte do papa como do cardeal Tardini, Secretário de Estado e Presidente da Comissão Antepreparatória do Concílio, passado o entusiasmo da convocação dos primeiros dias, alguns bispos, ao responderem a carta consulta de Tardini, indagavam se o concílio convocado seria a continuação do inacabado Vaticano I. Então, para dirimir qualquer dúvida a respeito dessas questões, citam-se as observações de Alberigo (2000, p. 64):

O próprio Tardini informa três dias depois aos reitores das faculdades eclesiásticas: o concílio se chamará Vaticano II. Não se conhece o itinerário da formação dessa decisão, mas não é precipitado afirmar que ela, como a de janeiro precedente, tenha amadurecido autonomamente no papa João.

A consulta empreendida pela Comissão Antepreparatória consistia em primordialmente responder aos apelos do papa João XXIII, em conhecer, como afirma Baraúna (1993, p. 146), os “vota et concilia acerca dos temas a serem tratados pela assembleia conciliar”. A Circular do Cardeal Domenico Tardini expressava o desejo do papa em conhecer de quais assuntos deveria tratar o próximo concílio. A circular consulta foi preparada sob a presidência do Cardeal Tardini e enviada em 18 de junho de 1959 aos bispos do mundo católico, bem como aos superiores gerais das ordens e congregações religiosas, aos órgãos da Cúria Romana e às universidades e faculdades eclesiásticas.

Com essa consulta<sup>16</sup> ao episcopado e demais dignitários, o papa Roncalli esperava obter a lealdade da Cúria Romana na preparação ao Concílio Vaticano II. Sobre isso, Alberigo, (2000, p. 63) explica que:

(...) com a entrega ao cardeal Tardini da presidência da comissão antepreparatória, o papa realizava um ato de confiança e delegação ao mesmo tempo, inspirado sempre na tentativa de obter a lealdade da cúria para com o concílio. É difícil pensar que o papa João não percebesse o preço que devia pagar para alcançar esse resultado. Ele evitou deixar-se envolver em confronto dialético com vários atos antepreparatórios, se executarmos a decisão de fazer uma consulta plenária do episcopado sem recorrer à questionário-guia.

A consulta circular felizmente chegou aos destinatários com sucesso. Considera-se um detalhe importante para análise, a saber, que alguns bispos souberam da novidade da convocação de um Concílio quando receberam a carta, ou puderam tomar ciência da realização do Vaticano II pelos meios de comunicação.

Esses detalhes e outras percepções parecem insignificantes, entretanto são importantes para esta pesquisa de mestrado, sobretudo em relação às contribuições à fase antepreparatória do Brasil e, em especial referência, a Dom Helder. Essas reações à consulta estão bem detalhadas nos estudos publicados tanto por Baraúna<sup>17</sup> como por Beozzo<sup>18</sup>.

Diante do processo de preparação do evento, é oportuno afirmar que o modo de consultar os bispos, autoridades e os superiores de ordens e congregações caracteriza muito a maneira de proceder do papa João XXIII.

De acordo com Beozzo (2015, p. 186), o papa rejeitou um esquema com base em um questionário previamente preparado pela Comissão, o qual, segundo a análise do pontífice, parecia direcionar previamente as respostas. E deste modo, preferiu-se elaborar uma carta enxuta e simples, enviada pelo Cardeal Tardini, que convidava a exprimir com liberdade os anseios e sugestões para o Vaticano II.

---

<sup>16</sup> A Comissão lança-se à preparação de um questionário a ser enviado a todos os bispos, no sentido de levantar as principais questões que deveriam constituir a agenda do Concílio, mas em um sentido restrito. Por seu lado, os dicastérios romanos são solicitados a elaborar “propostas” para o futuro concílio, e as universidades católicas e faculdades de teologia convidadas a enviarem suas sugestões (BEOZZO, 2005, p. 77).

<sup>17</sup> BARAÚNA, Guilherme. **Análise dos “Vota” do Episcopado Latino-Americano e Caribenho**. *Apud* BEOZZO, José Oscar. **A Igreja Latino-americana às vésperas do Concílio: História do Concílio Ecumênico Vaticano II**. [tradução: João Rezende Costa] – São Paulo: Edições Paulinas, 1993.

<sup>18</sup> BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959 - 1965**. São Paulo: Paulinas, 2005.

Há inúmeras publicações disponíveis sobre as respostas e a participação do episcopado brasileiro no Concílio<sup>19</sup>. Esses materiais de estudo referem-se às contribuições de Dom Helder ao Vaticano II e caracterizam o seu desempenho, assim como também a participação dos bispos brasileiros<sup>20</sup>.

A pedido do papa João XXIII, foi lançada uma ampla consulta à Igreja, “a carta de 18 de junho de 1959, da Comissão antepreparatória do Concílio, presidida pelo secretário de Estado, o cardeal Domenico Tardini” (BEOZZO, 2004, p. 130). A circular endereçava-se aos 2.594 responsáveis pelas dioceses, prelazias e prefeituras apostólicas, às universidades católicas e faculdades de teologia, aos superiores maiores das grandes ordens e congregações religiosas masculinas e aos dicastérios da Cúria Romana.

Segundo o que foi expresso por Beozzo (2005, p. 77), verifica-se:

por ocasião da assembleia plenária e solene [de todos os membros da Comissão] de 30 de junho, na presença do papa, há mudança completa de procedimento quanto à consulta episcopal: não mais questionário de orientação; uma simples carta bastante geral, já preparada de antemão e datada de 18 de junho. Essa é a vontade de João XXIII. Essa carta evidencia sensível evolução com respeito ao projeto sobre o qual os membros da Comissão foram chamados a reagir: longe de pressupor o monte de respostas restritivas que teria acarretado o questionário, deixa os bispos relativamente livres para fazer chegar a Roma os problemas que julgam valer a pena tratar no Concílio.

Em referência ainda à circular, como proposta de consulta da Comissão, se julgarmos as respostas enviadas pelo episcopado brasileiro, no período de julho de 1959 a agosto de 1960, surpreenderá consideravelmente o comprometimento e interesse pelo concílio e a consulta do papa João XXIII, contabilizando-se 132 respostas. Embora a pesquisa não considere como temática principal a participação dos bispos brasileiros, é importante salientar alguns aspectos primários quanto à

---

<sup>19</sup> As publicações disponíveis são basicamente as três seguintes: BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. (Coleção Igreja do Brasil); BEOZZO, José Oscar (ORG.) **A Igreja Latino-americana às vésperas do Concílio**. São Paulo: Edições Paulinas, 1993. BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959 - 1965**. São Paulo: Paulinas, 2005.

<sup>20</sup> De modo geral, constata-se que a participação do episcopado brasileiro no Concílio Vaticano II deve ser caracterizada como feliz e bastante proveitosa, rica experiência de colegialidade e comunhão, principalmente para os desdobramentos do pós - concílio. Para melhor compreensão desse fato histórico e eclesiológico fundante para a Igreja do Brasil, é necessário olhar sob muitos pontos de vista, para que a análise em questão não seja superficial, já que os bispos brasileiros compuseram o grande número de participantes, conjuntamente com os demais padres conciliares de outras localidades. Embora a participação dos bispos brasileiros no concílio não seja o objeto de pesquisa, desejou-se caracterizar a participação de Dom Helder.

relevância das respostas e assim traçar a recepção do Vaticano II, mesmo na fase antepreparatória.

Naquela ocasião, dos 167 bispos consultados, 132 enviaram a resposta. Com isso, afirma Baraúna (1993, p. 147) que é prioritário compreender também o processo eclesial e histórico do Brasil, considerando “a escassa experiência histórica da Igreja do Brasil em tradição conciliar e sinodal”.

Sobre as análises mais detalhadas das devolutivas de cada bispo, eventuais pedidos de desculpas ou reações diversas à circular, é preciso consultar algumas obras para se aprofundar em oportunos detalhes<sup>21</sup>. As respostas do episcopado brasileiro podem ser divididas em dois polos de preocupações mais significativas. O primeiro dedicava-se aos aspectos doutrinários, enquanto o segundo aos problemas sociais mais graves e urgentes do Brasil.

Ao analisar ambas as tendências, Beozzo (2004, p. 133) observa que:

[...] no primeiro manifesta-se o desejo de que a Igreja combata mais eficazmente os males do mundo moderno, [...] o socialismo, [...] as correntes teológicas e filosóficas ligadas a *nouvelle théologie*. E o segundo grupo mostra-se angustiado com a pobreza e mesmo miséria que afetavam as grandes maiorias no Brasil e em outras partes do mundo.

A partir disso, justifica-se a preocupação mais evidente de alguns bispos com os reais problemas enfrentados pelo Brasil na grave conjuntura social e política, o que evidentemente reaparece nas respostas enviadas a Roma. Essas problemáticas refletem os dramas sociais e políticos brasileiros, e do mesmo modo, são instrumentos para repensar a atuação e missão da Igreja ante os questionamentos públicos, e assim possibilita indagar quais seriam os comprometimentos das Igrejas particulares, dos bispos, do clero, das ordens religiosas e congregações, dos fiéis de modo geral diante das novas provocações do Concílio Vaticano II.

---

<sup>21</sup> Sobre este assunto, consultar as seguintes obras: BEOZZO, José Oscar. **Presença e atuação dos bispos brasileiros no Vaticano II.** *apud* GONÇALVES, P. S. L; BOMBONATO, V. I. (org.) **Concílio Vaticano II: Análises e perspectivas.** São Paulo: Paulinas, 2004. p. 116 – 162. BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959- 1965.** São Paulo: Paulinas, 2005. p. 77 - 143. BARAÚNA, Luiz J. **Análise dos “Vota” do Episcopado Latino - Americano e Caribenho.** *apud* BEOZZO, José Oscar. **A Igreja Latino - americana às vésperas do Concílio: História do Concílio Ecumênico Vaticano II.** São Paulo: Paulinas, 1993. p. 146 - 177.

### 2.3.2 A fase preparatória (1960 - 1962)

Após as consultas que finalizaram o processo da fase antepreparatória com as respostas à carta consulta do Cardeal Tardini, João XXIII noticiou, em 5 de junho de 1960, solenidade de Pentecostes, o encerramento dos trabalhos dessa fase, com o *Motu Proprio Superno Dei Nutu*<sup>22</sup>. A partir dessa data, o papa criou as comissões<sup>23</sup> e os secretariados, os quais deviam se ocupar com a imediata preparação do Vaticano II.

Tal fase é muito importante para a realização do Concílio, pois saíram definitivamente as comissões preparatórias, que, segundo o papa, eram as prioridades para o bem da Igreja. De acordo com Kloppenburg (1962, p.116), observa-se o seguinte:

[...] chegou, pois, o tempo de proceder, com a ajuda de Deus, à constituição das Comissões, que devem ocupar-se do estudo dos assuntos que poderão ser tratados no Concílio.

João XXIII, ao recordar esse processo, relembra que nenhum concílio ecumênico foi precedido por tão ampla consulta ao episcopado, à Cúria e às universidades católicas. Anunciava que era tempo de iniciar imediatamente o trabalho da fase preparatória (KLOPPENBURG, 1962, p. 116).

Nesse processo, é ingenuidade pensar que não houve problemas. Até o início do Concílio Vaticano II em 11 de outubro de 1962, estudiosos reafirmaram que houve uma verdadeira “luta pelo concílio durante a sua imediata preparação”. Sendo assim, é oportuno dizer que “os padres conciliares mostram-se bastante indispostos em relação ao trabalho preparatório, inteiramente dominado pela Cúria Romana e nitidamente afastado do espírito que João XXIII queria imprimir ao Concílio” (BEOZZO, 2005, p. 136)

Essas indisposições são explicadas pelo fato de que tanto a fase antepreparatória quanto a preparatória são desconhecidas pelo episcopado mundial.

<sup>22</sup> KLOPPENBURG, Boaventura. p. 54 - 57.

<sup>23</sup> As comissões são as seguintes: Comissão Teológica, à qual pertence o encargo de examinar as questões respeitantes à Sagrada Escritura, a Sagrada Tradição, à fé e aos costumes; Comissão dos Bispos e dos governos das dioceses; Comissão para a disciplina do clero e povo cristão, Comissão dos Religiosos; Comissão da disciplina dos Sacramentos; Comissão da Sagrada Liturgia; Comissão dos Estudos e dos Seminários; Comissão da Igreja Oriental; Comissão das Missões; Comissão do Apostolado dos leigos, para todas as questões que dizem respeito à ação católica, religiosa e social. Posteriormente foram acrescentadas as comissões, a comissão encarregada do cerimonial e a comissão central.

Em outras palavras, os organizadores obrigaram-se a um estrito segredo. Por exemplo, sobre a circular consulta, os bispos esperaram com desalento o retorno das respostas. Então, não se tinha conhecimento de quais seriam as questões a tratar, as tendências e interrogações do Vaticano II. Nada se sabia dos trabalhos preparatórios do Concílio (BEOZZO, 2005, p. 123).

Um outro problema evidente que afetou as comissões e atraiu críticas foi, sem dúvida, a composição das comissões. Beozzo (2004, p. 135) destaca que havia a ausência da presença feminina na comissão dos leigos e dos religiosos. As mulheres nem sequer eram cotadas para abordar sobre a beleza e a atualidade da vida consagrada feminina. Estes e outros exemplos são evidências de uma grave lacuna na composição das comissões<sup>24</sup>.

Ao comparar a porcentagem de participação geográfica da América Latina em relação aos demais continentes, observa-se que havia 52 integrantes latino-americanos. Conforme aponta Beozzo (2005, p. 126), seja nas comissões conciliares quanto na preparação do Concílio Vaticano II, a América Latina era representada apenas por 6,15% dos participantes. Se, de fato, é um pequeno percentual, deve-se, no entanto, entender e levar em consideração a escassa e inexpressiva experiência latino-americana em concílios.

Apesar da participação latino-americana juntamente com a africana e asiática ser considerada “minguada”, numa segunda etapa de convocação, o episcopado brasileiro é representado por membros designados para as comissões preparatórias ou para os diversos secretariados.

Os participantes brasileiros, no que diz respeito aos bispos, teólogos ou peritos, são bastantes restritos em comparação às demais conferências episcopais. Sobre as “846 pessoas – 466 membros e 380 consultores, havia somente 10 brasileiros: 4 sobre 466 membros (0,85 %) e 6 sobre 380 como consultores (1,57%)” (BEOZZO, 2004, p. 136). Diante de um quadro geral, levando em consideração os membros das comissões e consultores conciliares, a participação brasileira alcança exatamente 1,18%.

Os membros brasileiros das comissões foram quatro; dentre eles destacam-se Dom Jaime de Barros Câmara, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, da comissão central e da subcomissão do Regulamento e Dom Alfredo Vicente Scherer, arcebispo

---

<sup>24</sup> Acerca da participação insuficiente de leigos nas comissões preparatórias, verifica-se que apenas sete serviam na comissão como trabalhadores do secretariado administrativo. (BEOZZO, 2000, p. 127).

de Porto Alegre (RS) na comissão teológica. São apenas seis os consultores brasileiros; dentre os quais destacam-se Dom Helder Pessoa Camara, arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro, na comissão dos bispos e do governo das dioceses, e Frei Boaventura Kloppenburg, OFM, da comissão teológica.

No decorrer dos anos de 1959 a 1965, o episcopado brasileiro passou de 175 bispos para 231. Na última sessão do concílio, em 1965, constatou-se uma porcentagem bem expressiva em referência às participações, às intervenções individuais e grupais, ou até mesmo às escritas ou diretas nas aulas conciliares. Em resumo, se a participação brasileira não foi tão representativa quanto às porcentagens - pois, de fato, a maioria dos membros encarregados pelos trabalhos conciliares foram representados pelos europeus - no entanto, durante as quatro sessões do concílio, o episcopado brasileiro verdadeiramente ganhou representatividade e notoriedade.

## 2.4. A REALIZAÇÃO DO CONCÍLIO

Será abordada a execução do Concílio Vaticano II de modo cronológico, descrevendo a sequência lógica dos fatos, procurando retratar as sínteses desde a abertura do Concílio e os andamentos dos trabalhos conciliares, os resultados mais importantes de cada período e conseqüentemente as intersessões conciliares. Ao final, brevemente, será realizada uma abordagem dos resultados do Concílio, isto é, as aprovações dos documentos conciliares, as atividades das comissões, subcomissões, e, além disso, descrever o processo de elaboração das ideias que forjaram a aula conciliar e fomentaram os debates nos ambientes extraoficiais do Vaticano II.

### 2.4.1 A expectativa de Dom Helder com a realização do Concílio Vaticano II

Antes do início do Concílio Vaticano II, de julho a outubro de 1962, quanto ao clima eclesial, observava-se uma “inquieta ansiedade”. Partindo disso, Dom Helder relatou a seu amigo, Dom Manuel Larraín, bispo de Talca no Chile, as suas preocupações às vésperas do Concílio, como são descritas por Beozzo:

vejo o Concílio aproximar-se. Até hoje, nem sequer o Temário nos chegou. Humanamente, não há muito como esperar [...] mesmo assim, irei ao Concílio. Será a suprema oportunidade, porque o Santo Padre nos mandou falar como Bispos. Na medida em que o pudermos fazer,

faremos. De julho para cá, a situação só tem piorado. O Temário do Concílio, até hoje não chegou ao Brasil (CAMARA, 1962, *Apud* BEOZZO, 1999, p. 103).

Enquanto esperava, Dom Helder reconhece que existem falhas tanto na organização quanto no envio de materiais, pois, mesmo estando às vésperas do Concílio, o temário não tinha chegado ao Brasil. Percebe-se que Dom Helder, como afirma Luz Marques (2009, p. XLIII): “chega [...] com um claro e preciso programa pessoal em que a preocupação com a humanidade e a Igreja não se desligam da preocupação [...] com o próprio crescimento intelectual e espiritual”.

Sobre isso, Beozzo (1999, p. 104) explica que: “Dom Helder não chegou, porém, ao Concílio de mãos vazias. Sua atuação como assistente Nacional da Ação Católica” contribuiu em sua personalidade para saber exatamente como interagir com os leigos e organismos da Santa Sé, e este trabalho lhe deu uma visão absolutamente global das regiões e problemas do Brasil. De fato, pode-se concluir que ele é um verdadeiro ator conciliar.

## 2.5 A ABERTURA DO CONCÍLIO

O Concílio Vaticano II foi solenemente inaugurado em 11 de outubro de 1962. Kloppenburg (1963, p. 33) relata que:

com a presença de todo o clero secular e regular da Urbe formando ala do imponente cortejo do Episcopado do mundo inteiro, na presença de várias centenas e milhares de espectadores diretos e milhões de telespectadores da Europa e da América, ao som festivo dos sinos de Roma e dos sinos de todas as nações do mundo, num ambiente de intensa comoção espiritual e de grande entusiasmo, após fervorosa novena do Divino Espírito Santo na qual participou toda a população católica, inaugurou-se solenemente, na manhã do dia 11 de outubro de 1962, Festa da Maternidade de Maria Santíssima, na Patriarcal Basílica de São Pedro, no Vaticano, o XXI Concílio Ecumênico, chamado de Vaticano II, o Concílio mais ecumênico da história da Igreja.

Em seu discurso magistral, o papa João XXIII (Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II, 2014, p. 23) afirma que a realização do Concílio “foi algo de inesperado: uma irradiação de luz sobrenatural, uma grande suavidade nos olhos e no coração”.

Roberto De Mattei (2011) descreve como foi a abertura do Concílio:

O longo cortejo dos Padres Conciliares saiu da Porta de Bronze, atravessou obliquamente a Praça de São Pedro, subiu a escada e

avançou lentamente para dentro da basílica. À frente, iam os superiores das ordens religiosas, os abades gerais e os prelados *nullius*, vinham depois os bispos, os arcebispos, os patriarcas, os cardeais, e, por último, em *sedia gestatória* e por entre os aplausos da multidão, João XXIII. Enquanto, o cortejo dos Padres avançava solenemente, os cantores entoavam o Credo e depois o *Magnificat*. Ao entrarem na Igreja, todos os Padres tiravam a mitra branca, prosseguiram em direção do altar central, inclinavam-se diante da cruz, num breve gesto de homenagem, e dirigiam-se para o seu lugar. Era um cortejo com cerca de 4 quilômetros; participavam nele quase três mil dignitários da Igreja. [...] Estavam presentes 2.381 Padres Conciliares (DE MATTEI, 2011, p. 167).

Ao iniciar o seu discurso com estas palavras, o Santo Padre, o papa João XXIII, declara solenemente: “*Gaudet Mater Ecclesia*”, traduzindo do latim, lê-se: “Alegra-se a Santa Mãe Igreja”. No entanto, o papa, em seu discurso, não deixa de estabelecer a relação entre a Igreja e a história humana, reconduzindo-a para o meio da vida, dos anseios e das aflições dos homens modernos. E afirma categoricamente (DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 2014, p. 28 - 29):

a Igreja sempre se opôs a estes erros; muitas vezes até os condenou com a maior severidade. Agora, porém, a esposa de Cristo prefere usar mais o remédio da misericórdia do que o da severidade. Julga satisfazer melhor às necessidades de hoje mostrando a validade da sua doutrina do que renovando condenações. [...] deseja mostrar-se mãe amorosa de todos, benigna, paciente, cheia de misericórdia e bondade também com os filhos separados.

A afirmação de que o Concílio não estava disposto a condenar erros e opor-se a excomunhões ou tratados dogmáticos, mas, de verdade, propor um itinerário de encontro com as dificuldades do gênero humano, aproximar-se da sociedade, dialogar e oferecer o remédio da misericórdia é um sinal pleno de que a Igreja desejava reencontrar sua identidade eclesial em meio a anos de sombras e desconfiança perante a sociedade.

De Mattei comenta quanto aos participantes do Concílio, ao menos em sua abertura, que os bispos europeus constituíam um terço do total, “embora os mais de 500 Padres provenientes da Ásia e de África fossem, na sua maioria, de origem europeia, e destes, um terço eram italianos” (DE MATTEI, 2011, p. 168).

O autor também explica como se procederia a organização conciliar quanto às votações:

Tal como no Concílio anterior, as reuniões plenárias dos Padres, chamadas Congregações Gerais, eram os momentos solenes destinados à discussão e à votação dos esquemas. Os projetos aprovados seriam analisados capítulo a capítulo; os membros da assembleia votariam

*placet* para exprimirem a sua aprovação, *non placet* para manifestarem o voto contrário, *placet iuxta modum* no caso de darem um assentimento de princípio, com emendas a serem motivadas por escrito. O texto emendado voltava depois a ser analisado pela assembleia geral, onde era votado, primeiro por capítulos, depois no conjunto. Para a aprovação definitiva, eram necessários dois terços dos votos presentes. As sessões plenárias, que começavam com a celebração da Santa Missa, tinham lugar de manhã, na Basílica de São Pedro, que tinha sido devidamente preparada para receber os cerca de 2.000 Padres. O latim era a única língua dos trabalhos (DE MATTEI, 2011, p. 168).

Reunidos todos os demais padres conciliares, foi aberto de maneira imponente o “Vaticano II”. Deu-se início uma imensa procissão de mitras brancas dos bispos e as vestes negras e solenes dos orientais, e, como afirma Beozzo (2005, p.158): “Saíram todos pelo portão de bronze do Palácio Apostólico, atravessaram a colunata de Bernini, avançando pelo centro da Praça de São Pedro”. Assim, os observadores acompanhavam um digno espetáculo e uma verdadeira mudança de época para a Igreja e a sociedade.

Ao comentar o episódio da abertura, o jovem estudante no Pio Brasileiro, José Oscar Beozzo (2005, p. 158), relata em seu diário o verdadeiro valor teológico que o Vaticano II resplandecia diante de seus olhos:

O Concílio continua, à grande allure! Volta-me, porém, insistentemente ao coração a manhã do dia 11 de outubro do ano passado. Fui à praça para ver a abertura. Enquanto passavam os bispos de mitra e pluviál branco, subindo lentamente e desaparecendo sob os pórticos de São Pedro, senti-me sozinho. Sozinho diante do peso e do toque de mistério do acontecimento.

Os testemunhos de Beozzo, como expectador diante do fato histórico, atestam, sem dúvida, a beleza e a magnitude daquele dia festivo, 11 de outubro de 1962, em que milhares de pessoas de boa vontade presenciaram, na Praça de São Pedro, a solene procissão de padres conciliares vindos de diversos continentes, ofertando suas vidas e vocações na realização do novo Concílio em louvor a Deus, Pai de misericórdia e de toda consolação. Certamente, o Concílio Vaticano II será um magistério de caráter pastoral, e suas decisões devem responder aos anseios e necessidades atuais, qualificando mais a doutrina do que a condenação (ALBERIGO, 2006, p. 51).

### 2.5.1 Reação de Dom Helder perante a primeira sessão do Concílio

Em conformidade com Beozzo (1999, p. 103), Dom Helder é de fato uma testemunha ocular da abertura do Vaticano II, e relata que: “[...] a alocução do papa João XXIII de abertura ao Concílio, a *Gaudet Mater Ecclesia*, no dia 11 de outubro de 1962, devolveu-lhe novamente a esperança e o entusiasmo”.

Sobre as primeiras impressões, ele as relata nas cartas conciliares, enviadas aos seus colaboradores, primeiramente no Rio de Janeiro e posteriormente destinadas ao Recife, em Pernambuco, quando fora eleito arcebispo de Olinda e Recife.

Beozzo (1999, p. 103 - 104) afirma que:

do Concílio, legou-nos Dom Helder uma espécie de diário íntimo, consignado em 297 cartas escritas, quase diariamente, durante as quatro sessões do Concílio e durante a intersessão de 1963/64. Destas, sete que foram escritas durante a primeira sessão conciliar, em 1962, encontram-se perdidas. [...] Estas cartas foram dirigidas a um pequeno grupo de colaboradores e principalmente colaboradoras do Rio de Janeiro e depois do Recife, que Dom Helder chama de “família do São Joaquim”, “família de Messejana” ou ainda “família messejanense e olindo-recifense”. O Concílio Vaticano II foi, para Dom Helder, a ocasião para ingressar numa série de articulações internacionais e grupos de trabalho, muitos das quais por ele sugeridos e animados, ganhando a partir daí uma plataforma de ação de raio cada vez mais amplo.

Em decorrência da redação dessas cartas conciliares, é evidente que teria destaque a primeira, em que se lê: “À querida família do São Joaquim”, presente no Rio de Janeiro. Faz parte do Volume I, Tomo I, datada de 13 e 14 de outubro de 1962, e é memória viva do primeiro registro de Dom Helder sobre a abertura do evento:

à querida Família do São Joaquim. É fácil mandar impressões sobre as solenidades do Concílio. É difícil, especialmente nos primeiros dias, fixar impressões. Sobre o espírito do Concílio: suas tendências, suas perspectivas, seus rumos (CAMARA, 2009a, p. 1) [1ª. Circular, Roma, 13 e 14.10.1962].

É interessante perceber que há uma preocupação em enviar alguns materiais aos leitores, em especial, aos colaboradores da família de São Joaquim. Continua ele: “Quanto às solenidades, enviei algum material, [...] Chamo, especialmente, a atenção para o Discurso do Santo Padre, a oração belíssima rezada após a Missa” (CAMARA, 2009a, p. 1) [1ª. Circular, Roma, 13 e 14.10.1962].

Ao mesmo tempo, Dom Helder, entusiasmado, expressa a alegria de participar do Concílio, porém demonstra o desapontamento das Sagradas Congregações logo na primeira sessão, em que os padres conciliares pediram mais tempo para se conhecerem e planejarem os primeiros passos em conjunto:

quanto ao Concílio por dentro – salvo engano de quem reconhece a impossibilidade de julgar – aqui estão algumas observações, sujeitas a revisão: O Concílio vai ser difícilimo. As Sagradas Congregações pensavam que seria fácil pensar pelos Bispos e decidir por eles (CAMARA, 2009a, p. 1) [1ª. Circular, Roma, 13 e 14.10.1962].

Ele demonstra que os bispos não estavam dispostos a contribuir com o que já havia sido planejado, ao contrário, não aceitariam listas impostas ou ideias vindas de qualquer secretaria da Cúria, como ele explica ter ocorrido com o esquema da parte teológica, cuja grande maioria não estava em concordância com o discurso do papa.

Tal dissonância é relatada em sua primeira circular, em que chama atenção para a realidade de que, na primeira congregação geral do Concílio, o esquema não agradou e os bispos diziam que havia um distanciamento com o espírito do Vaticano II, anunciado pelo papa João. Deste modo, optou-se por não votar apressadamente nem aceitar listas impostas (CAMARA, 2009a, p. 1) [1ª. Circular, Roma, 13 e 14.10.1962].

E, efetivamente, declara: “Ficou decidido que as diversas Conferências Episcopais indicariam nomes [...]. Quer dizer que os Bispos vão escolher os seus representantes. E isto é o começo do começo” (CAMARA, 2009a, p. 1 - 2) [1ª. Circular, Roma, 13 e 14.10.1962].

## 2.6 O DESENVOLVER DOS TRABALHOS CONCILIARES

Será apresentado o percurso histórico dos anos consecutivos dos trabalhos conciliares, explicitando os quatro períodos do Concílio, descrevendo as principais linhas de ação, demonstrando a relevância dos aspectos históricos vigentes em cada uma delas e, sobretudo, discorrendo sobre as sessões, a metodologia utilizada e os documentos aprovados respectivamente.

A apresentação dos fatos respeitará, na medida do possível, uma ordem e sequência lógica dos acontecimentos, conforme a agenda conciliar. A perspectiva é

proporcionar uma visão de conjunto (uma percepção panorâmica), que trate com clareza e exponha a síntese dos assuntos abordados em cada sessão conciliar.

### **2.6.1. Primeiro Período (11 de outubro a 08 de dezembro de 1962)**

O objetivo é contextualizar de forma ordenada o percurso histórico realizado durante o primeiro período conciliar,<sup>25</sup> abordando o que esteve presente na agenda. Esse período ocorreu de 11 de outubro a 08 de dezembro de 1962<sup>26</sup>. É necessário destacar que o tempo de quase dois meses de trabalho da assembleia conciliar foi de intenso debate e argumentações, e assim, conseqüentemente, como lembra Alberigo (2006, p. 60): “[...] o debate constituiu um dos momentos mais altos, deixando bem claro como a consciência conciliar deu passos de gigante durante os dois meses de trabalho”.

Logo após as emoções vivenciadas na inauguração do Vaticano II e do belíssimo discurso do papa João XXIII, coube à assembleia e aos padres conciliares começarem, de fato, o trabalho. Todavia, a assembleia recusou-se a aprovar uma lista previamente programada pela comissão central do Concílio. Então, os padres conseguiram que a aprovação pré-estabelecida pela fase preparatória fosse adiada e pudessem ter tempo hábil para escolher seus representantes das conferências episcopais nas comissões<sup>27</sup>.

A assembleia conciliar deu sinais claros, na primeira congregação geral, em 13 de outubro, de que não estava disposta a aceitar passivamente as decisões tomadas por órgãos preparatórios. Essa postura suscitou surpresa e emoção, porque demonstrava a identidade amadurecida de uma “consciência eclesial”, mesmo que

---

<sup>25</sup> O primeiro período conciliar (11/10 - 08/12/1962) é resultado de um processo de continuidade e descontinuidade, especialmente a partir do Vaticano I. As modificações internas e externas da Igreja, duas guerras mundiais refletirão no decorrer dessas discussões. O período será de intensos debates e chegará a seu término, para a frustração de João XXIII, sem nenhum texto aprovado. O positivo é perceber que o concílio não estava pronto antes do concílio, os padres conciliares serão os grandes responsáveis pelo resultado. O Vaticano II é um evento dialógico. É uma Igreja no contexto das transformações tecnocientíficas e socioculturais da Contemporaneidade (SOUZA, 2020, p. 372).

<sup>26</sup> O primeiro período abrange dois momentos, a sessão do Concílio (11/10 a 08/12/1962) e sua intersessão (09/12/1962 a 28/09/1963). Inclui uma sessão pública, a de abertura (11/10/1962), 36 Congregações gerais (1ª a 36ª) e a sessão de encerramento (08/12/1962), cujos processos verbais encontram-se nas Acta Synodalia (AS I/1, 107 a 152) e cujas intervenções orais na aula Conciliar ou depositadas por escrito pelos padres conciliares estão designadas no volume I das ASI, Partes de I a IV. (BEOZZO, 2015, p.188)

<sup>27</sup> Conforme Alberigo, 2006, p. 53, verifica-se: “O resultado foi uma nítida superioridade de bispos centro-europeus e dos outros continentes sobre os bispos latinos (italianos e espanhóis). Muitos dos participantes das comissões preparatórias não foram eleitos”.

inexperiente em termos de história conciliar. Nesse ínterim, foram eleitas as comissões em 16 de outubro, baseadas nas listas mescladas com vários membros de conferências episcopais. Um gesto audacioso e corajoso, tanto da assembleia quanto dos padres conciliares.

O próprio papa João XXIII realizou um ato de derrogação ao regulamento, o que é confirmado por Alberigo (2006, p. 53), em que eram eleitos para cada comissão “os padres conciliares que haviam obtido o maior número de votos, e não somente os que haviam alcançado a maioria absoluta; era um ato inequívoco de respeito pela vontade da assembleia”.

O primeiro esquema<sup>28</sup> a ser considerado é o Esquema sobre a Liturgia: *lex orandi e lex credendi*. Esse texto começou a ser discutido em 16 de outubro de 1962, e já fora aprovado anteriormente pela comissão.

Sabe-se que a comissão preparatória do Concílio utilizou as ideias principais do movimento litúrgico, como se pode perceber no apelo à participação ativa dos fiéis na Liturgia, superando a passividade (SOUZA, 2020, p. 375 - 376). Sobre as mudanças propostas nas discussões, estava a utilização da língua vernácula e a abolição do latim. No entanto, havia uma consciência coletiva de que o latim “não era a única língua litúrgica” da Igreja Católica, pois era um dos muitos ramos litúrgicos presentes na tradição eclesial. E considerou-se que a diversidade quanto aos ritos e modos de celebrar consistia em riqueza e não ameaçava a unidade (DICIONÁRIO DO VATICANO II, 2015, p. 191).

Além dessas mudanças propostas, percebem-se outras emendas de modificações, como a reforma dos livros litúrgicos e a possibilidade de realizar a comunhão sob duas espécies. Essas questões expuseram o contraste existente entre

---

<sup>28</sup> Beozzo (2015, p. 191) assegura que, quanto à Liturgia, é evidente considerar que o esquema endossou o fundamento dos futuros desdobramentos doutrinários e pastorais do Concílio. E desta maneira, é justo dizer que o Vaticano II recuperou a dimensão teológica da assembleia, a dimensão do Povo de Deus que, segundo seu batismo, celebra como povo sacerdotal. Tais aspectos reforçam a centralidade e o equilíbrio que deve existir entre a “Mesa da Palavra e a Mesa da Eucaristia” E, no entanto, com o advento das discussões durante a aula conciliar, presumiu-se que era necessário favorecer a maior participação dos fiéis na liturgia e conceder uma urgente adaptação da liturgia celebrada a cada povo e cultura. É verdade que tal processo de discussão e apreciação do esquema da liturgia seja na aula conciliar, e as inúmeras adaptações solicitadas quanto à redação não se realizaram sem embates.

tradicionalistas e progressistas<sup>29</sup>. Favoráveis ao esquema, pronunciavam-se os bispos que difundiram o movimento litúrgico e contrários ao esquema “aqueles que se opunham à substituição do latim pelo vernáculo e à atribuição de tais tarefas à conferência episcopal” (SOUZA, 2020, p. 376).

Diante de inúmeras polarizações acerca do esquema sobre a Liturgia, o cardeal Ottaviani recordou a assembleia conciliar, que discutia questões sagradas sobre a Liturgia da Igreja. E, desta maneira, propôs que a comissão teológica, da qual era presidente, elaborasse uma nova redação. Alguns bispos posicionaram-se favoravelmente à proposta, e os bispos africanos, asiáticos e latino-americanos, mesmo tendo recebido a formação presbiteral em Roma, revelaram-se progressistas, devido à experiência pastoral. E o Concílio de fato fundamenta-se em uma finalidade pastoral.

Conseqüentemente, algumas adaptações e reformas foram sendo discutidas e aceitas pelos padres ao longo dos períodos conciliares. Na sequência, a votação de um novo esquema em 14 de novembro foi amplamente aprovada com grande maioria dos votos (2.162 favoráveis, 46 contrários, 7 abstenções). Procederam-se a outras adaptações e propôs-se uma nova elaboração do esquema litúrgico para as futuras sessões conciliares.

Um outro embate do primeiro período conciliar foi referente às fontes da revelação, a saber, *De fontibus revelationis*. As discussões deflagraram a oposição ferrenha existente entre os padres conciliares, a ponto de suscitarem argumentações ásperas, conforme destaca Beozzo (2015, p. 191): “[...] no dia 14 de novembro, após a apresentação do Cardeal Ottaviani do esquema *De fontibus revelationis*, [...] revelando posições quase opostas”.

Mas como explicar que a simples explanação desse esquema endossado pela comissão preparatória gerasse tanto desconforto<sup>30</sup> e revelasse posições antagônicas

---

<sup>29</sup> Para melhor compreender as polarizações de tradicionalistas e progressistas no decorrer do Concílio Vaticano II e analisar o movimento do conservadorismo católico, seja geral ou brasileiro, é importante referenciar e consultar tais obras: DE MATTEI, Roberto. **O cruzado do século XX: Plínio Corrêa de Oliveira**. Porto: Civilização, 1996. E uma obra mais recente: CALDEIRA, Rodrigo Coppe. **Os baluartes da Tradição: o conservadorismo católico brasileiro no Concílio Vaticano II**. Curitiba, PR: CRV, 2011.

<sup>30</sup> No entanto, sobre as confusões acerca do esquema da Revelação, Souza (2020, p. 379) caracteriza a problemática elencada acima, e assegura que: “Essa situação, que não foi prevista pelo regulamento do concílio, foi resolvida pelo próprio papa, que encarregou uma comissão mista presidida pelos Cardeais Ottaviani e Bea para a reelaboração do esquema [...]. Com tal presidência, ficavam representadas ambas as tendências. Essa providência, num primeiro instante acolhida com bastante ceticismo, demonstrou-se eficaz: depois de longas discussões encontrou-se um meio-termo”.

na assembleia conciliar? Para averiguar tal situação, é coerente prestar atenção no fato de que a polêmica estava centrada no uso do termo “fontes da revelação”, no plural, e arrastava a assembleia para o confronto com a *Sola Scriptura* de Lutero.

E o debate sobre as fontes da Tradição agravava as relações ecumênicas com os protestantes. O esquema não era nem ecumênico e nem pastoral; assim mesmo coube à consulta da assembleia o prosseguimento do debate, e o impasse estava instaurado. A votação revelou a persistência de uma maioria conciliar, que estava afinada com o que pedia a renovação do Vaticano II, e bastava à minoria conviver com o constrangimento em ter aquele esquema como texto base (BEOZZO, 2015, p. 191).

Diante deste ambiente de instabilidade, era preciso tomar decisões em favor do prosseguimento do Concílio, colaborar para que os trabalhos fossem retomados e, sobretudo, evitar posições contrastantes. Sobre isso, Alberigo (2006) comenta que o papa João XXIII decidiu salvaguardar a liberdade do Concílio e respeitar as decisões da assembleia.

Outro esquema discutido no primeiro período foi sobre a Igreja, o *De Ecclesia*. De acordo com Beozzo (2015), iniciaram-se “os debates sobre o tão esperado esquema *De Ecclesia*, apresentado pelo Cardeal Ottaviani e pelo relator Mons. Franic” (DICIONÁRIO DO VATICANO II, 2015, p. 192).

A visão global dos padres conciliares era a seguinte: para muitos deles, o esquema era chamado a reequilibrar as definições do Vaticano I no que se refere às relações entre o magistério episcopal e o primado petrino. As 80 intervenções na aula conciliar e as 57 depositadas por escrito “seguiram em duas direções: uma voltada para o tema em si e outra preocupada com a condução geral do Concílio” (BEOZZO, 2015, p. 192). Logo, o clima na assembleia conciliar era de insatisfação pela elaboração dos esquemas.

Dentre as muitas intervenções no decorrer da aula conciliar, evidenciou-se a do Cardeal Leo Suenens, em 04 de novembro: ele propôs que o eixo estruturante do Concílio fosse a Igreja e as relações com o mundo. Suenens destacou uma *Ecclesia ad intra e Ecclesia ad extra* (BEOZZO, 2015, p. 192).

A proposta logo recebeu apoio público do Cardeal Montini. E, em consequência da sua adesão, insistiu-se no diálogo da Igreja com o mundo moderno, e tais intervenções incentivaram o Cardeal de Bolonha, Lercaro, a solicitar a urgência em tomar os pobres, suas necessidades e anseios como ponto de partida do Concílio.

Lercaro colocava como fundamento da sua intervenção a premissa de que Jesus se fez pobre e Ele mesmo declarou bem-aventurados os pobres.

Ainda, ao final do primeiro período do Vaticano II, verificou-se que, segundo afirma Alberigo, 2006, p. 60: “as últimas sessões do concílio, a partir de 1º de dezembro, foram dedicadas ao exame do projeto sobre a Igreja, cujo texto, articulado em 11 capítulos, ocupava 80 páginas impressas”.

### **2.6.1.1 Primeira Intersessão: 09 de dezembro de 1962 a 28 de setembro de 1963**

O objetivo é sintetizar os principais acontecimentos desta primeira fase. É importante também registrar o falecimento do papa João XXIII durante esse período.

Para fundamentar de maneira ordenada e resumidamente abordar os aspectos principais da intersessão de 09/12/1962 a 28/09/1963, discorre-se acerca das suas resoluções, a saber, a criação de uma nova comissão<sup>31</sup> encarregada de recolher as propostas obtidas pela assembleia conciliar para o bom andamento do Vaticano II.

Em 11 de abril de 1963, o papa João XXIII publica a encíclica *Pacem in Terris*. No mesmo mês, de 24 a 26 de abril, reuniu-se um grupo de leigos com alguns padres conciliares em Roma para redigir um primeiro rascunho do esquema XVII (o esquema da Igreja no mundo de hoje), que então é submetido a julgamento pela Comissão mista, no mês de maio, com a nova organização e sobretudo com a readequação das redações e esquemas. A Comissão de Coordenação do Concílio apresenta ao papa os doze esquemas refeitos (com 184 páginas). Este documento é enviado posteriormente aos bispos, para estudo e aprovação das emendas.

Durante um período de convalescência do sumo pontífice, que perdurava desde dezembro de 1962 e prosseguiu nos meses iniciais de 1963, os padres conciliares assumem a direção do Vaticano II. O papa João XXIII veio a falecer em 03 de junho do mesmo ano, “depois de longa agonia, seguida de consternação e tristeza

---

<sup>31</sup> Beozzo (2015, p. 192) explica: “Em 17/12, o Secretário de Estado dá a conhecer a composição da Comissão a ser por ele presidida: Cardeais Liénart, Spellman, Urbani, Confalonieri, Döfner e Suenens, mais o Secretário-geral do Concílio e seus cinco subsecretários, com a incumbência de definir os critérios para a reorganização do material herdado da fase preparatória e das discussões e propostas da 1ª sessão e para o trabalho das comissões encarregadas de refazer os textos. A comissão reúne-se de 21 a 28/01 e de 25 a 29/03 e examina a proposta da redução drástica dos esquemas apresentada pelo Cardeal Döfner. Decidiu-se que os 69 esquemas restantes, tirados da Liturgia, fossem reduzidos a 16, acrescidos de um novo, o esquema 13, chamado depois de esquema 17, que seria consagrado ao tema da Igreja no Mundo de hoje.

em todo o mundo” (BEOZZO, 2015, p. 193). O Concílio, por quem o papa João deu sua vida, ficou suspenso por um período indeterminado.

De acordo com Beozzo (2015), em 21 de junho de 1963, os 82 cardeais reunidos em conclave elegeram como papa o Cardeal Montini, que toma para si o nome de Paulo VI. Em 29 de junho, o novo papa determinou a retomada dos trabalhos conciliares, prorrogando a abertura do segundo período para 29 de setembro. Com o papa Paulo VI, “o Concílio terá sua continuidade” (SOUZA, 2020, p. 383).

Na data de 19 de julho de 1963, Paulo VI autorizou o envio aos padres conciliares do esquema *De Ecclesia*, já revista a segunda parte, e o envio do esquema *De matrimonii sacramento*. Em 30 de agosto, o papa integrou à Comissão de Coordenação do Concílio três novos membros: os cardeais Agagianian, Lercaro e Robert. No início de setembro, teólogos de diferentes nações uniram-se ao Cardeal Suenens para elaborar uma proposta ao esquema XVII.

Paulo VI nomeou e integrou à Comissão de Coordenação uma Comissão de Cardeais moderadores, aos quais será confiada a condução dos trabalhos. E, com essas alterações, evidenciou-se o caráter primordial de continuidade do Concílio e garantiu a celeridade às normas práticas e aos procedimentos da aula, “dando prioridade às intervenções coletivas” (BEOZZO, 2015, p. 193).

### **2.6.2. Segundo Período (29 de setembro a 04 de dezembro de 1963)**

No discurso de abertura do papa, verifica-se que foram recorrentes os principais objetivos do Concílio: definir o conceito de Igreja, a preocupação com a restauração da unidade entre os cristãos e o diálogo eclesial com o mundo contemporâneo.

No entanto, destacam-se neste segundo período as intermináveis votações para a aprovação do esquema referente à Liturgia. E assim, como recorda Souza (2020, p. 393), “o caminho de construção daqueles que serão os futuros documentos conciliares não é fácil, os debates sobre alguns temas não terminam nesse período”.

A aula conciliar discutiu a nova redação do esquema *De Ecclesia*, que foi reduzida de 12 para 4 capítulos e já possuía um percurso histórico conturbado. Na trajetória desse esquema, evidencia-se que decisivo foi o voto para que o capítulo III sobre o Povo de Deus se tornasse o capítulo II, logo em seguida ao capítulo I sobre o

Mistério da Igreja. A estrutura hierárquica da Igreja passou a figurar como capítulo III (BEOZZO, 2015, p.194).

A partir da problemática dos moderadores terem decidido consultar os padres conciliares, constatou-se um clima de desconfiança por parte de uma minoria e os impasses eram em relação ao episcopado como sacramento e a colegialidade, temas que certamente antagonizaram as opiniões ao longo da assembleia. E por isso, Beozzo (2015, p. 194) afirma que: “temerosa de ver desvelada a exiguidade de seus seguidores, a minoria e esses organismos de direção do Concílio conseguiram retardar por duas semanas a consulta”.

O ponto de desacordo da minoria baseia-se no que descreve Souza (2020, p. 395):

O ponto fundamental para uma minoria formada sobretudo de membros da Cúria Romana era a doutrina de que o colégio episcopal, agindo em estreita colaboração com o papa divide com este a responsabilidade e o poder nas relações com a toda a Igreja. Alguns oradores [...] consideravam essa teoria um prejuízo para o primado papal [...] e contestavam que ela tivesse fundamento bíblico e na tradição.

Ao final desse processo, Paulo VI concedeu a anuência e estas questões do episcopado e colegialidade em relação ao primado petrino foram submetidas aos padres conciliares. A assembleia concedeu os votos favoráveis às cinco questões: 1. Se a sagração episcopal é o grau máximo da ordem sacra; 2. Se cada bispo ordenado, em comunhão com o papa e com os outros bispos, torna-se membro do colégio episcopal; 3. Se possui - junto com o papa e nunca sem ele - o pleno e supremo poder na Igreja; 4. Se os bispos têm o dever de evangelizar, santificar e apascentar o rebanho; 5. Se é oportuno restaurar o diaconato como grau distinto (BEOZZO, 2015, p. 194).

A quinta consideração, referente ao restabelecimento do diaconato permanente, encontrou algumas resistências no que diz respeito à estreita ligação com a ordenação presbiteral. Havia um receio de que tal emenda pudesse prejudicar ou até mesmo abrir um caminho para anular a disciplina eclesial do celibato sacerdotal.

Um ponto positivo no segundo período conciliar é, sem dúvida, como confirma Beozzo (2015, p. 194): “o voto de que fossem acolhidos mais auditores e igualmente consagrada a presença feminina, com a inclusão de auditoras religiosas e leigas”. Até então, o Concílio Vaticano II contava com auditores, mas nenhuma auditora. Tal

decisão pode ser considerada inédita, mesmo que seja um gesto bem tímido. Apesar de nunca terem tido direito à palavra na aula conciliar, tais auditoras presenciaram a discussão referente ao esquema dos leigos e sobre os temas referentes a *Gaudium et Spes*.

No dia 03 de novembro, como descreve Beozzo (2015), a III Sessão pública do Concílio aprovou os dois primeiros documentos conciliares, a saber: a Constituição *Sacrosanctum Concilium* sobre a Liturgia e o Decreto *Inter Mirifica*, sobre os Meios de Comunicação Social. Por fim, a fórmula de aprovação da *Sacrosanctum Concilium*, seguida por Paulo VI, inovou em relação ao Vaticano I, porque verdadeiramente recuperou o caráter de comunhão entre o papa e o episcopado. Portanto, pode-se dizer que o Concílio tentava modificar a visão que os próprios cristãos tinham da sua Igreja; tratava-se de uma reviravolta de entendimento da própria identidade eclesial, objeto de atualização do Vaticano II.

#### **2.6.2.1 Segunda Intersessão: 05 de dezembro de 1963 a 13 de setembro de 1964**

Destacam-se, nessa fase de preparação ao terceiro período conciliar, a viagem apostólica<sup>32</sup> do papa Paulo VI a Jerusalém, como descreve Beozzo (2015, p. 195): “num retorno às fontes da Igreja, no lugar mesmo da morte e ressurreição de Cristo”.

É necessário destacar que, nesta segunda intersessão, o número de auditores cresceu de maneira favorável a endossar a participação de 43 auditores distribuídos em 26 países diferentes, e um reduzido número de membros da Cúria Romana - apenas 08 integrantes. É perceptível o empenho do conselho em trabalhar na reforma litúrgica e apressar o processo de recepção do Concílio Vaticano II nas Igrejas locais.

Em 26 de junho de 1964, Paulo VI dá a conhecer sua primeira encíclica, *Ecclesiam Suam*, a ser publicada em 06 de agosto. Nela, o papa sintetiza seu programa de pontificado em quatro capítulos, sendo o primeiro deles a realização do Concílio Vaticano II. Destaca como propósito primeiro incentivar o diálogo no interior

---

<sup>32</sup> E com esta inesperada visita apostólica, propiciou-se ainda o histórico encontro com Athenagoras, o Patriarca ecumênico de Constantinopla. No entanto, foi o primeiro encontro entre um papa e um patriarca, desde o rompimento oficial das referidas Igrejas no ano de 1054, ocasionando o assim denominado “cisma do Oriente”. Beozzo (2015) acredita que o abraço de paz entre o papa e o patriarca de Constantinopla promoveu um gesto eloquente, o qual resume certamente o propósito ecumênico do Concílio, e através dos meios de comunicação esta atitude foi amplamente divulgada em tom de comoção.

da Igreja com as demais religiões cristãs e as outras religiões, os não crentes. Ainda propõe a possibilidade do diálogo com as ciências, a arte e a técnica (BEOZZO, 2015, p. 195).

Neste período, desenvolveu-se um árduo trabalho na revisão e de inúmeras redações em torno dos esquemas. Há um trabalho intenso com as novas redações, pois, como afirma Beozzo (2015, p.195), “apenas dois dos dezesseis documentos haviam sido até então aprovados e promulgados (SC e IM) e vários nem sequer apresentados e debatidos na aula conciliar”. E por fim, são adaptadas algumas mudanças no regulamento do Concílio para acelerar os trabalhos e, assim, de acordo com o autor (2015, p. 195), “Paulo VI anuncia sua decisão de acolher religiosas e leigas na condição de auditoras”.

### **2.6.3. Terceiro Período (14 de setembro a 21 de novembro de 1964)**

O terceiro período<sup>33</sup> foi marcado primordialmente pelas redações consecutivas do esquema *De Ecclesia*. Trata-se de um processo árduo de apresentar o esquema, receber as emendas e um trabalho infatigável nas redações do texto.

Sobre o *De Ecclesia*, observa-se o seguinte: o esquema anterior tinha quatro capítulos (Mistério da Igreja, Povo de Deus, Estrutura hierárquica e Leigos); na nova redação foram acrescentados outros quatro (Vocação Universal à santidade, Vida Religiosa, Horizonte Escatológico da Igreja e a Virgem Maria). Essas modificações foram redigidas pelo teólogo belga G. Philips (BEOZZO, 2015, p. 196).

Após os acréscimos no texto sobre a Igreja, a assembleia inicia o debate referente à colegialidade episcopal e da imediata relação do colégio dos bispos com Pedro (ministério petrino), de que maneira tal ligação é estabelecida e quais são as formas de exercício compreendidas tanto na colegialidade quanto no primado petrino. Consequentemente, o texto foi submetido aos debates e, para a frustração do núcleo

---

<sup>33</sup> No que diz respeito ao terceiro período conciliar, Beozzo (2015, p. 196) descreve que compreende a terceira sessão do Concílio (14/09 a 21/11/1964) e sua intersessão (22/11/1964 a 13/09/1965). Contou com duas sessões públicas, uma de abertura, em 14/09, e outra de clausura, em 21/11, quando foram promulgados os três documentos relativos à Igreja: a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja, o Decreto *Unitatis Redintegratio* sobre o Ecumenismo e o Decreto *Orientalium Ecclesiarum* sobre as Igrejas Católicas Orientais. Foram realizadas 48 congregações gerais (80ª a 127ª), cujos processos verbais encontram-se nas AS III/1, p. 65 a 135, e cujas intervenções orais e escritas estão publicadas nas AS III, Partes de I a VIII.

dos opositores, procedeu-se a exatas 29 votações segmentadas de cada um dos parágrafos do capítulo III. Por fim, foi aprovado com *placet* pela maioria.

O grupo de oponentes à “colegialidade episcopal” acreditava que, de alguma maneira, tal princípio, como afirma Beozzo (2015, p. 196), “feria o espírito e a letra da Constituição *Pastor Aeternus* do Vaticano I”. Souza (2020) comenta que a discussão abordada no terceiro capítulo do esquema *De Ecclesia* sobre a hierarquia da Igreja ocasionou acalorados debates. O texto em questão necessitou ser dividido, para que a votação ocorresse dos dias 21 a 30 de setembro. Observa-se que o capítulo recebeu 300 votos contrários. Embora o texto tenha sido aprovado pela maioria conciliar, é digno de nota que o grupo da minoria era bastante influente e, no decorrer do terceiro período conciliar, vão oferecer uma resistência reacionária.

Essa minoria conciliar não conseguiu opor-se ao prosseguimento do esquema, no entanto, exerceu pressão no papa através do Cardeal Larraona e de membros da Cúria Romana, o que gerou certamente a crise mais intensa do Concílio, na semana de 14 a 21 de setembro. Estas articulações de “bastidores” e das sucessivas intervenções, seja por intermédio da Secretaria de Estado ou do Secretariado do Concílio, de que o texto deveria considerar as ressalvas da minoria, certamente causaram embaraço e perturbaram as comissões, surpreendendo negativamente a assembleia.

Souza (2020) descreve que a situação perante as reivindicações e ressentimentos da minoria, do consolidado apoio que obtiveram junto ao Cardeal Larraona e a Cúria, conseguiram que, junto a tantas manifestações e discussões, no dia 14 de novembro, fosse entregue aos padres conciliares um fascículo com pedidos de emendas para o capítulo 3 e 8, com o anexo das respostas da comissão teológica. Tal documento foi acompanhado de uma nota prévia, uma explicação, a qual deixava evidente a doutrina do colégio episcopal descrita no capítulo terceiro, que em nada comprometia a doutrina do primado papal, reafirmada inclusive em concílios anteriores.

Conforme Souza (2020, p. 411) recorda: “a nota, como declarou o secretário-geral, provinha de uma autoridade superior [...] ou seja, do papa em pessoa”. Desta maneira, a nota e as demais explicações no texto proporcionaram o seu efeito, e assim na sessão pública, a emenda obteve desaprovação de apenas 5 padres conciliares. Depois desse árduo percurso, a *Lumen Gentium* foi aprovada, porém a minoria pediu

garantias de que as ressalvas que foram amplamente defendidas por eles fossem contempladas.

Em 10 de novembro, o Cardeal Ottaviani, na 119ª Congregação geral, procedeu à leitura de uma carta enviada pelo Secretário de Estado, revelando que o papa desejava que se elaborasse “uma nota explicativa acerca do significado e valor das emendas vindas da minoria e introduzidas na redação final do texto” (BEOZZO, 2015, p. 197).

Esperava-se apaziguar os ânimos acirrados, porém o que se conseguiu com a nota foi fomentar ainda mais o desalento, pois não havia sequer sido discutida nem apresentada aos padres conciliares. Tal gesto foi recebido com constrangimento, porquanto parecia que o esforço de três longos anos de concórdia e unanimidade tinha sido em vão.

Procedeu-se à aprovação geral do documento no dia 19 de novembro, com 2.134 votos favoráveis, 10 contrários e 1 nulo e, em 21 de novembro, na solene sessão pública, com 2.151 votos favoráveis e exclusivamente 5 votos contrários, a *Lumen Gentium* foi decisivamente aprovada. Assim, encerrou-se o terceiro período conciliar e convocou-se a retomada do quarto período para o outono de 1965.

### **2.6.3.1 Terceira Intersessão: 22 de novembro a 13 de setembro de 1965**

Relata-se, nessa fase de preparação ao quarto período conciliar, que ainda repercutiam os intensos debates do esquema referente à Igreja. De modo geral, destacam-se primeiramente os bastidores internos da Igreja, as adaptações quanto à reforma Litúrgica, um aspecto externo, e os grandes impactos da viagem de Paulo VI ao continente asiático para participar do Congresso Eucarístico Internacional de Bombaim, na Índia. Beozzo (2015, p.199) recorda:

[...] a terceira intersessão foi marcada ainda por intensíssimo trabalho das comissões e subcomissões conciliares que deviam aprontar e submeter à apreciação dos padres os 11 esquemas restantes, alguns dos quais ainda não tinham sido sequer discutidos.

#### 2.6.4. Quarto Período (14 de setembro a 08 de dezembro de 1965)

No trajeto histórico realizado durante o quarto período conciliar, havia ainda um clima de embates provenientes da etapa anterior. Os intensos debates entre a maioria e a minoria de fato tornou-se áspero e difícil. Paulo VI, atento a estas problemáticas e temeroso por eventuais cismas, estava disposto a ouvir as demandas de uma minoria tradicionalista (BEOZZO, 2015, p. 198).

Por conseguinte, a assembleia teve como responsabilidade cumprir uma vasta agenda de apresentações dos esquemas e modificações, ou seja, um percurso árduo que exigiria muito trabalho com novas redações, sobretudo das subcomissões, e um renovado compromisso com a assembleia conciliar, a qual estava desgastada pelos acontecimentos da fase anterior.

No entanto, no início da quarta sessão, retomou-se o esquema acerca da Liberdade Religiosa e, após algumas reações interessantes, ele foi discutido na aula Conciliar. Em seguida, apresentou-se o esquema da *Dignitatis Humanae*, que sofreria um percurso de modificações e seria aprovado no penúltimo dia do Concílio, em 07/12, com 2.308 votos favoráveis, 70 contra e 06 nulos.

No que diz respeito ao esquema da Revelação, o texto sofreu inúmeras emendas, as quais foram apresentadas à assembleia conciliar em 21 de setembro. Em 18 de novembro, realizou-se uma nova sessão solene em que a Constituição Dogmática sobre a Revelação, a *Dei Verbum*, foi finalmente aprovada. Como comprova Beozzo (2015), essa Constituição queria ter um alcance teológico e pastoral, ancorada obviamente nos pressupostos bíblicos, doutrinários e pastorais.

Na verdade, é adequado dizer que a *Dei Verbum* é uma resposta concreta ao distanciamento histórico realizado na Igreja Católica, após as resoluções do Concílio de Trento e das intenções da Contrarreforma. Assim, a Igreja encontrou definitivamente “uma correta autoconsciência da própria subordinação à Palavra de Deus” (BEOZZO, 2015, p. 199).

O Decreto sobre o apostolado dos Leigos foi submetido à votação de avaliação em setembro. A comissão preparatória apresentou objeções ao esquema com 42 capítulos, que significou uma redução drástica quando retornou do envio aos bispos na primeira intersessão. De acordo com o esquema, o apostolado dos leigos é missão de todo fiel batizado, identifica a missão do leigo e configura a missão da

Igreja. Por fim, o decreto foi aprovado e promulgado na sessão pública de 18 de novembro.

De 21 de setembro a 06 de outubro, o Concílio debruçou-se no esquema XIII, tão esperado pelos padres conciliares. O texto foi elaborado pela comissão mista da *Gaudium et Spes* e do Apostolado dos Leigos, que contou com a colaboração de numerosos leigos e leigas, pois “Dom Helder reuniu no Rio de Janeiro, por diversas vezes, os integrantes das equipes nacionais da Ação Católica e intelectuais católicos [...] para colaborarem com o esquema” (BEOZZO, 2015, p. 200).

O esquema apresentado na aula conciliar recebeu pesadas críticas, tais como: texto demasiadamente otimista, sugere uma identificação entre progresso científico-tecnológico com avanço do Reino de Deus, carece de profundidade teológica por justamente misturar a fé com questões propriamente ditas das ciências sociais. E, de acordo com o que afirma Alberigo (1995, p. 433): “[...] emergia um abismo entre o espírito que levava os padres a formular uma nova postura eclesial em relação ao mundo e a maturação conceitual dessa problemática, ainda insuficiente”. A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* foi aprovada na quarta sessão pública de 07 de dezembro, 2.309 votos favoráveis, 75 contrários e 07 nulos.

Ao final do quarto período, aprovou-se o Decreto sobre a formação sacerdotal, *Optatam Totius* (com 2.318 votos favoráveis e 3 contrários); promulgou-se a Declaração sobre a educação, *Gravissimum Educationis* (com 2.290 votos favoráveis e 35 contrários); confirmou-se a Declaração sobre as relações da Igreja com as religiões não cristãs, *Nostra Aetate* (com 2.221 votos favoráveis, 88 contrários e 1 nulo); por último, nas vésperas do encerramento do Concílio, o Decreto sobre a vida e o ministério dos Padres, *Presbyterorum Ordinis* foi aprovado (com 2.390 votos favoráveis e 4 contrários).

## 2.7 RESULTADOS

Na prática da sua organização e realização, o Concílio, desde os primeiros momentos, contou com a composição das Comissões, Subcomissões e Secretariados, que se articularam para o bom andamento do Vaticano II.

É necessário esclarecer que a análise dos resultados não trata de uma adesão homogênea, ao contrário disso, como observou Beozzo:

[...] na realidade, cada bispo, durante o Concílio, constituía um nó de relações complexas, nas quais múltiplas pertenças institucionais já dadas (país, língua, congregação religiosa) disputavam espaço e tempo em novas pertenças por opção entrada em algum dos grupos informais do Concílio (BEOZZO, 2005, p. 194).

O Concílio não foi a experiência unânime de votações combinadas ou listas previamente aprovadas. Os padres conciliares tinham a consciência e a necessidade de integrar-se em vários grupos distintos e informais, os quais ajudaram a constituir o Vaticano II.

É inútil pensar que tudo poderia ser resolvido nas comissões ou nas aulas conciliares, na dinâmica de convivência ou na intensidade de estudos e análises dos textos e esquemas; mas foi justamente nas articulações informais que foram sendo construídas as intervenções que necessitavam de apoio. (DE OLIVEIRA, ANTONIO GENIVALDO C., p. 153)

Por resultados do Concílio Vaticano II, entende-se o processo de trabalhos das comissões, subcomissões e secretariados e, sem dúvida alguma, a elaboração e estudo dos esquemas na aula conciliar e fora dos ambientes oficiais do Concílio, nos demais grupos extraoficiais do Vaticano II.

Pertence aos resultados as aprovações dos documentos conciliares. Os 16 aprovados são: 4 Constituições, 9 Decretos e 3 Declarações. As Constituições são: *Dei Verbum* (Sobre a Revelação Divina); *Gaudium et Spes* (Sobre a Igreja no Mundo de Hoje); *Lumen Gentium* (Sobre a Igreja); *Sacrosanctum Concilium* (Sobre a Sagrada Liturgia).

Os Decretos são: *Apostolicam Actuositatem* (Sobre o Apostolado dos Leigos); *Ad Gentes* (Sobre a atividade Missionária da Igreja); *Christus Dominus* (Sobre o Múnus Pastoral dos Bispos na Igreja); *Inter Mirifica* (Sobre os Meios de Comunicação Social); *Presbyterorum Ordinis* (Sobre a Vida e Ministérios dos Presbíteros); *Perfectae Caritatis* (Sobre a Conveniente Renovação da Vida Religiosa); *Optatam Totius* (Sobre a Formação Sacerdotal); *Orientalium Ecclesiarum* (Sobre as Igrejas Orientais Católicas); *Unitatis Redintegratio* (Sobre o Ecumenismo).

E as Declarações são: *Dignitatis Humanae* (Sobre a Liberdade Religiosa); *Gravissimum Educationis* (Sobre a Educação Cristã) e *Nostra Aetate* (Sobre as relações com as Igrejas não cristãs).

## 2.8 A ATUAÇÃO DE DOM HELDER

Objetiva-se caracterizar as atividades de Dom Helder no decorrer do Concílio Vaticano II em três âmbitos distintos, a saber: a participação na aula conciliar; a atuação fora da aula conciliar; e a sua efetiva contribuição no grupo da Igreja dos Pobres. Registra-se que sua participação foi fecunda, fraterna e alegremente viva, um verdadeiro testemunho de colegialidade para a Igreja do Brasil e todo o colégio Episcopal - universal, uma vez que há inúmeros materiais disponíveis para esse estudo.

É necessário fazer um recorte, porque ele atuou mais nos bastidores do Vaticano II, nas articulações teológicas e de aproximações, tanto nas Conferências Episcopais de vários continentes quanto, de maneira mais efetiva, na participação do Grupo do Ecumênico e na Igreja dos Pobres. Por todas essas e outras características, Dom Helder foi um grande articulador, exerceu sua vocação “de ator conciliar” (BEOZZO, 1999, p. 104) em referência à atualização do Concílio e dos seus temas, nas redes de convivência no Colégio Pio Brasileiro e nas conferências da *Domus Mariae*.

### 2.8.1 A Participação de Dom Helder na Aula Conciliar

De acordo com Beozzo (1999 e 2005) e Marques (1999 e 2015), Dom Helder não tomou nenhuma vez a palavra na aula e não se fez ouvir publicamente em seus argumentos e objeções. Verdadeiramente, ele teve outra significatividade; mesmo sem ter se pronunciado em sessões públicas, contribuiu com intervenções pessoais e coletivas, durante o percurso dos quatro períodos conciliares.

E, a partir disso, observa-se o que Marques (2015, p. 71) relata:

[...] todas as suas ações durante o Concílio, articulando pelos corredores, encontrando jornalistas, promovendo conferências e encontros de formação, sua principal preocupação era com a recepção do “espírito do Concílio”, pelas comunidades de todo o mundo.

É indiscutível que a participação de Dom Helder durante os quatro períodos do Concílio Vaticano II foi atuante, feliz e muito consciente dos fatos vivenciados. Relata Beozzo (2005): Dom Helder é “um verdadeiro ator conciliar”, atuando nos bastidores e corredores, sendo presença discreta e simples.

Sobre isso, ainda afirma Marques (2015, p.71) que:

durante o Vaticano II, sem nunca ter tomado a palavra publicamente, na aula Conciliar, colaborou intensamente para a reunião sistemática dos secretários das Conferências Episcopais, dando origem ao chamado Ecumênico, o mais influente grupo não oficial, durante o Concílio.

Portanto, observa-se que Dom Helder veio ao Concílio não como um bispo qualquer ou isolado. Quando o evento iniciou, era secretário geral da CNBB por exatos dez anos (1952 -1962). A CNBB, na época da realização do Vaticano II, era a terceira conferência mais numerosa do mundo, só perdia para a italiana e a norte-americana. (BEOZZO, 1999, p. 104). Portanto Helder e a CNBB estavam articulados logo no início do Concílio, e por conseguinte, também o CELAM (Conselho Episcopal Latino-americano), estava adiantado nos trabalhos de pensamento e na renovação da proposta conciliar. Isso se deve, sem dúvida, ao trabalho e à participação de Dom Helder e Dom Manuel Larraín, bispo de Talca no Chile, os dois vice-presidentes da conferência latino-americana.

Sobre as contribuições de Dom Helder Camara, Alberigo (2005, p. 17), ao escrever a apresentação do livro de Beozzo, afirma a importância do numeroso episcopado brasileiro, que na ocasião do Concílio já estava organizado em conferência episcopal e no qual exerceram grande destaque as iniciativas de Dom Helder, secretário da CNBB, agindo entre colaboradores diretos, enviando informações diárias e as circulares sobre os trabalhos conciliares (ALBERIGO *apud* BEOZZO, 2005, p. 17).

A sua atuação aconteceu longe dos holofotes, isto é, nas intervenções e nas articulações nos grupos “Ecumênico” e na “Igreja dos Pobres”; em outras palavras, Dom Helder criou, a partir de suas influências, uma verdadeira rede de relações entre os padres conciliares, sobretudo aqueles de continentes diferentes.

É bem verdade o que afirma Laurier (2010, p. 1):

dom Helder, não tomou uma só vez a palavra em plenário: por que falar nisso então? É porque, nos bastidores, articulou muitas coisas, dinamizou tantos projetos e textos: foi o promotor mais ardente do grupo de bispos apelidado “Ecumênico” ou “conferência dos 22”, pelo número de conferências episcopais ou organismos que se reuniam cada terça e logo sexta feira na *Domus Mariae* em Roma, onde se alojavam os bispos do Brasil. Grupo que teve como principal apoio moral do cardeal Leo Joseph Suenens da Bélgica, um dos moderadores do Concílio, junto com o apoio secretarial da conferência episcopal francesa.

Ainda assim, percebeu-se de modo efetivo a sua participação e, como descreve Beozzo (1999, p. 103 - 104): “o Concílio Vaticano II foi, para Dom Helder, a ocasião para ingressar numa série de articulações internacionais”.

Algumas impressões positivas de Yves Congar e Capolare sobre Dom Helder comprovam a sua influência nos bastidores e no contato realizado nos “corredores”. E, portanto, Marques (1999, p. 113) destaca:

[...] em seu diário, no dia 21 de outubro de 1962, a poucos dias, portanto, da abertura do Concílio, Congar descreve magistralmente Dom Helder como “um homem não somente muito aberto”, transbordante de ideias, de imaginação e entusiasmo, mas também como homem de visão. Capolare [...] fala do arcebispo Helder Camara, pequeno homem afável e sorridente, que surpreende os observadores não prevenidos pela sua simplicidade, que esconde um dos mais importantes organizadores de todo o episcopado católico.

Dom Helder nunca se pronunciou nas aulas. As suas intervenções são escritas, sejam individuais ou coletivas. Segundo Beozzo (2005), há uma prosopografia do episcopado brasileiro. Ele elaborou dez intervenções, que se encontram nas Atas Sinodais: AS VI/1 (Periodus I - 1962), 294-98; AS VI/1 (Periodus I - 1962), 298-99; AS II/5, 150-52; AS III/5, 509-10; AS III/7, 941-43; AS III/8, 1039-42; AS IV/2, 893-901; AS IV/III, 860-61; AS IV/3, 350-53; AS IV/3, 496-99<sup>34</sup>.

Ao estudar tais intervenções, percebe-se que Dom Helder apontou considerações importantes e implicações, as quais auxiliaram nos rumos gerais do Concílio. Na data de 21 de novembro de 1962, fim do I período em que a assembleia procurava definir a pauta dos trabalhos e encontrar um eixo orientador, Dom Helder juntou-se a outros doze bispos da Europa, Oriente Médio, África, Ásia e América Latina, para solicitar ao papa João XXIII que imediatamente após a discussão sobre a Igreja (da *Lumen Gentium*), o Concílio pudesse refletir as grandes questões que afligem a humanidade e que poderiam ser agrupadas em quatro vertentes.

Ao comentar a intervenção coletiva elaborada por Dom Helder e pelos subscritores, ele reflete sobre as quatro vertentes:

a) Problemas relativos ao exercício da justiça e da caridade fraterna, tanto pessoal quanto social, principalmente em relação aos povos em vias de desenvolvimento. Os subscritores evocam a preocupação de João XXIII, expressa na sua alocução radiofônica pronunciada um mês antes da

<sup>34</sup> Beozzo (2005, p. 447) descreve tais intervenções de Dom Helder. No entanto, o texto da dissertação aponta algumas características mais importantes de acordo com a temática estudada, sobretudo nas atualizações dele sobre a *Lumen Gentium*, que segundo elas, detonam sua “atuação direta e indireta” durante o processo de elaboração.

abertura do Concílio: “La Chiesa se presenta quale è, e vuole essere, come la Chiesa di tutti, e particolarmente la Chiesa dei poveri”. b) Problemas relativos à paz e à união de todos os povos que formam a grande família humana, insistindo não só na superação dos conflitos armados mas nas exigências positivas da paz. c) Evangelização dos pobres e dos que se encontram longe da Igreja. d) Exigências de renovação evangélica tanto nos pastores como nos fiéis da Igreja, com especial atenção aos conselhos evangélicos e à pobreza que não pode limitar-se a palavras e discursos (CAMARA Apud AS VI/1, p. 295 - 297).

Helder e os subscritores pedem ao Concílio que seja constituída uma Comissão ou Secretariado especial para enfrentar, de maneira séria e eficaz, os problemas do mundo moderno e empenhar-se na sua superação (AS VI/1, p. 298). O Secretariado não foi criado naquele momento, mas, logo depois do término do Concílio, o Papa Paulo VI instituiu a Comissão Justiça e Paz, voltada para cumprir os objetivos propostos por Dom Helder em 1962.

Em ocasião de uma outra intervenção, redigida em francês e subscrita por representantes de 23 conferências episcopais, Dom Helder:

[...] pede ao Papa Paulo VI que, tendo em conta a crucial relevância do esquema sobre a “Igreja no Mundo de Hoje” e a dificuldade em aprofundá-lo no decorrer do exíguo tempo que restava da III sessão conciliar, previsse um novo período conciliar para o ano seguinte, em 1965 (CAMARA Apud AS III/5, p. 508 - 509).

Em outra semelhante, redigida em inglês e subscrita pelos mesmos bispos, solicita que:

[...] o Concílio centre sua atenção nos problemas da pobreza no mundo e empenhe-se na formação da consciência dos cristãos nos países mais ricos. Pede-se ademais que seja um leigo, perito no tema, que exponha aos bispos, na aula Conciliar, o estado da questão do mundo; que se forme uma comissão de especialistas que delineie o tipo de instituições, as formas de cooperação, de contatos e de políticas que a Igreja pode adotar para assegurar sua plena participação num ataque em escala mundial para a erradicação da pobreza (CAMARA Apud AS III/5, p. 509 - 510).

Assim se destacam algumas intervenções de Dom Helder no percurso do Concílio. Pode-se afirmar que todas as dez foram elaboradas por ele ou em conjunto com os grupos de atuação a que pertencia. Ele manifestou-se por meio delas a partir de três grupos distintos, a saber: 1. Igreja dos Pobres; 2. CNBB (intervenções coletivas assinadas por meio das intervenções orais dos Cardeais presidentes da CNBB, Cardeal Câmara e Rossi; 3. Ecumênico (reunião das conferências episcopais periodicamente na *Domus Mariae*).

Sendo assim, é correto afirmar que Dom Helder foi o relator de muitas intervenções que posteriormente foram subscritas pelos demais bispos brasileiros ou de outras conferências episcopais (BEOZZO, 1999, p. 104), pois ele tinha consciência de que o CELAM e a CNBB de fato eram seus campos de batalha durante a realização do Concílio Vaticano II. Observa-se que, nas intervenções ou plataformas de atuação, expressou-se de forma contundente. Como é relatado por Marques (1999, p. 112), os quatro anos do Concílio Vaticano II, “transformaram Dom Helder, do relativamente pouco conhecido arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro, num dos personagens mais influentes na cena internacional da Igreja contemporânea”.

De acordo com Beozzo (1999, p. 103 -104), na ocasião do Concílio Vaticano II: “[...] foi para Dom Helder a ocasião para ingressar numa série de articulações internacionais e grupos de trabalho, muitas das quais por ele sugeridas e animadas, ganhando a partir daí uma plataforma de ação de raio cada vez mais amplo”.

Tanto Marques (1999) como Beozzo (1999) entendem que a imagem pública de Dom Helder é resultante das suas ações e das suas palavras. Essa identidade e imagem foi:

[...] voluntária e involuntariamente construída por ele, no dia a dia da aula conciliar e nos encontros formais e informais, nos “corredores” do Concílio, com os padres conciliares, com os peritos, os observadores, os auditores leigos e os jornalistas. Os quatro anos do Concílio, nas palavras de um eminente historiador, transformaram Dom Helder, “do relativamente pouco conhecido arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro, num dos personagens mais influentes na cena internacional da Igreja contemporânea (MARQUES, 1999, p. 112).

Marques (1999) classifica a sua participação na aula conciliar como uma identidade incomum até então, e, por esta razão, mais do que um ator conciliar, Dom Helder identifica-se como uma “figura conciliar”.

## **2.8.2 A atuação de Dom Helder fora da Aula Conciliar**

Beozzo (2005) compreende que a atuação de Dom Helder durante os quatro períodos do Vaticano II foi baseada em pontos específicos da “rede de articulações”, que por ele foi edificada e fortalecida ao longo do Concílio. Essas relações são as seguintes: rede nacional, a CNBB; rede latino-americana, o CELAM; as redes constituídas durante o Concílio, o Ecumênico e o Grupo da Igreja dos Pobres.

Segundo o autor, o evento conciliar era muito mais abrangente do que aquilo que se passava nas aulas, ou seja, o trabalho mais árduo acontecia fora delas. Sobre isso, o autor (2004, p. 143) descreve que “na retaguarda, havia o trabalho cotidiano das comissões e subcomissões encarregadas da redação e reformulação dos textos, de selecionar, discutir e acolher emendas encaminhadas”. É importante lembrar que, pela primeira vez na história da Igreja, o Concílio foi também um fenômeno de interesse das mídias jornalísticas, com boletins diários das decisões e promulgações. Porém, era necessário saber conduzir as informações que chegavam à opinião pública.

Percebendo essas novas circunstâncias, Dom Helder decidiu não intervir na aula conciliar, no entanto, aceitava entrevistas para jornalistas e convites para palestras em emissoras de rádio e televisão, abordando as temáticas pertinentes do Vaticano II. De fato, sua grande tribuna eram os meios de comunicação social (BEOZZO, 2004, p. 143 - 144).

De acordo com Beozzo (2004, p. 145), a “contribuição brasileira na aula conciliar foi modesta”, todavia, nas articulações e nos bastidores, os bispos brasileiros souberam construir sua influência e aproveitaram as relações existentes entre as comissões, no entrosamento, sobretudo na convivência das conferências na *Domus Mariae*, nas diversas linhas teológicas e na dinâmica conciliar, tornando, assim, rica e densa a participação brasileira.

Do ponto de vista de Comblin, Dom Helder teve sim um papel importante no Vaticano II, porém desconhecido, de maneira geral. Ele era fiel ao seu método, preferindo expressar-se pela “boca de outro”. Soube contornar as manobras da Cúria e, descobrindo que os Cardeais tinham privilégios, podendo se pronunciar mais vezes, entendeu que precisaria se aproximar do Cardeal Suenens, moderador do Concílio, para manifestar suas intenções (COMBLIN, 2009a, p. XXXI).

No que se refere à atividade de Dom Helder, examina-se:

Depois de pouco tempo, descobriu que os cardeais tinham muitos privilégios: podiam tomar a palavra mais vezes do que os simples bispos. Ele entendeu que precisava de um cardeal para comunicar as suas intuições. Escolheu o cardeal Suenens, cuja posição como moderador do Concílio era primordial. Era um dos 4 escolhidos como moderadores para serem os verdadeiros presidentes e era dos 4 o mais ativo, o mais capacitado para dirigir uma assembleia. Entre Helder e Suenens nasceu uma amizade profunda, ainda que, à primeira vista, estranha. Era difícil imaginar duas pessoas mais diferentes. Mas cada um sabia que precisava do outro. Eram honestos e sinceros, Helder era certamente o mais inteligente e o mais astuto, que conseguiu mais do seu amigo do

que este dele (COMBLIN, 2009a, p. XXVIII) [Prefácio do 1º tomo, do Vol. I das Obras Completas de Dom Helder Camara].

No que diz respeito à sua atuação fora da aula conciliar, evidencia-se que estava articulado de forma plena com dois grupos: o Ecumênico e a Igreja dos Pobres.

Uma palavra contundente de Helder referente ao “Ecumênico” encontra-se na sua 31ª Circular:

1. Te Deum laudamus! Magnificat! Realizou-se, hoje, em Domus Mariae, das 18 às 20:00, o 2o encontro fraterno do mundo inteiro (passarei a chamá-lo: Ecumênico). Estiveram presentes: o CELAM (pelos 3 da Presidência); o CELAF (pelos 2 Secretários Gerais); os grupos da Ásia que tinham estado na reunião anterior (Japão, Índia, Ceilão, Viet-Nam, Birmânia) mais as Filipinas; os grupos da Europa que vieram da vez passada (Alemanha, França, Inglaterra, Irlanda) mais Bélgica, Espanha e Itália! Da América do Norte: os USA e o Canadá. Só para a próxima vez convidaremos a Austrália. [...] O Ecumênico é um milagre. Não tem, a meu ver, explicação puramente humana. O Santo Padre tem conhecimento dele através do Cardeal Suenens. Ele está sob o alto patrocínio dos Cardeais da Alemanha, da França, da Bélgica, da Holanda e do Cardeal do Chile. O clima é católico, universal! Todos se sentem inteiramente à vontade. A própria Itália, que chegou temerosa, logo se sentiu em casa (CAMARA, 2009a, p. 92) [31ª Circular, Roma, 13.11.1962].

Acerca do Grupo da Igreja dos pobres, Helder comenta que envia aos seus colaboradores do Rio de Janeiro um livro do Padre Congar que já foi lido por ele, cujo título era “Por uma Igreja servidora e pobre”, e insiste com sua família carioca que há uma diferença sutil entre Igreja dos pobres e Igreja servidora e pobre. O que ele pretende ressaltar é que a Igreja que se contempla no Vaticano II “é servidora e pobre e, conseqüentemente, é a Igreja dos pobres”. Dom Helder confirma que o cardeal Lercaro se fez “advogado da Igreja dos Pobres” e que o papa João XXIII confiou à Igreja a missão de “fazer embeber do espírito da Igreja servidora e pobre os esquemas do Concílio” (CAMARA, 2009a, p. 194) [13ª Circular, Roma, 16/17.10.1963]

A sua preocupação era, através das reuniões periódicas do Ecumênico, tratar a pobreza, sobretudo nos países do terceiro mundo:

Não pensem que estamos nos contentando com pouco, quando as Reflexões de Nazaré iam muito mais longe. Já imaginaram o que será, como repercussão no mundo inteiro, a criação, no Concílio Ecumênico, de uma Comissão especial para tratar da Pobreza e do Desenvolvimento do 3o mundo? E isto com a assinatura maciça não só do Mundo subdesenvolvido, mas da Europa, da América do Norte (e espero, também, da Austrália) (CAMARA, 2009 a, p. 93) [31ª Circular, Roma, 13.11.1962].

Nas Circulares Conciliares 38<sup>a</sup> e 49<sup>a</sup>, ele declara, de forma contundente, que a Igreja servidora e pobre está conseqüentemente implicada no contexto histórico social da América Latina e, ao mesmo tempo, atualiza a mensagem de Francisco de Assis acerca da pobreza, insistindo que, segundo sua percepção, seria correto afirmar que a Igreja é ‘servidora e pobre’, em vez de ‘Igreja dos pobres’, e categoricamente confirma que a pobreza é o mal a ser combatido.

Ao invés de Igreja dos pobres. Igreja servidora e pobre e até para começar: Igreja servidora. Que pedir? Que vivam o programa de Cristo: non veni ministrari, sed ministrare [...] Situação do problema na América Latina pobreza: mal a combater, espírito a conquistar paz, no nosso caso = desenvolvimento (CAMARA, 2009 a, p. 293) [38<sup>a</sup> Circular, Roma, 11/12.11.1963]. Como o pobre de Assis viveria, hoje, a Pobreza? Em todas as Vigílias temos conversado a respeito. Também ele prefere Igreja servidora e pobre (ao invés de Igreja dos pobres). Também ele entende e adota o lema: Pobreza, mal a combater e espírito a salvar (CAMARA, 2009 a, p. 329) [49<sup>a</sup> Circular, Roma, 23/24.11.1963].

Em referência a tais assuntos, Beozzo (2005, p. 185 - 186) relata que:

Dom Helder Camara chamava de ‘ecumênico’ o grupo que procurou articular diversas conferências episcopais, sob a égide do Cardeal de Malines-Bruxelles, Leo Joseph Suenens, e o com o apoio da Conferência Episcopal Francesa. Esse grupo recebeu também o nome de “Conferência dos 22” pelo número de conferências episcopais ou organismos, como o CELAM, ali congregados.

Segundo ele (1999, p.104), “Dom Helder tinha profunda consciência de que a CNBB e o CELAM eram suas plataformas de ação e articulação”. Em uma carta circular de 25 e 26 de novembro de 1963, em que ressaltou a importância das reuniões do Ecumênico, Helder expôs:

houve eleição no CELAM. A América Latina inteira quis como presidente o querido Manuelito (Mons. Larraín) e elegeu o Dom para 1<sup>o</sup> Vice. [...] Telegrafamos ao Santo Padre comunicando a eleição e pedindo a bênção... A eleição facilita o trabalho do Ecumênico. Se eu sáísse da CNBB e do CELAM (é claro que eu já aceitara a oferta), em rigor perderia a base para atuar nas reuniões de sexta-feira [as reuniões do Ecumênico] (CAMARA, 2009a, p. 338) [51<sup>a</sup> Circular, Roma, 25 e 26 de novembro de 1963].

É justamente o grupo denominado Ecumênico, ou “conferência dos 22”, e a rede de articulações que ele estabeleceu fora da aula conciliar, que foram capazes de promover as conferências na *Domus Mariae*. Pois é exatamente nesta localidade, onde residia o episcopado brasileiro durante o Concílio, que se possibilitou a

realização das conferências e palestras, as quais serviam de esclarecimento e aprofundamento nas temáticas.

Beozzo (2005, p. 195) descreve: “[...] Dom Helder Camara, como secretário da CNBB, começou a chamar algumas pessoas [...] peritos e padres conciliares, para falarem aos bispos, geralmente sobre os temas em debate na aula conciliar”. As conferências da *Domus Mariae* ganharam prestígio e muita notoriedade, a ponto de acolherem muitos bispos, teólogos e outros integrantes interessados.

Em certa ocasião, o Secretário Geral do Concílio, Pericle Felici, havia afirmado em aula que essas reuniões “não eram oficiais ou autorizadas”. Eram muito organizadas e proveitosas, porém não agradavam aos membros mais hostis. Este fato mais uma vez demonstra a importância das articulações de Dom Helder e o reconhecimento do sucesso e bom andamento das conferências na *Domus Mariae* (BEOZZO, 2005, p. 204), pois ele provou que essas conferências realizavam, na verdade, um serviço de incontestável importância ao próprio Concílio, pois eram um período oportuno para discutir a temática da aula conciliar, tão fragmentada nas congregações gerais.

No decorrer dos quatro períodos, percebeu-se que, para a Igreja do Brasil, juntamente com seus bispos e sua conferência episcopal (mesmo com o resultado das eleições de 1964)<sup>35</sup>, a experiência estabelecida na *Domus Mariae* foi determinante para que, ao final do Concílio, a CNBB tivesse um plano de pastoral alinhado com o Vaticano II, ou seja, um projeto perfeitamente articulado para a prática.

### **2.8.3 O grupo da “Igreja dos Pobres” e o Pacto das Catacumbas**

Dom Helder teceu intensos laços de unidade e proximidade, exercendo efetiva influência no grupo Igreja dos Pobres. Como afirma Beozzo (2005, p. 6): “[...] o outro grupo que ajudou a criar, ao qual foi fiel até o fim e onde se sentia espiritual e humanamente em casa, foi o da Igreja dos Pobres”.

A Igreja buscava renovar seu compromisso com o Evangelho e com o seguimento de Cristo, que eram o fundamento no coração e nos propósitos de João XXIII quando convocou o Concílio. A mensagem radiofônica do papa é paradigmática para o grupo da Igreja dos Pobres.

---

<sup>35</sup> Dom Helder deixou a secretaria geral da CNBB por conta das novas eleições que ocorreram em pleno Concílio Vaticano II, com a eleição de uma nova presidência.

Alberigo (2000, p. 193) diz que: “ao contrário da maioria dos bispos italianos, protegidos na presunção de autossuficiência, que mascaravam o confronto, Lercaro inseriu-se inteiramente na rede formada de contatos entre bispos e conferências”. Observa-se que o cardeal Giacomo Lercaro era um grande incentivador do grupo da Igreja dos Pobres e ele mesmo aceitou o convite para se reunir no colégio belga com os integrantes, que estavam sob a direção do Padre Paul Gauthier. O grupo assegurava a intervenção de Lercaro na XXXV Congregação Geral em 6 de dezembro de 1962, e então julgavam que tinham um caminho aberto para deliberar sobre a temática dos pobres e em relação à Igreja no Concílio.

Souza e Rocha analisam que:

tal intervenção é paradigmática do ponto de vista teológico e pastoral, porque de fato Lercaro juntamente com os cardeais Montini e Suenens<sup>36</sup> propõem o desejo de que o projeto ponha em evidência de um mais claro a relação íntima que há entre a presença de Cristo na Igreja e a presença de Cristo nos pobres (SOUZA; ROCHA, p. 131).

Essa intervenção, de alguma maneira, renova a esperança dos padres conciliares membros do grupo da Igreja dos Pobres, que ficaram fascinados ao ouvir Lercaro fazer referência entre a presença de Cristo na Igreja e o mistério dessa mesma presença nos pobres, deixando-os perplexos com a interpretação teológica da questão. Tratava-se de uma atualização da mensagem do Evangelho: anunciar a Boa Nova aos pobres.

Lucy Pina Neta (2019), sobre o Grupo da Pobreza, afirma:

Acreditamos que as palavras de Dom Helder possam ter sido tão contundentes, para conseguir arrastá-los para o Grupo da Pobreza, justamente pelo que intuiu o Pe. Comblin: o fato de nunca ter-se tratado de uma teoria, pois Dom Helder tem seu lugar de fala a partir da manutenção de seus pés fincados nas lamas das favelas do Rio de Janeiro e do Recife (PINA NETA, 2019, p. 108).

O grupo procurava refletir a relação da Igreja com o “rosto desfigurado de Cristo” com os pobres. Os bispos souberam expressar essas angústias, seja no sofrimento, clamando por esperança, seja em seus países, contextos particulares ou dioceses. Essas reflexões continuaram posteriormente com o encerramento do

---

<sup>36</sup> Os cardeais Montini e Suenens não fizeram nesse dia de trabalho nenhuma intervenção, mas o Cardeal Lercaro retomou profeticamente alguns pontos já propostos por Eles, isto é, a tentativa de abordar um ensaio sobre a relação de Cristo na Igreja e sua “presença” nos pobres.

Concílio, nas conferências episcopais latino-americanas e, acima de tudo, encontraram apelo e suporte teológico em Medellín (1968) e Puebla (1979).

Comblin (2009), ao prefaciá-las Obras Completas de Dom Helder, expõe que ele exerceu uma atuação forte no grupo por uma Igreja servidora e pobre, pois de fato, muitos bispos aderiram ao apelo do cardeal Lercaro, que havia dito que, se o Concílio não optasse pelos pobres de maneira clara, falharia. Dessa maneira, a profecia de Lercaro cumpriu-se, no entanto, os esforços de Dom Helder não foram em vão. Verificou-se que os pobres estavam muito distantes dos pensamentos dos bispos, porque estes estavam imbuídos da função administrativa, e assim sendo, era impossível convencê-los. Mas “o que Dom Helder não conseguiu em Roma, conseguiu em Medellín e em Puebla. A semente estava lançada e germinou nas conferências do CELAM” (COMBLIN, 2009a, p. XXXII).

Sobre o grupo da Igreja dos Pobres, Beozzo assegura:

Dom Antônio Fragoso, bispo emérito de Crateús, deixou-nos um depoimento sobre o grupo que se reunia no Colégio Belga: O grupo começou na primeira sessão. Tínhamos como secretários Paul Gauthier e Marie-Therèse Lescase. O tema era a Igreja e os Pobres, começando pela identidade entre Jesus e os pobres. Lembro-me do argumento central: quando afirmamos a identidade entre Jesus e o pão consagrado: ‘isto é meu corpo’, nós o adoramos e tiramos consequências para nossa espiritualidade, liturgia e tudo o mais. Quando se afirma a identidade entre ele e os que não tem pão, casa, nós não tiramos as consequências para a espiritualidade, liturgia, ação pastoral (BEOZZO, 2005, p. 6).

A respeito da participação de Dom Helder, Lucy Pina Neta comenta que o grupo da Igreja dos Pobres, que aparece nas cartas como “Grupo da Pobreza “ou da Igreja servidora e pobre”, “encarregado de discutir o problema da pobreza no mundo, nasceu dos estudos do Colégio Belga em torno do Cardeal Gerlier e a partir do livro *Les pauvres, Jésus et L’Église* (1962), do padre francês Paul Gauthier” (PINA NETA, 2019, p. 110). De acordo com a 23ª Circular, Helder afirma: “Amanhã, no Colégio Belga, temos reunião que estuda o problema da pobreza na linha de “*Jésus Christ, l’Église et les pauvres*”, que eu enviei a vocês (CAMARA, 2009a, p. 70) [23ª Circular, Roma, 4.11.1962].

No que se refere a essas primeiras referências das Circulares, Lucy assegura que:

[...] tem uma importância fundamental para se entender o alcance dos sonhos de Dom Helder: seu desejo não era discutir a pobreza no mundo subdesenvolvido, mas discutir a pobreza, aquela que assola todos os

países do mundo e contra a qual a Igreja não poderia fechar institucionalmente fechar as portas (PINA NETA, 2019, p. 110).

Mais adiante, como já terminava o primeiro período conciliar, Dom Helder expõe sua ideia: “Temos, então, que arranjar um meio de deixar programado para o início da 2ª fase (dizem que logo depois de Páscoa) os esquemas do 3º Mundo e da Pobreza. Explicaremos, inclusive, que isto será chamariz para que o 3º Mundo compareça” (CAMARA, 2009a, p. 70) [23ªCircular, Roma, 4.11.1962]. Como se demonstra, Helder era muito ativo e se sentia à vontade no grupo da Pobreza; em suas Circulares desse período conta que, embora não estivesse na primeira reunião, o interesse de bispos participarem das conferências do Grupo a Igreja dos Pobres era intenso (CAMARA, 2009a, p. 64) [21ªCircular, Roma, 3.11.1962].

Helder também comenta que é esperado que “se elabore um documento assinado por uns 2 mil Bispos” (CAMARA, 2009a, p. 64) [21ªCircular, Roma, 3.11.1962], e assim sendo, como argumenta Lucy, um documento “no qual se solicitasse ao Papa a instituição de nova Comissão conciliar para estudar os assuntos relacionados à pobreza e ao mundo subdesenvolvido (PINA NETA, 2019, p. 111).

Em sua 50ª Circular, ele anota a última reunião do Grupo da Pobreza daquele primeiro período, e ao mesmo tempo expõe os planejamentos e ações futuros: “Amanhã, chegará às mãos do Santo Padre a carta de Mons. Mercier assinada pelo Grupo da Pobreza. Se, apesar deste esforço, a ideia não marchar agora, esperaremos, paciente e humildemente, pela 2ª sessão” (CAMARA, 2009a, p. 148). [50ªCircular, Roma, 3.12.1962].

Dom Helder registra, empolgado, os planos de ação para a segunda fase do movimento:

Aqui, pude expor o plano Mercier-Abbé Pierre, de conquista de toda a Santa igreja para o ideal da Pobreza. Não nos contentamos com um Grupo (por mais numeroso que ele seja). Queremos a Igreja toda, de modo a ajudarmos o Papa a livrar-se das riquezas do Vaticano que tanto escandalizam e dificultam os caminhos da união. Foi comovente a despedida. Senti que somos irmãos (CAMARA, 2009a, p. 149) [50ªCircular, Roma, 3.12.1962].

Na continuidade dos trabalhos do segundo Conciliar, mantém viva a esperança, sobretudo agora com a eleição do Cardeal Montini assumindo o legado e os trabalhos deixados por João XXIII, de levar o Concílio Vaticano II adiante. Logo na abertura das Circulares, ele relata o que se havia pensado para o Grupo da Igreja dos pobres:

Esteve aqui o Grupo da Pobreza: Mons. Mercier, o Pe. Paul Gauthier e Marie Thérèse. O Santo Padre aprovou os nossos estudos: Mons. Mercier e o Ivan vão acompanhar os 12 teólogos que aprofundam a Teologia da Pobreza: Mons. Ancel coordenará estudos sobre pastoral da pobreza; eu deverei pensar na espiritualidade do desenvolvimento (CAMARA, 2009a, p. 162) [1ªCircular, Roma, 30.9.1963].

De acordo com Lucy Pina Neta (2019), quando se estuda e analisa as cartas de Dom Helder, sobretudo aquelas primeiras do segundo período conciliar (1963), verifica-se verdadeiramente que o seu trabalho de articulador é um sinal eficaz do sacerdote brasileiro, seja na promoção do Grupo da Igreja dos Pobres ou na criação de uma comissão conciliar que enfrentasse a questão da pobreza (PINA NETA, 2019, p. 111-112).

Em outro momento, Dom Helder expressa-se da seguinte maneira: [...] “entrei para o Grupo da Pobreza. Deus me dá oportunidade de colaborar, na linha da pobreza, para o reencontro da simplicidade evangélica (CAMARA, 2009a, p. 179) [7ª Circular, Roma, 8.10.1963].

Em sua 8ª Circular de 1963, apresenta a proposta aos membros do Grupo e espera que posteriormente seja aprovada pelo Papa Paulo VI:

1) As grandes cerimônias na Basílica de São Pedro têm sempre, como convidados de honra, membros do Patriciado Romano e o Corpo Diplomático. 2) Por uma vez, no encerramento da 2ª Sessão do Concílio, temos a confiança filial de propor como convidados de honra os Operários e os Pobres de Roma, representando os Operários e os Pobres do mundo inteiro. Esta petição não precisa de justificativa junto ao Vigário de Cristo e Antigo Arcebispo de Milão. Compreendeis como ninguém o alcance deste gesto como símbolo da decisão por parte da Santa Igreja de ser, cada vez mais, a Igreja servidora e pobre (CAMARA, 2009a, p. 181) [8ªCircular, Roma, 10.10.1963].

Lucy (2019) assegura que, duas circulares depois, Dom Helder relata que o bispo do Saara Monsenhor Mercier tinha se encontrado com Paulo VI e, assim sendo, “ele havia confirmado o recebimento da carta enviada a ele e que dava sua benção ao Grupo da Pobreza. Esse pequeno gesto papal foi entendido como o mais importante impulso para a articulação do Grupo nos corredores de Roma” (PINA NETA, 2019, p. 112).

A percepção de Lucy é evidente de que Dom Helder exerceu grande influência no Grupo dos Pobres:

Tentando dar uma visão panorâmica do que foi o trabalho do grupo da pobreza, podemos dizer que durante a primeira sessão do Concílio os

esforços de seus idealizadores concentraram - se em trazer e reunir novos membros para o grupo em torno do tema. Era preciso deixar claro do que se tratava aquele Grupo e sobre qual “pobreza” buscava lançar seus esforços. A referência teológica de Jesus eram “os pobres de Jesus”, mas, do ponto de vista prático o acolhimento deveria ser entre os pobres reais e concretos que vivem no mundo e que para alguns a Igreja havia esquecido deles (PINA NETA, 2019, p. 112).

Helder ficou responsável por dedicar-se ao estudo da espiritualidade do desenvolvimento pela configuração de uma Igreja servidora e pobre. De acordo com a 18ª Circular do ano de 1963, seu plano era amplo, pois de verdade, ele almejava ir “para além da mera existência e da própria justiça social” (CAMARA, 2009a, p. 212). [18ª Circular, Roma, 19/20.10.1963]. O que Dom Helder pretendia era, de fato, agregar à luta pelos mais pobres aqueles que tinham suporte financeiro para ajudar materialmente. Portanto, ele “pretendia estender a conscientização das massas em condições consideradas infra-humanas, esse era o plano a ser executado extramuro” (PINA NETA, 2019, p. 112).

No entanto, para além desta conscientização, era importante uma mudança mais efetiva na Igreja, pois se verifica que a Instituição deveria superar ainda a era do Imperador Constantino, isto é, a superação de um determinado período histórico como a dinastia ou monarquia, já que “se fixou, durante séculos, um complexo mental e institucional nas estruturas, nos comportamentos e até na espiritualidade da Igreja, e isso não apenas de fato, mas também no plano ideal” (PINA NETA, 2019, p. 113).

No que se refere ao ideal de uma Igreja a serviço dos mais pobres, Dom Helder relata:

Desde o início do Concílio, a Providência ligou-me ao Grupo da Pobreza. Em consequência do que sustento, a propósito de Pobreza, [...] passou em julgado que é minha a ideia de os Bispos se desfazerem de títulos de nobreza e de adotarem vida simples, de estilo evangélico [...] O Santo Padre, em sua 1ª Encíclica, convidou o Episcopado a ajudá-lo a descobrir os caminhos da pedida Pobreza [...] O Grupo da Pobreza está se dirigindo ao Papa anunciando-lhe, como começo de resposta, duas decisões (Circular nº22) (CAMARA, 2009a, p. 114).

Como se comprovou acima, Dom Helder foi o porta-voz do Grupo da Igreja dos Pobres, após a assinatura do Pacto das Catacumbas em 16 de novembro; posteriormente, como afirma Beozzo, o “pacto” foi assinado por outros 500 padres conciliares já na última sessão. A partir dessa assinatura, pode-se afirmar que a Igreja na América Latina iria reconhecer a necessidade de uma opção preferencial pelos pobres (BEOZZO, 2015, p. 202).

Ao abordar a importância desse pacto na vida da Igreja, o autor afirma que:

Outro evento de duradouro impacto na vida da Igreja foi a discreta celebração realizada na manhã de 16 de novembro de 1965, nas Catacumbas de Santa Domitila, por 40 bispos do grupo da Igreja dos Pobres. Após a celebração, eles assinaram o Pacto das Catacumbas, comprometendo-se a viver pobremente e a colocar suas vidas e ministério a serviço dos pobres (BEOZZO, 2015, p. 202).

Lucy faz uma advertência importante sobre esse episódio: é bem comum pensar, quando se estudam as cartas circulares de Dom Helder, que ele mesmo comenta “um a um os pontos do documento chamado de Pacto das Catacumbas” (PINA NETA, 2019, p. 113). Isso seria impossível, uma vez que ele não esteve fisicamente presente na assinatura e nem teceu comentários diretos ao Pacto. Sendo assim, é somente pela leitura assídua e estudando o conjunto de cartas e o contexto que se poderá perceber que tal proposta por uma Igreja servidora e pobre “foi surgindo e ganhando força entre os membros do grupo” (PINA NETA, 2019, p. 113).

A pesquisadora Lucy Pina Neta (2019) relembra, no que diz respeito a Dom Helder:

É, também, importante ressaltar que, embora não tenha assinado o Pacto, porque não pode estar na Catacumba de Santa Domitila, naquele dia<sup>37</sup>, ele o viveu de forma intensa, tendo sido apontado por Dom José Maria Pires, falecido arcebispo da Paraíba, como aquele que viveu mais intensamente os treze itens do documento (PINA NETA, 2019, p. 115).

Qual o verdadeiro sentido do Pacto das Catacumbas? Celebrado antes do término da IV sessão do Vaticano II, o Pacto é uma denúncia da separação da Igreja com o mundo dos pobres. Essa lacuna foi mencionada por muitos padres conciliares, e em alguns, como por exemplo Dom Fragoso, observa-se que os pobres não estavam no coração do Concílio, nem muito menos no horizonte dos bispos (BEOZZO, 1999, p. 107).

Ao citar João XXIII, Alberigo resgata a relação existente entre a Igreja e os pobres, pois deve ser feito um esforço para que a Igreja seja de todos, e particularmente dos desfavorecidos. A pobreza é essencial para a Igreja, portanto, se esta lacuna não for resolvida, ela perderá o mundo operário. Não se trata tanto de evidenciar ricos e pobres; a questão são os operários, os quais são responsáveis pela

---

<sup>37</sup> Dom Helder não estava fisicamente presente na assinatura do Pacto, porque estava na Bélgica, a convite dos reis, Balduino e Fabíola. No entanto, mesmo se estivesse em Roma, não poderia comparecer à celebração e assinar o referido documento, por causa da reunião da Comissão de redação da *Gaudium et Spes*, da qual era um dos titulares (PINA NETA, 2019, p. 115).

força viva do mundo atualmente, e têm sido, historicamente, negligenciados pela Igreja. (ALBERIGO, 2000, p. 194 - 195).

A Igreja dos Pobres estava, desde o início, integrada por um pequeno grupo de nove bispos brasileiros e onze franceses, além de belgas e africanos vindos de ex-colônias francesas. O grupo cresceu ao longo do Concílio e incorporou aproximadamente 16 bispos brasileiros e, dentre eles, destaca-se o arcebispo de Vitória, Espírito Santo, Dom João Batista da Mota e Albuquerque (BEOZZO, 2005, p. 190 - 191).

Sobre o pacto, Souza e Rocha afirmam:

O Pacto das Catacumbas é um sinal profético e condizente com a proposta do Vaticano II. A celebração teve um caráter discreto e ocorreu em Roma, a exatamente três semanas da conclusão do Concílio Ecumênico Vaticano II, nas catacumbas de Santa Domitila na periferia de Roma. O então “pacto das catacumbas” como foi amplamente conhecido, esta reunião de bispos conciliares que formavam o grupo da Igreja dos Pobres, surgiu de forma espontânea, e concretizou-se em celebrar um “acordo”, um “pacto” que favorecesse e traduzisse um belo ideal: o testemunho de uma Igreja Serva e Pobre (SOUZA; ROCHA, 2019, p. 130).

A celebração desse acordo abriu um caminho sem volta de “proximidade” e identificação com os pobres. Ao mesmo tempo, esse sinal de profecia foi de suma importância para a América Latina que, ao perceber os dramas e sofrimentos do povo, a partir dessa realidade planejaram a pastoral de recepção ao Vaticano II.

Beozzo (2005) descreve:

pode-se reconhecer que o grupo não alcançou o que esperava institucionalmente do Concílio, mas teve uma profunda repercussão espiritual e profética, espelhada no Pacto das Catacumbas, onde estão arrolados os compromissos que assumiam os seus signatários, na sua vida cotidiana e no seu trabalho pastoral, em relação aos pobres e à uma vida pessoal de pobreza (Beozzo (2005, p. 6 - 7) *apud* KLOPPENBURG, Concílio Vaticano II – 4ª Sessão (1965 vol. V, 1996, p. 526 - 528).

Segundo ele (2015, p. 9), esses bispos “assumem o propósito de ser pastores identificados com seu rebanho e querem que sua Igreja seja servidora e pobre”. Inicialmente, o Pacto das Catacumbas foi assinado por 42 padres conciliares, no entanto, na vivência espiritual e sobretudo na perspectiva da pastoral, muitos padres e bispos, mesmo os que não estavam presentes na celebração de 16 de novembro de 1965, assumiram a vivência das propostas.

A figura conciliar de Dom Helder era incômoda e atuante, como se verifica a seguir:

Mania de Pobreza! Para que a Igreja seja servidora como Cristo, para que não dê ao Mundo o escândalo de uma Igreja poderosa e forte, que se faz servir, parece-me fundamental este começo de começo, a ser feito logo no primeiro dia. Já pensaram na revolução que seria? Daí, para a reforma da Cúria Romana, seria um passo (CAMARA, 2009b, p. 93).

Portanto, para que as ideias de Dom Helder “tivessem forma, nós acreditamos que ele percebia ser preciso superar a longa burocracia, disso decorre que quem analisa seu episcopado percebe um arcebispo profundamente atuante” (PINA NETA, 2019, p. 116).

Conseqüentemente, Dom Helder empreendeu esforços para responder com ações concretas ao pedido do Cardeal Pierre - Marie Gerlier: dedicava-se exclusivamente às dificuldades das favelas do Rio de Janeiro, ocupava seu tempo em práticas sociais concretas, como por exemplo, a Cruzada de São Sebastião e o Banco da Providência. O propósito era evidente: assistir aos mais pobres em suas dificuldades, garantir acesso à vida digna de qualidade, propostas estas que eram realizadas já bem antes do Concílio Vaticano, nos idos dos anos 50, as quais tornaram-se, para Dom Helder, uma prática social real, que a seu modo deu certo (PINA NETA, 2019, p. 124).

De acordo com Lucy, observa-se:

A mania de pobreza, qual ele mesmo fez referência, foi a sua marca mais forte como operador social do sagrado. Ela foi sendo consolidada, primeiro, pelo longo eficiente trabalho de campo que Dom Helder fez ainda como Arcebispo Auxiliar do Cardeal Câmara, e depois, quando em Roma ele decidiu trazer a temática da pobreza para as discussões extraoficiais do concílio e, com isso conseguiu trazer para junto de si figuras de peso como cardeais até o Papa. Esse é o elemento mais fundamental do alicerce da construção da sua identidade pública - um articulador de bastidores da Igreja e um amante dos pobres (PINA NETA, 2019, p. 116 -117).

Na realidade, a “mania de pobreza”, a qual ele faz referência, está intimamente ligada a sua figura de padre conciliar, de bispo e arcebispo; logo, constata-se que também sua vida pessoal foi um itinerário de superar a vida burocrata de escritório para ir ao encontro dos mais necessitados, como ele mesmo tomou consciência posteriormente, porque, verdadeiramente, ele “passou por um processo pessoal de ressignificação do seu exercício sacerdotal, deixando de ser um burocrata da educação para se tornar um bispo das favelas” (PINA NETA, 2019, p. 110).

## 2.9 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Por fim, como foi relatado, Dom Helder exerceu um papel fundamental e discreto no decorrer do Concílio Vaticano II. Sua vida e atuação foram intensas e sua produção intelectual é prova disso: inúmeras cartas, circulares, palestras, entrevistas, o empenho em relatar, informar e articular as ideias principais do Vaticano II para seus colaboradores mais próximos. Com base nisso, observa-se como e de que maneira ele concebe a Igreja a partir dos debates do esquema *De Ecclesia*.

Portanto,

Foi, porém, durante o Concílio que os olhos de cardeais e bispos do mundo enxergaram a figura do franzino padre de batina preta. Dom Helder Camara se fez conhecer entre o episcopado do mundo inteiro, e seus trabalhos, principalmente em grupos informais, tiveram grande repercussão. Exemplo disso, “o Ecumênico”. Segundo o curador do primeiro volume das Obras Completas de Dom Helder Camara, tratava-se de um grupo não-oficial composto por secretários de diversas Conferências episcopais. Ainda segundo a mesma fonte, esse mesmo “Grupo” pode aparecer citado em outros documentos como “Conferência dos 22”, “Grupo da Domus Mariae” ou “Grupo da terça-feira”. O grupo que Dom Helder chamou de Opus Angeli era formado por peritos em teologia que prestavam assessoria aos episcopados carentes, geralmente, do Terceiro Mundo (PINA NETA, 2019, p. 109 - 110).

Comprovou-se, como descreve Lucy (2019), que a imagem de articulador de Dom Helder não surgiu no Concílio, mas bem antes desse evento, nas demais articulações que empreendeu em favor da Igreja. Portanto, pode-se dizer que, a partir do Concílio Vaticano II, a figura dele ganhou projeção internacional, mas tal capacidade de “articulação e atividade” estaria ligada à elaboração da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil ou ao Conselho Episcopal Latino-Americano, que, como se sabe, exigiram de padre Helder e depois do Arcebispo Camara uma capacidade de trabalhar entre acordos em âmbitos nacional e continental da Igreja Católica.

Para comprovar sua atividade, exemplifica-se a seguir:

Nos seus escritos, ele revela o seu modo de ser bispo. Não esperamos deles nenhuma dissertação teológica. A mensagem do Dom, porém, está no seu modo de entrar na vida do povo. Tanto pelas cartas como pelos discursos, pelas orações e poesias, o Dom revela a sua personalidade. Ninguém se identificou mais do que ele com a sua missão. Ele não tinha nenhuma vida pessoal fora da sua missão apostólica. Por isso o que escreve, vale como revelação da sua maneira de ser padre, primeiro, e bispo, depois. Essa atuação episcopal é a grande mensagem que transmite às gerações futuras e servirá como diretório para a missão episcopal e a atuação de todos os ministros da Igreja no futuro

(COMBLIN, 2004, p. XXVII) [Prefácio do 1ºtomo, do Vol.I das Obras Completas de Dom Helder Camara].

Logo, suas circulares conciliares acompanham a trajetória do Concílio, as quais são uma verdadeira atualização da mensagem do Vaticano II. E, por esta razão, esta pesquisa deseja percorrer o itinerário da elaboração do esquema *De Ecclesia* sobre a Igreja, desdobrando-se posteriormente, depois de longos estudos e redações, na Constituição Dogmática *Lumen Gentium*. Sendo assim, o segundo capítulo abordará o processo de elaboração do esquema referente à Igreja no primeiro período do Concílio (1962), e certamente as Circulares Conciliares de Dom Helder deste período identificam a sua concepção eclesial.

### 3 O ESQUEMA *DE ECCLESIA* NA PRIMEIRA SESSÃO DO CONCÍLIO (1962)

Procura-se, neste segundo capítulo, situar o esquema *De Ecclesia* na primeira sessão do Concílio Vaticano II, mostrando o itinerário do seu processo de elaboração, apresentação e rejeição, além de evidenciar as contribuições de Dom Helder segundo as Circulares Conciliares durante o processo de redação da *Lumen Gentium*, correspondente ao primeiro período conciliar.

No decorrer de três anos consecutivos, 1962 a 1964, procedeu-se à elaboração da Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sob um fatigante e intenso trabalho. Por isso, tal período conciliar foi o responsável pela elaboração do “amadurecimento da síntese magistral mais vigorosa sobre a Igreja” (VILLAR, 2015, p. 141).

De fato, a promulgação dessa Constituição foi o ato mais proeminente do Vaticano II. Ao começo da primeira sessão do Concílio acerca da temática da Igreja, não se tinha, na verdade, muita clareza sobre os caminhos nos quais a eclesiologia do Concílio deveria situar-se. Foi necessária então, ao final do mês de novembro de 1962, uma revisão do esquema *De Ecclesia*, e somente assim, com o julgamento dos padres conciliares, encontrou-se um princípio que unificaria a tão sonhada renovação conciliar para a Igreja.

Deste modo, verificou-se que “o Concílio encontrou assim um critério unificador em torno da identidade e missão da Igreja, com especial atenção sobre a unidade cristã e o diálogo com o mundo moderno” (VILLAR, 2015, p. 141). Na verdade, a *Lumen Gentium* se transformou em eixo estruturante para o magistério conciliar. Nesse documento, a Igreja declara o seu mistério, a sua origem, a sua estrutura e a sua missão.

Os passos metodológicos deste capítulo devem perpassar desde o processo de preparação do esquema *De Ecclesia*, a apresentação na primeira sessão e a decisão por um esquema completamente novo, uma vez que o anterior foi plenamente

rejeitado pela assembleia do Concílio. Quanto à história da redação<sup>38</sup> da Constituição *De Ecclesia*, ocorreu um processo de revisões constantes no esquema apresentado, desde as suas posições teológicas e imagens acerca da Igreja até os pormenores observados pelos padres conciliares. E assim seguiu, no decorrer dos longos anos em preparação até sua aprovação final, em novembro de 1964, ao final da terceira sessão do Vaticano II.

Conjuntamente, serão expostas as contribuições de Dom Helder com suas Circulares Conciliares referentes somente ao primeiro período (1962). A tarefa é demonstrar as impressões ali registradas, para verificar o que ele apresenta em suas memórias mais vivas no debate acerca do *De Ecclesia* e, ao mesmo tempo, acompanhar os aspectos principais do esquema.

### 3.1. A PREPARAÇÃO, APRESENTAÇÃO E REJEIÇÃO DO ESQUEMA *DE ECCLESIA*

O objetivo é abordar o processo do esquema *De Ecclesia*, na primeira sessão do Concílio Vaticano II. Para isso, é importante esclarecer o que foi realizado fundamentalmente desde a preparação, apresentação e rejeição do esquema sobre a Igreja, que foi gerado de forma embrionária nas contribuições da fase pré-conciliar, diante das propostas que foram sendo enviadas a Roma, através dos *vota*, e a comissão antepreparatória<sup>39</sup> responsabilizou-se por agrupar as argumentações e as respostas dos bispos.

Pode-se dizer que a preparação do *De Ecclesia* teve o seu início a partir dessa consulta universal à Igreja, porém, o seu teor teológico contou propriamente com a Comissão Teológica do Concílio, da qual foram instituídas as demais subcomissões

---

<sup>38</sup> “Após a devolução do esquema preparatório *De Ecclesia* na primeira Sessão de 1962, preparou-se um novo com 4 capítulos durante a primeira interseção (1963). O esquema foi debatido na aula conciliar durante a segunda sessão de 1963 e foi revisto de acordo com as observações dos padres conciliares na segunda interseção (1964). Dividiu-se o capítulo dedicado ao povo de Deus e aos leigos, que deu lugar ao capítulo II sobre o povo de Deus, anteposto ao capítulo sobre a hierarquia, e os leigos foram tratados no capítulo IV. Na terceira sessão (1964) debateram-se pela primeira vez os capítulos VII e VIII (sobre a índole escatológica da Igreja peregrinante e sobre a Virgem Maria), e aprovou-se a divisão do capítulo V sobre a santidade da Igreja, da qual surgiu o capítulo VI sobre os religiosos. Procedeu-se à votação do texto revisto e às últimas emendas dos oito capítulos definitivos” (VILLAR, p. 142 - 143).

<sup>39</sup> A fase antepreparatória ao Concílio Vaticano II, como foi elaborada no primeiro Capítulo da dissertação, ocorreu dos anos de 1959 a 1960, e no que diz respeito ao projeto do texto do *De Ecclesia*, a comissão elaborou a partir dos pareceres dos bispos as argumentações do que deveria constar como pressupostos para a Igreja.

internas, que se reuniam periodicamente para discutir, estudar e elaborar os esquemas preparatórios do Vaticano II. E com o esquema sobre a Igreja não seria de modo diferente: houve inúmeras reuniões das subcomissões do esquema, com as contribuições de teólogos e peritos diversos, até a sua aprovação final.

E sendo assim e com estes esclarecimentos, o esquema *De Ecclesia* estava preparado para a leitura e comentários da assembleia e poderia ser apresentado aos padres conciliares, o que ocorreu em 23 de novembro de 1962. Porém o clima do Concílio e da continuidade dos trabalhos conciliares estava um tanto ofuscado devido à luta contínua e debates acalorados e ásperos do esquema acerca da Revelação *De Fontibus revelationis*, nos dias 14 a 22 de novembro. Esta situação embaraçosa e difícil contribuiu para que o esquema sobre a Igreja não chamasse a atenção necessária ou não comprovasse a urgência do tema para o Vaticano II.

Umberto Betti (1965, p. 140) descreve:

Quando o esquema sobre a Igreja foi distribuído aos padres [...], por muitos motivos já não se apresentava sob nova estrela. Antes de tudo porque o modo de expor a doutrina nele contida era, com razão ou sem razão, considerada não de todo conforme a diretriz manifestada pelo Papa João no discurso de abertura do Concílio, pela qual se convidavam os padres a enunciarem a doutrina certa e imutável em linguagem nova, segundo as exigências do nosso tempo (BETTI, Umberto *Apud* KLOPPENBURG, Boaventura. Revista Eclesiástica Brasileira, v. 22, 1962, p. 1014).

À primeira vista, o esquema *De Ecclesia* obteve mais críticas do que elogios ou considerações festivas em sua exposição. Os padres conciliares que criticaram reclamavam de uma linguagem excessivamente jurídica, o que não correspondia à atualização eclesial presente no Vaticano II, e que, segundo Villar (2015, p.145) “não respondia ao magistério de índole pastoral desejado por João XXIII, como se via no seu discurso *Gaudet Mater Ecclesia* de abertura do Concílio”. Para além disso, alguns padres sublinharam a importância da eclesiologia no projeto arquitetônico do Concílio, mas não pouparam de lamentar que as imagens bíblicas apresentadas sobre a Igreja eram insuficientes.

Quanto à índole pastoral, tanto do Concílio e sobretudo do esquema *De Ecclesia*, verificou-se que a menção “pastoral” não deveria ser apenas um acréscimo, ao contrário disso, era por onde a Igreja deveria demonstrar sua força e empregar tempo em compreender sua missão de diálogo com o mundo moderno. Citando as palavras de João XXIII, na solene abertura do Concílio, colocou-se o propósito do

Vaticano II, “de finalidade primordial [...] adaptação de sua estrutura e de seus métodos às exigências do presente” (KLOPPENBURG, 1963, p. 35).

Dos dias 1 a 7 de dezembro de 1962, ocorreu o debate, em plena Aula Conciliar, sobre a Igreja. E assim, o esquema foi apreciado, discutido e verificou-se que havia reservas e rejeição ao estilo, aos pressupostos teológicos verificados no texto, e portanto, era conveniente que houvesse uma nova redação. A comprovação do fato de que o esquema não atendia às exigências da assembleia conciliar veio de antemão reafirmada pelo Cardeal Ottaviani.

John W. O'Malley (2014, p. 166) comenta que:

[...] agora era bem sabido que a preparação desse esquema fora marcada por severas divergências entre a Comissão Teológica e o Secretariado para a Unidade Cristã, divergências que a Comissão Pré-Conciliar Central não solucionou, em grande parte porque seus membros refletiam as mesmas tensões. Essa polarização agora marcava o próprio Concílio e, aos olhos de todos, Ottaviani representava um dos polos. Quando se levantava para falar, ele impunha atenção.

Ottaviani, antecipando-se às críticas quanto à apresentação do *De Ecclesia*, lamentava-se que os padres não tivessem a possibilidade de estudar outras versões alternativas do documento para poderem, se desejassem, substituir o esquema preparatório. Entre estas e outras versões<sup>40</sup>, ficou conhecida a que foi preparada por Gérard Philips, teólogo de Lovaina, que foi encarregado posteriormente pelo Cardeal Suenens a “melhorar” a redação do esquema sobre a Igreja.

Ao final da primeira sessão conciliar, verificou-se a desaprovação e a rejeição do esquema *De Ecclesia* e optou-se por reformular seu conteúdo completamente. Para isso, inúmeras contribuições e intervenções dos padres conciliares foram utilizadas durante a primeira sessão do Vaticano II.

---

<sup>40</sup> É amplamente discutido nos estudos acerca da preparação do esquema *De Ecclesia* a autorização recebida pelo teólogo de Lovaina, Gérard Philips, através do Cardeal Suenens, para que melhorasse a redação do esquema em meados de outubro de 1962. Para isso, o esquema inicial, preparado pela comissão preparatória e aprovada pela comissão teológica a ser avaliada na primeira sessão do Concílio, obteve, sem segredo para ninguém, muito descontentamento entre os padres conciliares. A linguagem era escolástica e imprópria para a renovação que o Vaticano II se propunha a realizar, e que, ao longo do percurso até sua aprovação, o esquema *De Ecclesia* recebeu muitas versões adicionais, a saber, o esquema Philips até as observações e pontuações de Schillebeekx e Rahner. E assim sendo, é útil ter um refinado cuidado ao tratar de muitas contribuições que foram sendo acrescentadas por muitos teólogos ao longo das redações e versões que se propuseram a reformar ou emendar.

### 3.1.1 O processo de preparação

O esquema *De Ecclesia*, que se tornaria, mais tarde, a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja, recolhia a necessária e urgente renovação eclesial. Sabe-se que a sua promulgação foi o ato mais saliente do Concílio Vaticano II. E como afirma Umberto Betti (1965, p. 135) o papa Paulo VI “não hesitou em chamar monumental, não nasceu num só dia. Fizeram-se mister 4 anos de trabalho intenso, que empenhou bispos e teólogos no amadurecimento da síntese da doutrina sobre a Igreja”.

O processo de formação e preparação do esquema *De Ecclesia* foi de forma gradual e contava com a missão de renovar por completo a eclesiologia. Teve seu projeto inicial na ampla consulta ao episcopado católico, desejada por João XXIII, para preparar o Vaticano II. Entretanto, o desejo de renovar a Igreja, o projeto do Concílio, como afirma Betti (1965) deveria completar e integrar o ensino do Concílio Vaticano I.

Acerca deste assunto, Umberto Betti (1965, p. 136) afirma que:

[...] tal complementação deveria fazer-se tendo em conta o posterior desenvolvimento da eclesiologia, particularmente notável nos últimos trinta anos. Devia-se, pois, dar estrutura orgânica aos seguintes principais pontos doutrinários: a natureza e a constituição da Igreja, o seu ministério e magistério; as suas relações com a sociedade civil e com comunidades cristãs não católicas. [...] O todo ser unificado num esquema de constituição dogmática.

No início, a elaboração do esquema estava subjugada à Comissão teológica preparatória, encarregada de estudar novas propostas e emendas para as futuras redações. A Comissão teológica foi constituída pelo Papa a 5 de junho de 1960, dando início à fase preparatória ao Concílio Vaticano II. A comissão em questão era vinculada à autoridade do Santo Ofício, e se, para alguns poderia despertar algum descontentamento, em outras ocasiões tornavam os trabalhos conciliares céleres.

Devido ao julgamento de alguns, a comissão teológica não poderia estar ligada ao Santo Ofício. Betti (1965, p. 136) relata sua impressão desse fato:

Com efeito, é ela o organismo permanente da Santa Sé encarregado de tratar questões doutrinárias; e destas, como os outros sacros Dicasterios romanos no âmbito da sua competência, havia-se ocupado também em vista do Concílio, em conformidade com as orientações emergidas da consulta pré-conciliar.

O trabalho e o ritmo visto na primeira sessão causou uma má impressão aos padres conciliares, justamente por as comissões estarem subordinadas tanto ao Santo Ofício como à Cúria Romana. E assim, os bispos presentes na assembleia não teriam nenhuma autonomia para deliberar as questões do Concílio. Ao contrário disso, verificou-se logo na primeira sessão, em 13 de outubro de 1962, que os padres conciliares rejeitaram qualquer interferência da Cúria, quando se recusaram a eleger dentre eles os dez membros, os quais deveriam compor as dez comissões que ficariam responsáveis pela preparação, apresentação e revisão dos principais documentos que o Concílio tinha de coordenar.

John W. O'Malley (2014, p.111) comenta:

Os bispos receberam os nomes de todos os bispos presentes no Concílio, dos quais deveriam escolher (dezesseis para a comissão). Também receberam os nomes dos membros das Comissões Preparatórias correspondentes. Já que qualquer indivíduo devia conhecer apenas uma diminuta porcentagem dos outros bispos presentes, teria sido fácil para eles simplesmente reintegrar os bispos das comissões pré-conciliares, e de fato deve ter sido isso que esperava acontecer. Nesse meio-tempo, o cardeal Ottaviani difundiu um conjunto de nomes de bispos que ele considerava adequados para as diversas comissões, medida que, embora bem-intencionada, alguns bispos interpretaram como manipulação da Cúria.

Segundo estas considerações, é evidente que não se tinha um mínimo conhecimento pessoal sobre todos os participantes do Concílio. É óbvio que, de alguma forma, os trabalhos conciliares precisariam ser iniciados, mas diante desta problemática e da crítica de uma interferência de organismos da Cúria, os bispos opuseram-se às listas previamente estabelecidas.

Assim sendo, o Cardeal Achille Liénart, de Lille, França, pediu que a votação fosse adiada para que os bispos pudessem ter a oportunidade de se conhecer e as conferências episcopais tivessem tempo de elaborar suas listas. Sua intervenção foi acolhida com aplausos calorosos pela assembleia conciliar. O'Malley (2014, p. 111) afirma que: "a intervenção de Liénart foi prática, mas consideraram-na mais que isso. Entenderam-na como indicação de que o Concílio iria tratar de seus assuntos à sua maneira e não assentir docilmente ao que lhe era transmitido".

Examinando estas explicações acerca do esquema sobre a Igreja, o que se percebe é que os padres conciliares avaliaram o texto como inapto e insuficiente do ponto de vista eclesiológico. Sua redação era incompleta e parecia inacabada ou fechada em si mesma; no entanto, quanto à linguagem e à natureza da Igreja,

mostrou-se satisfatória. Foi elaborada uma pauta que continha indicações de um “esboço em 13 pontos, o qual seria a plataforma do esquema sobre a Igreja” (BETTI, 1965, p. 136).

### 3.1.1.1 Subcomissão *De Ecclesia*

Nesse processo de elaboração, é necessário compreender o funcionamento da subcomissão encarregada de tratar dos assuntos da Igreja. A tarefa era primordialmente trabalhar a partir dos 13 pontos preparados no esboço, e assim sendo, deixar de aditar ou suprimir qualquer assunto. Ou seja, a subcomissão deveria seguir as normas fixadas pelo regulamento do próprio Concílio e evitar fazer tratados científicos, deveria estabelecer critérios para deixar de fora tudo o que fosse antiquado, não condenar erros individuais que não são perigos de fé, “não repetir as definições precedentes sem verdadeira necessidade, e neste caso, com a devida brevidade; não se introduzirem questões discutíveis ou ainda imaturas” (BETTI, 1965, p. 137).

O trabalho realizado pela subcomissão tinha como pressupostos básicos estas normas a serem seguidas. Após este processo inicial, as resoluções deveriam passar pelo crivo da Comissão Teológica Plenária e, após análise, chegar até a Comissão Preparatória Central, que era presidida pelo Papa, e em geral era representada pelo cardeal Tisserant.

A subcomissão *De Ecclesia* reunia seus membros periodicamente para dar encaminhamento aos trabalhos e deliberar os assuntos relacionados ao tratado sobre a Igreja. Na confecção e elaboração do esquema, o bom andamento da subcomissão é de extrema importância. Betti (1965, p. 137) lembra:

A subcomissão “De Ecclesia”, reunida pela primeira vez a 26 de novembro de 1960, deu ordenado encaminhamento ao seu trabalho, confiando a cada um de seus membros preparar o texto provisório de um ou mais capítulos. [...] Ao todo eram previstos 14 capítulos. As reuniões de estudo prosseguiram em ritmo acelerado até maio de 1962. [...] Depois do exame conjunto dos diversos textos, para alguns dos quais fizeram-se mister muitas redações sucessivas, foi dada estrutura definitiva ao esquema todo: as matérias afins foram englobadas juntas; o capítulo sobre Nossa Senhora foi destacado do esquema sobre a Igreja [...] a pedido da Comissão preparatória para os religiosos, foi acrescentado um capítulo doutrinário sobre os estados de perfeição. Veio, assim, o esquema a ficar composto de 11 capítulos.

À medida que os trabalhos da subcomissão chegavam à maturidade, eram revistos e passavam pelo crivo da Comissão Teológica. O texto nunca chegava mal preparado ou em estado deplorável aos membros da subcomissão, porque os componentes tinham ao menos um mês à disposição para declarar o parecer, seja por escrito ou fazendo emendas ao texto. A preocupação era, de fato, estabelecer os critérios para decidir os trabalhos da subcomissão, que, no intervalo dos pareceres, tinha a sua própria avaliação acerca do esquema.

O processo de elaboração do *De Ecclesia* contou com a colaboração da Comissão Preparatória Central, a qual examinou cuidadosamente os seis capítulos, na reunião de 3 a 12 de maio de 1962. Com essas avaliações e pareceres diversos, o texto final seria analisado, aprovado ou desaprovado.

Portanto, o esquema teve a aprovação da Comissão Teológica:

A aprovação não foi de todo incondicional: sobre alguns pontos, a Comissão Teológica era autorizadamente convidada a introduzir bem precisas emendas, antes de se proceder à impressão de todo o esquema na forma oficial em que devia ser apresentado à discussão conciliar (BETTI, 1965, p.138).

Betti (1965) relembra que o esquema era interessante, seja pela sua extensão ou pelo conteúdo neles contidos. Originalmente, os títulos e os subtítulos estavam juntos, organizados em diversas partes ao longo da redação. Deste modo, o texto sobre a Igreja foi fruto de um estudo atento e consciente, e estava pronto para ser submetido ao julgamento da Igreja docente, sem a pretensão de receber somente elogios.

### **3.2. Apresentação do Esquema *De Ecclesia* na Primeira Sessão**

Segundo a totalidade dos bispos, o esquema sobre a Igreja era a razão de ser e a identidade do Vaticano II, e finalmente o texto estava palpável e visível para ser apreciado pelos padres conciliares. Na manhã de 23 de novembro de 1962, enquanto se iniciava a discussão do esquema sobre os meios de comunicação social, foi distribuído o tão esperado esquema eclesiológico.

Alberigo (2000, p. 263) assegura:

Sobre a natureza da Igreja, confrontavam-se, de um lado, uma concepção jurídico-societária, apoiada na rígida defesa da identidade

entre Igreja católica e Corpo Místico, e, de outro lado, uma concepção mais atenta ao mistério.

Alberigo (2000) relata a dificuldade em abandonar a eclesiologia antiga, uma vez que, mesmo diante das propostas dos movimentos renovadores e preconizadores do Vaticano II em pleno século XX, a Igreja estava fundamentalmente interligada a uma visão eclesial como sociedade perfeita e, em muitas das situações, apoiava-se nas declarações eclesiológicas de Pio XII, seguindo as orientações da *Mystici Corporis*.

Segundo o autor, a Igreja do Vaticano II deveria transpor os limites eclesiológicos e abrir mão da eclesiologia antiquada e polêmica. Em muitas intervenções públicas, o Cardeal Bea defendia a eficácia dos meios da Graça de Deus presentes também fora da Igreja Católica. E a partir destas premissas, apresentava seus argumentos afirmando que a pertença a Cristo dos irmãos de outras confissões cristãs era real. Embora ainda não considerada plena, essa pertença, para a Teologia da época, era um avanço satisfatório.

A partir desses esclarecimentos acerca do contexto histórico, seguindo a elaboração do esquema *De Ecclesia*, verificou-se a dificuldade da Comissão Central Preparatória, que não conseguiu harmonizar os desacordos, e a própria Comissão Teológica recusava-se a aceitar o direito a quem quer que fosse de intervir em matéria doutrinal, uma vez que tal tarefa competia ao Santo Ofício. A situação poderia ter consequências desastrosas, “uma vez que, da dialética substancialmente intracurial e limitada aos organismos do período preparatório, passou-se ao confronto conciliar” (ALBERIGO, 2000, p. 264).

Diante desse impasse, surge uma figura conciliadora e diplomática. O cardeal Suenens utilizou-se de um trabalho sutil, com perspicácia moderadora e perfil de conciliação entre as oposições. Com a ajuda de bispos e teólogos mais abertos, ele conseguiu empenhar-se num tom pacífico e bem harmônico para solucionar a questão. E a sua reviravolta obteve aliados qualificados: as colaborações dos teólogos Gérard Philips e Colombo.

Assim:

Veja-se nesse sentido a ligação entre Suenens e Montini, de uma parte, e entre seus respectivos teólogos, Philips e Colombo, de outra. Já em 18 de outubro, Philips comunicou a Congar que fora encarregado pelo cardeal Suenens de retomar, completar e melhorar o esquema *De Ecclesia*, apresentando-lhe as linhas de um projeto neste sentido. A

escolha de Suenens caíra sobre Philips, porque este encarnava em sua pessoa uma espécie de *via media*, que não atemorizava nem o cardeal Ottaviani, nem seu secretário Tromp (holandês) (ALBERIGO, 2000, p. 264).

A moderação encontrou uma opção clara e segura a partir do teólogo Gérard Philips. A escolha era considerada de um perfil conciliador, e não desagradava nem ao cardeal Ottaviani e nem mesmo a Tromp, seu secretário. Assim, em 25 de outubro de 1962, reuniram-se no Angelicum, além de Philips e Congar, Colombo, Lécuyer, Rahner, Ratzinger, Semmelroth e McGartrh<sup>41</sup>. Nesta reunião da comissão, Philips havia preparado um texto “mais elaborado” do esquema *De Ecclesia*, com a preocupação de destacar o capítulo referente aos bispos; era, portanto, o terceiro esquema elaborado por ele, que tomou um certo cuidado para não tocar em temas espinhosos que ferissem a sensibilidade dogmática da Comissão Teológica.

A partir do que comenta Alberigo (2000), Philips fez chegar a Tromp o texto corrigido, que permitia finalmente aos contrariados encarar os adversários do esquema, pois, de fato, estava bem elaborado:

Articulava-se o texto em 11 capítulos, num conjunto de 82 páginas impressas. Ao lado das notas, tanto o capítulo sobre os leigos como o capítulo sobre o magistério traziam um *commentarius* que ilustrava as intenções dos redatores em linguagem mais técnica e escolástica que a já empregada pesadamente no próprio texto. A unidade da estrutura global não era fácil de perceber [...] (ALBERIGO, 2000, p. 266).

Quanto à superação da eclesiologia antiga, a nova redação esclarecia que a “eclesiologia societária e controversista de bellarminiana memória tornava-se, portanto, o critério de uma hermenêutica bíblica capaz de fazer emergir uma imagem de todas as outras” (ALBERIGO, 2000, p. 267).

O texto inicial do *De Ecclesia* abordava considerações importantes a respeito dos capítulos I a VIII. Alguns capítulos do documento ainda refletiam a eclesiologia dos séculos anteriores, como, por exemplo, a discussão sobre os membros da Igreja militante e a necessidade para a salvação. No capítulo II, constatou-se a afirmação de que ninguém poderá ser salvo se não for membro da Igreja, e são verdadeiramente membros aqueles que são batizados e professam validamente a fé, reconhecem a autoridade do Papa e não se separam do Corpo Místico de Cristo.

---

<sup>41</sup> A comissão era composta em boa parte por teólogos que já tinham trabalhado na comissão teológica preparatória e, sobretudo, tinham elaborado o esboço para o esquema *De Ecclesia*, sobre a Igreja.

E o que fazer em relação àqueles cristãos de outras confissões, que são orientados para Deus e o buscam sinceramente e se esforçam para viver segundo a sua vontade? O *De Ecclesia*, neste determinado ponto sobre os membros de outras Igrejas cristãs e de outros aspectos, sinalizava para uma linguagem extremamente jurídica e institucional, que não era adequada para o Vaticano II.

Por exemplo, o capítulo VIII reivindicava uma postura de autoridade presente na eclesiologia que foi a base da tutela da Igreja pós-tridentina, em que a negação de autoridade da Igreja era concebida por obra do protestantismo e a apologética católica entendia que todos os males da idade moderna são explicados pela reforma protestante. Outrora, a Igreja Católica, no Concílio Vaticano I, sobretudo no magistério codificado pela Constituição *Dei Filius*, reforçava essa ideia de soberania da Igreja e contestava aqueles que não reconheciam a autoridade suprema do Papa.

O esquema sobre a Igreja, preparado pela Comissão Teológica, gostaria de manter a tradição contida no magistério petrino do Vaticano I e, ao mesmo tempo, desejava perpetuá-la na concepção de que a autoridade da Igreja era suprema e necessária. Este objetivo resultou em contradição com a proposta do Concílio Vaticano II e revelou um impasse que deveria ser evitado para que a linguagem não fosse excludente e polêmica. Por esta razão, o texto do *De Ecclesia* receberia críticas severas, com ou sem razão, e os padres conciliares perceberam que a linguagem deveria deixar de ser jurídica.

Para resolver a problemática, Philips utilizou da habilidade e da tática. O princípio foi apresentar, antes da discussão eclesiológica, um esquema mais flexível, formulado de modo inacabado, que possibilitasse acréscimos nas redações futuras. Philips limitou-se aos primeiros cinco capítulos do esquema, e quanto aos leigos, remeteu-se ao texto preparatório.

O “esquema Philips” é na verdade um esquema sobre o episcopado. Ninguém além de Philips o modificou, ainda que muitos teólogos tenham dado conselhos de mudança que foram aceitos. A redação de Philips foi, por assim dizer, um trabalho em progresso, ou melhor, ele mesmo redigiu amplamente o esquema *De Ecclesia* e o deixou sempre aberto para inserção de novas sugestões. Como explica Alberigo (2000) o documento é constantemente “*work in progress*, ou seja, (*trabalho em andamento*)” devido às suas inúmeras redações sucessivas.

A redação do esquema foi entregue ao Secretariado para a unidade com uma declaração de intenções. A redação do texto sobre a Igreja deveria seguir as seguintes

normas: a doutrina não deveria ser repetitiva, mas expor os pontos mais importantes da Igreja, levando em consideração os progressos dos estudos exegéticos e patrísticos; seguir a orientação positiva e construtiva de João XXIII e preferir a medicina da misericórdia; assim sendo, a Igreja deve resplandecer segundo o documento como “mãe afetuossíssima” de todos e benigna, paciente e misericordiosa para com os filhos dispersos. A declaração de intenções criticava a escassa coerência do esquema preparatório.

O esquema adaptado por Philips representava certamente um impulso à abertura para a eclesiologia mais próxima do Vaticano II, sendo, portanto, uma visão bem distante da encíclica *Mystici Corporis*, e deveria traçar os passos para uma reformulação da Igreja, aprofundando seu mistério, aperfeiçoando a identidade que superasse a visão jurídica e, a partir do horizonte eclesial, a possibilidade de contextos teológicos mais abertos.

O esquema *De Ecclesia* foi severamente criticado por Schillebeekx. O motivo da rejeição era a falta de organicidade e confusão, pois a Igreja é vista como uma essência abstrata e não como uma realidade concretamente existente, e como consequência dessa visão essencialista, não se entende a Igreja como Corpo de Cristo. Devido a essa carência, Schillebeekx entende que há uma ausência da consideração sacramental da Igreja pelo fato de serem tratados separadamente os laços visíveis da Igreja e os vínculos da graça e verdade (ALBERIGO, 2000, p. 282 *apud* SCHILLEBECKX). Sobre os aspectos ecumênicos, a perspectiva do esquema revela-se paupérrima.

Outra crítica de Schillebeekx<sup>42</sup> foi dirigida ao capítulo que abordava os bispos e a doutrina do episcopado. O esquema, segundo sua visão, não tratava do tema “de modo orgânico”, não levava em conta as considerações teológicas do episcopado e ainda restringia o poder episcopal ao território diocesano. Segundo Rahner, possuía um tamanho excessivo, e o autor também censurava o caráter escolástico e a carência pastoral, que faltavam no documento. Assim, carecia do espírito catolicamente autêntico, tinha uma visão rígida acerca dos membros da Igreja, reduzia a função do laicato e exaltava inapropriadamente a função de autoridade.

---

<sup>42</sup> As críticas de Schillebeekx não só se dirigiam aos redatores do esquema *De Ecclesia*, mas ao próprio Philips, que segundo sua visão (de Schillebeekx) quanto à perspectiva ecumênica era muito insuficiente, e assim sendo, para Schillebeekx a totalidade da fé não é historicamente tomada por ninguém, e discordava das ideias de Philips, que julgava que o problema seria da clareza e do equilíbrio na maneira como se apresenta a verdade.

Assim, verifica-se:

Sobre a doutrina referente ao episcopado, Rahner anotava antes de tudo um ponto que se haveria de retomar com sucesso: a necessidade de colocar antes da consideração da hierarquia a consideração do Povo de Deus ao qual todo poder na Igreja inservit, serve. Ou seja, é preciso falar antes do fim e depois dos meios. [...] Seria mais lógico antepor uma consideração sobre a natureza fundamental do sacerdócio eclesial que, em seu vértice, sucede ao ofício que competia ao colégio dos apóstolos: determinar, portanto, a instituição desse colégio por parte de Cristo, a natureza do seu ofício e sua unidade estabelecida em Pedro, e enfim propor a verdade da sucessão do colégio dos bispos desse colégio apostólico<sup>43</sup> (ALBERIGO, 2000, p. 289).

Sobre a natureza do colégio episcopal no esquema *De Ecclesia*, Rahner retomava substancialmente a posição expressa por Schillebeeckx, acrescentando-lhe a força de argumentação de sua típica teologia. Mas, ao contrário de Philips, as intervenções de Rahner e Schillebeeckx proporcionaram maior funcionalidade na discussão sobre o esquema durante a aula conciliar (ALBERIGO, 2000, p. 291).<sup>44</sup> Seus documentos pediam um objetivo bem claro: eliminar o esquema preparatório. O obstáculo era o compromisso que Philips havia assumido com o cardeal Suenens e a Comissão Teológica de harmonizar as oposições vigentes e buscar um tom conciliador.

### 3.2.1 Discussões a respeito do esquema *De Ecclesia*

O debate do esquema na aula conciliar ocorreu entre 1 a 7 de dezembro de 1962, praticamente ao final da primeira sessão do Concílio. John W. O'Malley (2014) relata a preocupação do Cardeal Ottaviani em esclarecer que o esquema *De Ecclesia* foi devidamente preparado por uma comissão previamente aprovada pelo Papa João XXIII. Assim o cardeal expressou-se:

Foi preocupação dos que preparam que ele fosse tão pastoral e bíblico quanto possível, não acadêmico (*scholasticum*), e que fosse feito de uma forma compreensível por todos. Digo isso porque espero ouvir a costumeira litania dos padres do Concílio – é acadêmico, não é ecumênico, não é pastoral, é negativo, e outras coisas do tipo. Além disso, vou lhes dizer o que realmente penso. Creio que eu e o orador pela

<sup>43</sup> Contrariamente a Schillebeeckx, que, segundo Alberigo, ele confundia os termos colégio dos apóstolos e colégio dos bispos, a expressão “colégio apostólico” de Rahner é empregado de modo mais rigoroso.

<sup>44</sup> Não são citadas “fontes diretas” dos autores, pois foram utilizados para consulta e estudo os apontamentos de Alberigo, os quais citam oportunamente sem apresentar as referências às obras de Rahner e Schillebeeckx.

comissão estamos desperdiçando palavras porque o resultado já está decidido. Os que gritam constantemente “Leve-o embora! Leve-o embora! Dê-nos um novo esquema!” estão prestes a abrir fogo. Digo-lhes uma coisa que talvez não saibam: mesmo antes da distribuição deste esquema – Ouçam-me! Ouçam -me! -, mesmo antes deste esquema ser distribuído, um esquema alternativo já havia sido criado. Sim, mesmo antes dos méritos deste esquema serem examinados, o júri deu seu veredicto. Não tenho escolha a não ser não dizer mais nada porque, como ensina a Escritura, quando ninguém escuta, palavras são um desperdício de tempo (O’MALLEY, 2014, p. 166, *Apud*; AS I/4, 121).

O tom de Ottaviani revelava tensões e uma certa agressividade e impaciência para com os padres. Porém, antes de começarem as discussões, já havia uma redação alternativa prevendo o que poderia ser contestado pela assembleia conciliar: o esquema reelaborado por Gérard Philips<sup>45</sup>, que foi colaborador conciliador da Comissão Teológica Pré - Conciliar de Ottaviani.

Quanto ao debate, entrevistaram 77 padres e os demais 85 pareceres, entre estes, verificou-se o coletivo dos episcopados da Áustria e da Alemanha, que gostariam de um esquema alternativo. De acordo com Alberigo (2000), a partir das discussões emergiam todas as variações possíveis, desde as “extremidades mais negativas”, representadas pelo Secretariado para a unidade, até as “extremamente positivas”, advindas do bloco curial e ítalo-espanhol (este bloco não estava coeso e nem compacto, distâncias consideradas dos cardeais Montini e Lercaro).

Outros bispos mostravam-se entusiasmados pelo esquema, embora considerassem a necessidade de apresentar emendas. Alguns consideravam uma acentuação exagerada na dimensão jurídico-social e a identificação da Igreja romana com o Corpo Místico de Cristo, além da problemática já verificada com a imagem da Igreja Militante. Alberigo (2000, p. 304) considera que: “perante certa repetitividade dos que defendiam o esquema, emerge a vivacidade dos críticos”. Criticamente, o esquema necessitava considerar a realidade do mistério da Igreja, e se, de fato, a Igreja é essencialmente um mistério, é urgente evitar a linguagem que a encerre a partir dos limites jurídicos.

Os críticos tecnicamente colocavam-se sensíveis sobretudo no que diz respeito às ideias representadas por Rahner e Schillebeeckx. E estes mesmos críticos afirmavam que o esquema não conseguia captar a globalidade da nova concepção da

---

<sup>45</sup> Philips redigiu o texto sob a insistência do cardeal Suenens, que, por sua vez, foi incentivado por Cicognani, secretário de Estado e presidente do Secretariado para Assuntos Extraordinários do Concílio, a criar um esquema alternativo. Suenens pensou justamente em Philips porque ele poderia contribuir com o meio-termo que conseguisse anular as polarizações existentes. De fato, Philips procurou adaptar seu texto como pode ao texto oficial.

Igreja e infelizmente retomava conceitos parciais dos Concílios Tridentino e Vaticano I. Nesta retomada de conceitos antigos de concílios anteriores, havia uma verdadeira e absoluta inadequação: a tarefa de conservação e exposição da verdade reservada somente ao magistério, e assim, a ausência na determinação das relações entre a Igreja e o Estado, da perspectiva da liberdade de consciência que se deve reconhecer a todos.

A intervenção do cardeal Döpfner pedia, resumidamente, que se preparasse um esquema completamente novo, e ele articulou toda uma crítica, juntamente com o episcopado austro-alemão. O que apontou de mais relevância foi a estrutura do esquema ser prolixa, o texto carecer de uma ideia fundamental e faltar a qualificação teológica das afirmações particulares. Ainda observou que a doutrina da colegialidade episcopal é fraca, que a linguagem utilizada é meramente jurídica, que a Igreja deve ser considerada como mistério e que se deve repensar o capítulo acerca das relações entre a Igreja e o Estado.

No entanto, constatou-se que:

[...] efficacíssima ainda foi a intervenção, para a qual é legítimo supor a contribuição do seu teólogo Ratzinger, do cardeal Frings. Tratou-se talvez do discurso mais incisivo do ponto de vista crítico, já que demolia o esquema precisamente em sua pretensão central: o da catolicidade (ALBERIGO, 2000, p. 306).

O bispo belga De Smedt proferiu um dos mais famosos e mais citados discursos do Concílio, no qual denunciou criticamente “o esquema a partir dos seus três “ismos” – triunfalismo, clericalismo e juridismo” (O’MALLEY, 2014, p. 168).

Kloppenburg (1962, p. 233) destaca alguns aspectos da sua intervenção:

[...] o esquema é defeituoso, principalmente porque lhe falta o espírito ecumênico. Caracteriza-se por três qualidades: por seu triunfalismo, uma espécie de concatenação dos triunfos da Igreja, no conhecido estilo de *L’Osservatore Romano*, [...] por seu clericalismo, insistindo sobretudo na hierarquia, deixando o povo em segundo plano, acentua o que é provisório e deixa na sombra o que é essencial [...] Daí certas aberrações jurídicas e apriorísticas que se encontram no texto (e dá exemplos) – O orador foi aplaudido por uma salva de palmas (31ª Congregação Geral, a Igreja, Roma, 1-12-1962, p. 233).

Os bispos que criticavam o projeto do esquema geralmente afirmavam que não existia sequer uma composição coordenada nos diversos capítulos e que sua

formulação era demasiadamente jurídica. Conforme relatou Kloppenburg<sup>46</sup> (1962) na 32ª Congregação Geral, observou-se que era necessário estabelecer melhor os fundamentos da doutrina do laicato, demonstrar a real dignidade dos leigos como membros do Corpo Místico, tarefa que deve instaurar no mundo o Reino de Cristo com “autoridade que é devida” e não como meros executores da hierarquia eclesiástica.

### 3.2.2 Críticas ao esquema *De Ecclesia*

A base sobre a qual eram edificadas as críticas ao *De Ecclesia*, na maioria das vezes, advinha de uma visão inadequada da Igreja, pois se movia na tradição da mentalidade política que se intensificou no século XVI em defesa ao protestantismo, e a mesma havia adquirido predomínio anteriormente, no fim do século XIX e início do século XX.

O'Malley (2014) chama a atenção de que o texto do esquema enfatizava a primazia monárquica da autoridade papal, excluindo as demais autoridades constituídas pelo poder civil. Da mesma maneira, a partir desta concepção eclesiológica vigente, a Igreja era equivalente com os demais governos seculares, a ponto de ser um Estado, uma sociedade perfeita, tendo em si mesma tudo o que era necessário para funcionar e existir isoladamente da sociedade.

Quanto à redação do esquema sobre a Igreja, aponta que:

(...) a linguagem na qual essas posições eram apresentadas era a de conclusão, exclusão e polêmica, linguagem que fazia a Igreja católica parecer boa e fazendo outras comunidades cristãs parecerem más. Embora sua linguagem e suas posições fossem mais comedidas que nos livros didáticos, e mais comedidas do que a prática de De Smedt indicava, o *De Ecclesia* apresentado pela Comissão Doutrinária fazia parte dessa tradição. (O'MALLEY, 2014, p. 169).

Confirmando tal ideia, era equivocada e fundamentalmente anacrônica para a proposta do Vaticano II pensar que: “[...] a Igreja católica romana era a única Igreja

---

<sup>46</sup> Segundo o que afirma Kloppenburg (1962), era preciso aparecer no documento a evolução eclesiológica vista no século XX, estabelecer melhor os fundamentos da doutrina do laicato e, de alguma forma, precisar com clareza a dignidade que resplandecia na vivência laical na Igreja. Era urgente considerar os leigos como verdadeiros membros do Corpo Místico, e tal realidade lhes confere a missão de instaurar no mundo o Reino de Cristo com “autoridade própria e não apenas como simples executores das diretrizes da Hierarquia” (KLOPPENBURG, 32ª Congregação Geral, a Igreja, Roma, 3-12-1962, p. 237).

verdadeira, sendo todas as outras radicalmente deficientes em razão ou de heresia ou de cisma, e por isso deviam ser evitadas” (O’MALLEY, 2014, p. 169).

Seguindo as críticas ao documento, o bispo de Arras, França, Geraldo Huyghe, atesta que o texto do *De Ecclesia* aborda uma eclesiologia segundo uma Igreja fechada e muito satisfeita consigo mesma. Ao contrário disso, a redação deveria acompanhar o espírito de humilde serviço, ou seja, o texto só fala de poder, de potência ou de dominação, e de igual modo, falta-lhe o espírito aberto e realmente católico (KLOPPENBURG, 32ª Congregação Geral, a Igreja, Roma, 3-12-1962, p. 238).

O documento estava visivelmente em dificuldades. De acordo com o que afirmam Kloppenburg (1962) e O’Malley (2014), a redação do esquema sobre a Igreja constituía o cerne do Concílio Vaticano II. É óbvio que até o momento da realização do Concílio, houve de fato um progresso favorável quanto aos estudos eclesiológicos; a Igreja não poderia mais se considerar um Estado ou uma sociedade perfeita, mas ter presente o caráter do Corpo Místico de Cristo, a colegialidade e o caráter sacramental do Episcopado. Tanto é verdade que muitos bispos orientados por teólogos e peritos compreendiam que a visão da Igreja sobre si mesma modificou-se, porém, parecia que o documento do *De Ecclesia* não acompanhava os passos da mudança.

Conforme descreve O’Malley (2014), o cardeal Suenens foi à tribuna para discursar. Era um momento muito delicado, pois devido a tantas críticas e intervenções negativas, parecia que o esquema estava se deteriorando, faltava-lhe uma linha mestra ou um rumo certo para direcionar seu progresso e fundamentação. Suenens apresentou um programa bem delineado, com bons propósitos, que rompeu a tensão e mostrou um caminho possível para a redação.

No entanto, o discurso dele contou com um percurso metodológico já estabelecido pelo papa João XXIII na rádio mensagem de 11 de setembro, que tinha formulado o desejo de que a Igreja se apresentasse ao mundo como *Luz dos povos*. Ora, o tema em questão trataria de visibilizar as propostas do Concílio, demonstrando sua metodologia de trabalho e de atuação na vivência de “cooperação” com a sociedade civil. A partir disso, a Igreja deveria orientar-se para revisar os planos de ação pastoral e atuar para obter uma atualização dos aspectos dogmáticos quanto a sua fé, bem como revitalizar os compromissos com o anúncio do Evangelho.

Assim, como recorda Kloppenburg:

Seria oportuno coordenar todos os trabalhos de revisão dos vários projetos relativos ao estudo da Igreja *ad intra* e *ad extra*. Isto é: a Igreja primeiro em si mesma, na sua natureza e na sua missão de Mãe e Mestra; e depois, em face dos grandes problemas que hoje afligem o mundo, desde os relativos à pessoa humana até aos que se referem à sociedade nas suas exigências de justiça e de paz (33ª Congregação Geral, a Igreja, Roma, 4-12-1962, p.242).

O que realizou o cardeal Suenens<sup>47</sup> foi de extrema habilidade e perspicácia. Ele propôs um plano orgânico que fosse capaz de dar conta das partes da eclesiologia. Um programa que continha a tarefa de dividir o esquema *De Ecclesia* em duas partes: *ad intra* (da natureza, dos ofícios) e *ad extra* (estabelecer um tríplice diálogo com os fiéis, com os "irmãos separados" e com os problemas do mundo de hoje). Destaca-se a prioridade descrita pelo cardeal, de que o Concílio necessitava urgentemente de um Secretariado que cuidasse dos problemas dos tempos atuais.

Ao fim de sua intervenção, Suenens foi aplaudido longamente, o que parece ter expressado a opinião de muitos padres conciliares. Alberigo (2000, p. 314) recorda que:

[...] Teologicamente não muito rigoroso, tinha todavia a vantagem de oferecer uma perspectiva de trabalho com vários capítulos e vários parágrafos. Esse ponto de vista era encorajante, sobretudo para aqueles que, perdida a segurança no equilíbrio antigo, nele viam algo palpável que entrava em seu esquema mental. A vantagem que oferecia era o fato de nada deixar de fora. À estratégia de Suenens aderiu Montini no dia 5 de dezembro. [...] prosseguimento do Concílio em torno de um programa moderado.

O'Malley, ao abordar o alcance positivo que teve o pronunciamento do cardeal, descreve:

Em suas discussões, era dominante a distinção que Suenens fazia entre a Igreja que olhava para dentro de si (*ad intra*) e a que olhava para fora (*ad extra*). A Igreja olhava para fora a fim de ser de ajuda para o mundo. Também significativo: em sua carta quaresmal, Suenens expressou a convicção de que na tensa situação internacional da época o Concílio devia enfatizar o que une os católicos com os outros, não o que separa (O'MALLEY, 2014, p. 169 -170).

Uma outra intervenção positiva ao *De Ecclesia* foi dirigida pelo cardeal Agostinho Bea, presidente do Secretariado para a unidade dos cristãos. Ele lembrou

---

<sup>47</sup> Como comenta O'Malley (2014), Suenens, ao tomar conhecimento do esquema *De Ecclesia*, não podia conceber a ideia de que um documento importante para o Vaticano II estava tão desordenado, em partes, pelas comissões pré-conciliares e gozava de um caráter jurídico e desfocado do conjunto do Concílio.

o valor histórico do esquema, que ocupa um lugar central no Concílio. Alude à metáfora do Corpo, para poder compreender a natureza da Igreja, mas recorda que não é a única das imagens bíblicas utilizadas, e pede que, se possível, ampliem a noção bíblica. Bea condena as frequentes exortações pastorais presentes no texto e insiste que não é a partir desse sentido “que consiste o caráter pastoral que tantos desejam” (KLOPPENBURG, 33ª Congregação Geral, a Igreja, Roma, 4-12-1962, p. 243).

Finalizando o primeiro debate, verificou-se que houve de fato opiniões diversas em muitos oradores, os quais exprimiram algumas observações e reservas sobre pontos bem específicos. Destacam-se as seguintes ponderações: a urgência de uma linha de equilíbrio sobre o que pode mudar e o que é imutável no esquema; a necessidade de aprofundar as relações entre Cristo e a Igreja; a clareza do texto quando expõe a doutrina do Corpo Místico de Cristo.

Os padres expressaram o desejo de que o estudo sobre a Igreja, seja em sua natureza, seja em sua atividade, constitua o centro de todos os trabalhos conciliares. Alguns propuseram a necessidade de elaboração de dois textos completamente diferenciados em perspectiva de objetividade: um de caráter doutrinal e outro expondo a doutrina de modo pastoral, missionário e ecumênico (KLOPPENBURG, 1962, p. 258).

Na 35ª Congregação Geral do Concílio Vaticano II, os bispos reunidos manifestaram o desejo de que o projeto do *De Ecclesia* colocasse em evidência a relação íntima e existente que há entre a presença de Cristo na Igreja e a eminente presença de Cristo nos pobres. A intervenção do cardeal Lercaro<sup>48</sup> teve uma repercussão muito positiva, justamente por aproximar a presença de Cristo na vida dos pequenos e humildes da sociedade, os mais pobres. Como descreve Kloppenburg (1962, p. 259): “cardeal Jaime Lercaro, Arcebispo de Bolonha, na Itália: faz suas as propostas dos Cardeais Suenens e Montini. Depois disserta sobre o mistério de Cristo nos pobres”.

O cardeal Montini, arcebispo de Milão, futuro papa Paulo VI, em sua intervenção, deixou claro que o esquema do *De Ecclesia* era inadequado e pediu que

---

<sup>48</sup> A intervenção do cardeal Lercaro foi o pontapé inicial para a necessidade de repensar a Igreja dos pobres, e de como até aquele presente momento a Igreja esteve distante deles. Porém, esta identificação da presença de Cristo na Eucaristia com o rosto “da face do pobre que agoniza em meio a tantos sofrimentos” (Alberigo, 2000, p. 314 - 136) é primordialmente importante para se entender o mistério da Igreja.

fosse submetido à revisão por comissões apropriadas. E assim, continuou dando apoio irrestrito ao projeto da Igreja dos pobres do cardeal Lercaro e à iniciativa do cardeal Suenens quanto à metodologia que o esquema da Igreja deveria seguir.

Como expressa O'Malley (2014, p. 171):

De repente, o Concílio tinha um centro ao redor do qual se poderia dar coesão às muitas perguntas diante dele, o que era extraordinariamente importante para diferenciar este Concílio dos concílios anteriores. Além disso, o lugar proeminente que o diálogo desempenhou no discurso de Suenens propunha um modo característico de falar e se comportar. Ao pedir o diálogo com “o mundo moderno”, o discurso claramente distanciou-se da censura ao mundo moderno, característica do longo século XX.

Por fim, depois de uma longa discussão dos padres sobre o texto do *De Ecclesia*, agora estava claro que a redação precisava de inúmeros reparos e de uma boa revisão. Constatou-se que a renovação espiritual a que o Concílio deveria se propor a realizar consistiria na “perfeita subordinação da organização eclesial aos fins evangélicos e na purificação da mesma dos defeitos e imperfeições existentes para que ela possa ser um autêntico sinal daquilo que representa” (KLOPPENBURG, 1962, p. 263).

### 3.3. A DECISÃO POR UM ESQUEMA COMPLETAMENTE NOVO

A metodologia e a redação do Esquema *De Ecclesia* precisavam urgentemente ser renovadas, fato evidentemente comprovado desde o final dos debates em meados de dezembro do ano de 1962. Alguns padres conciliares e, em especial, o Cardeal Ritter entendiam que o erro fundamental apresentado no Esquema foi o método nele empregado. Todavia, afirmavam que o texto partia de um princípio falso, por exemplo, o de que “os poderes de magistério, jurisdição e ordem são os únicos princípios da atividade e vida da Igreja” (KLOPPENBURG, 1962, p. 197).

Assim, considerando tais pressupostos, seria impossível edificar uma eclesiologia suficiente. Ainda mais, os bispos nas intervenções presumiram que a redação do Esquema *De Ecclesia* estava substancialmente jurídica, e que analisar a Igreja por essa perspectiva não seria favorável para o projeto de renovação conciliar. Porém, como afirma Kloppenburg (1962), as duras críticas ao Esquema, que evidenciam a necessidade de optar por uma redação completamente nova, partem

essencialmente das denúncias à metodologia da redação, a saber, o triunfalismo, o clericalismo e o juridismo.

É justamente o bispo De Smedt que não mediu e nem economizou palavras ao se referir negativamente ao *De Ecclesia*. É ele quem denuncia as três críticas relatadas acima e, como afirma O'Malley (2014, p. 168):

O documento, ele afirmou, foi escrito em estilo pomposo e romântico, que manifestou um espírito triunfalista. O estilo estava fora de contato com a realidade do humilde povo de Deus. Seu clericalismo era revelado na estrutura piramidal da Igreja que ele apresentava, com tudo fluindo de cima para baixo. Não levou em conta os relacionamentos horizontais na Igreja. A realidade do povo de Deus é mais fundamental na Igreja, continuou, que a hierarquia: Precisamos tomar cuidado para não cair em [...] uma espécie de culto do bispo ou culto do papa. E, finalmente, a Igreja é mais nossa mãe que instituição jurídica.

Os defeitos denunciados não eram sem fundamento. Ao contrário, partiam de críticas verídicas, para as quais não bastariam apenas retoques ou elaborar algumas emendas para remediar; era necessária uma reelaboração nova (BETTI, 1962, p. 140). Por último, pode-se afirmar que o *De Ecclesia* necessitava de uma reelaboração na estrutura, no método fundamental, na argumentação, no conteúdo e, sobretudo, no espírito.

Kloppenburg acrescenta:

Foram estas as críticas principais ouvidas na Aula Conciliar durante a última semana da I Sessão. Terminado o debate, o esquema não foi submetido a nenhuma votação do plenário. Provavelmente deu-se por suposto que a Congregação Geral rejeitaria o texto, pois, de fato, posteriormente ele foi totalmente refeito (KLOPPENBURG, 1962, p. 200).

A crítica dirigida pelo bispo De Smedt não passou despercebida pelos padres conciliares. O frade dominicano Yves Congar era de acordo com a análise dele, entretanto, achava excessiva a ideia de criticar a teologia romana neste texto. A crítica do cardeal Frings foi muito original se julgarmos outras intervenções, sua apresentação e discurso foi proferido em nome do episcopado alemão.

Como recorda O'Malley (2014), o argumento de Frings era chocante e simples: o esquema não era católico! Daí se presume que, para ser católico, deveria ser levada em consideração a extensão e amplitude da tradição da Igreja, desde a oriental até a ocidental, mas o esquema avaliava somente os cem anos passados, como descrevem as notas do texto. A partir do que comenta O'Malley (2014, p. 168): “aqui Frings pôs o dedo no principal esforço metodológico do Vaticano II – erguer-se acima do século

XIX e em grande parte do século XVI, a fim e colocar o Concílio em uma tradição mais antiga e maior”.

O ponto de partida para a nova reelaboração estava comprometido em partir dos princípios sugeridos na primeira discussão conciliar e as propostas que os padres conciliares poderiam enviar em seguida do término da primeira sessão do Concílio Vaticano II, até a data fixada de 28 de fevereiro de 1963.

Betti (1962) comenta que, a partir dos pressupostos para a reelaboração do Esquema sobre a Igreja, vislumbrou-se a necessidade de diminuir a amplitude dos capítulos, de expor de modo claro a natureza e as prioridades da Igreja, apresentar a hierarquia (o episcopado), demonstrar a posição eclesial dos leigos e o significado eclesiológico dos estados de perfeição para os membros da vida religiosa. Assim sendo, tal trabalho estava sendo executado pela Subcomissão *De Ecclesia*, a qual ficaria responsável por providenciar e alinhar o documento, com as orientações gerais recebidas do Concílio.

### **3.4 As impressões de Dom Helder a respeito do Novo esquema da Igreja**

As Circulares Conciliares<sup>49</sup> escritas por Dom Helder correspondentes ao primeiro período conciliar (1962) descrevem suas impressões e relatam, ao mesmo tempo, cronologicamente “à querida Família do São Joaquim”, no Rio de Janeiro, o que tinha sido discutido em cada sessão conciliar. Deste modo, as Circulares descrevem o processo de discussão, elaboração e rejeição do *De Ecclesia*, e aborda a eclesiologia nascente do Vaticano II sob o olhar e a perspectiva do arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro (1952 - 1964).

As Circulares Conciliares de Dom Helder Camara que serão analisadas somam-se, ao total, 53 cartas<sup>50</sup>. Muitas destas correspondências infelizmente foram extraviadas. Tais cartas correspondem aos dias 13/14 de outubro de 1962 a 8/9 de

---

<sup>49</sup> É oportuno afirmar que as Circulares acompanham o processo dos debates nas sessões conciliares, seja nas apresentações das aulas conciliares seja no trabalho realizado nos grupos extraoficiais do Concílio de que Dom Helder participou. Dentre eles, destacam-se: o *Opus Angeli*, o *Ecumênico*, o *CELAM*, a *CNBB*, as Conferências da *Domus Mariae*.

<sup>50</sup> “À primeira e à segunda de suas Circulares Dom Helder chamou simplesmente de carta. Depois, usou sempre circular, exceto no caso da sexta, que grafou carta-circular” (MARQUES, Luiz Carlos Luz. *Circulares Conciliares*, p. 1). A partir dessa explicação, é correto então, nomear as cartas de Dom Helder como circulares conciliares, e a partir disso, assim serão descritas durante a dissertação.

dezembro de 1962<sup>51</sup>, data do término da primeira sessão do Concílio Vaticano II.

As primeiras tratam das impressões das solenidades do Concílio, do histórico dia 13 de outubro, a primeira sessão conciliar. E quando relata nas Circulares, Dom Helder tem a pretensão de abordar o trabalho magnífico que se realizou no Concílio, das dificuldades que se impõem nas coordenações dos trabalhos. No início retratava as suas impressões acerca da Liturgia e detalhava os trabalhos internos das Comissões do Vaticano II (CAMARA, 2009a, p. 1) [1ªCircular, Roma, 13/14 de outubro de 1962].

Ao mesmo tempo, desde os inícios da discussão sobre a Igreja, o Concílio em suas sessões estava debatendo sobre a Liturgia. Dom Helder, em sua 17ª Circular, descreve as dificuldades quanto ao Esquema, e adianta a reflexão afirmando que alguns padres continuam a “eclesiologia de condenações” e aspectos negativos. Assim sendo, aborda que “[...] é possível e até provável que um voto prévio e global logre afastar os esquemas de doutrina apresentados e que nos parecem negativos, cheios de condenações, fora do espírito do Concílio” (CAMARA, 2009a, p. 47) [17ªCircular, Roma, 1.11.1962].

Dom Helder apresenta, então, o novo esquema<sup>52</sup> acerca da Igreja<sup>53</sup>:

Para que vocês entendam o esquema novo - elaborado pelo Opus Angeli e cujo lançamento só será possível se os anjos nos ajudarem e muito - envio, aqui, o essencial de “*L’Episcopat et l’Église Universelle*”, obra publicada sob a direção dos dominicanos Yves Congar e B.D. Dupuy, obra que seguirá anotada. A introdução é do Pe. Dupuy: *Vers une théologie de l’épiscopat*. Ele nos explica as 5 grandes divisões do livro: a) O Episcopado em sua relação com Cristo: a Hierarquia como ministério e como serviço. b) O Episcopado em suas relações com os apóstolos. c) O Episcopado em suas relações com o povo de Deus. d) O Episcopado em suas relações com o Papa. e) Pesquisas sobre a Teologia do Episcopado (CAMARA, 2009a, p. 47) [17ªCircular, Roma, 1.11.1962].

Ao tratar deste novo esquema sobre a colegialidade do Episcopado, ele

---

<sup>51</sup> As Circulares Conciliares de Dom Helder foram escritas no período da madrugada. Dom Helder tinha o costume de realizar diariamente as “Vigílias”, momentos que dedicava por três horas em média e, geralmente, as noites rezava e se aprofundava no mistério de Deus. É exatamente durante estes momentos de união com Deus, é no silêncio do encontro com Deus e no “encontro” com sua família espiritual do São Joaquim”, que escreve profundamente.

<sup>52</sup> Este novo esquema, a qual se refere Dom Helder em sua 17ª Circular, foi a contribuição do grupo ao qual ele era integrante, o *Opus Angeli*. Tal iniciativa era muito comum na ocasião do Concílio, muitos teólogos e peritos tratavam de elaborar esquemas e redações opcionais para que ficassem à disposição da Comissão Teológica e auxiliassem na reflexão, tanto das comissões quanto das aulas conciliares.

<sup>53</sup> Helder promete a sua “Família” enviar, em Circulares subsequentes, o complemento do livro “*L’Episcopat et l’Église Universelle*”, para ser ajuda importantíssima para acompanhar a discussão acerca do Esquema sobre a Igreja.

entende que o Bispo é Bispo na Igreja, ou seja, cada Bispo é responsável pela Igreja inteira, e não apenas por uma porção específica, a sua diocese. E acrescenta, afirmando “como seria bom - o comentário é meu - que acabasse de vez a casta de bispos-príncipes e se firmasse para sempre a figura do pastor, do servidor e do Pai” (CAMARA, 2009a, p. 48) [17ªCircular, Roma, 1.11.1962]. Ele continua, defendendo que bom seria se cada Bispo formasse equipes pastorais com seu clero e laicato, para melhor servir a Deus e ao próximo. E, ao final, comenta que seria bom a Igreja dar um testemunho de pobreza, a começar pelo papa e os bispos.

A respeito do novo esquema elaborado por Philips, a pedido do Cardeal Ottaviani, Dom Helder relata que a nova redação tratou-se de um trabalho em conjunto:

[...] Que está sendo preparado pelo *Opus Angeli*. Nele atuaram, de modo especial, o Pe. Yves Congar, o Pe. Rahner e o Pe. Philips. Nele vale, sobretudo, o espírito: o propósito de apresentar a Igreja como mãe amantíssima. Isto vai prevalecer. Ainda ontem o Cardeal Montini me dizia que vários aspectos tristes da Igreja deviam, neste Concílio, ser definitivamente enterrados: qualquer veleidade a domínio temporal; qualquer sombra de perseguição a quem quer que seja; atitudes negativas (CAMARA, 2009a, p. 64) [21ªCircular, Roma, 3 de novembro de 1962].

O estudo e debate do Esquema sobre a Igreja, segundo a atuação relatada nas Circulares de Dom Helder, aconteceu também nos bastidores, ou seja, ele articulou as redes de relações que tinha a sua disposição: o CELAM, a CNBB, o Ecumênico e entre outros grupos que estavam coesos em prol da realização do Concílio Vaticano II.

Na 23ª Circular, Helder descreve a possibilidade de promover reuniões da conferência latino-americana com os asiáticos, conjuntamente com os europeus<sup>54</sup>, americanos e canadenses, para discutir e apresentar as propostas do texto *De Ecclesia* preparado pelo *Opus Angeli*, que foi enviado aos seus colaboradores no Rio de Janeiro (CAMARA, 2009a, p. 70) [23ªCircular, Roma, 4. 11. 1962]. Ele descreve de forma sucinta que as contribuições que serão abordadas nesse encontro pretendem destacar a importância do laicato, e como os meios de comunicação, tais como imprensa, rádio e espetáculos (de teatro) podem auxiliar na compreensão do esquema da Igreja.

A seguir, nas Circulares subsequentes, mais precisamente na 25ª, destaca que

---

<sup>54</sup> Os europeus são os bispos belgas, alemães, holandeses e espanhóis.

é mais urgente dar prioridade ao Esquema da Igreja no estudo sobre os bispos. Quanto à ideia de contribuir para aproximar o laicato dos meios de comunicação, ele mesmo resolve dizendo: “vamos inclusive desligar o laicato da imprensa, cinema, rádio e TV. Misturar é não prezar devidamente nem os leigos, nem os meios de publicidade, de formação de opinião pública e de expressiva manifestação artística” (CAMARA, 2009a, p. 77) [25ª Circular, Roma, 4/5.11.1962].

### **3.4.1 Aspectos e Perspectivas a partir do Esquema *De Ecclesia* segundo Dom Helder**

A primeira Circular que trata especificamente do Esquema *De Ecclesia* é a 14ª. O contexto da redação é a preocupação de Dom Helder quanto à participação dos bispos na segunda fase do Concílio, porque, segundo o que ele constatou, não participaram nem metade dos padres conciliares presentes, seja pela dificuldade das despesas, das exigências pastorais ou da quebra do “encanto”<sup>55</sup> em relação à primeira sessão, que foi um ensaio do que deveria ser realizado no decorrer do Vaticano II.

No que diz respeito ao Esquema, Dom Helder entende que os bispos sentem:

A necessidade de dar atenção prioritária: ao *De Ecclesia* (pelo capítulo dos Bispos, que virá completar o Vaticano I) e ao problema do laicato. Quase todas as Conferências (a começar pela América Latina e África, em bloco) pensam assim (CAMARA, 2009a, p. 38 - 39) [14ª Circular, Roma, 28.10.1962].

Dom Helder entende que o trabalho a ser realizado e o mais decisivo seja em prol do Concílio e, assim sendo, o Esquema integrava-se a este projeto de, conjuntamente e por Conferências Episcopais, ir ajudando o Concílio a vencer as estruturas eclesiológicas antigas. Tal compreensão de um trabalho conjunto provém de Dom Helder, que entende que seu papel é de articulador entre os diversos setores, e desse modo, torna-se um verdadeiro incentivador do Concílio, seja assimilando seus conceitos teológicos ou tornando plausível a ideia de uma Igreja condizente com os pressupostos do Vaticano II.

Sendo um sujeito vivaz e atento às sessões conciliares, ele mesmo se

---

<sup>55</sup> Por “quebra de encanto”, Dom Helder admite que possivelmente alguns bispos ficaram decepcionados ou perplexos ao perceberem que a dinâmica que envolvia o Concílio era bastante trabalhosa, e assim sendo, poderiam ter perdido o encanto que empolgou a muitos com a primeira convocação. No entanto, ele entende que tal processo é normal e concebe a noção de que é preciso trabalhar com entusiasmo para a realização do Vaticano II.

preocupa com a formação do Povo de Deus. É impressionante o trabalho e a gentileza que nutre para a formação da sua “querida Família do São Joaquim”<sup>56</sup> e, posteriormente, à “Família Mecejana” em Recife, Pernambuco. Helder lia os livros referente aos peritos e teólogos do Concílio e enviava ao Rio de Janeiro devidamente anotados e comentados para que sua “família” pudesse ter a noção do que estava acontecendo nos bastidores do evento. Somente alguém como ele era capaz de ter essa sensibilidade teológica para que realmente o Povo de Deus pudesse assimilar os conteúdos e vivesse o Vaticano II, mesmo que a distância.

E, deste modo, relata que o livro deveria acompanhar a Circular que tratasse do esquema sobre a Igreja. Assim, verifica-se:

[...] O livro (meio duro, teológico) tem 2 aspectos principais: - ajudará a acompanhar o esquema sobre Igreja (Bispos, especialmente), de que mandarei, muito em breve, cópia a vocês. É verdade, que o livro mais importante (que ainda estou lendo porque é imenso em volume e em categoria) é *Théologie de l'Episcopat*, do Pe. Yves Congar (líder do Opus Angeli); - oferece, também, matéria à meditação, na medida em que ressalta o lugar da comunhão (do entendimento, da fraternidade, da união, da unidade) na assembleia de Deus. Permite medir o horror do cisma ou da seita (CAMARA, 2009a, p. 40) [14ªCircular, Roma, 28.10.1962].

Dom Helder se preocupa em descrever o que acontece nos bastidores do Vaticano II; tem a pretensão de esclarecer “à sua querida Família” que os esforços empreendidos por Ele e por muitos outros padres conciliares em favor do Concílio possam gerar frutos para a Igreja. Nos seus escritos, percebe-se um Helder preocupado e inquieto com o Esquema *De Ecclesia*, no que diz respeito à sua apresentação e discussão durante a primeira sessão, que se esperava ser retomada em 15 de novembro. Na Circular, do dia 29 de outubro, a ideia de Dom Helder era apresentar o Esquema sobre a Igreja com “esperança e entusiasmo”, e acrescenta que em breve o Padre Hans Küng - que Dom Helder considerava “uma simpatia” -, iria realizar uma palestra na *Domus Mariae*, que poderia contribuir para a atualização acerca do estudo sobre a Igreja (CAMARA, 2009a, p. 40) [14ªCircular, Roma, 29.10.1962].

---

<sup>56</sup> “A querida Família do São Joaquim” representa os colaboradores e as colaboradoras fiéis de Dom Helder presentes no Rio de Janeiro, a quem ele direciona suas Circulares. Havia um laço inquebrantável com este grupo e, posteriormente, sendo transferido para o Recife, começaria a escrever para “a querida Família de Mecejana ou Mecejanense”. Pela sua escrita, é possível perceber o cuidado que devia nutrir por formar a família a ele confiada, seja primeiramente no Rio de Janeiro ou depois em Pernambuco, quando era arcebispo de Olinda e Recife (1964 - 1985).

Dom Helder tem plena consciência das incertezas e vacilações que sondaram o *De Ecclesia*. Todavia, depois desse período inicial, verificou-se o projeto que o Concílio desejaria traçar: o de renovar as estruturas eclesiais começando por contribuir na confecção de um novo Esquema, que fosse capaz de captar os anseios e propostas abordadas pelos padres conciliares.

Sendo assim, ele relata que:

As missões que Deus me confia no Vaticano II: Ajudar o Concílio a realizar-se segundo os planos de Deus e as necessidades da Igreja e do mundo de hoje. Nesta linha: a) o *Opus Angeli* está em plena ação: acabando de elaborar o esquema da Igreja (inclusive os capítulos dos Bispos e dos leigos); [...] Unidos, poderemos introduzir o esquema da Igreja. Propus que o anseio de ver o Concílio tratar do maior problema social dos nossos tempos não nos leve a esquecer a necessidade de o Vaticano II completar o I (infalibilidade e primado do Papa e, agora, Bispos e leigos) (CAMARA, 2009a, p. 72 - 73) [24ªCircular, Roma, 4 /5.11/1962].

A missão a que Dom Helder se refere acima, de colaborar com os planos de Deus e as necessidades da Igreja e do mundo atual, foi amplamente comentada na 28ª Circular, de 9/10 de novembro de 1962. Nela, ele comemora que a reunião tão sonhada por ele finalmente aconteceu, na qual estavam presentes os membros do Episcopado da África, Ásia, Oriente, América do Norte e da Europa. Tal êxito do encontro se deve a uma atitude louvável intermediada por Dom Helder, e ele assim expressa-se: “Faltava apenas um louco para fazer o convite que todos esperavam” e acrescenta que reunião foi “muito mais viva do que as sessões gerais do Concílio”. O que me deu alegria” (CAMARA, 2009a, p. 85) [28ªCircular, Roma, 9/10.11.1962].

As críticas feitas por Dom Helder descrevem que uma coisa bem diferente das sessões do Concílio eram as reuniões informais e, segundo a observação dele, esses encontros aconteciam sem o caráter institucional, ou sem o peso jurídico que as configuram normalmente. Nesta Circular, ao comentar sobre o tema da Igreja, relata: “[...] propus, então: - que encontrássemos a fórmula para obter a colocação, na ordem do dia da 2ª parte do Concílio, do esquema da Igreja (Bispos e leigos) para que o Vaticano II complete o I” (CAMARA, 2009a, p. 85) [28ªCircular, Roma, 9/10.11.1962].

No entanto, a preocupação dele era expressar a necessidade de o texto da Igreja resolver a lacuna deixada pelo Concílio Vaticano I no que diz respeito aos bispos e os leigos, e que o Vaticano II avançasse consideravelmente na medida em que o completasse. Sem essas condições, não seria possível traçar caminhos de unidade, se não corrigisse a postura de “hipertrofia” da Cúria Romana, que muitas vezes se

empodera acima da figura do Papa. E, ao final, ele aponta que o Esquema oficial da Igreja não havia sido ainda apresentado, que o “texto substitutivo” estava preparado, embora não impresso, e alertava que tanto os textos quanto as temáticas do Vaticano II prioritariamente deveriam refletir seu espírito (CAMARA, 2009a, p. 87) [29ª Circular, Roma, 11.11.1962].

Dom Helder, em sua 30ª Circular, demonstra a impossibilidade de abordar o Esquema *De Ecclesia* na primeira fase do Concílio, por falta de tempo necessário para o estudo. Entretanto, enquanto não se tiver em consciência de que o Papa não é um déspota, mas age em acordo com o Colégio Episcopal, haverá dificuldades intransponíveis para as outras famílias cristãs e a unidade ficará obviamente prejudicada. E ele afirma que “tão capital é o tema que vamos pedir ao Papa para que ele seja colocado, prioritariamente, na 2ª fase” (CAMARA, 2009a, p. 89) [30ª Circular, Roma, 11/12.11.1962]. Nessa mesma Circular, preocupado com os rumos finais da primeira fase do Concílio, ele questiona-se a respeito da prioridade da temática da Igreja. “Será que vamos conseguir: - assegurar prioridade (2ª fase) para o “De Ecclesia”?” (CAMARA, 2009a, p. 91) [30ª Circular, Roma, 11/12.11.1962].

Na realidade, a preocupação dele com os outros cristãos é o receio de que o ecumenismo e a unidade não fossem discutidos na primeira fase do Concílio. Em seus temores, seria possível manter como prioridade o estudo do esquema acerca da Igreja? Sendo assim, devido a tais problemáticas, observa-se, em suas Circulares, que o tema do ecumenismo é recorrente para ele, tanto é verdade que, como citado acima, a Igreja sendo revisitada no Concílio Vaticano II deveria traçar um itinerário que buscasse a unidade (CAMARA, 2009a, p. 87) [29ª Circular, Roma, 11.11.1962].

Na Circular subsequente, verifica-se a preocupação de que, em meados de novembro, o Esquema sobre a Igreja não fosse incluído na agenda ou não estivesse na ordem do dia da discussão. Ele afirma “imediatamente, enviaremos 2ª Petição (também assinada pelos cinco continentes), solicitando sua inclusão e solicitando que no esquema da Igreja figure a parte doutrinária do esquema sobre Leigos” (CAMARA, 2009a, p. 93) [31ª Circular, Roma, 13.11.1962].

De forma indireta, na 33ª Circular, ele apresenta a seguinte situação referente ao *De Ecclesia*: entende que o Esquema deveria estar presente nas Conferências Episcopais, como por exemplo, a partir do CELAM, que estabeleceu uma experiência continental digna de estudos. Helder insiste que é necessário desenvolver a temática da presença do laicato no mundo subdesenvolvido e destaca a ajuda que recebeu do

*Opus Angeli* para traçar um itinerário de estudos, a partir da intervenção do Cardeal Suenens (CAMARA, 2009a, p. 98) [33ªCircular, Roma, 15.11.1962].

Percebe-se que a assimilação do Esquema da Igreja para Dom Helder é realizada a partir dos encontros e reuniões com o *Opus Angeli*. Com a intervenção do Cardeal Suenens<sup>57</sup>, ele anima-se consideravelmente com os andamentos do documento. Porém, lamenta que o texto ainda não tenha sido distribuído e considera a possibilidade de a redação, quem sabe, conter aspectos da teologia dos leigos (CAMARA, 2009a, p. 101) [35ª Circular, Roma, 17.11.1962]. Na 44ª Circular, ainda comenta como foi esplêndido o encontro realizado com os bispos do mundo inteiro na *Domus Mariae*. Esperava que essas conferências ajudassem o Concílio quando, em breve, iniciassem os estudos sobre a Igreja e contribuíssem para a compreensão teológica da importância dos leigos (CAMARA, 2009a, p. 130) [44ªCircular, Roma, 26.11.1962].

Além das conferências da *Domus Mariae*, o estudo sobre a Igreja acontecia nas reuniões informais do grupo Ecumênico, que foi amplamente incentivado por Dom Helder. Assim sendo, relata-se que o Ecumênico reuniu-se feliz, e ele comemora que, com a graça de Deus, até então, obteve tudo o que pleiteou em favor do Esquema da Igreja, chamando a atenção para que enviassem o quanto antes o texto (CAMARA, 2009a, p. 131) [45ª Circular, Roma, 27/28.11. 1962].

Em referência ao *De Ecclesia*, Helder acredita que o esquema não poderá ficar prejudicado em hipótese alguma por discussões “apressadas” ou queimar etapas no processo de elaboração do Concílio Vaticano II. Ao contrário disso, ele entende:

Tem que ficar para a próxima sessão (embora possa e deva ser iniciado agora) para receber os aprofundamentos e alongamentos que necessita. Mostrei como tínhamos destacado do esquema 3 problemas fundamentais, a examinar do ângulo da colaboração explícita que podemos e devemos trazer ao Ecumênico, à Santa Madre Igreja. E insisti: porque é evidente que quando nos batemos pela universalização, pela catolicização da Igreja, não é, de modo algum, para que ela se americanize, ou africanize, ou se asiatize depois de ter deixado de ser italiana ou europeia. (A alegria é ver como todos entendem esta linguagem católica). Os 3 aspectos são: - A Colegialidade do Episcopado no plano nacional e continental; - Os leigos em um mundo em desenvolvimento; - A Igreja e o Estado em face do desenvolvimento (CAMARA, 2009a, p. 132) [45ªCircular, Roma, 27/28.11. 1962].

---

<sup>57</sup> A intervenção do Cardeal Suenens era conhecida, pois apontava para um plano orgânico, que tratasse o esquema *De Ecclesia* em duas partes coesas: *ad intra* (falando da natureza, dos ofícios etc) e *ad extra*, enquanto instituímos um tríplice diálogo efetivo com os fiéis, com outras famílias cristãs e com o mundo moderno (KLOPPENBURG, 1962, p. 243).

Os assuntos comentados por ele na 45ª Circular evidenciam a afirmação de que o Esquema sobre a Igreja não poderia ser discutido de forma apressada ou leviana. Embora se tivesse a consciência de que a redação e seu êxito ficariam para o próximo período, e de que o texto deveria mudar e muito, para atender as expectativas eclesiais do Concílio, Dom Helder insiste na possibilidade de repensar a Igreja a partir do episcopado num plano mais continental, da necessidade de pensar os leigos em um mundo em desenvolvimento e mudar significativamente as relações entre a Igreja e o Estado.

As Circulares Conciliares do primeiro período do Concílio esclarecem uma realidade importante. De fato, não se tinha coesão e muito menos unidade nos numerosos esquemas preparados para a fase inicial do Vaticano II. Eram, resumidamente, dispersos e sem nenhuma ordem comum. Por essa razão, a intervenção do Cardeal Suenens, em 4 de dezembro de 1962, propôs um programa baseado nas ideias da *Ecclesia ad intra – Ecclesia ad extra*, da qual se converteu numa proposta viável apresentada na Aula conciliar, que recebeu apoio de Montini, Cardeal de Milão.

Dom Helder considera a ideia do Cardeal Suenens proveitosa e divina, pois, de fato, propõe-se a agrupar organizadamente em torno do tema central da Igreja (*ad intra* e *ad extra*) as outras preocupações importantes para o Concílio Vaticano II. No programa de atuação do Cardeal Suenens, ele considera o esforço para conceber a noção de uma Igreja Missionária, atuante na vivência da espiritualidade e oração, bem como de uma Igreja voltada para o mundo hodierno, atenta às dores e sofrimentos dos homens e mulheres da sua época (CAMARA, 2009a, p. 148) [50ª Circular, Roma, 3.12.1962].

Dom Helder assim comenta:

No Concílio, Montini apoiou Suenens! Continuam declarações magníficas sobre o esquema da Igreja. Nem há dúvida de que ele voltará para ser refundido de modo substancial. (As Comissões Conciliares já estão tratando de modificar os esquemas antes de enviá-los ao Plenário porque sabem que esquema estreito, [fl. 2] negativo e jurisdicista não tem a mais leve esperança de sobreviver em S. Pedro) (CAMARA, 2009a, p. 155 - 156) [52ª Circular, Roma, 6.12. 1962].

Na última Circular do primeiro período conciliar, Dom Helder descreve sua alegria em ver a “vitória, massiva, do espírito autêntico do Concílio, nas votações do esquema da Liturgia; das fontes da Revelação; dos instrumentos de comunicação

social; da união das Igrejas; da Igreja” (CAMARA, 2009a, p. 158) [53ªCircular, Roma, 8/9.12.1962]. E, ao final, afirma que pode vir o esquema que vier e como vier, o plenário do Concílio é movido pelo Espírito Santo e com certeza guiará as discussões para o bem do Vaticano II. E termina solidificando suas expectativas positivas para a segunda fase do Concílio.

### 3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Assim, discorreu-se até então sobre os aspectos da preparação, elaboração e rejeição do Esquema *De Ecclesia* no primeiro período do Concílio Vaticano II e evidenciou-se a necessidade da elaboração de uma nova redação que levasse em consideração os anseios e propostas mais relevantes da Assembleia Conciliar. Dessa forma, as Circulares do primeiro período descrevem como foi relatado por Dom Helder o citado processo do Esquema da Igreja, até a decisão por uma redação completamente nova, abordada a partir dos processos de assimilação do primeiro período de intersessão (1962 - 1963) até a conclusão da segunda fase do Concílio Vaticano II (1963).

No entanto, percebe-se pela leitura e apresentação de alguns trechos das Circulares, a preocupação visível que envolvia as anotações e o pensamento de Dom Helder quanto ao futuro do Esquema da Igreja. Mas, ao mesmo tempo, evidencia-se que seu trabalho de escrever e relatar, presente nas memórias das Circulares Conciliares, era sua própria articulação em favor da nova configuração de um rosto da Igreja do Concílio Vaticano II. Diante desse aspecto específico das cartas, Lucy (2019, p. 105) descreve:

Durante os períodos conciliares, ele começou a escrever, metodicamente, o seu último conjunto de memórias autobiográficas, suas cartas Circulares. Ali, em Roma, longe da maior parte de seu seletto grupo de colaboradores Dom Helder, pôde registrar não só essa marcha institucional, como também pôde usá-la como pano de fundo para escrever suas próprias mudanças. Depois, como se sabe, esse mesmo método, baseado na correspondência diuturna, também foi usado por ele para registrar boa parte de sua atuação à frente da Arquidiocese de Olinda e Recife.

Ao ler as Circulares Conciliares, o leitor deve recordar que se trata de um gênero literário muito específico, uma forma clara e direta de comunicar-se de Dom

Helder com seus colaboradores diretos, e a partir disso, a estudiosa Lucy (2019, p. 108):

Ainda segundo as observações do teólogo belga, Pe. José Comblin, conforme já citado, não era possível esperar dissertações teológicas em textos de Dom Helder, especialmente nas Cartas. De fato, ele não se dedicou a fazê-las, mas ao anunciar, descrever e, por vezes, analisar o desenrolar das atividades durante e após o Concílio, por exemplo, foi imprimindo naqueles leitores o seu modo de ver e analisar como foram sendo processadas, ou não, as mudanças na Igreja, esse era o efeito jornalístico que se pode perceber das cartas. [...] Os detalhes que nos propusemos a analisar aqui não dizem respeito ao conteúdo todo das cartas, mas especialmente, a dois aspectos: o primeiro, aquele que trata dos rastros literários que Dom Helder foi deixando de si e de sua atuação. O segundo, como ele organizou e articulou o grupo de trabalho não oficial conhecido como Grupo da Pobreza.

Portanto, a Igreja do Vaticano II não poderia ser negativa ou jurídicista, como foi amplamente criticado no esquema sobre a Igreja durante o processo de elaboração do *De Ecclesia*, durante o primeiro período conciliar (1962). Ao contrário disso, deveria contribuir com a esperança e deixar de lado a teologia das condenações e anátemas contra a sociedade contemporânea.

Dessa maneira, como aborda Souza (2020), o Vaticano II mudou a visão da Igreja sobre si mesma. Se durante séculos sua postura foi a de combater o mundo e fugir das suas seduções, agora, com o advento do Concílio Vaticano II, alinha-se a um pensamento joanino (João 12, 47) de que a Igreja não veio condenar, mas salvar o mundo. Tal premissa foi necessária, pois, de verdade, é tarefa da Igreja do Vaticano II “voltar às fontes, romper com as alianças de Cristandade, estar atenta aos sinais dos tempos, sendo sinal profético em sua inserção no mundo, é a busca do *aggiornamento* da Igreja” (SOUZA, 2020, p. 424).

Por fim, Dom Helder continuará rendendo ações de graça pelo Concílio (CAMARA, 2009a, p. 158) [53ª Circular, Roma, 8/9.12.1962], no entanto, trabalhando em favor do esquema *De Ecclesia*. A temática da Igreja, que a seu modo de análise era tão necessária para a concretização dos objetivos fundamentais do Vaticano II, tornou-se para ele, segundo suas Circulares Conciliares, um programa eclesial sério e, substancialmente, sua ação pastoral. Logo, no terceiro capítulo, será abordado o processo de construção do novo documento do *De Ecclesia* e, posteriormente, serão expostas as contribuições presentes nas Circulares de Dom Helder quanto ao segundo período do Vaticano II (1963).

#### 4 O DOCUMENTO *DE ECCLESIA* NA SEGUNDA SESSÃO DO CONCÍLIO (1963)

Procura-se, neste terceiro capítulo, discorrer sobre o itinerário de preparação e apresentação de um novo esquema do *De Ecclesia* na segunda sessão do Concílio Vaticano II, e evidenciar as contribuições de Dom Helder presentes nas Circulares Conciliares durante o processo de redação da *Lumen Gentium*, correspondente ao segundo período conciliar.

De fato, chegou-se até este momento, no que se refere ao esquema *De Ecclesia*, obedecendo à metodologia conciliar proposta, de inúmeros debates nas aulas conciliares, as emendas necessárias, a iniciativa e a convicção de que era necessária a construção de uma redação completamente nova sobre a Igreja. Para isso, verifica-se que, durante os meses precedentes entre as sessões, a Comissão Doutrinal trabalhou significativamente e assim, “sob a orientação da Comissão Coordenadora, paulatinamente, o trabalho foi-se clarificando” (VILAR, 2015, p. 149).

O processo conciliar da primeira sessão deixou evidente que havia a possibilidade de emendar o esquema preparatório ou de refazê-lo completamente. Diante dessa realidade, a Comissão Doutrinal examinava a ideia de que sua tarefa não era de defender os esquemas preparatórios, mas sim corrigi-los de acordo com as observações dos padres conciliares. Distintamente, a Comissão de Coordenação considerava o texto preparatório do *De Ecclesia* como referência e, mesmo assim, não era unanimidade a reforma do esquema.

E assim, diante desse impasse, durante a intersessão de 1963, a Comissão Doutrinal “reuniu-se em sessão plenária de 21/2 a 13/3/1963, para acelerar os trabalhos, e a Comissão constituiu uma Subcomissão *De Ecclesia*” (VILAR, 2015, p. 149).

Na realidade, a construção da Subcomissão do esquema *De Ecclesia* foi uma resposta efetiva ao processo conciliar, apesar das tentativas do cardeal Cignonagni, presidente da Comissão de Coordenação, indicando que se ordenasse de outro modo os conteúdos do esquema preparatório. Apesar desse fato, findada a reunião da Subcomissão (26/2/1963), os membros decidiram apoiar como esquema base o preparado por Philips. No entanto, o projeto de Philips não era o único existente, pois, desde janeiro de 1963, tinham circulado mais de 15 novos esquemas sobre a Igreja. A Subcomissão considerou então sensato seguir o texto de Philips, porém

completando, ao longo da segunda sessão, com outros esquemas, a saber, do monsenhor Parente e com outros de origem alemã, chilena e francesa.

Essa Subcomissão preparou o novo esquema a partir dos capítulos I e II do texto preparatório e, deste modo, foi-se elaborando uma nova redação a ser apresentada já na segunda sessão conciliar.

Os passos metodológicos deste capítulo devem perpassar desde o processo de preparação da nova redação do Esquema *De Ecclesia*, a apresentação do novo Esquema na segunda Sessão e, posteriormente, situar e descrever os novos encaminhamentos das emendas ao texto solicitado pela assembleia conciliar. Verificou-se que o Esquema, da fase anterior ao segundo período, sofreu inúmeras alterações até ser aprovado pelo Papa Paulo VI e chegar até aos padres conciliares.

Conjuntamente, serão expostas as contribuições de Dom Helder com suas Circulares Conciliares, referentes somente ao segundo período (1963). A atenção às cartas de Dom Helder, sobretudo, quanto ao processo de elaboração da *Lumen Gentium*, é o objeto de análise deste capítulo, que deve ser enriquecido com as impressões do debate do Esquema *De Ecclesia*, analisadas e relatadas por ele.

#### 4.1 A PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE UM NOVO ESQUEMA *DE ECCLESIA*

O objetivo é abordar o processo do esquema *De Ecclesia*, na segunda sessão do Concílio Vaticano II. Para isso, é importante descrever a preparação de um novo esquema sobre a Igreja, o qual foi realizado na fase de intersessão conciliar (1963), fase preparatória anterior à abertura do Concílio, realizada em 29 de setembro de 1963, pelo Papa Paulo VI.

Segundo Alberto Melloni (2006), a cerimônia de abertura do segundo período conciliar foi bem diferente daquela realizada no ano de 1962, quando havia prevalecido uma manifestação “triumfalista e plenamente hierárquica”. Ao contrário disso, percebeu-se, de verdade, “um sentimento de desencanto, e também se experimentava uma necessidade de estar confortável, próprio de um acontecimento rotineiro” (MELLONI, 2006, p. 45).

O processo de construção de uma nova redação perpassou pelos aspectos frustrantes e desgastantes de debates exaustivos e expôs, obviamente, os conflitos existentes, seja nas aulas conciliares, seja nos ambientes externos ao Concílio. E assim sendo, O'Malley (2014, p. 173) comenta que “no fim do primeiro período, os

bispos saíram de Roma exaustos. Estavam, entretanto, satisfeitos por ter em princípio aprovado os esquemas sobre a liturgia e sobre os meios de comunicação”.

O que mais importava era perceber que o Concílio estava em pleno progresso e atuação, e, no entanto, os padres conciliares, através dos votos, haviam rejeitado o esquema das Fontes da Revelação, “o que mostrou que podiam fazer mais que aprovar tudo sem questionar, e tinham indiretamente feito o mesmo para o esquema sobre a Igreja” (O’MALLEY, 2014, p. 173).

Assim sendo os bispos:

[...] estavam frustrados. Não terminaram o trabalho que muitos tinham esperança de ser o único período do Concílio. Na verdade, agora não faziam ideia de quantos mais desses períodos seriam necessários e sentiam-se arrasados pela imensidão das tarefas que se estendiam diante deles. Também estavam desanimados pelo lento andar das discussões e pelo mecanismo que governava o curso dos debates - que não eram realmente debates, mas sim uma série contínua de discursos muitas vezes repetitivos, às vezes banais e fora de propósito. Cerca de seiscentos deles com muitos mais ainda por vir! [...] Estavam consternados com o que pareciam ser movimentos de poder e, nos bastidores, suas frustrações e preocupações apontavam para problemas que continuavam a importunar o Concílio (O’MALLEY, 2014, p. 173).

O Concílio Vaticano II tinha tomado proporções inesperadas, mas O’Malley (2014) relata que, se a surpresa e o ânimo eram perceptíveis, entretanto, havia também certa impaciência pela lentidão dos debates. Estas dificuldades são visíveis e atrasam de certa maneira o processo de atualização do esquema sobre a Igreja. As questões internas da condução e organização do Concílio estavam em conflito, isto é, basicamente resumiam-se em duas preocupações centrais: desde as nomeações de João XXIII de cardeais curiais para chefiar as comissões preparatórias até a dificuldade de lidar e limitar os documentos preparados por tais comissões.

A alternativa encontrada pelo Papa foi criar uma nova comissão coordenadora, que praticamente agiria como uma espécie de “supercomissão”, com claras e objetivas tarefas de acelerar a pauta, solucionar conflitos entre as comissões e garantir que os documentos correspondessem aos objetivos delineados por João XXIII, em 11 de outubro de 1962, em sua alocução de abertura. E assim desta maneira, evidenciou-se que:

Os bispos puseram suas esperanças de progresso nesse órgão, que preencheu uma lacuna essencial na organização conciliar. Pela carta do papa, essa comissão tinha suficiente autoridade para fazer que pelo menos algumas de suas decisões se salientassem e iniciou sua tarefa com energia. Conflitos entre seus membros e outros problemas, claro, a

estorvavam, mas ela se mostrou eficiente principalmente durante essa primeira sessão intermediária (O'MALLEY, 2014, p. 174).

Esses aspectos antecedentes são importantes e necessários para fundamentar historicamente o processo de elaboração do esquema *De Ecclesia* na segunda sessão conciliar. Considera-se que tal período o preparou consideravelmente, de tal modo que as diretrizes para a renovação do esquema eram extensas e bem radicais. A intenção era reduzir o texto de onze para quatro capítulos e aproveitar o material tratado nos capítulos que foram descartados do original para serem incorporados aos novos, utilizados em outros documentos ou suprimidos.

Segundo O'Malley (2014, p. 175), percebeu-se que: “Embora ostensivamente uma reorganização do esquema, os novos capítulos indicavam um novo documento e, de fato, proporcionaram um esboço básico que a *Lumen Gentium* adotou”. É evidente que o trabalho de readequação do *De Ecclesia*, sobretudo durante o período da intersessão de 1963, contou com a colaboração de membros da Comissão Doutrinária, o que descentralizou das mãos do Cardeal Ottaviani o controle das decisões e oportunizou amplamente, no cenário eclesial do Concílio Vaticano II, as atuações engenhosas e a ousadia do Cardeal Suenens em favor das mudanças eclesiológicas urgentes à nova redação.

Além dessas sadias descentralizações da Comissão Doutrinal, sobretudo na pessoa da figura centralizadora do Cardeal Ottaviani, percebe-se que, durante o processo de elaboração de um novo documento do *De Ecclesia*, acontecia, nos bastidores e nas tensões “iniciais” do segundo período, uma problemática eclesiológica.

Os teólogos, sabendo que no dia seguinte começaria a ser discutido o Esquema, insistiam nos problemas sobre a ordem dos capítulos e sobre uma possível integração de outros esquemas. Sobre essas questões, Melloni descreve:

Enquanto continua o debate sobre o que seria o esquema *De Ecclesia*, surgem várias propostas de adicionar a este esquema - ao que o papa mesmo havia atribuído um papel central nos trabalhos do Vaticano II - outras sessões ou temas. Realmente, a possibilidade de incorporar outros esquemas ao *De Ecclesia* permeia desde algumas semanas atrás as discussões, quase como se todos compartilhassem a impressão de que apenas a constituição eclesiológica pudesse salvar os esquemas de serem anulados, resultado que seria uma humilhação para os vários círculos que haviam promovido sua composição (MELLONI, 2006, p. 52).

Ao final da segunda sessão conciliar, como tratam Melloni (2006) e O'Malley (2014), verificou-se a necessidade de novos encaminhamentos e emendas acerca do texto, uma vez que a questão eclesiológica ocupa-se fundamentalmente no Concílio Vaticano II. Entretanto, como recorda O'Malley (2014, p. 204), o segundo período foi difícil e frustrante, “em parte por causa da seriedade das questões, às quais muitos bispos não deram muita atenção antes do Concílio - especialmente colegialidade, ecumenismo e liberdade religiosa”. E, assim sendo, essas questões tornaram-se em grande parte o próprio caráter do Concílio.

#### **4.1.1. O processo de preparação**

O *De Ecclesia* contou com os trabalhos da subcomissão especial de sete membros da Comissão Doutrinária, que tinha como missão reelaborar o texto proposto da Igreja. É perceptível que havia muitas tensões entre a subcomissão e a figura centralizadora do Cardeal Ottaviani, que, ao longo de todo o processo, decididamente pertenceu a uma minoria conciliar em oposição, sobretudo aos moderadores, sendo uma presença de resistência aos avanços eclesiológicos necessários ao Vaticano II.

Acerca desse assunto, John W. O'Malley (2014, p. 177) afirma que:

A subcomissão trabalhou rápida e eficientemente. Na reunião da Comissão Doutrinária, apresentou os dois primeiros capítulos de seu texto. Ottaviani respondeu lançando um rancoroso ataque ao documento. Juntamente com Tromp, criticou a subcomissão por ultrapassar em seu mandato ao substituir o texto original pelo de Phillips. Toda a primeira metade da reunião foi tomada por essa questão.

As problemáticas em torno do esquema resumiam-se no ressentimento de Ottaviani e de Tromp em relação a não preferência pelo “esquema de Philips” e atacavam o próprio texto julgando-o como perigoso e relativista. As críticas deflagraram uma luta ferrenha, sobretudo no que diz respeito ao segundo capítulo, que tratava sobre a colegialidade.

Como observa O'Malley (2014), a comissão aprovou esse capítulo mesmo em meio às críticas. Assim sendo, a ruptura estava já realizada, isto é, diferentemente do que pensava Ottaviani e Tromp em relação à colegialidade, provou-se que a subcomissão era independente da Comissão Doutrinária, e que era urgente trazer à

tona perguntas e objeções tão explosivas quanto as que foram analisadas com os dois primeiros capítulos.

A Comissão de Coordenação ainda mantinha o controle sobre as demais comissões. Ao retornar o Concílio Vaticano II, para a segunda fase, em 29 de setembro, tinha conseguido um milagre, ou seja, a quantidade de esquemas foi reduzida à metade, num tamanho controlável, e assim sendo, tinha-se extraído textos revisados de outras comissões conciliares. Dentre esses textos, haviam sido selecionados cinco para a pauta: “1) Igreja; 2) Virgem Maria; 3) Bispos; 4) Apostolado leigo; 5) Ecumenismo” (O’MALLEY, 2014, p. 177).

Basicamente, a subcomissão preparou o novo esquema com as matérias dos capítulos I e II do texto preparatório, manteve algumas passagens e acrescentou novos capítulos ao que já havia sido discutido no esquema Philips. Quanto à temática do Povo de Deus que, em 1962, na “versão Philips”, incluía o mistério da Igreja, nesse novo texto une-se aos leigos, e o restante conservou-se da mesma maneira como Philips havia deixado, e somente o capítulo V sobre os religiosos adquire um título totalmente diferente do anterior, a saber, “do estado de perfeição” (VILAR, 2015, p. 150).

Acerca do esquema *De Ecclesia*, havia várias versões que circulavam para além do oficial da Comissão Doutrinal e da subcomissão. Sobre estes aspectos, O’Malley aborda que:

Apesar da drástica revisão exigida na diretriz de janeiro da Comissão de Coordenação, Cicognani disse à subcomissão que “nada de novo ia ser feito”, isto é, o novo esquema teria de basear-se no antigo. A subcomissão interpretou esse conselho em termos gerais logo no início decidiu usar como texto básico o que Philips preparara durante o primeiro período. Dos cinco, então nove textos, agora em circulação como alternativas ao original *De Ecclesia*, o de Philips parecia preferível porque buscava um caminho intermediário entre a abordagem antiga e a nova. Entretanto, a diretriz de Cicognani era outro exemplo dos sinais confusos que afligiam o Concílio (O’MALLEY, 2014, p.176).

Percebeu-se, de maneira efetiva, que, para estudar e aperfeiçoar o texto do esquema, era preciso definir seriamente o papel dos leigos na Igreja e o apostolado que estes exercem, pois a impressão que se tinha era que a comissão para o apostolado dos leigos nos três anos de trabalho não fizera muito, a ponto do reitor do Colégio Belga afirmar que a referida comissão não avançou nem um milímetro sequer (MELLONI, 2006, p. 38).

Sabe-se que o esquema sofreu inúmeras alterações até chegar às sessões conciliares. Verificou-se, a princípio, que o processo de elaboração e construção de um novo texto partiu dos capítulos I e II, e entretanto, quanto ao mistério da Igreja, optou-se que fosse descrito a partir da *Ecclesia de Trinitate*. Sendo assim, Vilar (2015, p. 150) afirma que “o tratamento de ‘Corpo místico’ suscitou reservas em alguns membros da Comissão. A aplicação à Igreja da ideia de *sacramentum* vinha ser uma inovação insólita para outros”.

Sobre o capítulo II, o mais decisivo até então, verifica-se que:

Sobre o capítulo II, discutiu-se a ideia dos Doze como fundamento da Igreja (para alguns, só Pedro seria a rocha e fundamento). A autoridade colegial dos bispos dispersos, ou a interpretação do *ex sese, non ex consensu Ecclesiae* (Vaticano I) era problemática para outros. Pediu-se para esclarecer a relação entre os presbíteros e os bispos e decidiu-se adiar a questão do diaconado permanente. Como fruto do exame dos capítulos III e IV (de 15 a 28/05/1963) se decidiu melhorar alguns aspectos do texto sobre os leigos, que aproveitava grande parte do capítulo preparatório de 1962. Discutiu-se, a definição de leigo (decide-se uma solução “descritiva”), o *sensus fidei*, o “sacerdócio universal”, a relação dos leigos com o mundo, as relações entre os leigos e a hierarquia. [...] Por trás desta alteração encontrava-se um sério contraste de opiniões sobre o estado religioso (que se prolongou pelas sessões conciliares seguintes) (VILAR, 2015, p. 150 - 151).

Além dessas questões sobre o capítulo II, percebe-se também que algumas propostas ainda não tinham passado pela Comissão Doutrinal por falta de tempo, e que sua imediata aceitação dependeria dos trabalhos da Aula conciliar, segundo o que foi informado aos padres conciliares no esquema que lhes foi entregue no dia seguinte à abertura do segundo período do Concílio Vaticano II.

Vilar (2015, p. 152 - 153) constata o seguinte:

À espera dessas decisões, o esquema estava disposto da seguinte forma: Introdução; Capítulo I - O Mistério da Igreja; Capítulo II - A constituição hierárquica da Igreja hierárquica da Igreja e em especial o episcopado; Capítulo III - O povo de Deus em particular os leigos; Capítulo IV - A vocação para a santidade na Igreja (p. 152 - 153).

Quanto ao esquema entregue aos padres, verifica-se que a singularidade não residia tanto na matéria, mas na sua visão de conjunto, com relevâncias em pontos particulares. Estas particularidades em especial são relacionadas às mudanças efetuadas na eclesiologia, sobretudo as relativas à subcomissão especial encarregada de elaborar o texto de um novo esquema para a Igreja.

Em julho de 1963, o Papa Paulo VI aprovou o envio aos conciliares, com o título de *Lumen Gentium*, termo que foi retirado da Radio Mensagem do Papa João XXIII,

em 11 de setembro de 1962. Tais palavras refletiam a razão da eclesiologia que deveria nascer do Vaticano II, a Igreja como resplendor de Cristo, cuja luz brilha sobre o mundo para iluminar todos os homens (VILAR, 2015, p. 152 - 153). Um detalhe importante merece ser destacado: a Igreja é Luz de Cristo, não possui luz própria ou autonomia “sem a presença do Cristo”, e, assim sendo, deve ser servidora e atenta aos sofrimentos dos seus contemporâneos.

Numa tentativa de mudança para facilitar os organismos do Concílio e de auxiliar as Comissões de Organização e de Presidência, Paulo VI escolheu cardeais para a Comissão dos Moderadores. Tal processo de trabalho não foi fácil, seja do ponto de vista das relações com a Comissão de Presidência e Doutrinal ou de crises precedentes. Mesmo assim, Melloni recorda que:

Nesta reunião Cicognani informa aos presentes que o papa vai nomear em seguida um novo organismo, composto de três ou quatro cardeais, escolhidos da comissão de organização ou da presidência, que vai liderar o debate. [...] Em 9 de setembro o secretário de Estado enviou duas cartas a Agagianian, Döfner, Lercaro e Suenens, em que ele os informa que o papa nomeou-os delegados e moderadores do Concílio, com a tarefa de dirigir com poder executivo as assembleias conciliares (MELLONI, 2006, p. 25).

Ao final do processo de preparação do novo esquema, para resolver os problemas e os entraves que constantemente afligiam o bom andamento do Concílio - como, por exemplo, as interferências de membros da Cúria Romana, as comissões e subcomissões - Paulo VI escolheu referências “moderadoras” fora do ambiente da Cúria, que, ao mesmo tempo, pudessem dialogar com as comissões e aliviar a tensão existente. Através dessas nomeações de cardeais moderadores, o Papa buscava obter a fidelidade da Cúria e tentar garantir a eficácia dos procedimentos conciliares, de modo que expressa sua plena adesão ao caráter pastoral do *aggiornamento*, reafirmado por seu antecessor João XXIII (MELLONI, 2006, p. 31).

#### **4.2. A apresentação do novo Esquema na Segunda Sessão**

Com o novo esquema De Ecclesia, passou-se a impressão de que o Concílio tinha avançado consideravelmente em comparação ao ano anterior, e finalmente estava pronto para ser apresentado na Aula conciliar. De acordo com Melloni, verificou-se que:

Por outro lado, um consenso mais amplo é obtido. Embora as mesmas conferências e muitos bispos enviem comentários e pedidos de mudanças, eles concordam, no entanto, com o grande passo em frente que foi dado com o novo esquema (MELLONI, 2006, p. 40).

Os debates iniciaram-se novamente do ponto em que haviam sido interrompidos no ano anterior. O novo *De Ecclesia* foi apresentado pelos cardeais Ottaviani e Browne, presidente e vice-presidente da comissão de Doutrina. O texto estava bem revisado, com bastantes alterações, os bispos estavam mais experientes, pois já sabiam dizer não “com calma e sem medo” (MELLONI, 2006, p. 54).

O'Malley (2014) argumenta que, depois de um começo cansativo do processo de construção do novo esquema, a apresentação de Ottaviani e Browne foi satisfatória, descrevendo amplamente os aspectos da nova redação. Na descrição do texto, os cardeais delinearam a forma aperfeiçoada do documento, demonstrando o trabalho realizado por Gerard Philips. E, no entanto, relata que:

Assim, não tinha onze, mas apenas quatro capítulos sobre: I) o mistério da Igreja; 2) a constituição hierárquica da Igreja e, em especial, os bispos; III) o povo de Deus e, em especial, os leigos; e IV) a vocação à santidade. Era, com efeito, um esquema novo, mas Philip incorporou o mais que pôde do *De Ecclesia* original. O esquema iniciava-se com as palavras que dali em diante o designariam, *Lumen gentium*. Entretanto, em mudança de sugestões anteriores, Cristo, não a Igreja, era “a luz das nações” - *Lumen gentium cum sit Christus* (O'MALLEY, 2014, p.184).

A dinâmica do Concílio é totalmente outra, isto é, possui uma consciência mais madura sobre a Igreja, o Papa é diferente, e, segundo Alberto Melloni (2006, p. 54 - 55), “sustenta que o trabalho do Concílio deve ter um foco abrangente; e esse foco é a Igreja”. As duas congregações gerais e as vinte intervenções sobre o esquema confirmam que de fato essa segunda sessão foi considerada necessária e frutífera. A assembleia conciliar desejava um novo esquema sobre a Igreja, que, ao mesmo tempo, dialogasse com as numerosas observações enviadas ou escritas, as quais haviam mostrado que era urgente uma modificação profunda, que deveria atentar-se sobretudo pelo exame das inúmeras intervenções e emendas.

De acordo com Melloni, verifica-se que:

Embora o trabalho cauteloso e politicamente astuto de Philips quebrou o preconceito (invocado para defender o esquema preparatório) de que não podia introduzir nenhuma mudança, no entanto seu trabalho seguia sendo influenciado pelo esquema original em suas incertezas, ambiguidades, compromissos e justaposições (MELLONI, 2006, p. 57).

Os dois primeiros capítulos do esquema *De Ecclesia*, relativos ao magistério, obediência e autoridade, foram apresentados. Entretanto, para a maioria dos padres conciliares, a impressão do novo documento era que infelizmente havia um estilo negativo e jurídico, que o bispo De Smedt já havia criticado no ano anterior. A linguagem empregada no texto insistia amplamente na designação de uma Igreja de “súditos” em obediência aos “soberanos - hierarquia” e, assim sendo, era necessário alterar a compreensão para uma visão mais horizontal do que piramidal da Igreja<sup>58</sup>. Deveriam ser alterados não só termos do texto, mas evoluir para uma nova compreensão de eclesiologia, o que se realizou, pois a palavra “súditos” desapareceu dos documentos do Vaticano II.

O'Malley afirma:

A esse respeito, é digno de nota que “Povo de Deus” ficou sendo o título do capítulo que substituiu os do original sobre os membros da Igreja e os leigos. A forte linha horizontal implícita em “Povo de Deus”, com ênfase na igualdade fundamental de todos os membros da Igreja, substituiu a forte linha vertical de soberano-súdito. Diferença óbvia entre esse esboço e o original era, com exceção do capítulo II, sobre a hierarquia, um estilo mais cheio de imagens bíblicas e alusões patrísticas. Esse aspecto se intensificaria na sessão final, que quase transborda com imagens da Igreja e seus membros que sugerem fecundidade, dignidade, abundância, carisma, bondade, porto seguro, acolhida, comunhão, ternura e ardor (O'MALLEY, 2014, p. 184).

A reflexão teológica a partir do capítulo II (do Povo de Deus) é resultado de uma nova compreensão da Igreja, não mais “hierárquica”, mas sim um verdadeiro ‘Povo de Deus’, isto é, marcadamente uma linha horizontal com ênfase na igualdade fundamental de todos os membros da Igreja, a qual deve substituir a visão de soberanos e súditos, de uma Igreja monárquica e imperial. Esse capítulo é decisivo para a Igreja do Vaticano II, pois já o Cardeal Suenens havia proposto que o “Povo de Deus” deveria vir antes da hierarquia, e desse modo “a primeira realidade da Igreja é horizontal e consiste em todos os batizados, sem distinção de classe. Somente depois vem a realidade vertical, a hierarquia” (O'MALLEY, 2006, p. 189).

O documento do *De Ecclesia*, na sua nova versão, ensina que o batismo é a base para toda a igualdade na Igreja. Porém, há de certa forma uma tensão entre igualdade e desigualdade que reaparece em vários momentos, na tentativa de

---

<sup>58</sup> De acordo com O'Malley (2014, p. 204): “Dramatizou a questão fundamental do Concílio - como a Igreja devia operar no futuro: continuar seu modo de operação altamente centralizado, com seu estilo de administração do mais alto para o mais baixo e seu modo apodítico de comunicação, ou, de certa forma, atenuá-los com uma consulta mais ampla e a divisão de responsabilidades”.

equilibrar a “autoridade com autonomia, obediência com iniciativa, disciplina com dom e carisma” (O’MALLEY, 2014, p. 197).

De acordo com O’Malley (2014), o novo documento relembra de forma enfática que os leigos possuem a sua dignidade e devem compartilhar dons e talentos na obra da evangelização, e afirma que eles santificam a si mesmos e aos outros por meio de suas atividades e ocupações seculares, e assim mesmo, os leigos participam integralmente da missão sacerdotal, profética e régia de Cristo.

As discussões acerca do capítulo II (360 linhas de texto) ocorreram de 4 a 15 de outubro, com 119 intervenções na Aula conciliar e 56 por escrito. Na verdade, a colegialidade era a questão fundamental desse segundo período conciliar, tanto que os moderadores dedicaram um tempo maior à discussão sobre o assunto, mesmo que parecesse, para alguns bispos, dias a mais de trabalho ou que tivesse muitas repetições de argumentos.

O jovem bispo auxiliar de Bolonha proferiu uma das intervenções mais engraçadas nesse período em defesa da colegialidade. Segundo o que descrevem O’Malley (2014) e Melloni (2006), o bispo, em tom de ironia, afirma que a colegialidade baseava-se numa tradição teológica e canônica antiga, e, falando de modo jocoso, disse que tal colegialidade não era ideia nova cultivada pelos europeus do norte e nem mesmo italianos, e que estes, se utilizassem “a palavra *novatores* - inovadores ou hereges -, devia ser aplicada a alguém a esse respeito, e era aos que se opunham à doutrina da colegialidade” (O’MALLEY, 2014, p. 191). No entanto, a intervenção de Betazzi confirmou que as atitudes “aparentemente” conservadoras do episcopado italiano acerca das questões do Concílio não eram sólidas como alguns pensavam.

Nestas discussões, percebeu-se a avalanche de muitas emendas orais e escritas que não havia tempo hábil para examinar e, para o trabalho da comissão, era impossível coordenar. Nos ambientes oficiais do Concílio, havia a impressão, sobretudo para a minoria conciliar mais ferrenha, de que a temática da colegialidade não foi devidamente preparada para discussão e, desse modo, alguns bispos julgaram que era necessário estudar com profundidade a autoridade papal sobre esse assunto.

Para a minoria conciliar de bispos, um entrave era o papel “excessivo” dos moderadores em decorrência do estudo e análise da colegialidade. Sendo assim, o Concílio precisa avançar, caminhar para a frente, pois de fato, os cardeais moderadores Suenens, Döfner e Lercaro dirigiam-se constantemente ao Papa Paulo VI, no entanto, com menos frequência do que o cardeal Agagianian, o moderador.

Porém, como expoente da ala curial minoritária do Concílio, demonstrou uma colaboração passiva, e os outros três citados analisaram que eles “veem claramente o ponto principal da nova fase do Concílio, ou seja, o acordo das comissões com as intenções expressas em sala de aula” (MELLONI, 2006, p. 57).

Sobre a atuação dos bispos na segunda fase do Concílio, Yves Congar entende que:

Os bispos têm organizado, eles mesmos, seu trabalho. Em lugar de serem conduzidos pelos peritos, eles mesmos se organizam em pequenos grupos e tem chamado aos especialistas para apoiá-los. Parece que eles estão mais coesos em seu trabalho e que eles são mais ativos do que no ano passado. Eles vivem seriamente o Concílio (MELLONI, 2006, p. 61).

A seriedade dos trabalhos conciliares é expressa também nas diversas reuniões das Comissões e nas intervenções orais ou escritas durante a Aula conciliar. A reunião plenária da Comissão Doutrinária, no dia 9 de outubro, deixa claro que o Capítulo sobre o Povo de Deus deveria preceder ao capítulo da hierarquia, e se o esquema *De Beata*<sup>59</sup> deve ou não se inserir na nova redação da Igreja. Conclui-se, por unanimidade, que o capítulo sobre a Virgem Maria se situe ao final da Constituição, de acordo com a proposta de Philips.

Melloni aborda, no que diz respeito à colegialidade:

Em 4 de outubro começa o debate crucial sobre o esquema *De Ecclesia*: o debate sobre a Constituição hierárquica da Igreja, isto é, sobre o episcopado e a colegialidade. Depois de uma introdução, o esquema desenvolve os seguintes temas em dez parágrafos breves: o tema da instituição dos doze apóstolos, os bispos como sucessores dos apóstolos, a consagração episcopal como sacramento, os presbíteros e diáconos como auxiliares dos bispos (nn. 11 - 15), a questão do colégio apostólico e sua cabeça (16), e logo em seguida, desenvolveram os temas das relações entre os bispos e sobre seus três ministérios (ensinar, santificar e governar, nn. 17 - 21) (MELLONI, 2006, p. 71).

O Capítulo sobre a colegialidade, em especial a sua relação com o episcopado, começava a ser discutido. É óbvio que havia algumas limitações, mesmo que, em 1962, o esboço elaborado por Philips tivesse conseguido um consenso satisfatório, que o teólogo belga tivesse defendido em seu ensaio e tivesse comentado a partir das

---

<sup>59</sup> Esquema que tratava da bem-aventurada Virgem Maria, Mãe de Deus, no mistério de Cristo e da Igreja. Realmente, ao final da Constituição *De Ecclesia* sobre a Igreja - Lumen-Gentium, contempla o capítulo da Virgem Maria, que se relaciona com o mistério de Cristo e a Igreja.

limitações e tendências, os padres conciliares pensavam que o esquema caracterizava uma tendência jurídica e complementar à tendência de comunhão.

Outra petição constante que desmascarou uma lacuna no esquema *De Ecclesia* diz respeito ao papel dos presbíteros nos tempos atuais, pois a nova redação não menciona nenhuma das questões que preocupavam os sacerdotes, desde seu trabalho, sua contribuição à sociedade e as relações com os bispos e o seus superiores.

#### **4.2.1 A crise de 16 de outubro**

Parecia que, depois destes aspectos preliminares da abordagem do novo documento, o Concílio caminharia feliz em seu curso natural de discussões, argumentações, emendas e reuniões para definir a provação dos textos conciliares. No entanto, o que foi delineado dos dias 15 a 30 de outubro de fato foi uma crise sem precedentes até então.

O cardeal Suenens, ao final da sessão, em 15 de outubro, perguntou à assembleia se estava disposta a encerrar a discussão sobre o capítulo II. A votação expressou-se a favor do encerramento, que foi saudada com inúmeros aplausos. Suenens afirmou que, no dia seguinte, os padres receberiam uma cédula com perguntas orientadoras para fins de conhecimento do pensamento da assembleia sobre as questões fundamentais do capítulo II, e assim sendo, “propor algumas diretrizes para a Comissão Doutrinária quanto à abordagem do esquema anterior”. Aparentemente, a audiência tranquila com Paulo VI e os procedimentos dos moderadores garantiam o bom andamento do Concílio, mas a crise começou a ser instalada no dia 16 de outubro.

Depois da audiência com o Papa, os moderadores pediram a Dossetti, secretário deles, para trabalhar amplamente num esboço de perguntas que seriam submetidas à assembleia, quando a discussão do capítulo II fosse encerrada. Consultando o teólogo Carlo Colombo, próximo de Paulo VI, Dossetti deliberou que o esboço revisado poderia ser entregue ao Cardeal Felici, secretário-geral do Concílio, para ser enviado à gráfica.

Tal esboço consistia em um documento conciso, contava com poucos parágrafos, pedia esclarecimentos aos bispos que deveriam votar, a fim de examinar algumas diretrizes orientadoras para elaborar o capítulo II da Constituição sobre a

Igreja. E, ao final, havia oito perguntas, as quais tratam da ordenação episcopal, quatro perguntas da colegialidade e três perguntas do diaconato, incluindo a questão explosiva do celibato.

No tocante aos debates do documento *De Ecclesia*, Dom Helder relata na 14ª Circular que os moderadores haviam anunciado que a votação sobre a sacramentalidade e colegialidade do Episcopado, do Diaconato, seria realizada em breve. Nesta ocasião, em oposição ao projeto dos moderadores, Felice, secretário geral do Concílio, apoiado pelos cardeais Siri e Ottaviani, alegaram que tal votação não respeitava as regras do Concílio, e que tal procedimento era considerado extra regulamentar.

O'Malley (2014), ao relatar a crise do dia 16 de outubro, afirma que ao entrarem na basílica, os bispos não receberam as tais cédulas que Suenens havia prometido; ao contrário disso, durante a missa celebrada em rito copta, Cignonani chamou Agagianian, moderador daquele dia, para conversar, e ali mesmo travaram uma conversa à frente de todos os bispos. Aos poucos, os outros moderadores juntaram-se aos dois, e a conversa parecia bem mais acalorada. Cignonani saiu e depois retornou, os moderadores estavam apreensivos e visivelmente agitados.

Ao final da missa, Cignonani anunciou, sem explicações, que a votação tinha sido adiada para outro dia. O que de fato aconteceu? De repente espalhou-se a notícia de que Cignonani, em nome do Papa, tinha ordenado que as cédulas já impressas fossem queimadas. “Os bispos ficaram aturdidos. Conspiração! Traição! Eram as palavras ouvidas dentro e fora da assembleia” (O'MALLEY, 2014, p. 194).

Melloni descreve tal situação dramática:

Portanto, em 16 de outubro, havia sido marcada a discussão do capítulo sobre a hierarquia e a discussão sobre o Povo de Deus e especialmente sobre os leigos. [...] O que se sabe é que as cédulas haviam sido queimadas e compreendem que não se tratam de conflitos entre personagens. A presença de um interlocutor autoritário e qualificado, capaz de induzir a Paulo VI a mudar sua maneira de pensar sobre um texto que havia sido examinado e analisado por Colombo, é igualmente atestado por uma *Nota* que contém também objeções contra as votações orientadoras, e que o papa recebe no momento em que ele muda sua maneira de pensar. Esta *Nota* expressa sete teses contra o projeto dos moderadores e questiona o valor e o significado do procedimento. Um ataque desta índole, procedente do círculo dos colaboradores do pontífice, deixa a Paulo VI perplexo e desconcertado, como Suenens afirma em passagem de suas memórias. Mas o que vão fazer os moderadores? Obedeceriam? Reagirão firmemente à disputa doutrinal, como no mesmo dia 15 de Outubro apela a Lercaro e Suenens para fazerem? (MELLONI, 2006, p. 83).

Ottaviani, presidente da Comissão Doutrinal e, em certa medida, Felici ressentiram-se consideravelmente com o abuso de poder dos moderadores que, segundo a visão deles, alegavam que de verdade era um claro desrespeito às regras do Concílio Vaticano II. A crise estava instalada entre os moderadores e os Cardeais, que representavam uma minoria conciliar mais ferrenha e conservadora. Neste ínterim, o cardeal Suenens foi ao encontro de Paulo VI, e Dom Helder acredita que o papa não deixará de ouvi-lo e atender as demandas dos moderadores, ainda mais que se trata de uma votação decisiva para o amadurecimento do Concílio (CAMARA, 2009a, p. 199) [14ªCircular, Roma, 17/18.10.1963].

Ele afirma:

Recebemos notícias do embate entre os Moderadores e o Secretariado do Concílio (apoiado pelos Cardeais Ottaviani e Siri): o Santo Padre prestigiou os Moderadores. 2ª feira serão distribuídas as folhas de votação sobre os grandes assuntos de que falei: sacramentalidade do Episcopado; Colegialidade; Diaconato como estado permanente. Alegreme, sem dúvida, a vitória do espírito do Concílio (encarnado em Suenens), mas aflige-me ver um grupo que se amargura cada dia mais (CAMARA, 2009a, p. 201) [15ªCircular, Roma, 18/19.10.1963].

Tal preocupação realmente era verídica, pois, por semanas, o papa foi assediado para solucionar a tensão causada pela investida dos moderadores. Na verdade, os dias de 15 a 30 de outubro de 1963 foram conhecidos pela pior crise que o Concílio experimentou, gerando entraves e descontentamentos intermináveis para a ala minoritária e opositora ao trabalho dos moderadores. O expoente dessa ala foi, sem dúvida, o cardeal Ottaviani, que representava a consternação de frequentemente os moderadores se aproximarem de Paulo VI, e certamente ultrapassa os limites de moderadores e líderes do Concílio.

Entristecido, Helder comenta tais fatos:

A conversa com o Cardeal Suenens importou num pacto pró-Concílio. O Santo Padre, ou por diplomacia ou pelo desejo de a ninguém esmagar, está permitindo que se crie um impasse tremendo entre os Moderadores (apoiados pela maioria esmagadora dos Bispos do mundo) e o Secretariado Geral, apoiado pela Presidência (de Honra). Amanhã, haverá reunião da Cúpula do Concílio. Só por um milagre se evitará a crise. (CAMARA, 2009a, p. 223) [21ªCircular, Roma, 22/23.10.1963].

A pergunta que ninguém queria responder era a seguinte: foi mesmo intervenção do Papa ou foi prudência agir desta maneira? Considerando os estados de ânimo, pode-se supor que Paulo VI foi interceptado por alguém ou por algum grupo coeso. Nesta ocasião, Felici pensava que os moderadores julgavam-se com uma

autoridade que transcendia as regras do Concílio, e ao mesmo tempo, não estava satisfeito com o crescente papel de Dossetti. Por fim, estes cardeais Ottaviani<sup>60</sup>, Cicognani e Felici, analisavam que, do ponto de vista doutrinário, não haviam formulado adequadamente e nem conseguido encontrar a relação entre a primazia papal e a colegialidade.

Acerca das relações entre a Comissão Doutrinal (Ottaviani) e os moderadores (Suenens), de fato as tensões entre ambos era real:

Na realidade, o clima é o mesmo que aquele que se manifestou pela manhã na discussão entre Ottaviani e Suenens: Aquela manhã Ottaviani falou a Suenens. Ele disse: Você não tem o direito de fazer o que está fazendo. Porque está indo constantemente ao Papa? Suenens respondeu: Pois porque você também vai ao Papa. Além disso, eu sou membro da Presidência, da Comissão de Coordenação, dos Moderadores. Ottaviani saiu enfurecido. Philips comenta: Ottaviani quer obter da Comissão que declare que os Moderadores têm se excedido no uso dos seus direitos. Se for solicitada uma votação secreta, a comissão se declara contra Ottaviani; se a votação for pública, a comissão não se atreverá a votar (MELLONI, 2006, p. 101).

Para solucionar a crise instaurada, o Papa criou uma comissão *ad hoc*, formada pelo Conselho de Presidentes e pela Comissão Coordenadora (composta pelos moderadores) e pelo secretário geral do Concílio. No dia 23 de outubro, às cinco horas da tarde, reuniram-se a comissão *ad hoc* no apartamento de Cicognani, secretário de Estado, sob a presidência do cardeal Tisserant, “para deliberar sobre as modificações no regulamento e sobre a proposta de votação indicativa sobre o segundo capítulo do esquema *De Ecclesia*” (MELLONI, 2006, p. 89).

Imediatamente, deu-se a conhecer a preferência do Cardeal Tisserant pelos moderadores, anunciando que o Conselho de Presidentes, que ele presidia, era favorável ao plano dos moderadores; ainda afirmou que ignorava a razão que levou às suspensões da votação de 16 de outubro. Em síntese, a reunião da comissão *ad hoc* deliberou que concordavam com as perspectivas descritas pelos moderadores; entretanto a reunião foi altamente controversa e alguns membros estavam descontentes com os rumos tomados.

---

<sup>60</sup> De acordo com O'Malley (2014, p. 194), “Ottaviani estava furioso, pelo menos em parte com base nos procedimentos - por que os moderadores não consultaram a Comissão Doutrinária sobre essas questões proeminente doutrinárias? O que os fez supor que essa votação vincularia a Comissão Doutrinária, uma votação não autorizada pelas Regras”.

Melloni descreve que as crises se resolveram e os ânimos foram apaziguados de alguma maneira com a colaboração da supercomissão (comissão *ad hoc*). Desse modo, verifica-se:

Durante quatro dias pressionam a Paulo VI aqueles que permaneceram à margem da iniciativa: o conselho de presidência, a comissão de coordenação, a secretaria geral, a mesma comissão doutrinal - em outras palavras: Tisserant, Urbani, Wyszynski, Cicognani, Felici e Ottaviani. Nenhum deles pode agora afirmar ter o consentimento do papa contra os moderadores. Mas nenhum deles dá a impressão que tenham encontrado em Paulo VI surdos às críticas dos homens que durante as últimas três semanas estiveram à frente do Vaticano II para ele. (MELLONI, 2006, p. 87).

Durante a crise de 16 de outubro, e posteriormente às questões conciliares deste fato, tais eventos concederam ao Papa a noção de que era necessário pedir aos moderadores que explicassem as razões das perguntas orientadoras à assembleia, para que assim pudessem proceder aos votos.

Na realidade, para os moderadores, o clima era menos pessimista e combativo. Paralelamente ao trabalho dos moderadores, o secretário Dossetti, em comunicação constante com Lercaro, envia propostas de emendas para as questões conflituosas do capítulo II. Posteriormente, para a revisão final, consideram-se as proposições do Papa, que remete aos demais moderadores juntamente com várias observações, justificando a eleição de termos-chaves para se compreender a Igreja.

Tais entraves foram sentidos por toda a assembleia conciliar. Era preciso mudar e debater seriamente o andamento do Vaticano II. Dom Helder afirma que percebeu uma unanimidade entre os bispos. Do jeito como caminhava o Concílio, em meio à burocracia das altas Comissões e das Sessões plenárias, as discussões e as questões mais urgentes ficavam travadas. Crescia, segundo ele, uma consciência da Colegialidade Episcopal nas instâncias das Conferências Episcopais e nas relações entre os bispos, mas, se continuasse a lógica burocrática e curial, “mais o povo se decepciona e se cansa; os Bispos se aborrecem; o Concílio não tem fim” (CAMARA, 2009a, p. 231) [23ª Circular, Roma, 25/ 26.10.1963].

Para resolver tal problemática, Dom Helder decididamente afirma que é urgente dar:

[...] a) poder real aos Moderadores, de modo a que funcionem como verdadeiros Legados do Papa e líderes desejados por todos nós; [fl. 3]  
 [...] e) poder aos Moderadores para pôr fim à discussão quando os assuntos já estiverem maduros. [...] Algo já se adivinhava, já se esboçava

na Basílica: a questão de saber se o De Beata exige Esquema à parte (como querem os maximalistas) ou coroa bem o Esquema da Igreja (como preferem os Ecumenistas) teve encaminhamento original. [fl. 4] [...] Disse-me o Cardeal Suenens, na Basílica, que parece que, afinal, 3a feira também haverá votação dos celeberrimos 4 pontos, sem votação até hoje: sacramentalidade do Episcopado; Colegialidade dos Bispos; Diaconato, partido em duas questões (CAMARA, 2009a, p. 231 - 233) [23ªCircular, Roma, 25/26.10.1963].

Em 28 de outubro, Suenens anunciou solenemente aos padres que o papa aprovou a votação das perguntas orientadoras acerca do capítulo II, e a reação provocou ruidosos aplausos. Posteriormente, na reunião da comissão *ad hoc*, Felici, em nome de Ottaviani, pede o adiamento da votação. Porém, a tentativa não obteve efeito, pois o papa já havia aprovado a versão restaurada dos moderadores.

#### **4.2.2 O debate prossegue**

Em meio à crise, o debate na Aula conciliar deve prosseguir. Deste modo, as discussões são retomadas a partir da relação existente entre o Povo de Deus e os leigos. Como já foi dito anteriormente, o capítulo segundo do esquema *De Ecclesia* tratava teologicamente sobre o Povo de Deus e recorria às inúmeras imagens bíblicas para retratar tal realidade. Todavia, a novidade era mesmo a inversão da realidade piramidal da Igreja, isto é, passava-se decididamente de uma Igreja hierárquica para uma horizontal, a qual devia recuperar e incentivar a vocação dos leigos, identificando sua missão e ministérios.

A temática dos leigos foi subjugada pelas discussões da hierarquia. Infelizmente, deve-se admitir que a preparação no documento para os leigos deixou a desejar no texto preparatório. Por esta razão, de acordo com o que afirma Melloni (2006), ela continha uma extensa introdução sobre o Povo de Deus, dialogava, ao mesmo tempo, com o mistério da Igreja e propunha repensar as relações com a hierarquia para não confundir os leigos com o clero ou religiosos. Optou-se, corajosamente, por uma intensa acentuação de igualdade entre os membros da Igreja, pois todos são vocacionados à santidade.

A discussão do capítulo III sobre o Povo de Deus durou oito sessões, num intervalo de 90 intervenções e 33 intervenções por escrito. O'Malley (2014) aborda que alguns bispos perceberam a necessidade desse capítulo proceder ao da hierarquia. Na verdade, ao ouvirem sobre a temática dos leigos, um número reduzido

de padres não gostaram da tese de que também aos leigos é reservada a missão sacerdotal de Cristo, e ao mesmo tempo, compartilham tal identidade. E assim sendo, exigiam esclarecimentos, pois parecia uma concessão aos observadores protestantes. Na verdade, entre os presentes, poucos conheciam a defesa luterana do “sacerdócio de todos os fiéis”.

Assim procedeu-se o resultado:

Ruffini foi, como quase sempre o primeiro a falar - longamente (com certeza bem mais que o limite de tempo), com muitas correções no emprego de citações bíblicas e em geral com insistência na distinção entre clero e leigos. Um pouco mais tarde, o cardeal Bacci se opôs à maneira como o documento falava do sacerdócio dos leigos e pediu que fosse emendado para especificar que isso não era sacerdócio “no sentido verdadeiro e apropriado” (*de vero et proprio sacerdotio*). Outros falaram no mesmo sentido, com Siri pedindo especificamente que o elogio dos leigos fosse um pouco abrandado. Incentivo é uma coisa boa, disse ele, mas não deve passar dos limites (O'MALLEY, 2014, p. 198).

Quanto à votação anunciada por Suenens do capítulo II, pelo resultado é evidente que a assembleia possuía vontade própria; apesar das diferenças de ênfases e perspectivas, havia concordância em muitas questões críticas e controversas. O'Malley (2014, p. 195) expõe: “As votações foram outro momento decisivo no Concílio. Pelas intervenções na basílica de São Pedro, ninguém teria predito tais vitórias esmagadoras”.

No entanto, as intervenções acerca da colegialidade e do primado papal pareciam intermináveis, no entanto, ao verificar o desfecho, percebe-se que os resultados foram satisfatórios. Perante a crise dos dias 15 a 30 de outubro, os bispos tiveram tempo de dar um voto consciente e ponderado em favor do esquema *De Ecclesia*, além do que os moderadores serviram de instrumento que permitia à assembleia expressar sua vontade e, a partir desses meios, elevar-se acima das burocracias intermináveis das emendas.

As intervenções sobre o capítulo do Povo de Deus foram consideravelmente satisfatórias e comedidas em suas críticas. Em 22 de outubro, o cardeal Suenens proferiu um discurso “arreatador” sob a perspectiva dos carismas na Igreja. Ele pedia que o novo documento trabalhasse amplamente a noção dos carismas na vida eclesial. Segundo ele, o texto deveria deixar mais explícita a relação entre a hierarquia e os carismas, a ponto de distinguir o aparato jurídico e os dons carismáticos do Espírito e esclarecer o papel dos profetas e mestres (teólogos), e alertou que obediência e reverência são próprias dos pastores, “mas igual reverência é devida

àqueles na Igreja impelidos pelo Espírito - e eles muitas vezes são leigos” (O’MALLEY, 2014, p. 198). E, ao final, o cardeal fez duas recomendações a serem imediatamente cumpridas no Concílio, a saber, aumentar o número de ouvintes leigos e providenciar que se incluam mulheres, que, segundo observou Suenens, “a não ser que me engane, formam metade do gênero humano” (O’MALLEY, 2014, p. 198).

Por fim, havia muitas nuvens presentes no horizonte, isto é, a votação de 30 de outubro, ficou definitivamente atravessada na garganta da minoria, embora, com a vitória, os moderadores soubessem que precisavam pisar com cuidado. Todavia, mesmo que os moderadores tivessem dado diretrizes à Comissão Doutrinária, a votação acerca das perguntas revelou a questão crucial da relação entre o papado e o colégio dos bispos (quarta pergunta), às quais quase 20% dos bispos deram resposta negativa. Como afirma O’Malley, “o resultado deixou muito espaço para as maquinações dos que se opunham à colegialidade. A quinta pergunta evitou a questão do celibato, mas mesmo assim recebeu quase 25% de votos negativos”. (O’MALLEY, 2014, p. 196).

#### 4.3. NOVOS ENCAMINHAMENTOS

Depois do término do debate, iniciava-se a longa e árdua tarefa de reelaborar o esquema *De Ecclesia*. Para isso, a subcomissão encarregada reuniu-se durante a primeira fase de trabalho entre os meses de outubro e os primeiros dias de dezembro. No dia 2 de dezembro, a comissão doutrinal foi autorizada para escolher um segundo vice-presidente e um segundo secretário, que deveriam se unir a Browne e a Tromp. Todavia, “a função deste último chegaria finalmente a ter caráter puramente formal, mas só depois de haver desempenhado um papel excepcionalmente importante, sobretudo o trabalho de revisão” (MELLONI, 2006, p. 109).

A subcomissão havia votado e concordado em aceitar o esquema de Philips como base para o trabalho de reelaboração. A princípio, em 01 de outubro, criou-se uma subcomissão *ad hoc* com o objetivo de analisar as petições de modificações que a assembleia havia apontado durante o debate.

Melloni acrescenta:

A prudente mediação de Phillips, que era árbitro da comissão para o esquema *De Ecclesia*, consegue que se aprovem as numerosíssimas petições dos padres, selecionadas por um subcomitês especiais nomeados pela subcomissão (MELLONI, 2006, p. 109).

O objetivo das subcomissões era trabalhar todas as emendas dos votos de 30 de outubro. As tarefas foram devidamente subdivididas posteriormente e confiadas aos peritos individuais ou a grupos de especialistas, que, de alguma maneira, desenvolviam diversas atividades ao mesmo tempo. No entanto, Philips era o supervisor ativo de todos os grupos, e tal iniciativa garantia que, em meio às incertezas quanto às emendas da nova redação do *De Ecclesia*, sobretudo, o destino das cinco proposições sobre o episcopado, a colegialidade, o diaconato e as possíveis derrotas não se convertessem em catástrofe (MELLONI, 2006, p.109).

A revisão da introdução e do primeiro capítulo sobre o mistério da Igreja ocorreram sem nenhum problema. Além disso, comprovou-se que alguns membros e outros peritos repassaram as formulações de passagens críticas. A nova redação revisada pela subcomissão não menciona a fórmula de Garofalo a respeito fundamento da Igreja “sobre Pedro e sobre os doze apóstolos”, que foi aprovada por Philips e interveio pontualmente nos andamentos dos trabalhos. Assim, “as atas registram uma contribuição de Daniélou sobre as relações entre a Igreja e o Reino de Deus, que rompe a exagerada conexão sugerida pela *Mystici Corporis*” (MELLONI, 2006, p. 109 - 110).

Por último, o capítulo sobre a hierarquia que, segundo a ordem até então, passou de segundo capítulo para terceiro. E em especial, tal capítulo foi o carro de batalha de ataque na minoria conciliar, “a qual, especialmente na relação com a temática da colegialidade, transformou-se em bandeira da própria tendência eclesiológica e da própria visão conciliar” (MELLONI, 2006, p. 111).

Ao realizar a revisão deste capítulo, Philips procedeu com muita cautela e aproveitou para confiar a três grupos distintos o estudo das emendas que especificamente trabalhavam sobre a sacramentalidade, o presbiterado, a restauração do diaconado e da objetiva visão conciliar, marcadamente presentes nessas sessões conciliares.

#### **4.4. Dom Helder articulador e protagonista do Concílio em vista do esquema *De Ecclesia***

As Circulares Conciliares escritas por Dom Helder correspondentes ao segundo período conciliar (1963) descrevem suas impressões e relatam

cronologicamente “à querida Família do São Joaquim”, no Rio de Janeiro, o que tinha sido discutido em cada sessão conciliar. Elas possuem um gênero literário próprio, pelas quais podemos conhecer Dom Helder por ele mesmo; são sua correspondência conciliar, com valor inestimável para compreender de que maneira ele acompanha o processo de discussão e elaboração do esquema *De Ecclesia*.

As Circulares Conciliares de Dom Helder Camara analisadas somam-se, ao total, 59 cartas, que correspondem aos dias 30 de setembro de 1963 a 4 de dezembro de 1963, data do término da segunda sessão do Concílio Vaticano II.

Na primeira Circular, do segundo período, Dom Helder relata que o episcopado brasileiro está estudando e revisando longamente os textos da Comissão de Teologia. Acerca do esquema *De Ecclesia*, ele afirma que a discussão já começou, há propostas de vários temas a serem discutidos, articulações de estudo com os Regionais, certamente da CNBB, e sobre a opinião pública. (CAMARA, 2009a, p. 161) [1ªCircular, Roma, 30.9.1963].

Dom Helder, em suas correspondências conciliares, já havia afirmado que estava disposto a aproveitar bem o tempo em favor do Vaticano II, e assim sendo, constantemente alerta aos seus colaboradores do Rio de Janeiro que renova em cada nova etapa sua esperança na realização do Concílio e pede que eles, “a sua família do São Joaquim”, estejam dispostos a rezar e se oferecer constantemente em prol da causa do Concílio.

Dom Helder chama a atenção, em sua segunda Circular, particularmente para a figura do secretário dos Moderadores, Padre Dossetti, pois se impressiona com seu preparo teológico, e assim descreve: “Combinamos maneiras práticas de levar ao coração dos esquemas nossas preocupações de pobreza. (Ele é uma figura de franciscano, embora seja padre diocesano)” (CAMARA, 2009a, p. 167) [2ªCircular, Roma, 4.10.1963].

Nas cartas desse segundo período conciliar, Dom Helder está imbuído das preocupações do Grupo da Pobreza. Embora movesse as suas energias em direção do sucesso do Vaticano II, é evidente que utiliza dos instrumentos necessários à sua disposição, das reuniões do Ecumênico, das conferências da *Domus Mariae*, da estreita amizade com o cardeal Suenens em benefício das causas da pobreza e das realidades eclesiais, seja do Brasil ou da América Latina.

No que tange à figura do Cardeal Suenens, expressa-se da seguinte maneira:

[...] para que eu exponha como imagino a apresentação da Colegialidade Episcopal junto ao Papa. De certo, vai surgir o hábito dos encontros de sábado, à sombra de Suenens. Aqui, longe de ser homem suspeito e perigoso, ele é o homem-chave do Concílio, contando com a confiança direta e pessoal do Santo Padre (CAMARA, 2009a, p. 168) [3ª Circular, Roma, 4.10.1963].

Sabe-se que a relação entre Dom Helder e o Cardeal Suenens é singular, comprovadamente próxima e de amizade sincera. Desse modo, Helder recorria repetidamente ao amigo. Nas Circulares do segundo período, comprova-se que tal estima é valiosa para ambos. Na quarta Circular, Dom Helder afirma que seu amigo continua o mesmo, aberto e decidido, sempre objetivo nos problemas reais do Vaticano II, a ponto de afirmar que o Ecumênico serve de base para as ideias inspiradoras do Cardeal Suenens, e assim Helder não hesita em enviar lhe emendas.

Ele se expressa da seguinte maneira:

Pedi licença para tocar em problema delicado e lembrei como neste momento está fazendo falta ao Santo Padre um grande Secretário de Estado, a quem caiba a missão providencial de transformar a Cúria do Vaticano I em Cúria do Vaticano II e de ajudar a instalar o Governo Colegiado da Igreja... Frisei que a nós nos cabe rezar. A ele, talvez, rezar e agir... Sorriu e comentou que não é fácil apresentar uma sugestão destas ao Papa, por mais que reconheça que o problema é vital (CAMARA, 2009a, p. 171 -173). [4ª Circular, Roma, 5.10.1963].

Ao discorrer sobre os trabalhos conciliares e examinar a “marcha do Concílio”, isto é, o ritmo do Vaticano II, ele julga que até então o andamento está bom e é satisfatório. Recorda que: “O fato do esquema *De Ecclesia* ter sido aprovado quase unanimemente (apenas 40 contra) significa que se mantém perfeito o espírito do Concílio, sonhado por João XXIII” (CAMARA, 2009a, p. 176) [6ª Circular, Roma, 7.10.1963]. E segundo ele, o novo texto revisado da Igreja não corre nenhum perigo de ser atrapalhado por uma minoria amargurada; percebe-se que, de alguma maneira, nas discussões presentes na Aula conciliar não prevalecem interesses pessoais ou grupais, não há ironia e que se chegará, com a graça de Deus, a um bom e maduro entendimento.

Dom Helder relata que:

[...] sobre o *Esquema da Igreja*, pretendem os Moderadores (caso o Plenário concorde) destacar do 3º capítulo a parte relativa ao Povo de Deus (que viraria 2º capítulo); o atual 2º (Hierarquia) viraria o 3º; os Leigos passariam para o 4º, ficando o atual 4º como 5º. De acordo (CAMARA, 2009a, p. 184) [9ª Circular, Roma, 11.10.1963].

No que concerne à proposta acima de alterar a ordem dos capítulos até então estabelecidos, ou seja, o capítulo do Povo de Deus inverter-se com a hierarquia, foi amplamente discutida entre a assembleia conciliar. Nesse sentido, destaca-se que a hierarquia e a sutileza dos moderadores foi causa de inúmeras discussões, pois, em 15 de outubro de 1963, por aclamação unânime, deu-se por encerrada a discussão da constituição hierárquica. No entanto, Dom Helder apresenta-se surpreso quanto à votação descrita pelo Cardeal Suenens sobre esquema da Igreja, evidenciando-se pontualmente a Sacramentalidade do Episcopado, Colegialidade dos Bispos e Diaconato, como estado permanente. (CAMARA, 2009a, p. 192) [12ªCircular, Roma, 15/16.10.1963].

Ao estudar a temática da hierarquia, afirma:

Gosto desta expressão, cara a Congar, apesar da aparência de lugar-comum: “agora que no Concílio, a Igreja se olha no espelho do Evangelho” (É exatamente a ideia que o Concílio me deixa). Quando ele estuda a hierarquia como serviço, nenhum Bispo releia em vão os textos evangélicos que ele recorda, com tanta razão. Já os lemos muitas vezes, mas não tiramos deles ainda todas as consequências práticas para a nossa vida [...] (CAMARA, 2009a, p. 194) [13ªCircular, Roma, 16/17.10.1963].

É imprescindível ressaltar que Dom Helder era protagonista do Concílio Vaticano II, e não mero expectador. Haja vista as articulações existentes entre a CNBB, CELAM, Ecumênico, *Opus Angeli*, Conferências da *Domus Mariae*, segundo o que se lê nas Circulares Conciliares, percebe-se o crescente empenho dos encontros informais de Dom Helder com as conferências e bispos de todos os continentes e os peritos do Vaticano II, fatos que comprovadamente fazem de Dom Helder uma figura conciliar ímpar (MARQUES, 1999, p. 112).

Com relação ao esquema da Igreja, Dom Helder chamou a atenção para a oportuna e corajosa intervenção de Dom Cândido Padim na Aula conciliar. De acordo com ele, Padim causou a melhor impressão. Citando Congar, Helder escreve dizendo que a manifestação de Dom Cândido partiu da ideia de que o Povo de Deus vem antes da hierarquia, e ao mesmo tempo, o bispo brasileiro teve a ousadia de apontar a necessidade de uma conscientização da teologia e do amadurecimento do laicato, em vista da construção de um diálogo necessário entre a hierarquia e os leigos, condição

para que realmente os bispos sejam pastores (CONGAR, 2002, p. 481 *apud* 14ªCircular, Roma, 17/18.10.1963, p. 198).

Nos bastidores do Concílio, verifica-se a possibilidade de inserir na redação do texto da Igreja o esquema *De Beata*, da Virgem Maria. Dom Helder relata que tal votação acabou em polêmica, e a situação complicou-se de uma tal maneira que até mesmo Karl Rahner S.J pleiteava um esquema à parte, colocando-se na campanha entregando folhetos.

Tais comportamentos fizeram com que Dom Helder, desolado, dissesse que Rahner parecia mais um panfletário do que um teólogo. E insiste em afirmar “que sem milagre, vença quem vencer, teremos metade da Basílica na amargura e no travo” (CAMARA, 2009a, p. 245 -246) [27ªCircular, Roma, 28/29.10.1963].

Ao comentar em tom infeliz a votação do esquema *De Beata*, relata:

[...] Enquanto a votação de mais um capítulo da Liturgia apresenta 2.154 placet dos 2.193 presentes, o resultado no caso do Esquema *De Beata* (inserção ou não no esquema *De Ecclesia*) foi: Presentes 2.193, 51% necessários à aprovação 1.097, placet 1.114, non placet 1.074, votos nulos 5. O diabo estava feliz: conseguira semear travo, amargura, a propósito d’Aquela que é a sua grande Inimiga (CAMARA, 2009a, p. 245 -246) [27ªCircular, Roma, 28/29.10.1963].

Na 27ª Circular, mais animado, Dom Helder comemora a vitória dos moderadores, em 30 de outubro de 1963. Ao relatar com esperança tal conquista, ele relembra que a votação dos 5 pontos foi atrasada e sabotada pelos membros da ala minoritária e afirma que tal votação foi a principal da 2ª sessão e provavelmente a mais marcante do Vaticano II.

Assim ele examina os cinco pontos a serem votados:

Eis os 5 pontos a votar: a) se agrada aos Padres Conciliares que o esquema *De Ecclesia* seja modificado de modo a dizer que a consagração episcopal constitui o supremo grau do Sacramento da Ordem; b) se agrada aos Padres que o esquema seja modificado de modo a dizer que todo Bispo, legitimamente consagrado, em comunhão com os Bispos e o Romano Pontífice, que lhes é a cabeça e princípio de unidade, é membro do Corpo dos Bispos; c) se agrada que o esquema seja modificado (o latim diz *apparari*) de modo a dizer que o Corpo ou Colégio dos Bispos na função (*in munere*) de evangelizar, santificar e governar (*pascendi*) é sucessor do Colégio dos Apóstolos; e que o mesmo, juntamente com sua Cabeça, o Romano Pontífice, e nunca sem esta Cabeça (a quem fica salvo e íntegro o direito primacial sobre todos os pastores e fiéis) goza do pleno e supremo poder sobre a Igreja universal; d) se agrada que o esquema seja modificado de modo a dizer que aludido poder cabe de direito divino ao Colégio dos Bispos unidos à Cabeça; e) se agrada que o esquema seja modificado de modo a considerar oportuno instaurar o diaconato como grau distinto e

permanente do sagrado ministério, segundo a utilidade da Igreja nas diversas regiões (CAMARA, 2009a, p. 247) [27ªCircular, Roma, 28/29.10.1963].

Dom Helder, ao comentar a votação desses cinco pontos famosos, não esconde sua alegria e entusiasmo pelo triunfo dos moderadores. Afirma que tal votação foi expressiva e que os bispos votaram conscientemente, tendo em vista o momento histórico que estavam vivendo; declara que “o Espírito Santo e nós” decretaram uma mudança profunda na vida da Igreja, que haverá, sem dúvidas, problemas e dificuldades, mas há esperança. Então finaliza dizendo que “só a manhã de ontem já valeria o Concílio” (CAMARA, 2009a, p. 250) [28ªCircular, Roma, 30/31.10.1963].

Apointa também para os reajustes em relação ao documento da Igreja, considerando as emendas ao esquema sobre Nossa Senhora e pontua, ao mesmo tempo, que havia propostas em desacordo na redação do *De Ecclesia*. Aborda a relação estreita que havia entre o Papa e os moderadores, que, a seu modo de concepção não perdiam tempo: estavam indo, segundo ele, bem rápido, de modo a facilitar a recomposição em torno do documento sobre a Igreja (CAMARA, 2009a, p. 259 - 260) [30ª Circular, Roma, 1.11. 1963].

Na 32ª Circular, Dom Helder observa que há consequências práticas concernentes à Colegialidade Episcopal. Entende que ela é o ponto culminante do Concílio. Porém, percebe-se o potencial teológico e pastoral existente em torno dela, admitindo que se deve trabalhar em níveis regionais e nacionais. Alguns bispos desconfiam desse processo de colegialidade, pois se sentem melhor representados por uma intervenção longínqua, isto é, por Roma, pelas Congregações do que pela CNBB. Desconhecem tal iniciativa, porque quem pensa desta forma tem a CNBB como realidade estranha, instituição imposta, e não está obviamente de acordo com a colegialidade descrita pelo Concílio (CAMARA, 2009a, p. 265) [32ªCircular, Roma, 4/5.11. 1963].

Conjuntamente a esta problemática, Dom Helder dá-se conta de que a compreensão do episcopado presente em muitos bispos é bem superficial. Na realidade, há alguns que compreendem a missão do bispo como um viver majestosamente e solidificar sua autoridade de “prestígio” pelo cargo que exerce. Engana-se, segundo Dom Helder, quem age pastoralmente dessa maneira. Entende que “[...] quando um padre recebe a plenitude do sacerdócio é Bispo (e não 1/2 ou 3/4

de Bispo). Bispo Católico. Responsável, em união com seus Irmãos Bispos do mundo inteiro e sob o primado de Pedro, da Igreja inteira” (CAMARA, 2009a, p. 283) [36ªCircular, Roma, 9/10.11. 1963].

Helder relata que trouxe para o comitê da animação do Grupo da Pobreza estudos e propostas para inserir no Esquema *De Ecclesia*, e carinhosamente, como é de sua essência, pediu que os seus colaboradores no Rio de Janeiro solicitassem a Monsenhor Hilário ou a Dom Timóteo que traduzissem (CAMARA, 2009a, p. 301) [41ªCircular, Roma, 13/14.11.1963]. No entanto, entristecido com a situação dos entraves cada vez mais inevitáveis entre os moderadores e a ala minoritária e opositora do Concílio, conta, ao receber as notícias, que “o Papa ficou perplexo e aflitíssimo com a violência do embate entre certos membros da Presidência e Moderadores” (CAMARA, 2009a, p. 304) [42ªCircular, Roma, 13/14.11. 1963].

Sobre isso descreve:

Confirma-se que foi duríssima a reunião, sob a Presidência pessoal do Papa, da Presidência, dos Moderadores e da Comissão de Coordenação do Concílio. Houve uma exposição de Lercaro. A resposta do Cardeal Siri foi de uma violência que deixou o Santo Padre aturdido. Quase não falou. Suspendeu a reunião, após 2 horas e meia de debates que quase não permitiram um passo à frente (CAMARA, 2009a, p. 309) [43ªCircular, Roma, 17/18.11.1963].

Ainda havia ressentimentos e tensões que “contaminavam” o clima do Concílio. Em certo momento, o cardeal Bacci, de modo violento, acusou os moderadores em plena Basílica e trouxe novamente à discussão as feridas expostas daqueles dias infelizes de outubro, alegando que os Cardeais moderadores se julgavam acima da assembleia e estavam em constante diálogo interesseiro com Paulo VI. Quando foi concedido o direito de resposta, “os Moderadores repuseram a verdade dos acontecimentos, com tanta segurança e tanta serenidade, que marcaram um dos grandes aplausos do Plenário” (CAMARA, 2009a, p. 318) [46ªCircular, Roma, 20/21.11. 1963].

#### 4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Foram apresentadas até aqui as perspectivas do itinerário de preparação e apresentação de um novo esquema do *De Ecclesia* na segunda sessão do Concílio

Vaticano II, bem como foram abordadas as contribuições mais significativas de Dom Helder no que diz respeito à nova redação referente à Igreja.

A partir deste itinerário apresentado, destaca-se uma citação de suas Circulares, que relata o momento em que ele foi chamado para uma audiência com o Papa e praticamente ser esquecido:

Fui à sua câmara, ao lado do Santo Padre: tinha partido, de carro, para sua casa, dentro do Vaticano... Atravessei o Vaticano de ponta a ponta... Chovia. Vento friíssimo (por fora e por dentro). Bati no apartamento de Tácoli: disseram-me que ainda estava com o Papa. De Herodes a Pilatos, acabei voltando sem ver ninguém...Foi, então, que irrompeu a alegria perfeita de ver-me entre a Pobreza de passar dois meses em Roma e voltar sem ter visto, de perto, o Papa amigo; e a Pobreza de voltar à Casa do Pai que me recebe à força...Ofereci a dupla humilhação pelos dois Pais: o daqui e o daí. Amo-os em Cristo, profundamente. Sempre vencer, jamais fracassar, sentir-se sempre querido, não sobrar jamais: é um perigo. Na Praça de São Pedro, Cristo tremia de frio, na pessoa de alguns Pobres retardatários, que esperavam alguém que passasse ou simplesmente se abrigavam debaixo da Colunata (CAMARA, 2009a, p. 366) [59ªCircular, Roma, 4/5.12.1963].

Portanto, compreende-se que, no que diz respeito ao esquema da Igreja, Dom Helder não foi um mero teórico, mesmo porque, a partir das Cartas Conciliares, ele nunca teorizou a mudança, embora tivesse condições hábeis para tal missão, mas sim preferiu praticar e ser a mudança. As preocupações recorrentes nas Circulares do segundo período comprovam tal afirmação. Como ele mesmo afirmou, “veio a seguir a Alegria Perfeita”, itinerário espiritual autenticamente franciscano (CAMARA, 2009a, p. 366) [59ª Circular, Roma, 4/5.12.1963].

Na última Circular do segundo período Conciliar, Dom Helder deixa transparecer sua decepção pelo encerramento do Concílio. Destaca, a princípio, seu descontentamento com as pompas em torno de celebração:

Quem disse que terminou a era constantiniana? Durante a cerimônia toda - parecia um pesadelo - quase via e ouvia - o Cavalo de Pedra passar a galope pela Basílica, carregando o Rei que, coitado, se tornou o triste símbolo de uma fase que desejamos superar, mas que está ainda vivíssima... Houve momentos altos: a Santa Missa (que é sempre o Calvário!), apesar de termos fracassado em nossa esperança de concelebração (tivemos, ao contrário, o coro da Sistina, no pólo oposto do Esquema litúrgico que ia ser promulgado); a promulgação do Esquema de Liturgia, com apenas 4 votos contra [...] E houve um Discurso do Santo Padre que me causou grande angústia. A pressão contrária (posso dizer: anti-Conciliar) não logrou alterar a fórmula da promulgação, que, a meu ver, salvo melhor juízo, foi sinodal. Mas a pressão atuou, de cheio, sobre o discurso. Se o Santo Padre falou muito bem sobre a instituição divina do Episcopado e sobre a Colegialidade, apresentou omissões terríveis (CAMARA, 2009a, p. 364) [59ªCircular, Roma, 4/5.12.1963].

Portanto, a sua reação justifica-se, em sua última Circular, por estar descontente com o modo pomposo da sessão solene de encerramento, mas de modo algum estava desapontado com o itinerário realizado no decorrer do segundo período. As queixas dele são pontuais, como, por exemplo, o fracasso na esperança da concelebração e o discurso de Paulo VI, motivado a partir das pressões anticonciliares dos grupos minoritários, o que, segundo relatou, causou angústia, pois parecia ter omitido pontos importantes da Colegialidade.

Assim sendo, percebe-se que, nesta terceira sessão Conciliar (1963), Dom Helder intensamente atuou de forma coordenada e muito mais coesa do que nos períodos anteriores, talvez porque sua experiência nesta área tenha sido aprimorada. Essa mudança de postura justifica-se, sobretudo, pela luta que empreendeu em favor da colegialidade, o que será amplamente compreendido na terceira sessão do Concílio, em que veremos um Helder mais determinado em favor da aprovação da *Lumen Gentium* e, conseqüentemente, satisfeito com o caminho empreendido em relação ao esquema da Igreja.

E por isso suas contribuições e relatos nas Circulares são enfáticas em defender a colegialidade de manobras desleais (CAMARA, 2009a, p. 30) [8ªCircular, Roma, 18/19.9.1964]. Esse é o modo de Dom Helder atuar e trabalhar em prol da Igreja do Vaticano II, pois acredita-se e verifica-se constantemente, ao longo desta dissertação de mestrado, um jeito próprio dele atuar, contribuir e ir, aos poucos, “ajudar o Concílio a realizar-se segundo os planos de Deus e as necessidades da Igreja e do mundo de hoje” (CAMARA, 2009a, p. 72 - 73) [24ªCircular, Roma, 4 /5.11/1962].

Por fim, comprova-se, a partir das leituras das Circulares, o que enfaticamente afirma Padre José Oscar Beozzo (1999). Dom Helder alcançou um “agudo senso”, bem mais do que palavras ou documentos, e ele intuiu com perspicácia que o que convencia as pessoas eram os gestos e símbolos, e que era por meios dessas imagens que se fixava no povo o verdadeiro sentido do Concílio Vaticano II. Assim, no quarto capítulo, será tratado o processo final de construção do documento *De Ecclesia*, o texto que passará a configurar a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja do Concílio Vaticano II. Posteriormente, será descrito o itinerário narrado pelas Circulares de Dom Helder sobre o terceiro período conciliar (1964).

## 5 A CONSTITUIÇÃO *LUMEN GENTIUM* NA TERCEIRA SESSÃO DO CONCÍLIO (1964)

O quarto capítulo desta dissertação tem por finalidade abordar o itinerário metodológico da nova redação da *Lumen Gentium* até a sua promulgação, em 21 de novembro de 1964. Destacam-se, neste percurso de construção do texto *De Ecclesia*, os passos metodológicos dados durante as sessões do Concílio, as reprovações da redação do texto na primeira sessão, a abordagem de uma nova redação na segunda sessão e, na terceira sessão, o documento acerca da Igreja, que ainda necessitava de emendas para a sua aprovação final.

O terceiro capítulo deste trabalho evidenciou a abordagem realizada na preparação de uma nova redação do documento *De Ecclesia*, bem como a apresentação na segunda sessão do Concílio Vaticano II (1963) e as solicitações de novas alterações ao texto.

Na última etapa do processo de concepção da *Lumen Gentium*, a terceira sessão conciliar começou em 14/9/1964, segundo Vilar (2015, p. 155): “com o exame do esquema revisto *De Ecclesia*. Paulo VI dedicou grande parte do discurso de abertura à Igreja como Corpo Místico de Cristo e à relação entre o Papa e os bispos, questão que tinha sido objeto de tensões”. Constata-se que o esquema estava pronto para ser apresentado aos padres conciliares.

Objetiva-se, a partir dessas informações, relatar a metodologia que deve orientar o quarto capítulo, desde a descrição à preparação e a apresentação da nova redação, o processo de elaboração da *Lumen Gentium* a partir das Comissões e Subcomissões, o desempenho do esquema na Terceira Sessão e, por fim, caracterizar a discussão, votação e promulgação da *Lumen Gentium*.

No desenrolar do capítulo, serão aprofundadas as contribuições de Dom Helder em suas circulares conciliares referentes ao terceiro período (1964). A propósito, em referência a essas circulares, interessa discorrer sobre a sua atuação e participação no último processo de elaboração do documento *De Ecclesia*, que posteriormente foi promulgado no documento conciliar *Lumen Gentium* sobre a Igreja do Concílio Vaticano II, e, a partir disso, examinar a eclesiologia existente segundo as percepções de Dom Helder Camara.

## 5.1 A PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA NOVA REDAÇÃO

O objetivo é abordar o processo final do esquema *De Ecclesia*, na terceira sessão do Concílio Vaticano II, e descrever de maneira pormenorizada o itinerário de preparação e exposição da nova redação. Percebe-se que, para a tarefa de reelaboração do texto referente à Igreja, a comissão encarregada deste ofício contou, desde o início, com a supervisão direta e restrita da Comissão Doutrinal.

Assim,

a supercomissão para a revisão do *De Ecclesia* e seus diversos subcomitês (denominados comumente subcomissões na linguagem conciliar) havia trabalhado e examinado o texto antes de que se começasse a interessão, e de certo modo havia impresso seu selo sobre este trabalho com a nomeação de Chaure e de Philips como vice-presidente e secretário adjunto respectivamente da comissão doutrinal (VILANOVA, 2006, p. 311).

Na verdade, como se verificou, o trabalho sobre a colegialidade constituiu um ponto bem delicado. A questão da colegialidade e sacramentalidade do episcopado estava em desacordo com os teólogos, os quais ficaram encarregados das revisões dos números que tratavam do colégio episcopal, sobretudo no que dizia respeito às três funções episcopais de ensinar, santificar e governar, pois havia encontrado seu ponto de equilíbrio nas extensas observações, tanto de Rahner como de Tromp (VILANOVA, 2006, p. 311 - 312). Contudo, havia um texto já revisado, embora seu conteúdo fosse marcado por uma concepção universalista tanto da Igreja como da colegialidade episcopal. De fato, poderiam surgir resistências quanto à forma de apresentação do texto. Uma mensagem que passou quase despercebida foi a carta que Cicognani, presidente da Comissão de Coordenação, enviou a Ottaviani, em 23 de janeiro de 1964, pedindo que:

[...] em particular, o texto que se refere à sacramentalidade e à colegialidade do episcopado seja acentuado intensamente, de maneira que convide os Padres conciliares a dedicarem-lhe a mais atenta consideração (VILANOVA, 2006, p. 312 in AS V/2, p. 129).

Vilanova (2006) aponta algumas objeções restritas do cardeal Browne em discordância com as noções abordadas sobre a colegialidade episcopal, como, por exemplo, o uso do termo “colégio”, que é visto por ele em detrimento à figura do Papa, já defendida no Concílio Vaticano I.

Parente, assessor do Santo Ofício, aceitou os argumentos favoráveis no que diz respeito à colegialidade, mas não foi o suficiente, pois muitos grupos queriam

converter essa questão numa bandeira de enfrentamento total, numa verdadeira guerra. De fato, foram escritos muitos artigos contrários ao tema por D. Staffa para a revista *Divinitas*, “pelo teor da intervenção do P. Ciappi na assembleia do episcopado italiano de 16 de abril de 1964, na qual exprimiu o temor de que o Vaticano II retifique a Constituição *Pastor aeternus*” (VILANOVA, 2006, p. 312 - 313).

A respeito da apresentação da nova redação, de acordo com as observações de Roberto De Mattei (2011, p. 364), observa-se que a preparação do esquema *De Ecclesia* e a apresentação dos capítulos iniciais não suscitaram problemas especiais, mas o capítulo que tratava da hierarquia e de como a Igreja entendia a colegialidade causou grande controvérsia.

Segundo De Mattei (2011), a colegialidade era entendida de três maneiras distintas: de maneira tradicional, na qual o poder papal era único e supremo na Igreja; de acordo com os progressistas, era o Colégio apostólico que detinha tal poder, presidido pelo Papa (pois quando exercia seu poder, era como representante do Colégio Episcopal); e por último, alguns que viam na Igreja dois sujeitos com autoridade - o Papa e o Colégio dos Bispos. Na realidade, em algumas ocasiões, pareceu que estes três grupos estavam em busca de disputa de forças, e não buscavam equilibrar as duas fontes de autoridade.

O processo de elaboração, como se constatou até então, consolidou-se nos trabalhos realizados, sobretudo na tentativa de solucionar as sugestões apontadas para o desenvolvimento do capítulo III. Assim sendo, Paulo VI instituiu, em 25 de maio de 1964, uma comissão especial encarregada de revisar o capítulo da colegialidade, formada pelos padres Mons. Garrone, Mons. C. Colombo e pelos padres Bertams y Ramírez, os quais reavaliaram as propostas pontifícias e propuseram doze emendas ao texto do esquema *De Ecclesia*, que foram apresentadas à Comissão Doutrinal, em junho de 1964.

Komonchak (2007, p. 71) relembra que:

Por esta razão, o texto seguiu sendo objeto de ardentes críticas por parte de um pequeno grupo mas influente grupo no Concílio, o qual multiplicou as pressões sobre o Papa, aos dirigentes conciliares e os bispos, a fim de impedir que as afirmações do capítulo chegassem a ser doutrina conciliar. Os principais temas de debate se referiam ao caráter sacramental do episcopado e na autoridade do colégio dos bispos sobre a Igreja universal. O parágrafo 21 do texto revisado não parecia resolver a questão disputada acerca do episcopado representada numa ordem sacramental distinta na Igreja e não simplesmente num nível superior de autoridade jurisdicional, mas também fazia a ordenação episcopal a fonte não era somente de um ofício sacramental do bispo (o poder do sacramento da ordem), no entanto também

contava com os ofícios de governar e ensinar, partindo assim da opinião comum de que estes últimos poderes(o poder de jurisdição) derivavam dependiam da atribuição pontifícia.

Komonchak comenta que, quanto ao parágrafo 22, estava enunciado expressamente que “a ordem dos bispos é também sujeita da potestade suprema e plena sobre toda a Igreja, ‘conjuntamente’ com a Cabeça, o Romano Pontífice, e numa sem esta Cabeça” (Komonchak, 2007, p. 72). Embora em muitas ocasiões se afirmasse que a autoridade colegial não está à margem da subordinação pontifícia, e nem pode sequer existir sem a relação com o Papa, os críticos da colegialidade argumentavam que, se aprovado, o caráter colegial ameaça a autoridade jurisdicional suprema do Romano Pontífice, tal como foi defendida durante o Concílio Vaticano I.

Portanto, o debate desgastante em torno da temática da colegialidade episcopal frente à autoridade pontifícia se baseava somente numa eclesiologia universalista, descartando a chance de dialogar com outras possibilidades e, ao mesmo tempo, abandonando outras dimensões da colegialidade que seriam melhor representadas em uma teoria da Igreja una e universal, entendida como a comunhão de Igrejas locais. Infelizmente, a apresentação da nova redação do *De Ecclesia* ficou submersa nesse contexto e, no que diz respeito à colegialidade, como aponta Komonchak (2007, p. 72), “o único caminho para restabelecer o equilíbrio consiste em conceber a Igreja como uma comunhão de muitas Igrejas”.

### **5.1.1 Contexto histórico do esquema *De Ecclesia* na Terceira Sessão**

Como aborda Evangelista Vilanova (2006), a segunda intersessão do Concílio Vaticano II (1963 - 1964) caracterizou-se por um empenho de conclusão do evento, tendo em vista um plano de trabalho realizável, possível, e para isso era urgente pensar na redução total dos esquemas. Por essa razão, havia o propósito, tanto por parte dos padres conciliares como da vontade de Paulo VI, de que o terceiro período conciliar fosse, de verdade, o último.

A esperança do papa e de muitos baseava-se nos espectros ideológicos. Os bispos estavam exaustos, apreensivos com a ausência nas dioceses, havia preocupação com os gastos elevados do Concílio, e insistiam ser indispensável reduzir a pauta dos trabalhos, pois concordavam que as tarefas eram inviáveis. Logo,

optou-se por um itinerário plausível, porque a Comissão Coordenadora tinha que descobrir meios para apressar as atividades para encerrar o Concílio o quanto antes.

Vilanova acredita que havia um atraso nas atividades porque:

A complexidade dos temas discutidos e da grande variedade dos protagonistas havia determinado uma lentidão nos procedimentos, que impediam uma conclusão ágil dos acontecimentos conciliares em tempo razoável. Isto se observava claramente não somente nos períodos em que os padres haviam se reunido nas congregações gerais, mas também, e principalmente, nas intersessões (VILANOVA, 2006, p. 297).

Sendo assim, as expectativas foram frustradas. Alguns bispos pensavam que o Concílio devia levar todo o empenho necessário para realizar o trabalho com competência, pois,

Temiam o que poderia acontecer se os padres conciliares tivessem de apressar as questões sem dar-lhes a consideração que mereciam. Em todo caso, durante os meses entre o encerramento do segundo período e a abertura do terceiro, todos os envolvidos na administração do concílio procuraram meios para acelerá-lo, mesmo se o encerramento em 1964 acabasse não sendo viável (O'MALLEY, 2014, p. 212).

De acordo com O'Malley (2014), a única forma de apressar o Concílio era reduzir ao máximo o número de documentos. A partir deste propósito, o cardeal Döpfner, incentivado por Paulo VI, propôs limitar o número de esquemas para seis, configurando-se dessa maneira: da Igreja, dos Bispos, da Revelação, dos Leigos, do Ecumenismo e sobre a presença da Igreja no mundo de hoje. E quanto aos demais esquemas, a saber, sobre a Vida religiosa, as missões, o clero, deveriam ser reduzidos à forma básica, como, por exemplo, as proposições seriam votadas sem qualquer discussão prévia pela assembleia.

No que se refere à importância da intersessão de (1963 - 1964) para o esquema *De Ecclesia*, Vilanova entende que o Vaticano II teve alguns de seus momentos decisivos nos intervalos que mediaram os quatro períodos conciliares, porque, de verdade, averiguou-se que quando os bispos estavam ausentes, a maior parte dos peritos e os representantes da imprensa, alguns membros da cúria e teólogos romanos se opunham às tendências de *aggiornamento* e, desta maneira, “recuperavam o controle” da situação, ao menos temporariamente, e, agindo assim, pensavam que podiam corrigir o sentido de alguns textos aprovados pela maioria conciliar.

Vilanova (2006) considera que a influência exercida pelo Cardeal Cicognani, que era Secretário de Estado e Presidente da Comissão de Coordenação, favoreceu

amplamente a minoria conciliar. A atividade de Cicognani contribuiu para intensificar as dificuldades da relação entre Paulo VI e o Concílio. Na verdade, como afirma o autor, os cardeais Cicognani, Felici e Tisserant formavam um “triumvirato”, que exercia influência preponderante durante a segunda metade do Vaticano II, e somente foi obscurecida devido ao plano Döpfner<sup>61</sup>, o qual foi abertamente adotado e orientou de fato as revisões durante os primeiros meses de 1964, apesar de inúmeras resistências por parte de alguns bispos. Posteriormente, o projeto foi abandonado.

Vilanova comenta:

Tal programação estava determinada pelo denominado Plano Döpfner: em junho de 1963, no mesmo dia de sua coroação, Paulo VI recebeu em audiência o cardeal Döpfner, e parece que aquela ocasião pediu-lhe a elaboração de um projeto encaminhado a melhor continuação do Concílio. Este plano, enviado ao papa e talvez aprovado por ele, a quarta e última sessão incluía algumas propostas concretas acerca do trabalho que deveria realizar-se durante a intersessão entre o segundo período conciliar e o terceiro, quer dizer, sobre o ritmo dos trabalhos. Como se observa, tal plano foi apresentado à Comissão de Coordenação em sua primeira reunião durante a segunda intersessão, em 28 de dezembro (VILANOVA, 2006, p. 298).

Diante deste cenário conciliar, havia problemas bem pontuais, como por exemplo, as comissões trabalhavam arduamente, mesmo em meio às contrariedades e intransigência das Comissões superiores, as quais não perdiam a mania de querer controlar e assegurar que o ritmo dos trabalhos fosse executado. E assim sendo, decidiu-se, em pleno verão de 1964, enviar todos os esquemas. Mas logo se percebeu que um terceiro período não seria suficiente para completar os trabalhos conciliares e um quarto período seria necessário.

Como confirma Vilanova (2006), o Vaticano II passava por momentos cruciais e decisivos. Portanto, era necessário cuidar para que fosse mantido o controle das modificações que se estavam efetuando em diversos níveis, e havia que se vigiar com ainda mais atenção se elas estavam coerentes com o conjunto do esquema. Assim, “esta maneira de vigiar foi demonstrada exemplarmente por Philips, que naqueles momentos-chaves foi capaz de ver sua habilidade política, sobretudo, no que se refere ao esquema *De Ecclesia*” (VILANOVA, 2006, p. 299).

---

<sup>61</sup> O plano Döpfner consistia na tomada de decisões das várias comissões em favor da diminuição dos esquemas do Concílio Vaticano II, já na segunda fase, de acordo com as observações do Papa Paulo VI referentes ao capítulo III do documento *De Ecclesia*. Foram concluídas com o envio dos esquemas por parte da Comissão de Coordenação (27 de abril de 1964), e numa fase final, foram prolongadas para a abertura do terceiro período (14 de setembro), oportunidade que o Plano Döpfner foi criticado e examinados pelos padres conciliares.

Verifica-se que:

O intento de reduzir ou de simplificar drasticamente os textos que haveriam de ser discutidos e votados, não nascia unicamente o desejo de finalizar o Concílio, que era um desejo expressado pelo papa e proposto por Döpfner, mas que se devia também a tendência, bastante generalizada nos ambientes curiais, de terminar quanto antes do Concílio, possivelmente com o terceiro período, quer dizer, com o período de 1964. O debate sobre este tema não impediu que, durante a segunda intercessão, se levasse a cabo um labor ativo e intenso - às vezes também se pensa que permitiu dar um passo decisivo ao término feliz do Concílio (VILANOVA, 2006, p. 300).

Como se observou até então, as relações entre a colegialidade dos bispos e o primado pontifício ocuparam o centro dos debates conciliares. Paulo VI demonstrou que o papa não havia pedido a liberdade de ação, no entanto, tais iniciativas se situam na mesma linha de atividade do Concílio e estavam de verdade em oposição constante.

Em concordância com O'Malley (2014), atestou-se que a produção de tais documentos não tinha sido tarefa fácil. No entanto, o sucesso e aprovação dos textos dependeria de muitos fatores e circunstâncias específicas. O texto sobre a Igreja, por exemplo, continuou a encontrar dificuldades, o que agora era o capítulo III, sobre a constituição hierárquica da Igreja, desenvolveu-se no decorrer de embates acerca do ponto de partida da colegialidade.

Alguns bispos questionavam se tal mudança a respeito da colegialidade não anularia o ensinamento do Vaticano I sobre a primazia papal e se tal afirmativa não acarretaria numa afronta à autoridade das prerrogativas do modo de agir do Papa. Tais questões eram advindas de uma pequena minoria, que insistia em afirmar que a colegialidade era uma verdadeira traição à tradição da Igreja. Já outros bispos preocupavam-se que o Concílio estaria abordando depressa demais as questões e pediam respeito e cautela no decorrer dos processos.

Em meados de maio, o esquema teve uma ampla revisão final, foi aprovado pela Comissão Doutrinária e estava pronto para ser enviado aos bispos. Porém, no dia 19 de maio, o cardeal Felici comunicou à Comissão que o Papa havia transmitido treze sugestões sobre a colegialidade, que ele gostaria que pudessem levar em consideração. Assim comenta O'Malley:

O papa disse que oferecia essas sugestões a fim de impedir até onde fosse possível errôneas do texto. Era a primeira vez que ele ou seus predecessores tomavam essa iniciativa. Por essa razão, a oferta foi concebida e recebida com preocupação e, por causa da escolha do momento, alguma consternação. O incidente prenunciou o número extraordinário dessas

intervenções que o papa faria a partir deste ponto do Concílio – o chamado lápis vermelho de Paulo VI. Ninguém questionava o direito do papa de dar a conhecer sua posição. O inquietante era ele ter esperado só que o documento fosse assinado, selado e distribuído para apresentar suas sugestões. Seriam, de fato, sugestões? Era sugestão uma forma diplomática de dizer algo mais drástico? Felici assegurou à Comissão que o papa apenas queria que o grupo levasse em consideração suas ideias, como levaria as de qualquer outro padre conciliar, e queria que a Comissão se sentisse completamente livre a respeito delas (O'MALLEY, 2014, p. 213).

Para resolução desta situação, a Comissão ponderou algumas sugestões de Paulo VI, acabou aceitando algumas modificações propostas e, aproveitando a oportunidade, enviou um relatório detalhado, composto por Gérard Philips, assegurando as razões das proposições e sugestões aceitas ou não daquelas que foram enviadas pelo Papa. O'Malley (2014, p. 213 - 214) relata que a “Comissão rejeitou a limitação de Paulo à colegialidade, que ele expressou propondo que a autoridade do colégio dos bispos fosse exercida de acordo com as prescrições do chefe [o papa]”.

A Comissão insistiu em uma formulação negativa e, no entanto, mais ampla da visão de autoridade. Na verdade, afirmava que a colegialidade nunca fosse exercida de modo independente ao Papa, e assim, em vez da designação que Paulo VI concedeu ao poder papal de “chefe da Igreja”, a Comissão preferiu alterar para “chefe visível” ou “supremo pastor”, porque Cristo verdadeiramente era o chefe da Igreja. Desse modo, O'Malley (2014) assegura que:

No relatório a Paulo, Philips substituiu a hesitação da Comissão em dizer, como Paulo queria, que o papa era responsável só perante o Senhor – *uni Domino devinctus* -, porque ele era responsável perante a revelação, a constituição fundamental da Igreja, os sacramentos, as definições anteriores etc. Era uma correção cuidadosa de um deslize revelador em teologia (O'MALLEY, 2014, p. 214).

No decorrer do processo conciliar, ocorreu que as sugestões de Paulo VI não exerceram “grande impacto” no esquema que foi enviado aos bispos. No entanto, embora passasse a impressão de serenidade, de que havia aceitado os atos e as demandas da Comissão, na realidade o papa, segundo o que relatou Felici à Comissão Coordenadora, estava bastante preocupado: “as preocupações papais a respeito da colegialidade pareciam não mais que uma nuvenzinha em um céu afora isso sereno” (O'MALLEY, 2014, p. 214).

Então, a sucessão dos fatos provou que o que viria em breve seria mais que uma ou outra nuvenzinha, e sim uma “verdadeira tempestade”.

O'Malley assim afirma:

Meses depois, na noite de 13 de setembro, véspera da abertura do Concílio, Paulo recebeu um memorando longo e confidencial assinado por 25 cardeais (dezesesseis dos quais eram da Cúria) e pelos superiores - gerais de treze ordens religiosas masculinas. [...] O documento no capítulo III, sobre a consagração episcopal e a colegialidade apresentava um perigo mortal para a Igreja e abalava sua estrutura monárquica: "A Igreja seria mudada de monárquica para episcopal (episcopaliana) e colegial e o faria, supostamente, em razão de ordenação divina em virtude de consagração episcopal". O melhor que se poderia dizer sobre o capítulo, segundo o memorando, é que seria uma inovação - inovação apoiada por argumentos vagos e ilógicos. O papa tinha de intervir, como muitos bispos esperavam que ele fizesse. Ele devia tirar esses dois assuntos da pauta do Concílio, submetê-los a uma comissão de teólogos de sua escolha, suspender o Concílio indefinidamente depois de desse terceiro período e então, depois de ouvir o relatório dos teólogos, concluir o Concílio com o quarto e último período em alguma data futura. [...] O documento terminava: "Santo Padre [...] neste momento da história que consideramos carregado de consequências, pomos toda a nossa confiança em ti, que recebeste de nosso Senhor o dever de confirmar teus irmãos (Lc 22,32), o dever que generosamente aceitaste ao dizer 'Defenderemos a santa Igreja de erros de doutrina e moral e de fora ameaçam sua integridade e nos cegam para sua beleza'" (O'MALLEY, 2014, p. 214 - 215).

Expressando-se desta maneira, a oposição minoritária do Concílio coloca sob os ombros de Paulo VI a responsabilidade e a gravidade do momento e, ao mesmo tempo, prevendo uma catástrofe, se ele não tomasse imediatamente uma atitude radical sem recorrer à assembleia.

O conteúdo do memorando era bombástico e desonesto, pois não compreendia teologicamente a questão da colegialidade. Era, sobretudo, a expressão mais raivosa de uma minoria de bispos, os quais estavam sob a liderança do cardeal Larraona. O papa tinha conhecimento das artimanhas de Larraona, no entanto, estava contrariado com os rumos do memorando e amplamente insatisfeito, pois seus argumentos eram contestáveis. Sendo assim, como relembra O'Malley, se o papa seguisse as proposições do memorando, certamente os resultados seriam desastrosos para o Concílio e para a Igreja.

O papa estava satisfeito com os andamentos do Concílio, todavia sentiu a pressão, pois recebia constantemente notas e memorandos contra e a favor do capítulo III. A prudência de Paulo VI em perceber as tensões do momento levou-o a pedir a Felici que adiasse a votação referente ao capítulo, mas este o advertiu com uma solene negativa, justificando que o atraso seria contraproducente. Percebeu-se, então, que era necessário ter confiança na consciência dos padres conciliares, na força da verdade e na assistência do Espírito Santo, e assim verificou-se que o drama do capítulo estava chegando ao clímax.

Um mês antes do início do terceiro período conciliar, em 6 de Agosto, Paulo VI publica sua primeira encíclica, *Ecclesiam suam*, em seu discurso de abertura do Concílio em 1963. Na apresentação, evitou salientar a problemática em torno do espinhoso capítulo III, o que era evidentemente uma questão sensível para alguns bispos. Com efeito, verificou-se que a expressão “povo de Deus” aparece apenas uma vez no documento e sem receber nenhuma menção especial. A partir disso, constatou-se: “na seção 33 o papa deixou claro que, embora desejasse que o Concílio tivesse plena liberdade nas deliberações, no momento e do modo apropriados, ele expressaria sua opinião sobre elas” (O’Malley, 2014, p. 215).

O’Malley relata o impacto que a encíclica *Ecclesiam suam* teve nos ambientes do Concílio, a respeito da repercussão positiva da discussão do ‘diálogo’, pois, de verdade, a encíclica incutiu a palavra definitivamente no vocabulário conciliar. E dessa maneira, o termo diálogo, tão característico do Vaticano II, teria um efeito de maior intensidade em referência ao esquema sobre a Igreja no mundo de hoje. E no esquema sobre os bispos, constatou-se que o original foi amplamente reelaborado para adaptar-se aos debates referentes à *Lumen Gentium*.

O ritmo dos trabalhos conciliares funcionava razoavelmente bem, exceto quando surgia uma crise. O Conselho de Presidentes fazia valer a obrigatoriedade de cumprir as regras, e a Comissão Coordenadora tinha a responsabilidade de supervisionar os esquemas, contudo, as comissões procediam com a verdadeira revisão dos documentos, tornando a participação mais efetiva de seus membros, que eram mais sensíveis à vontade da assembleia.

De acordo com John W O’Malley:

Portanto, as coisas se moveram mais suavemente no início do terceiro período, mas a antiga questão não solucionada de onde cessava a oposição continuou a atormentar o Concílio. Os apartamentos papais começaram a competir com o recinto da basílica de São Pedro com o centro de gravidade do Concílio (O’MALLEY, 2014, p. 217).

Por fim, os moderadores dirigiam todas as atividades durante o Concílio. O Secretário-geral, sob a liderança do cardeal Felici, era o elo entre os presidentes das comissões, a Comissão Coordenadora e os moderadores, e possuía “a tarefa mais rotineira, mas essencial, de providenciar detalhes de operações de manutenção, tais como imprimir e distribuir os textos, supervisionar os processos de votação e não perder de vista a relação de oradores do dia” (O’MALLEY, 2014, p. 217).

## 5.2 O PROCESSO DE PREPARAÇÃO NA COMISSÃO E SUBCOMISSÕES

Metodologicamente, o texto sobre a Igreja passou por uma completa revisão na segunda intersessão desde 1963 a meados de 1964. A Comissão Doutrinal fez a revisão do esquema até junho de 1964. Segundo Vilar (2015), em 02 de outubro de 1963, constituiu-se a Subcomissão Central de revisões, sob a coordenação de Gérard Philips. No dia 28/10/1963, a Comissão Doutrinal aprovou as propostas dessa Subcomissão, e depois criaram-se sete subcomissões particulares, com objetivo de rever as emendas orais e escritas da assembleia conciliar.

A dinâmica dos trabalhos funcionavam da seguinte maneira: as subcomissões remetiam as atividades à Subcomissão Central, e a mesma as realizava através das deliberações da Comissão Doutrinal. A Comissão encarregada pela Doutrina atrasou-se com a divisão do capítulo acerca da santidade dos religiosos, pois julgava ser necessário esperar a oportunidade da aula conciliar para resolver a controvérsia. Dessa maneira, aprovaram-se os dois capítulos referentes à Igreja Peregrina e à Virgem Maria.

Vilar (2015, p. 155) afirma que: “ao contrário daquilo que acontecia no esquema de 1963, agora a Constituição não era qualificada como dogmática [...] um assunto solucionado pela Comissão Doutrinal”. Todavia, a Comissão Coordenadora reviu todo o trabalho, e Paulo VI aprovou o texto e seu envio aos padres no mês de julho, conjuntamente com uma relação explicativa, uma espécie de glossário que orientasse e explicasse as proposições de cada capítulo da Constituição.

Komonchak (2007) afirma, sobre a preparação do novo documento do *De Ecclesia*:

O mais importante dos textos que se promulgariam durante a terceira sessão do Concílio seria a Constituição dogmática sobre a Igreja (*Lumen gentium*). Este texto, desde os primeiros dias em que o Papa João XIII havia anunciado que se esperava que o Concílio aclarava e completara ao texto, centrado no papado, do Concílio Vaticano I, havia sido objeto de controvérsia durante todo o período preparatório e durante as primeiras sessões do Concílio (KOMONCHAK, 2007, p. 49).

O plano para a votação do texto referente à Igreja foi conjuntamente estudado por Philips e pela Comissão Doutrinal, pois, de fato, a proposta seria proceder nas votações por capítulos. No entanto, era preciso determinar e projetar ao mesmo tempo quais capítulos poderiam gastar mais energia e tempo, pois o “plano dispunha de

votações individuais para todos os capítulos, exceto para os capítulos III e VIII” (Komonchak, 2007, p. 50).

Na verdade, os outros capítulos, segundo Felici, não apresentavam “pontos graves de doutrina nem matéria de grave discussão, um juízo que podia causar admiração a qualquer um que estivesse familiarizado com o esquema sobre a Igreja” (Komonchak, 2007, p. 50). Portanto, a intenção era óbvia de facilitar os trabalhos conciliares, sobretudo para aqueles que tinham a tarefa de conduzir os trabalhos nas comissões e subcomissões.

Por fim, Komonchak salienta a necessidade particular de acompanhar as discussões em torno dos capítulos III e VIII, “dada a atmosfera que se tinha criado em torno dos padres ao tratar de decidir-se sobre eles e também porque contém em diversos parágrafos pontos de doutrina sensíveis” (Komonchak, 2007, p. 50).

### 5.3 APRESENTAÇÃO DA NOVA REDAÇÃO NA TERCEIRA SESSÃO

O discurso que Paulo VI proferiu sobre a Igreja tinha como objetivo descrever, segundo ele, as ditas relações existentes entre as funções papal e episcopal, que afirmou ser a questão mais séria do Concílio. Entretanto, notou-se em sua exposição uma insistência nas prerrogativas do papa em relação aos bispos, e o que chamou a atenção é que em nenhum momento fez referência à Igreja como “povo de Deus”, o que para alguns era compreensível, porém a omissão não passou despercebida.

O Concílio iniciou os trabalhos a partir do texto revisado da *Lumen Gentium*. O cardeal Felici, discursando aos padres, ressaltou que era preciso dar muita importância ao novo texto e exortou-os a prestar a máxima atenção à responsabilidade que o Concílio depositava no documento sobre a Igreja.

Quanto ao novo texto, percebeu-se que os quatro primeiros capítulos haviam sido debatidos exaustivamente no ano anterior, sendo assim, o capítulo IV, sobre a vocação à santidade, tinha-se transformado em dois novos capítulos, referentes aos religiosos e leigos, e estavam prontos para serem votados. Os únicos que ainda não tinham sido discutidos eram o VII, sobre a índole escatológica da Igreja, que a comissão havia acrescentado em resposta às intervenções orais e escritas, e o capítulo final, sobre a Virgem Maria.

No que se refere ao polêmico capítulo terceiro, sabe-se que, quando houve o episódio do memorando de 13 de setembro, na ocasião, aqueles que assinaram o

pedido subscreveram tal comunicado polêmico pedindo expressamente a Paulo VI que retirasse a colegialidade da pauta do Concílio. Eles fracassaram completamente, mas não desistiram do debate. Na verdade, tanto o papa como os moderadores e a grande maioria dos bispos opuseram-se à ideia de retroceder em relação à colegialidade. De qualquer modo, a oposição da minoria cada vez mais intolerante e violenta afirmava que as “regras” estavam sendo desrespeitadas.

Além disso, o debate do ano anterior tinha sido longo e exaustivo. Para tentar resolver as tensões, foi proposto um meio termo, isto é, antes de iniciar a votação do capítulo III, procedeu-se aos argumentos favoráveis e contrários ao tema da colegialidade. Deve-se considerar que no ano anterior a votação foi favorável, com 2.148 votos e 336 votos contrários. De acordo com O'Malley (2014), tal medida foi a última concessão aos adversários da colegialidade, todavia deveriam recordar-se de que quase 90% dos padres conciliares, quantidade superior a de dois terços exigidos, já tinham se manifestado. No dia 15 de setembro, Browne fez uma breve exposição sumária do incontestado capítulo VII, sobre a índole escatológica da Igreja peregrina. E assim sendo, seguiu-se o discurso de doze oradores favoráveis, descrevendo as restrições e sugestões; posteriormente, mais três oradores discursaram com a mesma disposição e depois passou-se para o capítulo VIII, sobre Maria.

Para fins de esclarecimentos das votações referentes ao polêmico capítulo III, no fim da manhã de 15 de setembro, O'Malley relata sobre o secretário geral do Concílio:

[...] Felici anunciou como o plano para votar no esquema prosseguiria, sujeito à aprovação do Concílio. Para cada um dos capítulos I, IV, V e VI haveria somente uma votação sobre o capítulo como um todo. No capítulo II (sobre o povo de Deus) haveria quatro votações sobre as seções específicas dentro do capítulo, seguidas por uma votação sobre o todo. Entretanto, para o capítulo III haveria depois das quatro apresentações mencionadas acima, 39 votações sobre redações de seções específicas e só então a votação sobre o capítulo como um todo. O capítulo III seria examinado minuciosamente como nenhuma outra parte do documento. Para as mudanças propostas na redação, o voto era um simples “sim” ou “não”, mas para os capítulos como um todo os padres também podiam votar “sim, com restrições” (*placet iuxta modum*), o que significava que ainda mais emendas ao texto podiam ser submetidas (O'MALLEY, 2014, p. 219).

A respeito da aprovação do calendário proposto por Felici, a assembleia manifestou-se positivamente, com 2.170 votos a favor e 32 contra. Iniciou-se a votação do capítulo I, o qual passou com 2.114 a favor e 11 contra, e nos dias

subsequentes, as demais votações para os capítulos II, IV, V e VI foram de igual modo favoráveis.

No que diz respeito ao capítulo III, em 21 de setembro, a assembleia conciliar ocupou-se das apresentações sobre os argumentos mais importantes referentes à colegialidade. Tomando a palavra na tribuna, o cardeal Frane Franic abordou três pontos específicos do capítulo: primeiro, que a função de bispo era a plenitude do sacerdócio; segundo, que o presbítero era sacramentalmente ordenado; e terceiro, que os bispos formavam um colégio de responsabilidade por toda a Igreja. Por fim, a intervenção dele ocupou mais de 75% da temática da colegialidade.

Tanto o cardeal König, o arcebispo Parente e o bispo Luiz Henríquez Jiménez de Caracas, Venezuela, abordaram positivamente o capítulo III. A posição de Parente a favor da colegialidade era um verdadeiro golpe na maioria. Para a aprovação do capítulo, seria preciso quarenta votos, isto é, estendeu-se por oito sessões, de 21 de setembro até finalizar a votação do capítulo por inteiro, em 30 de setembro. A assembleia decidiu por unanimidade que o processo não poderia ser apressado.

A minoria era representada na assembleia por Larraona como porta-voz, que continuava a pressionar o papa a agir contra o capítulo. Todavia, em 20 de setembro, o cardeal Larraona enviou uma carta a Paulo VI, advertindo-o das terríveis consequências, se, de fato, fossem aprovadas as prerrogativas do capítulo III. Alegava que, aceitando as prerrogativas da colegialidade, a Igreja, segundo a ala mais conservadora dos bispos, automaticamente negaria seu passado. Ainda ressalta que, se os pressupostos apresentados no terceiro capítulo fossem validados, a doutrina até então ensinada pela Tradição da Igreja estaria equivocada.

As investidas de Larraona eram intensas, e assim sendo, ele mesmo enviou outra carta, na qual assegurava que os bispos que falaram a favor da colegialidade não representavam honesta e plenamente a discussão na Comissão Doutrinária. Ao final dela, ele avisava a Paulo VI que um boato estava se espalhando - que o papa queria que todos os padres conciliares votassem a favor do capítulo, e muitos deles votavam porque se sentiam pressionados ou estavam temerosos em desagradar o desejo papal. Certamente, tal história do “boato” era uma tentativa de desprezar o voto e a importância da votação, ou seja, era uma artimanha do porta-voz da minoria conciliar, mais um imbróglio envolvendo o cardeal Larraona.

A votação prosseguiu conforme o planejado. Mais uma vez a colegialidade obteve resultados expressivos e assombrosamente desiguais. Os votos negativos

nunca excederam os 322 de um eleitorado de 2.245 (15%, valor muito baixo, comparando-se aos 30% que a minoria esperava). De fato, a minoria era realmente minoria. Somente os votos contra restaurar o diaconato permanente foram superiores, 702 votos, e tal situação era um tanto paradoxal, pois a assembleia tinha concedido 629 votos contrários na ordenação de homens casados, o que evidenciou ser uma questão bem controversa. A única emenda que foi rejeitada pela assembleia foi a da ordenação ao diaconato de jovens que não deveriam estar presos ao celibato, cujo resultado foi de 1.364 votos contrários (O'MALLEY, 2014, p. 220 - 221).

A Comissão Doutrinária propôs à assembleia que a votação sobre o capítulo III fosse dividida em duas - a primeira sobre as sessões da colegialidade e a segunda sobre o diaconato. Tal divisão facilitaria o trabalho posterior da Comissão, na oportunidade de proceder em relação às emendas. O bispo Carli, apelando aos moderadores, afirmava que a proposta de divisão era um desrespeito às regras; a decisão, então, dos moderadores, com respaldo da assembleia, foi unânime, optando pela votação em duas partes.

O resultado demonstrou a decisão firme da assembleia:

Quando os votos foram contados, a primeira seção, sobre a colegialidade, recebeu 1.624 votos afirmativos, 572 afirmativos com restrições e só 42 votos negativos. Nessa demonstração, os adversários assumidos da doutrina constituíam uma porcentagem estatisticamente insignificante do Concílio. De modo um tanto surpreendente, a segunda seção, sobre o diaconato, recebeu só um número ligeiramente maior de votos negativos, 53, e menos votos afirmativos com restrições do que a sessão sobre a colegialidade tinha recebido (O'MALLEY, 2014, p. 221).

A Comissão Doutrinária ainda teria que revisar o documento a partir das emendas, mas o trabalho mais difícil havia sido realizado. O texto do capítulo III foi aprovado sem nenhuma mudança significativa e, por assim dizer, estava fora de perigo - ou assim parecia - e poderia gozar de um status de formalidade até a aprovação solene. Tal sentimento de segurança é extremamente inapropriado, pois, como será comprovado posteriormente, os episódios da “semana negra”<sup>62</sup> e das adversidades causadas com o advento repentino da “Nota prévia”, chancelada pelo

---

<sup>62</sup> “**Semana negra**” (**sic - eles dizem isso mesmo**), os comentaristas e historiadores pesquisados, tais como Alberigo, De Mattei e O'Malley utilizam a expressão “semana negra” para descrever as controvérsias finais do terceiro período do Concílio Vaticano II (1964). Tal expressão deseja significar os embates da assembleia que dividiam as opiniões em relação à colegialidade episcopal. Resolveu-se elaborar uma nota explicativa, pois parece infeliz a utilização do termo “negra” como adjetivo para qualificar “uma semana conturbada”, procedente de discussões conciliares.

papa Paulo VI conjuntamente com a Comissão Doutrinária e enviada sem consulta prévia aos moderadores ou à assembleia conciliar transformaram “a aparente tranquilidade” em uma verdadeira turbulência.

Depois da votação dos últimos capítulos da *Lumen gentium*, encerrada em 18 de setembro, o Concílio iniciou a discussão referente aos bispos, o *Christus Dominus* (Cristo Senhor). E assim, verificou-se que:

[...] Na expectativa de uma votação positiva sobre a colegialidade e a ordenação episcopal na *Lumen gentium*, o documento agora começava afirmando ensinamentos. Em termos muito gerais, a seção 5 do capítulo I pedia um corpo (Coetus Consilium) para tornar a colegialidade uma realidade atuante no sentido proposto por Maximus e outros um ano antes. Em termos gerais semelhantes, pedia uma reforma da Cúria. A discussão do esquema durou apenas quatro dias e abrangeu muitas questões (O'MALLEY, 2014, p. 221 - 222).

Mais uma vez, o bispo Carli subiu à tribuna para dissertar contra o documento produzido pela Comissão Doutrinária. O curioso era que ele, mesmo sendo membro da Comissão, continuou a atacar a colegialidade. Surpreendentemente, ele foi o único orador a se concentrar nessa questão, “talvez porque os padres conciliares pensassem que a colegialidade seria decidida alguns dias mais tarde na votação sobre o capítulo III da *Lumen Gentium* (O'MALLEY, 2014, p. 222).

### 5.3.1. “A Semana negra” e o episódio da “Nota Prévia”

As últimas semanas do terceiro período estavam terminando e, aparentemente, tudo corria bem. Porém, tal impressão era somente exterior, porque a realidade interna era bem oposta. Os últimos dias foram bem conturbados. Procedeu-se à votação dos esquemas em ritmo acelerado. De acordo com as afirmações de O'Malley (2014), percebe-se que aqueles dias tensos de meados de outubro, na ocasião em que o Papa Paulo VI interveio pessoalmente no esquema sobre a liberdade religiosa e os judeus, não significariam nada perto do que estaria prestes a acontecer.

A realidade era tensa e os ânimos estavam acirrados. Em sua maioria, os bispos ratificaram reiteradamente que o Concílio havia tomado a direção em favor de todas as questões controversas e progressistas. É claro que esta análise advinha da minoria conciliar, que incansavelmente, como foi exposto acima, realizava todas as manobras possíveis para agir em benefício de seus interesses, haja vista a dificuldade da aprovação do capítulo III (da colegialidade). No entanto, no decorrer da última

semana do terceiro período, verificou-se que os dois esquemas que sofreram deliberados ataques da minoria sobreviveram intactos e haviam sido colocados novamente na pauta: os esquemas sobre a liberdade religiosa e a *Lumen Gentium*.

Sobre a “semana negra”, como ficou conhecida pelos historiadores e comentaristas em relação às problemáticas finais do terceiro período, verifica-se que houve vários eventos comparados a uma verdadeira tempestade, com ânimos acirrados e violentos de ambas as partes da assembleia: os bispos favoráveis e os contrários à colegialidade. Tais circunstâncias favoreceram comportamentos desagradáveis (O’MALLEY, 2014, p. 253).

E em decorrência desses fatos,

Paulo VI interveio em três esquemas. 1) adiou a votação da aceitação do esquema Sobre a liberdade religiosa como texto básico; 2) enviou uma lista de dezenove emendas ao decreto Sobre o ecumenismo ao Concílio, que a essa altura não teve outra escolha a não ser aceitar; e 3) comunicou uma “Nota explicativa prévia” (*Nota explicativa praevia*) para a *Lumen gentium*, que interpretava o sentido da colegialidade no capítulo III. Juntamente com o decreto incontestado sobre as Igrejas Católicas orientais *Orientalium Ecclesiarum*, os dois últimos foram designados para aprovação definitiva e promulgação no final da semana, 21 de novembro (O’MALLEY, 2014, p. 253).

Os acontecimentos decorridos a partir da segunda-feira, 16 de novembro, e as consequências decorrentes para que se considerasse a semana mais frustrante do Concílio Vaticano II deve-se, sobretudo, às ações do Papa Paulo VI, que, embora fossem bem intencionadas, acabaram provocando muita aflição nos bispos, e tais problemáticas foram tão prejudiciais a ponto de alguns padres conciliares afirmarem que o papa era um “instrumento de manobra” da minoria, para conseguirem obter certas resoluções que não eram aprovadas na basílica de São Pedro.

O problema, pontualmente, iniciou-se na terça e na quarta-feira, dias 17 e 18 de novembro, quando alguns padres apresentaram três cartas ao Conselho de Presidentes, afirmando que, acerca da liberdade religiosa, o documento tinha sido reelaborado, que se tratava, em sua essência, de um novo texto, por isso necessitaria de uma revisão ampla e mereceria ser tratado como tal.

A “Nota prévia”<sup>63</sup> era oriunda de autoridade superior (do próprio Papa Paulo VI), no entanto, era proposta aos padres pela Comissão Teológica “antes de passarem à votação das correções feitas ao terceiro capítulo do projeto *De Ecclesia*. Tinha início aquela a que os progressistas chamaram ‘a semana negra do Concílio’” (DE MATTEI, 2011, p. 369)

Roberto De Mattei (2011, p. 370) afirma:

Por ordem da Autoridade Superior, é comunicada aos Padres uma nota de explicação prévia respeitante às correções relativas ao capítulo III do esquema *De Ecclesia*: a doutrina exposta no mesmo capítulo III deve ser explicada e compreendida segundo a intenção e linguagem da nota. Ou seja, a “Nota explicativa prévia” emanava diretamente do Sumo Pontífice.

O descontentamento em relação à “Nota prévia” por parte da assembleia conciliar deve-se pelo modo como os procedimentos foram realizados, as atitudes não eram condizentes com o Vaticano II ou até mesmo com tudo aquilo que os padres tinham conquistado positivamente até o presente momento. Embora a assembleia tivesse conhecimento de que a nota procedia diretamente da Comissão Doutrinária, Felici fez questão de declarar que ela vinha de “uma autoridade mais alta” (*Superiore denique Auctoritate*), logicamente, o papa. Mas a verdade era que Paulo VI deu a ordem para escrever a nota e o autor principal do texto foi Gérard Phillips.

Dom Helder, em sua 75ª Circular, relembra o significado da nota advinda da Comissão de Doutrina e, ao mesmo tempo, chama a atenção para a aprovação do texto em relação ao ecumenismo.

Assim expressa-se:

É uma nota que a Comissão de Doutrina julgou perfeitamente possível aceitar e que os teólogos interpretam de modo aceitabilíssimo... Se o Santo Padre [fl. 2] receber muita carta, o diabo é capaz de conseguir perturbá-lo, de novo. [...] Estamos, hoje, na batalha para fazer votar o Esquema sobre os Bispos. Está seguro o Esquema sobre Ecumenismo<sup>64</sup>. Segura, também, a Declaração sobre Religiões não-cristãs (inclusive judeus!). Mas queremos, a todo o custo, o dos Bispos (CAMARA, 2009a, p. 284) [75ªCircular, Roma, 17.11.1964].

Entretanto, se a tentativa de Paulo VI foi apaziguar os ânimos descontentes da minoria conciliar com os rumos da colegialidade, a nota foi um péssimo instrumento

<sup>63</sup> Sobre a Nota prévia referente a *Lumen gentium*, O’Malley (2014, p. 256) explica: A *Nota praevia*, isto é, a “Nota explicativa prévia”, à *Lumen gentium* foi um assunto muito mais explícito. Na segunda-feira, 16 de novembro, Felici apresentou-a à assembleia. Era a norma segundo a qual o capítulo III devia ser interpretado e entendido. Embora a “Nota” tivesse sido distribuída aos padres no sábado anterior com outros materiais, o anúncio dramatizou-a e foi, assim, a primeira surpresa que deu o chute inicial na semana fatídica.

<sup>64</sup> Exemplo da atuação de Dom Helder em favor do esquema *De Ecclesia*.

de equilíbrio. O ressentimento era evidente. Não se podia nem mesmo discutir as implicações autocráticas que o anúncio de Felici causou, pois a “Nota” procedia de uma autoridade mais elevada do que da assembleia conciliar. E desse modo, para alguns bispos, deu a impressão de que o papa disse ao Concílio o que o Concílio queria dizer em seus próprios termos, sem ouvir sequer a assembleia.

Os padres conciliares ficaram arrasados e perplexos com os rumos provenientes dessa nota; por mais que Felici jurasse que o objetivo era esclarecer o significado dos termos como se fosse um glossário, não poderia ser entendida como “parte intrínseca do capítulo III”. Assim sendo, alguns padres se questionavam: a nota serve para esclarecer o sentido dos termos ou mudava e completava o sentido do texto? A interpretação do capítulo sobre a colegialidade tinha agora de ser novamente interpretada pela assembleia conciliar? Tarde demais, a nota já havia causado grandes estragos e escândalos, resumindo-se num clima terrível e na pior semana do terceiro período do Vaticano II.

Dom Helder lamenta profundamente o retrocesso causado pela inclusão da nota, que funcionava na prática como glossário ao terceiro capítulo, mas que não configura como parte essencial no texto definitivo. Todavia, expressas as angústias, Helder atua de forma contundente no que diz respeito ao esquema *De Ecclesia*, como ele mesmo relata, combinando votar favoravelmente na colegialidade (CAMARA, 2009a, p. 287) [76ªCircular, Roma, 18/19.11.1964].

O arcebispo Camara afirma a positividade que está vigente na Teologia da Colegialidade, mesmo diante do retrocesso:

E, ontem, meu companheiro de conferência (o Pe. Schillebeeckx) provou que a nota, embora objetivamente seja um retrocesso, em relação à Teologia da Colegialidade, que já vai mais longe, será um dia, saudada como providencial. Ajudará a amortecer resistências, a não exacerbar reações e, portanto, a facilitar o exercício da Colegialidade) (CAMARA, 2009a, p. 287) [76ªCircular, Roma, 18/19.11.1964].

Phillips, ao esclarecer a Nota, dizia que ela não mudou o sentido do documento, opinião compartilhada pela maioria dos comentaristas. (O’MALLEY, 2014, p. 257). Mas, de acordo com a minoria de bispos, a “Nota prévia” veio a encantar os descontentes e animar os bispos mais ansiosos:

Mas não importa qual a intenção, poderia a “Nota” ser considerada interpretação do texto em certa direção? Parece que ela fez isso para a minoria. Siri estava extasiado: “Tudo está bem! O Espírito Santo entrou no Concílio [...] O papa não arredou pé e só ele poderia ter feito isso”. Sigurd, líder do Grupo, também se alegrou: “As dificuldades que tínhamos a respeito

da doutrina do capítulo III foram dissipadas pela “Nota explicativa” e a ansiedade de nossas consciências foi resolvida” (O’MALLEY, 2014, p. 257).

De fato, o custo da unanimidade foi alto demais. A “Nota” tinha conquistado o apoio da minoria para o capítulo e para o esquema De Ecclesia, conforme ficou demonstrado na votação final - apenas 5 votos negativos dos 2.156. Na opinião de muitos peritos e teólogos, como por exemplo o renomado teólogo alemão, Joseph Ratzinger, mesmo após o Concílio ter concordado que o texto da “Nota prévia” era muito complexo, marcado por ambivalências e ambiguidades, na realidade, a redação inclinava-se a favor da primazia em detrimento da colegialidade.

Dom Helder, ao falar dos episódios consequentes da “semana negra”, afirmou categoricamente que houve um golpe de Estado da presidência contra os moderadores, o que, segundo ele, foi muito grave causou muita revolta entre os padres conciliares.

Camara afirma:

Tivemos, ontem, uma das maiores Assembleias desta 3a Sessão. [...] Ontem, 5a feira, houve um golpe de estado: a Presidência do Concílio desautorizou os Moderadores e informou que não haveria o anunciado voto prévio. O anúncio feito pelo Cardeal Tisserant causou uma enorme revolta na Basílica. Para os não católicos (e muitos católicos) a Declaração sobre Liberdade Religiosa é o teste de sinceridade para o Concílio. Até quando continuaremos gritando pela liberdade religiosa quando somos minoria e quando nos perseguem – sem querer saber dela quando somos maioria? (CAMARA, 2009a, p. 291) [77ªCircular, Roma, 18/19.11.1964].

Na realidade, a atitude de Paulo VI, embora bem-intencionada, independente do que ele pretendia com a Nota, acabou por legitimar aqueles que se opunham à colegialidade, com um instrumento eficaz para interpretar erroneamente o capítulo III. Verdadeiramente, ao dar prosseguimento à Nota, o papa havia apoiado, direta ou indiretamente, os argumentos daqueles que fizeram de tudo para destruir a doutrina da colegialidade e, sem querer, havia provocado a hesitação dos líderes da maioria, dando a impressão de uma aprovação até jubilosa aos bispos da minoria.

Mais adiante, quando Paulo VI dissertava sobre a Igreja, disse que, quanto ao seu caráter, poderia ser identificada como “monárquica e hierárquica”, fazendo, assim, uma referência mais elevada ao aspecto primacial em detrimento do colegial.

Esse discurso certamente não agradou à maioria dos padres conciliares, que consideravam a expressão monárquica e hierárquica muito distante, e até estranha, à literatura da *Lumen gentium* (embora fossem utilizadas com frequência pelos manuais teológicos antes do Vaticano II para explicar a estrutura da Igreja). Na ocasião da

elaboração do documento, a palavra “Monarca” havia sido evitada e “cuidadosamente” não constava nos textos do documento *De Ecclesia*. Além disso, as palavras “Monarquia e Hierarquia” não são utilizadas em nenhum dos documentos finais do Concílio.

### 5.3.2 Da colegialidade

Boaventura Kloppenburg (1965) relata, em sua análise das vicissitudes da “*Lumen Gentium*” durante os períodos do Concílio, que a temática do capítulo III recebeu, de fato, um tratamento especial, uma apresentação cuidadosa e um longo processo de votação. A questão relacionada à colegialidade, de verdade, ocupou a maioria das discussões existentes do terceiro período, e, desde o início, evidenciou-se que havia claramente dois polos bem divergentes: a maioria e a minoria conciliar.

Quanto à questão da colegialidade episcopal, segundo o relato de Kloppenburg, em certos momentos, Monsenhor Franic, por exemplo, mais parecia um advogado do diabo, agia como o defensor dos ideais da minoria. Dessa maneira, expressa-se Boaventura:

Deve-se principalmente e longamente na questão da colegialidade dos Bispos. Insistiu em dizer que se trata de uma doutrina inteiramente nova, que poucos anos atrás era defendida por pouquíssimos teólogos; que não tem base escriturística, nem fundamento tradicional; que está, ademais, em flagrante oposição aos ensinamentos positivos dos últimos Papas (KLOPPENBURG, 1965, p. 222)

Os argumentos da minoria conciliar para sustentar a tese de que a colegialidade não tinha base escriturística é comentada por Dom Helder, em sua 4ª Circular, todavia, com a detalhe de que, segundo ele, os progressistas, como são conhecidos aqueles que defendem a colegialidade, estão organizados e coesos entre si.

Assim sendo, Dom Helder relata:

[...] Por amor à Colegialidade, os chamados progressistas se conterão, mantendo-se discretos e aceitando o capítulo praticamente como está. Se o grupo mais exaltado em torno da mariologia quiser ir mais longe, então, será difícil evitar um certo escândalo, porque os Biblistas terão que reconhecer que há muito avanço sem base escriturística (CAMARA, 2009a, p. 16) [4ªCircular, Roma, 14/15.9.1964].

No tocante à colegialidade, temática espinhosa, de difícil solução e de amplas discussões durante a exposição do esquema da Igreja, verificou-se que, nas Cartas

Circulares de Dom Helder, especialmente nas referentes ao terceiro período conciliar de 12 de setembro a 22/23 de novembro de 1964, ele expressa sem ambiguidades a angústia existente no Concílio, sobretudo quando se iniciam as sessões. Desta maneira, recorda muitas opiniões divergentes, inclusive aponta para um plano de sabotagem do esquema por parte da minoria. Observa-se, nas suas palavras, que:

A angústia anda alta em face do Concílio (É sempre assim no começo de cada Sessão). Em face do Esquema da Igreja, há quem diga: – Cuidado o Esquema precisa melhorar, mas, de modo algum, poderá ser adiado para a IVa Sessão. Há quem esteja interessado em sabotar o Esquema (em vista da Sacramentalidade e Colegialidade do Episcopado) e queira, para isso, tirar partido, quer do capítulo sobre Nossa Senhora, quer do trecho sobre os Padres... Mas há quem avise: O melhor é adiar (CAMARA, 2009a, p. 15) [4ªCircular, Roma, 14/15.9.1964].

O relato impressiona no modo como descreve a atitude de grupos minoritários na tentativa de barrar a colegialidade episcopal. No entanto, durante sua descrição, apresenta as preocupações de Paulo VI em garantir a liberdade do Concílio e do livre pensar dos padres conciliares nas sessões. Apesar disso, é deprimente ler como Dom Helder<sup>65</sup> percebe que o Papa, ao abordar o Concílio, relata-o de maneira separada, como se Paulo VI não estivesse integrado no Concílio (CAMARA, 2009a, p. 15) [4ª Circular, Roma, 14/15.9.1964]. Talvez sua percepção fosse essa porque o Papa estava amplamente implicado nos organismos curiais que o aprisionavam.

A ideia de considerar adiar o esquema da Igreja para a quarta sessão, de acordo com Helder, é uma pressão angustiante da minoria conciliar e um claro desrespeito da assembleia conciliar. Sobre o adiamento, ele relata:

Note-se que quando se pensa em apressar ou em adiar o Esquema, não há, nem por sombra:– esquecimento da ação do Espírito Santo; – desejo de que Ele se subordine ao nosso pensamento; – pressão sobre o Santo Padre ou sobre o Episcopado. [...] Hoje, propriamente, se abrem os estudos na Basílica (CAMARA, 2009a, p. 16) [4ªCircular, Roma, 14/15.9.1964].

E de igual modo, ele expõe que os debates sobre a índole escatológica da vocação humana e da união com a Igreja celeste, do capítulo VII, do tratado da Igreja, iniciou-se em 14 de setembro de 1964, e em breve começaram os debates referentes a Da Bem-aventurada Virgem Mãe de Deus no mistério de Cristo e da Igreja (CAMARA, 2009a, p. 16) [4ªCircular, Roma, 14/15.9.1964].

---

<sup>65</sup> É necessário afirmar que Dom Helder tem plena consciência de que os bispos todos sem o papa, e especialmente contra o Papa, não formam o Concílio, e se assim fossem constituídos, seriam uma contradição (CAMARA, 2009a, p. 15) [4ªCircular, Roma, 14/15.9.1964].

A respeito da colegialidade, é preciso recordar que o Colégio Apostólico não se separa em nenhum momento da instituição dos Doze Apóstolos, e que, sem dúvida alguma, a doutrina da colegialidade defendida no terceiro capítulo do documento *De Ecclesia* pretendia esclarecer a relação estreita existente entre ambos. Por isso, deve-se entender que o sentido da expressão ‘colégio’ não pode ser compreendida no sentido jurídico de um “grupo no qual todos são iguais (pois o colégio apostólico já tinha um chefe)” (KLOPPENBURG, 1965, p. 223), isto é, o termo não é estático, mas dinâmico, e o texto lembrava que a colegialidade já estava sendo utilizada desde a antiguidade.

Além disso, o capítulo III, no que se refere à ordenação dos Bispos, ensina que, na consagração episcopal, é conferido ao candidato o múnus de santificar, o de ensinar e o de reger conjuntamente a Igreja, e que todas essas funções são exercidas em comunhão com o chefe do Colégio e com os outros membros do Colégio Apostólico. Franic, apoiado pela raivosa minoria, assegurava que a colegialidade não estava exposta nos manuais de Teologia e não se fundamentava no magistério dos Papas Leão XIII, Pio XII e João XXIII, os quais, segundo ele, ensinavam que “a consagração episcopal confere apenas o poder de santificar, não o de ensinar e reger (ou o poder de jurisdição)” (KLOPPENBURG, 1965, p. 225).

O documento, no terceiro capítulo, afirmava categoricamente que tanto o Papa como os membros do Colégio Apostólico estão unidos intimamente entre si, pois, a partir desse princípio, insiste-se na origem divina da Colegialidade dos Apóstolos e, posteriormente, na Colegialidade dos Bispos. Contudo, a Comissão Bíblica assegurava que não se pode afirmar seguramente que há bases escriturísticas quanto à colegialidade, pois os que defendiam essa doutrina ratificavam que tal testemunho pode ser colhido na vida da Igreja, a qual é guiada pelo Espírito Santo; assim sendo, “a continuidade da Colegialidade, ensinada no texto, se infere da própria perenidade prometida por Cristo à Igreja e depois confirmada pela tradição” (KLOPPENBURG, 1965, p. 227).

Para corroborar a tese da colegialidade, durante a sua 8ª Circular, Dom Helder apresenta um exemplo evidente de sua atuação em benefício da sacramentalidade e da colegialidade episcopal. Assim ele se expressa:

Sentimos urgência de defender a Colegialidade, em face de manobras desleais. O representante da Conferência Italiana denunciou medidas tristes, que estão sendo adotadas por elementos da Cúria e por grupos de extrema-direita (CAMARA, 2009a, p. 30) [8ªCircular, Roma, 18/19.9.1964].

A partir deste trecho, é contundente e declarável que Dom Helder contribuiu de modo perene para a aprovação da colegialidade, discutida amplamente no capítulo III, do esquema De Ecclesia. Tal atuação é vista também nas estreitas relações do “Colégio episcopal em torno do Papa e do presbítero em torno dos Bispos” (CAMARA, 2009a, p. 30. 31) [8ªCircular, Roma, 18/19.9.1964]. Ao mesmo tempo, ele afirma, de modo incisivo, que Paulo VI deu um passo determinante em favor do Concílio: “estabeleceu a subordinação de todas as Congregações Romanas às Comissões Pós-Conciliares” (CAMARA, 2009a, p. 30) [8ªCircular, Roma, 18/19.9.1964].

Acerca do poder primacial do Papa, o documento salienta a importância de compreender isso de forma positiva. Uma vez que o sucessor de Pedro exerce um poder pleno, supremo e universal, no entanto, esse poder pode ser exercido na total liberdade; deste modo, para executar o poder primacial, o papa não depende dos Bispos para iniciar ou terminar qualquer ação. Então, também o Colégio é “detentor do poder supremo e pleno” sobre a Igreja inteira, mas só pode ser exercido em comunhão com o Bispo de Roma, nunca sem ele ou independente dele.

Kloppenburg declara:

Este Colégio, enquanto composto de muitos, exprime a variedade e universalidade do Povo de Deus, enquanto unido sob um só chefe, exprime a grei de Cristo. Afirma-se então que os Bispos, respeitando sempre o Primado, gozam de um poder próprio para o bem dos fiéis e até mesmo de toda a Igreja; e que a estrutura orgânica e a concórdia entre os membros do Colégio é obra do Espírito Santo (KLOPPENBURG, 1965, p. 228).

A maioria dos padres conciliares, procurando esclarecer algumas dúvidas em relação à colegialidade, asseguravam que não se deve entender erroneamente a relação existente entre os bispos e o papa, e que o Colégio não é separado dele, pois o texto afirmava por inúmeras vezes a inseparabilidade de ambos. Em conformidade com Kloppenburg (1965, p. 229), “o Bispo é inserido no Colégio não apenas mediante a consagração, mas também mediante a comunhão com o Chefe do Colégio [...] e que os Bispos não exercem tal ministério sem a licença do Papa”.

O documento enfaticamente ensina que o poder colegial, sendo pleno e supremo, deve ser exercido também pelos bispos dispersos pelas realidades em que se encontram em suas dioceses, exercendo tal atividade em comunhão com o sucessor de Pedro e estabelecendo uma verdadeira ação colegial. O papa é o princípio e o fundamento visível da verdadeira unidade da Igreja inteira, e por sua vez, o bispo é o centro e o princípio da unidade em sua diocese. Por essa razão,

Kloppenburger (1965, p. 236) atesta que: “e assim, a Congregação Geral aprovou, com maioria regulamentar de simples “placet”, a doutrina da Sacramentalidade e Colegialidade” do Episcopado, saindo à Igreja definitivamente do juridismo episcopal e eclesial”.

Como se pode observar, o trabalho em defesa da doutrina da colegialidade e sacramentalidade do Episcopado não foi uma tarefa fácil. Ao contrário, foi imenso, e as dificuldades internas, seja nos bastidores ou pelas dificuldades internas, tornaram o processo especial e único. Portanto, exigiu cautela para lidar prudentemente com tantos pormenores e com uma oposição amarga e obstinada que, por meio de formulações apressadas, tentou todos os instrumentos para não aprovar.

Dom Helder<sup>66</sup> afirma, depois do término da Missa, segundo ele, “(em que me emprestei a São Francisco) para agradecer ao Pai tudo o que foi dado no mundo através do querido Santo, tivemos: – na Basílica, o Concílio, caminhando talvez depressa demais” (CAMARA, 2009a, p. 27) [7ª Circular, Roma, 17.18/9.1964].

Quanto às votações e o êxito da colegialidade episcopal, Camara relatou que teriam início as discussões referentes ao esquema “*De pastoralis Episcoporum munere in Ecclesia*” e, ao mesmo tempo, expôs as articulações que ele pensou em realizar em benefício do Vaticano II:

Começaram as votações sobre o De Ecclesia: até agora no rumo das grandes votações do Concílio; [...] Na Vigília, além de pedir pelo novo Esquema: De pastoralis Episcoporum munere in Ecclesia, cuja discussão parcial começa hoje (em parte, será apenas votado; e o De Ecclesia já terminou: falta apenas a votação), estou entregando ao Pai, em união com o Irmão Jesus Cristo, o reinício: – tanto do Grupo da Pobreza (colégio Belga, 16h); – como do Ecumênico (Domus Mariae, 17h) (CAMARA, 2009a, p. 29) [7ª Circular, Roma, 17.18/9.1964].

No que se refere a essas contrariedades, Dom Helder apresenta como de fato a votação está de acordo com a sacramentalidade do episcopado e a colegialidade. Assim, expressa-se:

---

<sup>66</sup> Dom Helder, durante suas Circulares Conciliares, em momentos decisivos, seja para o Concílio Vaticano II ou para ele mesmo, através da espiritualidade de São Francisco de Assis, em algumas ocasiões chama a si mesmo de Frei Francisco, e por inúmeras vezes utiliza-se de pseudônimos para descrever personagens importantes de sua trajetória pessoal e eclesial, como por exemplo, refere-se ao Cardeal Suenens como Padre Miguel e em outros momentos, assina suas cartas como Padre José. Assim sendo, ao nomear todas as pessoas que são importantes para ele, e ao se nomear ao mesmo tempo, Helder, através de sua escrita, encarrega-se de revelar a importância de fatos para seus leitores, propondo um caminho de identificação com o Evangelho de Cristo Jesus e com os pobres.

Temos tido bem o que oferecer pela Assembleia e pelo Concílio. Também, ontem, as 8 Votações na Basílica tiveram resultados de comover. Como o Concílio sabe estar à altura dos grandes dias! Ninguém arredou pé da Basílica; os Bares ficaram fechados, enquanto não terminou a última votação do dia (já se foram 12 das 39 do 3o capítulo do *De Ecclesia*). A 8a Votação foi sobre a Sacramentalidade do Episcopado. A 10a já atingia, de cheio, a Colegialidade. (CAMARA, 2009a, p. 46 - 47) [8ªCircular, Roma, 22/23.9.1964].

No que diz respeito à colegialidade, é bem realista em demonstrar o que há de verdade, as reações contrárias ao esquema da Igreja, particularmente ao capítulo III, porque os que não concordam com a sacramentalidade e a colegialidade episcopal afirmam que tal ideia pode prejudicar o primado petrino defendido no Concílio Vaticano I. No entanto, Helder relata sua impressão, argumentando e descrevendo a preocupação dos membros da Cúria Romana em perder o prestígio:

O que há por detrás destas eleições é todo um rumo novo para a Santa Igreja. A Cúria Romana, quando reage desta maneira, não está defendendo o primado de Pedro, porque nosso Esquema nem de longe o arranha: está defendendo, isto sim, seu próprio reinado. Quando o Santo Padre promulgar a Colegialidade (e esperemos em Deus que o diabo não se meta no final das eleições e não atrapalhe as atuais disposições do querido Pai) estará terminada a centralização excessiva de após-Vaticano I (centralização que teve seu papel providencial, teve suas vantagens, mas acarretou malefícios terríveis) e abrir-se-á a fase de responsabilidade muito maior para as Hierarquias e especialmente para as Conferências (CAMARA, 2009a, p. 47-48) [8ªCircular, Roma, 22/23.9.1964].

Enquanto apresenta sua percepção sobre os descontentes com os andamentos da colegialidade episcopal, Helder também aborda de forma lúdica a versão dos padres conciliares que, de alguma forma, sentem-se “vencidos” pela maioria conciliar. Com eles se preocupa, pois não deveriam, segundo Helder, ter a sensação de que foram superados ou perderam. Dessa forma, descreve: “Ontem, soube que um velho servidor da Cúria Romana, um Bispo italiano, ao sentir as primeiras reações da Basílica, preparou um leteiro para o Santo Ofício, onde trabalha, dizendo: ALUGA-SE, nem pude alegrar-me” (CAMARA, 2009a, p. 47- 48) [8ª Circular, Roma, 22/23.9.1964].

Com relação ao bom andamento do esquema *De Ecclesia*, reconhece que é bem difícil ter qualquer recuo ou distanciamento da vontade apresentada na assembleia conciliar. Deste modo, ele apresenta suas ideias na sua 13ª Circular:

Preparação ideal para as votações da manhã (das 39 votações do 3o Capítulo da Igreja já passaram 18). Resultados de arromba. Quem causa pena é o Secretário Geral: anuncia os votos obtidos pela Colegialidade com a voz do querido Ari Barroso quando anunciava gols contra o Flamengo,

sobretudo quando vinham do Fluminense<sup>67</sup>. Já agora, é difícil (e até absurdo e contraditório) qualquer recuo. Mas estamos em Vigília até o fim das votações e até a promulgação do Esquema pelo Santo Padre. Terminou a discussão do Esquema sobre Função pastoral dos Bispos na Igreja (será [fl. 2] votado quando terminar a votação sobre o De Ecclesia) (CAMARA, 2009a, p. 50) [13ªCircular, Roma, 23/24.9.1964].

A percepção de Helder é evidente, de que na Basílica, as vitórias continuam: “A expressão vitória, no caso, aliás, não me agrada, embora pense sempre em vitória da graça, de Deus. Mas quem fala em vitória, fala em vencedor e em vencido: e é o que menos quero neste Concílio” (CAMARA, 2009a, p. 57) [15ªCircular, Roma, 25/26.9.1964]. Ele não esconde em suas Circulares, de modo nenhum, a existência do processo reacionário da minoria conciliar em tentar retardar o esquema *De Ecclesia*, e assim sendo, aborda que:

Abre-se o mês de outubro: mês das Missões, mês do Rosário, mês de São Francisco, mês decisivo para o Concílio. Ontem, na Basílica, a batalha para retardar ao máximo o Esquema De Ecclesia; o esforço para obter que a aprovação total do Capítulo 3o (depois das votações parciais, há votação geral, e, então, há margem para o célebre placet *juxta modum*), já que não podia ser evitada, surgisse desfigurada, com um número esmagador de modos: chegaram ao auge. O Secretário Geral do Concílio só não fez pedir que desvirtuassem a vitória líquida da Sacramentalidade Episcopal, da Colegialidade e dos Diáconos (CAMARA, 2009a, p. 76) [20ªCircular, Roma, 30.9/1.10.1964].

Dom Helder revela que a “turma da Cúria” age nos bastidores contra a colegialidade:

Os Cardeais Suenens e Lercaro tinham avisado que, de novo, encontram o Santo Padre abaladíssimo pelo trabalho tremendo da turma da Cúria: – de um lado, contra o Esquema da Igreja. O Papa não se deve iludir com as votações da Basílica. *Deve exigir que os reparos registrados na votação juxta modum sejam atendidos, mesmo que se choquem, em caso de doutrina, com a quase unanimidade das vozes conciliares* (CAMARA, 2009a, p. 85) [22ªCircular, Roma, 2/3.10.1964].

Devido a tal tensão e animosidade, o texto do capítulo III possui um tom de nervosismo, e em alguns momentos parece até que, ao falar do Papa, esquece-se que o foco é o episcopado e o seu caráter sacramental. Portanto, a palavra “colégio” não deve ser compreendida em um sentido jurídico de membros iguais que conferem ao chefe seus poderes. A nota explicativa prévia relembra que a Comissão Doutrinária e Teológica insistiu para que a colegialidade não fosse entendida dessa forma, “mas

---

<sup>67</sup> É mesmo interessante e simultaneamente engraçado como Dom Helder expressa-se em relação às atitudes do Secretário Geral do Concílio, comparando-o com a voz de Ari Barroso, quando anunciava gols contra o Flamengo. Helder chama a atenção pela semelhança existente entre o Secretário Geral e o referido narrador de futebol, na ineficiência de disfarçar a contrariedade com os resultados.

no sentido de um grupo estável cuja estrutura e autoridade devem ser deduzidas da Revelação. Por isso também se diz, às vezes, *Ordo* ou *Corpus*” (KLOPPENBURG, 1965, p. 244).

Dom Helder atua e contribui de forma incontestável em conformidade com o esquema da Igreja, sobretudo quando há o perigo iminente e a ameaça da minoria representada por alguns padres conciliares.

Ele expressa:

Combinamos todo um contra-ataque, todo um trabalho para ajudar o Vigário de Cristo, o Pai. Impressiona-me o absoluto espírito de fé com que todos recebem a missão e se põem em marcha. Ninguém para se escandalizar ou tentar falar com menos respeito para com o Papa ou menos caridade para com os Irmãos que pensam e agem contra (CAMARA, 2009a, p. 85) [22ª Circular, Roma, 2/3.10.1964].

E continua dizendo ter a impressão de que, por cima de nossas cabeças, “a luta se abre entre Anjos bons e Anjos maus” (CAMARA, 2009a, p. 85) [22ª Circular, Roma, 2/3.10.1964]. Helder acredita que, de fato, o Concílio tenha êxito, sobretudo no tratado sobre a Igreja; porém, é preciso encarar a realidade de que a Cúria Romana atrapalha e muito as boas intenções conciliares. Ele considera que “ninguém pode decidir nada. Ninguém pode agir. As Congregações paradas à espera da anunciada Reforma da Cúria Romana. O Papa preso ao Concílio” (CAMARA, 2009a, p. 85) [22ª Circular, Roma, 2/3.10.1964].

De acordo com as observações de Dom Helder, fica evidente que a Cúria Romana exerce pressão em relação a Paulo VI. Embora o papa tenha grande habilidade diplomática e curial, o fato é que os membros da Cúria trabalham contra a colegialidade episcopal. A partir disso, pode-se afirmar:

À última hora, a Cúria Romana ainda trabalha para levar o Papa a retocar passagens do Esquema da Igreja, na parte relativa à Sacramentalidade do Episcopado e à Colegialidade Episcopal (CAMARA, 2009a, p. 225) [58ª Circular, Roma, 30/31.10.1964].

Dom Helder se ressentido e lamenta as atitudes dos membros que se opõem drasticamente à colegialidade. Afirma que dias difíceis estão sendo vivenciados novamente no Concílio e recorda que a discussão é sempre sobre a “colegialidade episcopal” (CAMARA, 2009a, p. 270) [71ª Circular, Roma, 12/13.11.1964].

Ainda narra que:

A Cúria Romana sente que se a Colegialidade for promulgada tal como foi proposta pela Comissão Mista (de Doutrina e do Secretariado de União das

Igrejas) e aprovada larguissimamente pelo Concílio, será o fim da centralização excessiva, decorrente do Vaticano I. E então, é fácil pretextar amor ao Papa, zelo pela defesa do Primado de Pedro. Não duvido (tão frágil é a natureza humana e tão hábeis somos nós em justificar-nos aos nossos próprios olhos) de que ajam, inconscientemente: são capazes de pensar que estão salvando a Igreja de um perigo terrível, de um absurdo, de uma heresia (CAMARA, 2009a, p. 270) [71ªCircular, Roma, 12/13.11.1964].

Helder apresenta-se preocupado com as dúvidas do seu amigo, Cardeal Suenens, em relação às manobras desleais dos membros da Cúria, no entanto, é evidente salientar a sua preocupação em relação à promulgação do documento referente à Igreja, *Lumen Gentium*. Conjuntamente a tais problemáticas, verifica-se que as discussões sobre a infalibilidade pontifícia procedem-se no âmbito da hipocrisia, como ele mesmo afirma: “[...] se fosse o caso de infalibilidade, eu estaria quieto: na hora exata, o Espírito Santo interferiria, não para salvar a minha tese, mas a verdade objetiva, a verdade verdadeira” (CAMARA, 2009a, p. 270) [71ªCircular, Roma, 12/13.11.1964].

Para Camara, trata-se de decidir-se categoricamente pela promulgação da Constituição sobre a Igreja; porém, admite que o que o perturba são as oscilações de Suenens, pois vai da plena segurança quanto à origem divina da Colegialidade Episcopal à perfeita insegurança (CAMARA, 2009a, p. 270) [71ªCircular, Roma, 12/13.11.1964].

Na 71ª Circular, é evidente como a atuação de Dom Helder é compreendida a partir da colegialidade. De fato, ele pensava de forma aberta e plena tal ideia, ampliada agora para o plano nacional, continental e mundial. Pensava a Igreja não somente na porção confiada a ele, em Olinda e Recife, mas atuava e contribuía exemplarmente no Regional, na CNBB, no CELAM. Insiste também na urgente reforma da Cúria Romana, pois isso deve favorecer muito os caminhos pastorais abertos pela colegialidade episcopal. Sobre isso, ele expõe:

[...] Não teria nenhuma surpresa se o Papa, muito em breve, retomando seu célebre e corajoso Discurso sobre a reforma da Cúria Romana, anunciasse as primeiras linhas da reforma [...] a Igreja foi lançada, pelo Vaticano II, em largos caminhos pastorais mesmo com os ateus; hoje (é um fato sociológico a enfrentar com coragem cristã) as condenações têm, quase sempre, o efeito de propaganda. [...] Colegialidade dos Bispos em plano nacional, continental e mundial. Quando a Santa Sé fizer a transição da Cúria Romana do Vaticano I para a Cúria Romana do Vaticano II, uma enorme responsabilidade cairá sobre as Conferências Episcopais dos diversos países (CAMARA, 2009a, p. 271 - 272) [71ªCircular, Roma, 12/13.11.1964].

E a sua atuação e contribuição tornam-se manifestas a seguir, numa verdadeira e coerente “descentralização” da Cúria Romana, pois, de acordo com ele, observa-se

que os organismos curiais “aprimoram o Papa” (CAMARA, 2009a, p. 85) [22ª Circular, Roma, 2/3.10.1964].

Sendo assim, categoricamente afirma:

Deve-se encontrar a medida exata: para tirar proveito da liberação de uma centralização excessiva, sem cair numa atomização apostólica que seria um pecado contra a pastoral de conjunto; para tirar proveito de adaptações regionais, sem cair em um certo perigo do episcopalismo, no sentido de influência exagerada das Conferências Episcopais (CAMARA, 2009a, p. 271 - 272) [71ªCircular, Roma, 12/13.11.1964].

Ainda relata, na 72ª Circular: “Uma absoluta tranquilidade me veio quanto ao Esquema *De Ecclesia* e o capítulo sobre Colegialidade” (CAMARA, 2009a, p. 273 - 274) [72ªCircular, Roma, 13/14.11.1964]. E confiando no trabalho realizado de atuação, como foi demonstrado até então, Dom Helder recorda a figura paterna do Papa, dizendo que:

Deus iria, certamente, recompensar o gesto, que não deve ter sido fácil, não deve ter custado pouco... Imagino a reação tremenda do cerimoniário e de toda a nobre família pontifícia! Deus iria confortar o Papa, dar-lhe ânimo, decisão (CAMARA, 2009a, p. 273 - 274) [72ªCircular, Roma, 13/14.11.1964].

### 5.3.3 Consequências do Esquema *De Ecclesia* segundo Dom Helder

Nas circulares 33ª e 41ª, Dom Helder apresenta a relação existente entre o tratado da Igreja E o Esquema XIII, *De pastoralis Episcoporum munere in Ecclesia*. Segundo sua análise, de verdade o sonho do Papa João XIII poderia se concretizar, pois em breve seria promulgado por Paulo VI o Esquema *De Ecclesia*, “com o essencial para as reformas *ad intra* necessárias à própria Igreja; teremos Sessão especial, dedicada aos problemas da Igreja *ad extra*” (CAMARA, 2009a, p. 128 - 129) [33ªCircular, Roma, 10/11.10.1964].

Na 33ª Circular, manifesta-se favoravelmente da seguinte maneira:

É hora de ajudar a Comissão encarregada do Esquema XIII, dizendo como nos parece necessário que ele se apresente para estar à altura da missão que lhe cabe cumprir. 2. Somos continuadores de Cristo: nossa presença ação devem levar o Mestre para o meio dos homens: a) em atitude de diálogo; b) em espírito ecumênico; c) em disposição de servir. 3. A atitude de diálogo deve abrir-nos: A) No campo econômico-social: [...] O espírito ecumênico deve levar-nos: a) a viver a Declaração sobre liberdade religiosa que, esperamos, o Concílio, com aprovação plena do Santo Padre, proclame, quanto antes; b) a viver as consequências práticas do Esquema sobre Ecumenismo, votado espetacularmente pelo Concílio e, em breve,

certamente, promulgado pelo Santo Padre (CAMARA, 2009a, p. 128 - 129) [33ªCircular, Roma, 10/11.10.1964].

Destaca-se, a partir desta Circular de Dom Helder, de que maneira ele compreendia o esquema sobre a Igreja, aberto à sociedade, ao diálogo ecumênico, com a disposição de servir no campo social e econômico. No entanto, ele não percebia sentido numa Igreja que não vivesse como continuadora de Cristo, que não atuasse por meio de sua presença fraterna em meio aos homens, e numa atitude respeitosa de diálogo ecumênico com as demais expressões de fé e religiosidade. A partir desta Circular, declara a implicação de viver no campo econômico-social, num compromisso ecumênico, o qual deve proporcionar a vivência da declaração da liberdade religiosa, e assim propõe um itinerário específico a partir do esquema *De Ecclesia* de como atuar em uma convivência ecumênica (CAMARA, 2009a, p. 128 - 129) [33ªCircular, Roma, 10/11.10.1964].

Porém, Dom Helder percebe que no esquema XIII havia lacunas que necessitavam ser solucionadas urgentemente, e para isso, ele sugere algumas indicações interessantes:

[...] haverá proclamação, na presente Sessão, dos Esquemas De Ecclesia (com Sacramentalidade do Episcopado, Colegialidade e Diáconos); da função pastoral dos Bispos; do Ecumenismo; e, se possível, da Revelação; [...] O Esquema em geral: Importância: muito grande no plano pastoral e no plano ecumênico; complemento do [fl. 2] De Ecclesia; síntese de todos os Esquemas. [...] A Apresentação está muito eclesiástica: a Igreja se apresenta de modo paternalista, em atitude mais apologética do que de abertura. Teologia do Esquema. Insuficiente a teologia do Esquema: falta uma Cristologia que abrace a vida do homem e a desdobre como vida em Cristo. A teologia da Igreja se reduz a seu aspecto hierárquico e a noção de Povo de Deus não está bastante afirmada: dá a impressão de ignorar o Esquema De Ecclesia. A teologia das realidades terrestres – agora é pensamento do Ecumênico – não parece ainda bastante amadurecida: só alguns marcos poderão aparecer... No Esquema atual, a relação igreja- mundo não escapa ao dualismo, como se a Igreja fosse uma coisa e o mundo outra (CAMARA, 2009a, p. 159 - 161) [41ªCircular, Roma, 16/17.10.1964].

Por fim, nota-se que, para Helder, o Esquema *De Ecclesia* não podia ser interpretado de modo paternalista, em vez de possuir uma atitude de diálogo com as culturas e as demais religiões; não pode recorrer à apologética para defender-se dos erros e condenar as heresias. De acordo com ele, a Igreja mudou e deve mostrar sua nova face de. Com a aprovação do esquema, afirma que não pode haver um retrocesso quanto à Igreja e sua atuação na sociedade e no campo econômico, como de fato foi tratado na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, sobre a Igreja no mundo de hoje.

#### 5.4. A DISCUSSÃO, VOTAÇÃO E PROMULGAÇÃO DA LUMEN GENTIUM

A redação do Esquema *De Ecclesia*, depois de uma longa elaboração e de um atribulado caminho, estava definitivamente pronta para a votação final. A sua promulgação conciliar, a que resultaria na Constituição Dogmática, *Lumen Gentium*, foi agendada para o dia 21 de novembro de 1964.

Segundo o que relata Kloppenburg (1965, p. 251), quanto à votação do documento *De Ecclesia*:

Estava assim definitivamente redigido, ponderado, corrigido e polido o texto de toda a Constituição Dogmática *De Ecclesia*. Fez - se pois, no dia 19/11/64, 126ª Congregação Geral, a votação global dos oito capítulos placet ou não placet? Sobre 2.145 votantes, 2.134 responderam placet, 10 non placet e 1 deu voto nulo. Quando às 10,45 Secretário Geral leu este resultado, a assembleia manifestou sua visível satisfação por uma prolongada salvação de palmas.

Em referência à aprovação do documento final *Lumen Gentium*, Dom Helder narra, em sua 74ª Circular, que serão votados e promulgados por aqueles dias os esquemas dos Bispos e do Ecumenismo, as Declarações sobre a Liberdade Religiosa e “sobre Religiões não-Cristãs (inclusive judeus) – o Esquema *De Ecclesia* (com a Sacramentalidade do Episcopado, a Colegialidade Episcopal e os Diáconos)” (CAMARA, 2009a, p. 280- 281) [74ª Circular, Roma, 15/16.11.1964].

A atuação de Helder é em prol do amadurecimento de um laicato maduro, que possa trabalhar em conjunto com os Bispos e seu Presbitério. Talvez, tal ideia possa parecer óbvia, mas é importante destacar que, para ele, o laicato foi prioridade no pós-concílio, em sua realidade pastoral de Olinda e Recife. E deste modo, identifica-se sua contribuição genuína na atualização conciliar em sua realidade diocesana da *Lumen Gentium*.

Desta maneira, destaca-se:

[...] A Colegialidade Episcopal em suas relações com o Presbitério e com um Laicato adulto. Sem cair em uma posição jurisdicista e salvaguardando bem a distinção entre a origem divina do Colégio Episcopal e a origem humana do Presbitério, na prática, o dinamismo da Colegialidade Episcopal, estará ligado, fortemente, ao funcionamento não só de um Presbitério eficiente, mas também de um Laicato adulto (CAMARA, 2009a, p. 280 - 281) [74ªCircular, Roma, 15/16.11.1964].

Uma outra contribuição sua, sutil, mas eficaz, é na percepção de que deveriam existir mais teólogos e teólogas leigos e leigas, o que corrobora a argumentação de que a formação de um laicato adulto é uma atualização pastoral vigente em seu

ministério episcopal. Percebe-se, de acordo com sua 74ª Circular, que é muito difícil formar uma interação saudável entre leigos, Bispos e o Presbitério, e a dificuldade não está no trabalho, mas em “aceitar de fato e usar de verdade o Presbitério e o Laicato adulto, masculino e feminino” (CAMARA, 2009a, p. 280) [74ªCircular, Roma, 15/16.11.1964].

Observa-se que, para ele, é imprescindível repensar a função dos teólogos (as) na Igreja, e a “hierarquia” entende-se aos bispos, que, segundo Camara, deveriam incentivar e utilizar-se de todos os meios para colaborar com todos os profissionais, para o diálogo aberto e sereno com a sociedade.

A contribuição de Helder é exatamente em:

[...] reconhecer aos Teólogos uma função mais explícita na Igreja. Não se trata de discutir [fl. 2] honrarias. A Igreja, no entanto, só terá a ganhar se cada Hierarquia se esforçar em ter, ajudar e utilizar, para a glória de Deus e o bem dos homens, grupos de Teólogos, a pôr em relação com outros Peritos, como Filósofos, Sociólogos, Economistas, Cientistas e Psicólogos. E quando se fala em Teólogos é preciso pensar, também, em Leigos Teólogos, homens e mulheres (CAMARA, 2009a, p. 280 - 281) [74ª Circular, Roma, 15/16.11.1964].

Como afirma Betti (1965), a votação final do documento obteve a aprovação final de 2.151 *placet* contra 5 *non placet*. Foi, segundo ele, o testemunho da unanimidade conquistada. O resultado positivo era incerto e até inesperado, pois às vésperas da votação final havia ainda desentendimentos provenientes das consequências da Nota prévia; porém, apesar desses fatores e circunstâncias, às 11 horas e 30 minutos, Paulo VI promulgou a Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, tornando-o documento supremo do magistério da Igreja docente. (BETTI, 1965, p. 158 -159).

A respeito da votação a favor do esquema De Ecclesia, Dom Helder comenta:

[...] Entreguei aos Anjos a votação na Basílica! Eles como nós e muito mais do que nós sabem muito bem o que significa para 200 anos de Igreja a aprovação da Colegialidade... A votação na Basílica do capítulo 3o do De Ecclesia foi: Presentes 2146; Placet (para a Sacramentalidade do Episcopado, a Colegialidade Episcopal e os Diáconos!...) 2099; Non placet 46; Juxta modum (nulo) 1; (CAMARA, 2009a, p. 283) [75ªCircular, Roma, 17.11.1964].

Depois da aprovação, Dom Helder relata sua surpresa por ser chamado pelo Padre Bevilacqua<sup>68</sup> e receber o reconhecimento pela contribuição evidente que realizou em favor da colegialidade.

---

<sup>68</sup> Trata-se do Padre Giulio Bevilacqua, da cidade italiana de Brescia.

Ele relata:

[...] Minutos depois da votação, chamavam-me ao corredor: era o Pe. Bevilacqua. Assistira, com o Santo Padre, a proclamação dos resultados da mais importante votação do Concílio e sentira necessidade de vir abraçar “quem tanto rezou e sofreu pelo Papa e pela Colegialidade” “Ele sabe que vim abraçá-lo” (CAMARA, 2009a, p. 283) [75ª Circular, Roma, 17.11.1964].

Em consonância com Betti (1965, p. 159):

Certamente o Concílio não disse, em tudo, a última palavra, porque sobre a Igreja a última palavra não pode dizer-se. Com efeito, conforme explicou o Santo Padre Paulo VI ao inaugurar o segundo período conciliar, a 29 de setembro de 1963, a Igreja é um mistério, isto é, uma realidade intimamente permeada pela presença de Deus, e, por isto, de natureza tal que admite sempre novas e mais profundas explorações de si mesma. Iguamente certo é, porém, que esta Constituição dogmática é a Carta Magna a que deverá referir-se qualquer ulterior aprofundamento da doutrina sobre a Igreja.

Como bem observou Umberto Betti (1965), houve inúmeras vicissitudes que acompanharam o texto em sua trabalhosa evolução, o que acabou contribuindo para um aspecto negativo e cansativo a respeito do documento. Sem dúvida, tal processo é normal e está previsto na natureza das coisas, e outros Concílios fizeram a mesma experiência; assim sendo, “uma fórmula dogmática pode ser expressa de muitas maneiras; e esta pluralidade de expressão já diz da perfectibilidade de cada uma” (BETTI, 1965, p. 159).

Portanto, nada impede que posteriormente o texto da *Lumen Gentium* possa ter uma melhor formulação. Como relembra Santo Agostinho, concílios ecumênicos podem ser emendados por concílios ecumênicos posteriores.

No tocante às adversidades que acompanharam as discussões até a aprovação do Capítulo III da *Lumen Gentium*, sobretudo, no episódio do descontentamento causado pela “Nota prévia”, Dom Helder recorda com certo desgosto a reação dos adversários da Colegialidade:

Mas o diabo não dorme e serve-se, não raro, dos melhores amigos e até consegue usar, para as suas manhas, homens de Deus. Encontrei, hoje, homens como o Pe. De Lubac e o Père Congar trabalhando para obter que o maior número possível de Bispos envie cartas ao Santo Padre desaprovando a nota acrescentada sobre a Colegialidade<sup>69</sup> (CAMARA, 2009a, p. 284) [75ª Circular, Roma, 17.11.1964].

---

<sup>69</sup> Pessoalmente perturbado e pressionado pela minoria, Paulo VI impôs à Comissão Doutrinal uma “Nota explicativa prévia”, a ser publicada com o texto da *Lumen Gentium*, votado pelos Padres conciliares. Tal nota teve a finalidade de indicar o senso aceitável do seu terceiro capítulo, sobre a colegialidade, mantendo, essencialmente, as prerrogativas do pontífice romano.

Nota-se que Dom Helder, na 79ª Circular, comemora o gesto do Papa Paulo VI de proclamar a *Lumen Gentium* sem a tiara papal:

À querida Família Mecejanense, Embora já escrita, como veem, de Recife<sup>70</sup>, esta Circular é o fecho das que foram enviadas de Roma, ao longo da 3ª Sessão do Vaticano II. [...] O cortejo deveria ser soleníssimo (e foi!). O Santo Padre vinha assumir sua posição de Chefe do Colégio Episcopal e, colegiadamente, proclamar conosco os três Esquemas a que, afinal, se resumiu a 3ª Sessão: Igreja, Igrejas Orientais e Ecumenismo. Se, em algum instante, haveria, segundo a praxe, lugar para a tiara, seria bem naquele dia, naquela hora... Havia apostas na Basílica... Entra Paulo VI, sem tiara! Deus permita que, ao menos da parte deste Papa, tenha sido o enterro do símbolo do poderio temporal (CAMARA, 2009a, p. 298) [última Circular, 79ª Circular, Recife, 22/23.11.1964].

E, ao mesmo tempo, Helder na sua última Circular, faz questão de registrar a vitória que obteve o esquema *De Ecclesia*. Ele assim se expressa:

[...] anotei os resultados das votações finais (espécie de revotação) dos três Esquemas: De Ecclesia Presentes 2156; Placet 2151; Non placet 5. (CAMARA, 2009a, p. 299) [última Circular, 79ª Circular, Recife, 22/23.11.1964].

Ao relatar a aprovação da *Lumen Gentium*, Dom Helder recorda da promulgação da Colegialidade Episcopal no *De Ecclesia* e, de qualquer modo, promulgação do Esquema sobre Ecumenismo. Porém, ele relembra que a Basílica não estava vibrando com a aprovação do documento mais importante para a Igreja do Vaticano II. Ele insiste: “somente aqueles mais otimistas conseguiam a alegria pura e total que acabou se instalando em mim. Um Padre Conciliar, muito lúcido, comentou: a 3ª Sessão começou na confiança e termina em plena desconfiança” (CAMARA, 2009a, p. 300) [última Circular, 79ª Circular, Recife, 22/23.11.1964].

No entanto, Dom Helder propõe que a Colegialidade Episcopal vai alterar profundamente a fisionomia da Igreja. Ele se mostra convicto em relação a este fato. Porém, afirma que “é, da parte de muitos, a impressão de que, embora tendo promulgado o *De Ecclesia*, Paulo VI, no fundo, não é entusiasta da Colegialidade” (CAMARA, 2009a, p. 300) [última Circular, 79ª Circular, Recife, 22/23.11.1964].

---

<sup>70</sup> Circular com a descrição de Olinda e Recife, diferentemente das demais, que vinham descritas a partir de Roma, Itália, pois esta 79ª Circular é a última do terceiro período do Concílio Vaticano II, data da madrugada de 22/23.11.1964.

## 5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Abordou-se o último processo de elaboração do esquema *de Ecclesia*, na terceira sessão do Concílio Vaticano II, que posteriormente transformou-se na Carta Magna referente à Igreja, o documento final, a Constituição Dogmática *Lumen Gentium*. Discorreu-se amplamente sobre as atuações e contribuições de Dom Helder Camara ao longo desse itinerário, lidas, estudadas e comentadas de suas Circulares Conciliares, propriamente da terceira sessão do Concílio (1964).

De acordo com o que foi apresentado ao longo do quarto capítulo, Dom Helder contribuiu verdadeiramente com os rumos finais da aprovação da sacramentalidade e colegialidade episcopal, sendo assim, merece um reconhecimento que nunca lhe foi concedido, pois de fato atuou e contribuiu intensamente para a aprovação do documento *De Ecclesia*. Tal evidência é comprovada por uma citação do Cardeal Suenens, que recorda em suas memórias: “Este homem desempenhou um papel fundamental nos bastidores, embora nunca tenha tomado a palavra durante as sessões conciliares” (DE MATTEI, 2011, p. 319 *in* SUENENS, p. 177).

Segundo De Mattei:

Para Dom Helder Camara, o ponto de referência no Concílio continuava a ser o Cardeal Suenens, ou melhor, no seu jargão, o Padre Miguel: mas quem dirigia a orquestra era, segundo o bispo brasileiro, o Padre Ivan Illich, por ele definido como “o chefe da banda e o dono do circo”. Na noite de 15 de setembro, por ocasião de uma conferência proferida pelo Padre Laurentin na *Domus Mariae*, foi organizado um jantar reservado no Colégio Belga, como Illich, Camara e Suenens, para preparar as grandes linhas gerais. Nesta altura, Suenens revelou a Camara que o relator da iminente discussão sobre a colegialidade seria o reacionário Mons. Parente, que fora conquistado pelos defensores da colegialidade, e cuja mudança de posição tinha tido um impacto de relevo no episcopado italiano. Camara garantiu-lhe uma “claque” para as intervenções de Suenens na sala conciliar. No concílio, ele é meu líder, escrevia o bispo brasileiro na 13ª circular dirigida aos seus fiéis (DE MATTEI, 2011, p. 319).

Tais iniciativas e articulações são comprovadas a partir das atuações de Dom Helder durante a terceira sessão conciliar, mais especialmente nos momentos finais de aprovação da Constituição *Lumen Gentium*, em favor da sacramentalidade e da colegialidade dos bispos entendida em nível regional, nacional e continental. Pode-se afirmar, sem sombra de dúvidas, que suas atuações e contribuições não foram tímidas; ao contrário, como se pode perceber pelo relato de De Mattei, são excelentes atuações e contribuições concretas em favor da renovação eclesial proposta pelo Concílio Vaticano II.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término desta dissertação, depois de um longo caminhar neste trabalho sobre a temática do processo de elaboração da *Lumen Gentium* e a atuação de Dom Helder Camara a partir de suas Circulares Conciliares, é possível elaborar algumas ponderações frente à pergunta inicial que conduziu esta pesquisa: Como se deu a atuação e contribuição de Dom Helder ao processo de elaboração da Constituição Dogmática *Lumen Gentium* a partir de suas Circulares Conciliares? De que maneira tal processo ocorreu, segundo essas cartas?

Como se evidenciou durante a análise desta dissertação, a intenção foi demonstrar a elaboração da Constituição sobre a Igreja do Vaticano II, a partir das etapas e redações do esquema *De Ecclesia*, e, respectivamente, abordar a atuação de Dom Helder Camara descrita em suas Circulares Conciliares.

Os preceitos científicos pertinentes à área de atividade desta dissertação possibilitaram a construção de um conhecimento relacionado à atuação de Dom Helder durante a investigação do itinerário de construção da *Lumen Gentium*, pois verificou-se que o arcebispo Camara participou efetivamente deste processo<sup>71</sup>, não como expectador ou figurante, mas exercendo um papel fundamental e discreto no decorrer das terceiras sessões até a promulgação final do documento conciliar referente à Igreja.

As Circulares Conciliares estudadas acompanharam a trajetória do esquema *De Ecclesia*, permitiram conhecer a ação e contribuição de Dom Helder ao processo de elaboração da *Lumen Gentium* e garantiram o acesso à figura sua conciliar, que agora nos permite traçar corajosamente alguns pressupostos essenciais para a conclusão desta pesquisa.

Comprovou-se que o desempenho de Dom Helder foi significativo do ponto de vista de suas contribuições, pois efetivamente, como se observa nas Circulares, ele

---

<sup>71</sup> De acordo com Santiago Madrigal Terrazas, Dom Helder contribuiu do processo de elaboração da *Lumen Gentium* “dentro” do Concílio. Conforme, as indicações desta obra, a saber: **Protagonistas do Concílio Vaticano II: galeria de retratos e episódios conciliares**, Biblioteca de Autores Cristãos, Madrid, 2016, 714, pp. Ao abordar o capítulo quarto das influências dos grupos informais do Concílio com o título: **A fisionomia interna da assembleia: conferências episcopais e grupos internacionais**, embora o autor identifique até sete grupos informais conciliares (pp. 354 - 355), encontra na figura profética de Dom Helder Camara, arcebispo de Olinda e Recife (Brasil) duas direções importantes: o esforço do “grupo da Igreja dos pobres” em trabalhar a temática da pobreza e do terceiro mundo e a aplicação da colegialidade através “das reuniões do Ecumênico”, que agrupava representantes das conferências episcopais.

expressa-se favoravelmente ao esquema da Igreja e, ao mesmo tempo, trabalha em conjunto com as redes de articulações formais e informais que tinha à disposição, a CNBB, o CELAM, o Grupo da Pobreza, no Ecumênico, o *Opus Angeli*, a amizade e proximidade com o cardeal Suenens e os encontros com a imprensa e os jornalistas. No entanto, como abordar e descrever as atuações e contribuições de Dom Helder? Como sistematizar e ordenar os argumentos que favoreçam ao leitor uma compreensão exata do papel por ele exercido?

Assim sendo, é muito importante esclarecer que a ação e o desempenho de Dom Helder quanto à execução da *Lumen Gentium* foi positiva. De fato, a partir dos estudos e leituras, constatou-se que o arcebispo Camara “atuou e contribuiu” em meio aos bastidores, em outros momentos, facilitando encontros e oportunizando o conhecimento pessoal e colegial, sobretudo da CNBB, e demais bispos nas famosas palestras na *Domus Mariae*. Ele se fez conhecer e contribuiu singularmente a partir de novas relações com a imprensa, concedendo entrevistas e palestrando quando tinha oportunidade, atualizando o Concílio Vaticano II tanto para a Igreja quanto para a sociedade.

Helder utilizou-se de uma sensibilidade incomum em relação aos demais bispos, pois, mais do que os documentos oficiais que foram aprovados no Concílio, genuinamente ele acreditava que é por meio de gestos e símbolos visíveis que o povo deveria compreender “a boa nova” do Vaticano II. Em outros momentos, percebe-se que ele não foi um mero teórico, como fica comprovado a partir das Circulares Conciliares. Ele nunca teorizou a mudança, mas em sua prática pastoral, seja no Rio de Janeiro ou em Recife, ele foi a mudança eclesial aprovada nas solenes linhas da *Lumen Gentium*. Isto é, ele optou por um programa eclesial que substancialmente demonstra sua ação pastoral.

A atuação de Dom Helder deve ser considerada a partir do ponto de vista de padre conciliar, de cronista e de um verdadeiro apaixonado pela realização e concretização das ideias fundamentais do Concílio Vaticano II. Ao considerar as Circulares Conciliares, como já foi relatado na introdução desta dissertação, deve-se perceber que elas são um gênero literário específico, nas quais se revela um observador único e atento, muitas vezes angustiado e repleto de esperança com a renovação conciliar que deveria surgir da *Lumen Gentium*.

Constatou-se que o arcebispo Camara contribuiu singularmente no processo final de aprovação dos aspectos conturbados da sacramentalidade e colegialidade

episcopal, discutidas durante o terceiro período conciliar (1964) até a promulgação final da Constituição Dogmática *Lumen Gentium*. É possível afirmar que o seu trabalho foi para além das aulas conciliares, das intervenções coletivas que subscreveu ou das contribuições bem articuladas nos bastidores.

Dom Helder, em vigília de oração dedicada a São Carlos, na noite de 3 de novembro, pede a Deus “numerosos Borromeus” para que intensifique o empenho e trabalho no Vaticano II como o santo milanês fez em Trento e, de forma jocosa, confirma sua vocação complementar “de pregador” do Concílio Vaticano II:

Em plena Vigília de São Carlos, me confirmo em minha vocação complementar de pregador do Vaticano II. Vocação complementar no tocante à pregação fora de minha Diocese. Lá, é claro, um com o meu Clero e os meus Leigos, devemos fazer tudo para levar à prática as conclusões do Concílio (como já estamos fazendo, de cheio, com a Liturgia). Mas Berna me confirmou no tocante ao carisma especial de ir, como Bispo da Santa Igreja, como Bispo católico, levar a cidades-chave do Mundo o que Vaticano II nos traz de melhor: a atitude de diálogo; o espírito ecumênico; a decisão de servir (CAMARA, 2009a, p. 237) [62ª Circular, Roma, 3/4.11.1964].

Tal referência da 62ª Circular confirma a dimensão do que Helder entendia por contribuir com a Igreja do Vaticano II, sua decisão de atuar a partir da atitude de dialogar com a sociedade, servindo ao povo de Deus, seja no diálogo ecumênico ou no convencimento da renovação das estruturas eclesiais. Como ele mesmo pontuou, “[...] vai-se num crescendo: quando se passa do que chamo atitude de diálogo ao que intitulo de espírito ecumênico” (CAMARA, 2009a, p. 237) [62ª Circular, Roma, 3/4.11.1964].

De acordo com o que afirma Rampon (2013, p. 242 - 243):

[...] O Vaticano II foi decisivo na vida de Dom Helder e isto se pode confirmar, principalmente, através das Circulares Conciliares enviadas à Família. O Concílio lhe deu fundamentos para propagar um cristianismo aberto, libertador, promotor da justiça e da paz. Disse-lhe muitíssimo por suas palavras e silêncios, por seus textos e gestos simbólicos, ofereceu-lhe um programa de vida.

José de Broucker (2008) afirma que Dom Helder compreende que a Igreja do pós - Concílio Vaticano II não é mais a Igreja do Concílio Vaticano I, isto é, apresenta-se “como um liturgia vivificada, colegialidade episcopal constituída, sinodalidade ao menos aproximada, história revisitada, memória purificada, diálogos comprometidos com as Igrejas não católicas [...] liberdade religiosa reconhecida” (BROUCKER, 2008, p. 165).

Broucker continua expressando que:

Se Dom Helder estivesse ainda nesta terra, ele cantaria Aleluia! Ele, porém, continuaria a nos pressionar, vendo que o último dia, o último minuto, o último segundo não soaram ainda nem a miséria e a violência do mundo, nem para Constantino na Igreja. Atualizar a memória de Dom Helder, fazer perceber a pertinência, hoje, de uma mensagem a ser traduzida em atos, é que eu faço, em Recife e no Rio, as velhas e as novas gerações de sua Família, destacadamente continuando a animar, sob diversas formas, a Operação Esperança e trabalhando na publicação de seus escritos (BROUCKER, 2008, p. 165 -166).

Conseqüentemente, é evidente a importância histórica de Dom Helder para a Igreja do Vaticano II, porém, destacam-se exemplarmente tais características: a sacramentalidade e colegialidade episcopal; a importância do diálogo ecumênico; a superação das divisões entre os mundos subdesenvolvidos e desenvolvidos; o rejuvenescimento da Igreja a partir do serviço e da pobreza na consideração pertinente da figura do bispo em ser pastor.

Portanto, como foi demonstrado até então, Dom Helder atuou e contribuiu de forma inteligente e organizada em benefício da Constituição *Lumen Gentium*, de modo que sua figura torna-se apaixonante e fascinante. Assim sendo, que esta dissertação de mestrado possa favorecer o estudo e a leitura de suas Circulares Conciliares, que elas possam ter mais espaço no ambiente acadêmico, tornando a memória de Dom Helder viva e atuante numa comunidade eclesial que ainda vive os reflexos vindouros do pós - Concílio.

E paralelamente, que a lembrança de Dom Helder seja uma provocação constante na árdua tarefa de redescobrir a importância do Concílio Vaticano II por um Igreja constantemente sinodal, determinada pelos apelos do Papa Francisco.

## REFERÊNCIAS

### Fontes

CAMARA, Dom Helder. **Obras Completas – Volume I/Tomo I. Vaticano II: Correspondência Conciliar: Circulares à Família do São Joaquim (1962 -1964).** Introdução e notas Luiz Carlos Luz Marques. Recife: Ed. Universitária da UEPE, 2004.

CAMARA, Dom Helder. **Cartas Circulares: enviadas à Família de São Joaquim.** Recife: CEPE, 2009a. Volume: 1, Tomo: I. Notas de rodapé e Notas introdutórias de Luiz Carlos Luz Marques (Org.) e Roberto Faria.

CAMARA, Dom Helder. **Cartas Circulares: enviadas à Família de São Joaquim.** Recife: CEPE, 2009a. Volume:1, tomo I. De 13/14 de outubro de 1962 a março de 1964. Luiz Carlos Luz Marques (Org.) e Roberto Faria.

CAMARA, Dom Helder. **Cartas Circulares: enviadas à Família de São Joaquim.** Recife: CEPE, 2009a. Volume:1, tomo II. De 12 de setembro a 22/23 de novembro de 1964. Luiz Carlos Luz Marques (Org.) e Roberto Faria.

### Documentos do magistério

**COMPÊNDIO DO VATICANO II.** Constituições, decretos e declarações. São Paulo: Paulus, 2014.

**DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II (1962 - 1965)** / [organização geral Lourenço Costa; tradução Tipografia Poliglota Vaticana]. – São Paulo: Paulus, 1997. (7ª reimpressão) – (Documentos da Igreja).

### Outras referências

ALBERIGO, Giuseppe. (Coord. da edição brasileira José Oscar Beozzo). **O anúncio e a preparação do Vaticano II (janeiro de 1959 a outubro de 1962).** Volume I. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. (Coord. da edição brasileira José Oscar Beozzo). **A Formação da Consciência Conciliar: o primeiro período e a primeira instersessão (outubro de 1962 a setembro de 1963).** Volume II. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. (Org.) Historia del Concilio Vaticano II. **El Concilio maduro - El segundo período y la segunda intersesión (septiembre 1963 - septiembre 1964).** Volume III. Salamanca: Ediciones Sígueme, 2006.

\_\_\_\_\_. **Breve história do Concílio Vaticano II.** (tradução de Clóvis Bovo). – 2ª reimpressão. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2006.

\_\_\_\_\_. (Org.) Historia del Concilio Vaticano II. **La Iglesia como comunión – El tercer período y la tercera intersesión (septiembre 1964 – septiembre 1965).** Volume IV. Salamanca: Ediciones Sígueme, 2007.

BARAÚNA, Guilherme. **A Igreja do Vaticano II.** (Org. da edição brasileira) Frei Frederico Vier, OFM. Petrópolis: Editora Vozes limitada, 1965.

\_\_\_\_\_. **A Igreja do Vaticano II.** (Org. da edição brasileira) Frei Frederico Vier, OFM. KLOPPENBURG, Boaventura. **As Vicissitudes da Lumen Gentium na Aula Conciliar (p. 194 – 251).** Petrópolis: Editora Vozes limitada, 1965.

\_\_\_\_\_. **Análise dos “Vota” do Episcopado Latino-Americano e Caribenho.** *Apud.* BEOZZO, José Oscar. **A Igreja Latino-americana às vésperas do Concílio: História do Concílio Ecumênico Vaticano II.** [tradução: João Rezende Costa] – São Paulo: Edições Paulinas, 1993.

BETTI, Umberto. **Cronistória da Constituição. (p. 135 – 159).** Petrópolis: Editora Vozes limitada, 1965 *apud.* BARAÚNA, Guilherme **A Igreja do Vaticano II.** (Org. da edição brasileira) Frei Frederico Vier, OFM.

BEOZZO, José Oscar. **Presença e atuação dos bispos brasileiros no Vaticano II.** *Apud.* GONÇALVES, P. S. L; BOMBONATO, V. I. (org.) **Concílio Vaticano II: análise e prospectivas.** São Paulo: Paulinas, 2004.

\_\_\_\_\_. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959 - 1965.** São Paulo: Paulinas, 2005.

\_\_\_\_\_. **Pacto das Catacumbas - Por uma Igreja Servidora e Pobre.** São Paulo: Paulinas, 2015.

BROUCKER, José de. **As noites de um profeta: Dom Helder Camara no Vaticano II: leitura das Circulares Conciliares de Dom Helder Camara (1962 -1965).** São Paulo: Paulus, 2008. (Coleção comunidade e missão).

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. **Os baluartes da tradição: o conservadorismo católico brasileiro no Concílio Vaticano II.** Curitiba, PR: CRV, 2011.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **As Constituições do Vaticano II – ontem e hoje.** Geraldo Luiz Borges Hackmann e Miguel de Salis Amaral. (A Constituição Dogmática Lumen Gentium – Prof. José Ramón Villar. Brasília, Edições CNBB, 2015)

**DICIONÁRIO DO CONCÍLIO VATICANO II.** Dirigido por João Décio Passos e Wagner Lopes Sanchez. São Paulo: Paulus, 2015. (Coleção Dicionários).

\_\_\_\_\_. Dirigido por João Décio Passos e Wagner Lopes Sanchez. São Paulo: Paulus, 2015. (Coleção Dicionários). MARQUES, Luiz Carlos. **Helder Pessoa Camara.** (p. 71 - 72).

\_\_\_\_\_. Dirigido por João Décio Passos e Wagner Lopes Sanchez. São Paulo: Paulus, 2015. (Coleção Dicionários). DE OLIVEIRA, ANTONIO GENIVALDO C., **Comissões e grupos informais de trabalho.** p. 153 - 158)

KLOPPENBURG, Boaventura. **Concílio Vaticano II.** Vol. I: Documentário Preconciliar. Petrópolis: Vozes, 1962.

\_\_\_\_\_. **Concílio Vaticano II**. Vol. II: Primeira sessão (set.-dez. 1962). Petrópolis: Vozes, 1963.

KOMONCHAK, A. Joseph. **Hacia una eclesiología de comunión**. (p. 17 - 97). apud. ALBERIGO, Giuseppe (Org.) *Historia del Concilio Vaticano II. La Iglesia como comunión: Ele tercer período y la tercera intersesión (septiembre 1964 - septiembre 1965)*. Volume IV. Salamanca: Ediciones Sígueme, 2007.

LAURIER, Jean-Marie. **Dom Helder Câmara e o Concílio Vaticano II**. (*Apud Revista Acadêmica Contemplação de Filosofia e Teologia da Faculdade João Paulo II*, ISSN: 2179-8079).

LIBÂNIO, João Batista. **Concílio Vaticano II: em busca de uma primeira compreensão**. Coleção Theologica. Edições Loyola, 2005.

MADRIGAL TERRAZAS, Santiago. **Protagonistas do Concílio Vaticano II. Galeria de retratos e episódios conciliares**. Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, Espanha, 2016, 714 pp.

MATTEI, Roberto De. **O cruzado do século XX: Plínio Corrêa de Oliveira**. Livraria Civilização Editora, Porto, Portugal, 1996.

\_\_\_\_\_. **O Concílio Vaticano II: Uma história nunca escrita**. Tradução de Maria José Figueiredo. Ambientes & Costumes Ltda, São Paulo, 2011.

MELLONI, Alberto. **El comienzo del segundo período. El gran debate sobre la Iglesia** (p. 9 - 115). apud ALBERIGO, Giuseppe (Org.) *Historia del Concilio Vaticano II. El Concilio maduro - El segundo período y la segunda intersesión (septiembre 1963 - septiembre 1964)*. Volume III. Salamanca: Ediciones Sígueme, 2006.

O'MALLEY, John W. **O que aconteceu no Vaticano II**. John W. O'Malley; tradução Barbara Theoto Lambert. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

\_\_\_\_\_. **História católica para a Igreja de hoje: como o nosso passado ilumina o nosso presente**. John W. O'Malley; tradução Karen Claryer Macedo. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

PINA NETA, Lucy da Silva. **Ressignificar-se para manter-se fiel: Dom Helder Camara e o seu exercício do seu ministério sacerdotal (1955 - 1965)** / Lucy da Silva Pina Neta, 2019, 190f. Tese de Doutorado – Doutora em Ciências da Religião, Recife, PE, 06 de maio de 2019.

\_\_\_\_\_. **Helder Pessoa Camara: Operador Social do Sagrado**. In: PINA NETA, Lucy da Silva. **Ressignificar-se para manter-se fiel: Dom Helder Camara e o seu exercício do seu ministério sacerdotal (1955 - 1965)** / Lucy da Silva Pina Neta, 2019, 190f. Tese de Doutorado – Doutora em Ciências da Religião, Recife, PE, 06 de maio de 2019. cap. 4, p. 105 -120.

RAMPON, Ivanir Antônio. **O caminho espiritual de Dom Helder Camara**. São Paulo: Paulinas, 2013. – (Coleção pesquisa teológica).

ROCHA, Zildo. **Helder, o Dom. Uma vida que marcou os rumos da Igreja no Brasil.** (MARQUES LUZ, Carlos Luiz. As muitas facetas da figura conciliar de Dom Helder Camara, p. 112 - 123): Vozes. Petrópolis, 1999.

ROCHA, Arnaldo Cesar. Jorge Marcos de Oliveira: atuação pastoral e social durante ditadura militar. A recepção do Vaticano II no ABC paulista. In: SOUZA, Ney de (org.) **Vaticano II: história, teologia e desafios.** Curitiba: CRV, 2019. Parte II, p. 91 - 171.

SOUZA, Ney de; GONÇALVES, P. S. L. **Catolicismo e sociedade contemporânea: Do concílio Vaticano I ao contexto histórico-teológico do Concílio Vaticano II.** São Paulo: Paulus, 2013.

\_\_\_\_\_ (org.). **Vaticano II: história, teologia e desafios.** Curitiba: CRV, 2019.

\_\_\_\_\_. **História da Igreja: notas introdutórias.** Petrópolis: Vozes, 2020. (Coleção Iniciação à Teologia).

VILANOVA, **Evangelista. La intersesión (1963 - 1964)** (p. 297 - 315). *apud* ALBERIGO, Giuseppe (Org.) *Historia del Concilio Vaticano II. El Concilio maduro - El segundo período y la segunda intersesión (septiembre 1963 - septiembre 1964).* Volume III. Salamanca: Ediciones Sígueme, 2006.